

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos

DISCURSO RELATADO NA LÍNGUA PORTUGUESA EM USO:
um estudo funcionalista da relação interoracional de projeção por
encaixamento

Maria Evane Betonico

Belo Horizonte
2011

Maria Evane Betonico

**DISCURSO RELATADO NA LÍNGUA PORTUGUESA EM USO:
um estudo funcionalista da relação interoracional de projeção por
encaixamento**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Linguística.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva

Linha de pesquisa: Estudos da Língua em Uso

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Beatriz Nascimento Decat

Belo Horizonte
2011

Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

B564d Betonico, Maria Evane.
Discurso relatado na língua portuguesa em uso [manuscrito] : um estudo funcionalista da relação interoracional de projeção por encaixamento / Maria Evane Betonico. - 2012.
190 f.: il., enc.

Orientadora: Maria Beatriz Nascimento Decat.
Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.
Linha de Pesquisa: Estudo da Estrutura Gramatical da Linguagem.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 153-157.
Apêndice: f. 158-190.

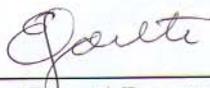
1. Língua portuguesa - Orações - Teses. 2. Língua portuguesa - Verbos - Teses. 3. Gramática sistêmica - Teses. 4. Funcionalismo (Linguística) - Teses. 5. Língua portuguesa - Semântica - Teses. 6. Língua portuguesa - Gramaticalização - Teses. 7. Língua portuguesa - Sintaxe - Teses. Língua portuguesa - Discurso indireto - Teses. I. Decat, Maria Beatriz Nascimento. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 469.5

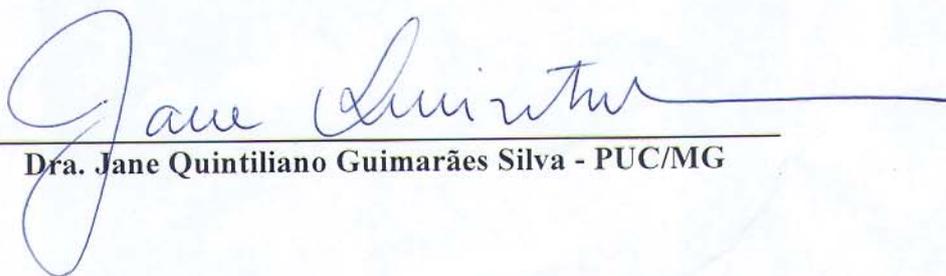
Tese intitulada *Discurso Relatado na Língua Portuguesa em Uso: um Estudo Funcionalista da Relação Interoracional de Projeção por Encaixamento*, defendida por MARIA EVANE BETONICO em 25/04/2011 e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelas Professoras:



Dra. Maria Beatriz Nascimento Decat - UFMG
Orientadora



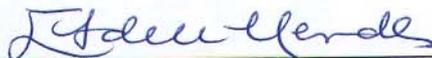
Dra. Erotilde Goreti Pezatti - UNESP



Dra. Jane Quintiliano Guimarães Silva - PUC/MG



Dra. Sônia Maria de Oliveira Pimenta - UFMG



Dra. Eliana Amarante de Mendonça Mendes - UFMG

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Maria Beatriz Nascimento Decat, pela orientação competente durante o desenvolvimento deste trabalho. O carinho e a atenção que me dedicou foram o incentivo para a realização deste estudo. Tenho para com ela um profundo débito de gratidão por ter partilhado comigo os seus conhecimentos.

Às Professoras Erolde Goreti Pezzati, Sonia Maria de Oliveira Pimenta e Maria Luiza Braga, pelas contribuições para o aperfeiçoamento desta pesquisa.

Aos colegas de Curso, com quem tanto aprendi.

Aos familiares, pela bondade e apoio irrestritos que sempre me dedicaram.

A todos os amigos que, de alguma forma, me ajudaram na realização deste estudo.

RESUMO

Este estudo investiga a estrutura do discurso relatado que ocorre nas teses e dissertações científicas na Língua Portuguesa em uso, mais especificamente a articulação das orações que compõem o discurso relatado. Por meio da abordagem Sistêmico Funcional, considera-se a função interacional da linguagem, pois pretende-se uma explicação para o papel comunicativo que assume o discurso relatado em seu perfil configuracional, semântico e o papel funcional discursivo da organização formal que o constitui. Partindo da hipótese de que a estratégia linguística usada na construção do discurso relatado é a evidência de envolvimento do autor com o leitor, com ele mesmo, com o assunto e com o contexto sócio-cultural, objetiva-se evidenciar as relações interoracionais na articulação das orações no discurso relatado. Assim, descreve-se a estrutura das orações complexas que constituem o discurso relatado com o interesse de explicar as relações que marcam as suas formas de uso. Investigam-se as ocorrências de verbos *dicendi* compatíveis com orações em caráter de projeção, como um processo verbal ou mental, mais especificamente de cognição e verifica-se a integração sintática entre as orações do discurso relatado, a partir da presença ou não de conectivos. Finalmente, analisa-se a projeção no discurso relatado que é considerado como mecanismo de escolha do autor na produção de ações linguísticas, mas apresentado em um nível semântico, considerando-se tanto o aspecto imaneamente linguístico como o aspecto do uso.

Palavras-chave: Discurso relatado. Verbos *dicendi*. Relações interoracionais. Orações complexas. Projeção.

ABSTRACT

This study investigates the structure of the reported speech that occurs in theses and dissertations in the Portuguese Language in use, more specifically the articulation of clauses that make up the reported speech. It is based on Systemic-Functional Linguistics approach and it takes into account the communicative-interactive function of language because it is intended to have an explanation for the communicative role that the reported speech takes in its configurational semantic profile and the discursive functional role of the formal organization which constitutes it. Based on the hypothesis that the linguistic strategy used in the creation of reported speech is the evidence of involvement of the author with the reader, with himself, with the subject and the socio-cultural context, the aim here is to demonstrate the interrelationship in the clauses in the reported speech. So, it sets up the structure of complex clauses which are reported speech with the interest of explaining the relationship that mark their ways of use. It examines the occurrences of *dicendi* verbs compatible with clauses in character of projection as a verbal or mental process and verifies syntactic integration among the clauses of reported speech, from the presence or absence of connectives. Thus it analyses reported speech as a mechanism chosen by the author in the production of linguistic actions.

Key words: Reported speech. *Dicendi* verbs. Inter-sentence relations. Complex clauses.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1:	Ocorrências de verbos <i>dicendi</i> que realizam a projeção de ideias por encaixamento no discurso relatado.	121
TABELA 2:	Ocorrências de verbos <i>dicendi</i> que realizam a projeção de locuções por encaixamento no discurso relatado.	125
TABELA 3:	Total de ocorrências de verbo <i>dicendi</i> que constroem as projeções de ideias e locuções no discurso relatado.	126
TABELA 4:	Ocorrências de verbos <i>dicendi</i> que realizam orações justapostas de discurso relatado retiradas do <i>corpus</i>	130
TABELA 5:	Ocorrências de verbos <i>dicendi</i> na forma nominal de gerúndio nos exemplos de discurso relatado extraídos do <i>corpus</i>	131
TABELA 6:	Ocorrências de verbos na forma nominal de infinitivo nos exemplos de discurso relatado extraídos do <i>corpus</i>	132

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	PRESSUPOSTOS TEÓRICOS.....	18
2.1	<i>Considerações sobre o discurso científico e gêneros textuais</i>	18
2.1.1	A caracterização do discurso relatado	24
2.1.2	O verbo no discurso relatado	32
2.1.3	A polifonia no discurso relatado	41
2.2	<i>A perspectiva da abordagem funcional</i>	44
2.3	<i>Tipos de relacionamento entre orações</i>	47
2.3.1	CITAÇÃO E RELATO	49
2.3.2	Encaixamento e hipotaxe.....	52
2.4	<i>Noção e função das unidades de informação.....</i>	55
3	OBJETIVOS, HIPÓTESE E METODOLOGIA DE TRABALHO	59
3.1	<i>Objetivos e hipótese de trabalho.....</i>	59
3.2	<i>Metodologia</i>	63
4	A ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES NO DISCURSO RELATADO	70
4.1	<i>Considerações iniciais.....</i>	70
4.2	<i>A semântica dos verbos de discurso relatado</i>	71
4.2.1	O tempo dos verbos de discurso relatado	81
4.2.2	A função dos verbos de discurso relatado	84
4.3	<i>A oração complexa</i>	86
4.3.1	O discurso relatado e o sistema semântico de projeção	88
4.3.2	Modo de projeção no discurso relatado.....	91
4.3.3	Modos de significar no discurso relatado.....	94
4.3.4	O processo de cognição no discurso relatado.....	97
4.3.5	A constituição do discurso relatado.....	100
4.4	<i>O significado dos resultados</i>	104
4.4.1	Processos mentais no discurso relatado.....	119
4.4.2	Processos verbais no discurso relatado	123
4.4.3	Orações justapostas no discurso relatado	128
4.4.4	Formas nominais no discurso relatado	131
4.5	<i>CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM RESUMO DA ANÁLISE</i>	133

5	CONCLUSÃO	149
	REFERÊNCIAS	154
	APÊNDICE A - <i>Dados de discurso relatado em teses e dissertações acadêmicas</i>	
	<i>produzidas na área de Linguística</i>	158

1 INTRODUÇÃO

Na abordagem funcional, a língua é um instrumento de interação pessoal. Não é uma estrutura arbitrária e autônoma, que existe em si e por si mesma, mas existe devido ao seu uso para o propósito de interação entre os seres humanos. Considera-se, então, que a capacidade linguística do falante compreende não simplesmente a habilidade de construir e interpretar expressões linguísticas, mas a sua habilidade de usar essas expressões de modo apropriado e efetivo, conforme as convenções da interação verbal que prevalecem na comunidade linguística. Assim, as expressões linguísticas não são objetos funcionais, mas têm propriedades sensíveis e codeterminadas por determinantes pragmáticos na interação social. Portanto, a atividade na fala e na escrita reflete a capacidade que tem a mente humana de realizar operações mentais ou cognitivas, num complexo processo que a língua permite ao autor/leitor, e a partir do qual ele pode compor textos coerentes e coesivamente estruturados.

Neste estudo, tem-se como foco de observação a construção do sentido do texto, desvendando funções da linguagem que se organizam regidas pela função textual. O objeto de investigação é o discurso relatado que ocorre em teses e dissertações acadêmicas na língua em uso, tendo presente que o uso da linguagem e a produção de texto se realizam em interação. E sabe-se que observar os usos linguísticos é não aceitar um tratamento para os itens da língua desconsiderados do dinamismo que significam nos processos textuais. Assim, é nessa perspectiva que se pode explicar o discurso relatado nos textos científicos das teses e dissertações acadêmicas, compreendendo que essa estratégia linguística tem o seu funcionamento discursivo-textual como instrução de organização e instrução de busca que transcende os limites da estruturação sintática.

Dessa maneira, este estudo rejeita moldes que constituem organização de entidades alheias aos processos reais de funcionamento e os modelos que representam submissão a normas linguísticas. Trata-se de uma investigação que apresenta perspectivas de oscilação que caracterizam uma dinâmica da língua e marcam a própria vida da língua, refletindo a sua constante adaptação sob a força da pressão exercida em seus usos, em uma autêntica competição de motivações.

Os estudos tradicionais sobre o discurso relatado (que é também denominado discurso indireto na gramática tradicional) estão, em uma grande parte, fundamentados em normas prescritivas, considerando o uso das mesmas como um mecanismo de estruturação do texto coerente. Sendo assim, a perspectiva tradicional, mesmo apontada como sendo básica e

essencial para os estudos linguísticos, não tem considerado a tessitura de relações e processos interioracionais na articulação das orações de discurso relatado.

Observe-se o exemplo de discurso relatado:

(1) Numa perspectiva biológica, Langacker (1987, p. 100, 162) explica que cada evento cognitivo deixa traços neuroquímicos que vão se repetindo toda vez que eventos semelhantes ocorrem, gerando um efeito de reforço progressivo. (2, TD, UFMG, 2009 - 25)

Observando-se a composição estrutural dessa estrutura de discurso relatado, pode-se dizer que, nas considerações tradicionais, as orações subordinadas são dependentes, porque funcionam como o argumento (objeto direto) de outra oração, a principal, e completam-lhe o sentido. Por outro lado, a principal é aquela que não exerce função sintática em outra, sendo caracterizada como a que mantém o sentido essencial do período. É esta situação que esse exemplo apresenta: como se afirmar que a primeira oração: *Numa perspectiva biológica, Langacker (1987. p. 100 e 162) explica*, pode ser considerada principal no tratamento tradicional, sabendo-se que um de seus termos que lhe completa o sentido é desenvolvido sob a forma de outra oração: *que cada evento cognitivo deixa traços neuroquímicos que vão se repetindo toda vez que eventos semelhantes ocorrem, gerando um efeito de reforço progressivo*, e, ainda assim, afirmar que essa primeira oração pode ter sozinha, isto é, “isolada ou separada do restante da frase” um sentido essencial e completo?

Em uma nova maneira de analisar a articulação de orações, em que são consideradas nas diferentes dimensões em que podem se constituir nos textos em uso, procura-se demonstrar que as relações entre as orações visam não simplesmente expressar um conteúdo temático, mas, principalmente, servem à formulação de mecanismos linguísticos que buscam desenvolver predisposições no leitor e cumprir propósitos interlocutivos. Assim, os estudiosos da linguagem têm se interessado pela articulação ou conexão de orações que compõem o complexo oracional¹ (conforme seção 4.3.1), considerando as relações lógico-semânticas que se estabelecem entre essas orações. Dessa maneira, a complexidade dos fenômenos instaurados na junção das orações apresenta recursos lingüísticos para combinar orações simples e formar orações complexas.

O presente estudo refere-se à investigação do fenômeno da articulação ou combinação de orações como um dos mecanismos de estruturação do discurso relatado que

¹ Segundo Halliday e Matthiessen (2004) considera-se complexo oracional ou oração complexa a sequência semântica de eventos linguísticos realizados por uma série de orações, em que as unidades gramaticais funcionam como elementos em um sistema semântico.

ocorre em teses e dissertações acadêmicas. Vincula-se à abordagem sistêmico-funcional, principalmente aos estudos de Halliday (1994) e Halliday e Matthiessen (1999, 2004), que têm como fundamentação básica conceitos teóricos que acrescentam mais informação ao relacionamento entre gramática e a semântica das orações. Assim, esse estudo se ocupa da investigação do discurso relatado, considerando a linguagem em relação ao seu contexto, ao que as pessoas fazem com a linguagem, modelada como significado e como ação.

Meu interesse por esse mecanismo linguístico – o discurso relatado – surgiu durante as leituras de material teórico e pesquisas fundamentadas, particularmente, em modelos funcionalistas. Em decorrência do interesse para com a realidade da língua em uso, a curiosidade sobre os fatos da linguagem impeliu-me na busca de explicações para este mecanismo ali manifestado: o discurso relatado. Desse modo, esta pesquisa deve-se ao fato de esse tipo de construção lingüística sobressair-se na produção acadêmico-científica tendo em vista que exhibe a recursividade (PERINI, 2004, p. 124) – essa propriedade comum a todas as línguas, que permite colocar estruturas dentro de outras da mesma classe, isto é, trata-se de uma estrutura (uma oração) que é encaixada dentro de outra estrutura da mesma classe (isto é, dentro de outra oração).

Esse mecanismo linguístico considerado como discurso relatado tem sido tradicionalmente reconhecido como discurso indireto, relato e, ainda, citação de conteúdo (MARCUSCHI, 1995) e, a partir de agora, neste estudo, é denominado discurso relatado como a tradução de reported speech (HALLIDAY, 1985). Pode-se dizer que se compõe de orações que trazem marcas formais típicas e, como outros mecanismos linguísticos, mostra que as atividades linguísticas na escrita refletem as operações mentais na atividade discursiva. O discurso relatado tem sido focalizado por outros estudos, devido aos mecanismos sintáticos, semânticos e pragmáticos manipulados no seu uso, entretanto ainda falta uma descrição mais completa para analisar e explicar esse mecanismo linguístico.

Considerando-se que são os propósitos essencialmente comunicativos que determinam o uso da linguagem, de acordo com a perspectiva funcionalista, isto é, fundamentando-se na noção de língua em uso e tendo em vista a função comunicativo-interacional da linguagem, pretende-se uma explicação para o papel comunicativo que assume o discurso relatado em seu perfil configuracional, semântico e o papel funcional-discursivo da organização formal que o constitui.

Assim, em relação à perspectiva funcional discursiva da abordagem funcionalista, podemos observar que nos textos acadêmicos das teses e dissertações há uma variedade de complexos oracionais que apresentam estruturas linguísticas como as destacadas em (2):

(2) Considerando a estratificação da linguagem, Halliday (2001) afirma que a relação de equivalência entre textos em relação tradutória pode ser estabelecida a partir de qualquer um dos níveis de estratificação, mas ressalta que geralmente atribui-se maior valor à equivalência em nível contextual e semântico. (225, DM, UFMG, 2007 - 35)

No exemplo (2), manifesta-se na estrutura do discurso relatado o jogo de palavras *afirma que / mas ressalta que*, e mesmo que se possa perceber que não existe identidade semântica absoluta entre estas expressões, por meio de sinonímia, esse jogo nos permite a identidade referencial ou coesão referencial. Dessa maneira, o discurso relatado constitui-se um aspecto importante da estrutura sónica textual, e, por meio dele, o autor interage, expressa julgamentos e atitudes, assim como estabelece relações entre si próprio, o leitor e o tema em discussão. Assim, o discurso relatado pode ser considerado o resultado de processos cognitivos atuantes na interação e não mero traço dos textos científicos.

Sobre esse exemplo de discurso relatado, pode-se dizer que se trata de proposições ligadas por meio do operador argumentativo *mas* e este uso delas é equivalente à realização de duas estruturas oracionais sucessivas, isto é, dois atos de linguagem diferentes e unidos em uma oração complexa. O que se afirma não é a relação existente entre o conteúdo de dois complexos de orações, mas cada um deles, introduzindo-se o segundo por intermédio de sua relação com o primeiro, para constituir a oração completa.

Entretanto, cada um desses complexos oracionais contém proposições em que se estabelecem relações do tipo lógico, porque são casos de orações ligadas ou encaixadas, portadoras de predicados complexos. Assim, nesse exemplo, pode-se considerar a oração: *Considerando a estratificação da linguagem, Halliday (2001) afirma que a relação de equivalência entre textos em relação tradutória pode ser estabelecida a partir de qualquer um dos níveis de estratificação* como uma única oração complexa, resultante de um só ato de linguagem, visto que nenhuma das proposições que o constituem pode ser objeto de um ato de linguagem compreensível independentemente do outro. Aqui, nesse exemplo, sinaliza-se para a ideia de “encaixamento”, noção que será discutida em maiores detalhes posteriormente neste trabalho.

Pode-se ter explicação semelhante para a segunda oração: [...] *mas ressalta que geralmente atribui-se maior valor à equivalência em nível contextual e semântico* – nessa oração, tem-se um predicado complexo e, portanto, um complexo oracional único, resultante de uma única “unidade informacional”, noção que também será melhor explicada na caracterização do discurso relatado.

Ao observarmos sentenças como essas nos textos científicos das teses e dissertações acadêmicas, surgem questões como:

- (i) Como se articulam ou combinam as estruturas que refletem a propriedade organizacional básica do discurso relatado?
- (ii) Em que o conceito de modificação e dependência entre as orações complexas necessita ser aperfeiçoado para explicar as relações surgidas dentro da oração complexa que constitui o discurso relatado?
- (iii) A estrutura das sentenças, no discurso relatado, é subordinada interdependente e mais encaixada, apresentando integração organizacional completa de elos nem sempre explicitados?
- (iv) A integração sintática entre as orações no discurso relatado espelha o grau de integração semântico-pragmática dos eventos codificados por elas, daí a forma finita ou não finita dos complementos oracionais?
- (v) As orações complexas do discurso relatado, na sua propriedade de fenômeno interativo e dinâmico, podem expressar a polifonia em uma intrincada rede de usos de estratégias de envolvimento, coerência, negociação, construída interativamente em processos de produção de sentidos fundamentados em contextos sócio-históricos?

Buscando esclarecimentos para essas questões sobre o discurso relatado que tratam da articulação de orações na constituição dessa oração complexa, este estudo, fundamentado na abordagem sistêmico-funcional, tem feito da predicação e sua complementação uma perspectiva que mostra a necessidade de se investigar, sistematicamente, a organização das teses e dissertações acadêmicas: trata-se de um estudo da articulação ou conexão de orações que compõem o discurso relatado, considerando-o como um mecanismo de estruturação do texto em um todo significativo.

Assim, neste estudo são examinadas as relações entre as orações que constituem o discurso relatado em teses e dissertações acadêmicas e, dessa maneira, com fundamentação, principalmente, nos princípios teóricos de Halliday e Matthiessen (2004), pode-se considerar o discurso relatado como um mecanismo de projeção por encaixamento, em que a oração projetada funciona como um constituinte na estrutura da oração dentro da qual está encaixada (essas noções serão explicitadas no decorrer desse estudo). São consideradas como exemplos de discurso relatado apenas estruturas construídas com os verbos *dicendi* (verbos de *dizer*) e seus correlatos na terceira pessoa do singular ou do plural (incluindo-se as formas nominais gerúndio e infinitivo), que mostram o *dizer* do outro e o comentário, a valoração ou negação

do próprio autor para as afirmações que ele quer sejam aceitas, negadas ou criticadas. São estruturas que trazem as formas de representação explícita de outro discurso, correspondendo às marcas de interação.

Este estudo pode ser justificado pelo interesse em descrever a estrutura e o funcionamento da linguagem, nos contextos de usos, considerando-se o discurso relatado surgido em textos escritos das teses e dissertações acadêmicas, porque tudo que é escrito desdobra-se em um contexto de uso, e são esses usos que têm formado o sistema linguístico. Assim, inserindo-se no quadro teórico do funcionalismo linguístico, essa pesquisa sobre o discurso relatado na Língua Portuguesa em uso, manifestando-se em comportamentos sintáticos, semânticos e pragmáticos, fundamenta-se, sobretudo, nos moldes dos postulados teóricos dos estudos de Halliday e Matthiessen (2004).

Sabe-se que o discurso relatado ou discurso indireto tem sido considerado nos estudos tradicionais. Pode-se citar, por exemplo, os gramáticos Terra e Nicola (1997, p. 403), que mostram o discurso indireto ocorrendo quando o narrador utiliza as suas palavras para reproduzir a fala de uma personagem. Há a presença de um verbo de elocução (que será o núcleo do predicado da oração principal), seguido de oração subordinada (que será a fala da personagem) que completa o significado do verbo de elocução. Também os autores Terra e Nicola (1997) seguem Garcia (1992) e afirmam que o narrador incorpora na sua linguagem a fala dos personagens, transmitindo-nos apenas a essência do pensamento a ela atribuído. Outro gramático, Bechara (2003, p. 482), em suas considerações sobre o discurso indireto, considera que a Língua Portuguesa apresenta normas textuais para referir-se, no enunciado, às palavras ou pensamentos de responsabilidade do interlocutor, por meio do discurso indireto. No discurso indireto, os verbos *dicendi* se inserem na oração principal de uma oração complexa, tendo por subordinada as porções do enunciado que reproduzem as palavras próprias do interlocutor. Essas orações são introduzidas pelo transpositor *que*, pela dubitativa *se* e pelos pronomes e advérbios de natureza pronominal *quem, qual, onde, como, por que, quando* etc.

Segundo Garcia (1992, p. 129-130), a perspectiva teórica tradicional serve-se do discurso direto – a *oratio recta* do latim – em que o narrador reproduz (ou imagina reproduzir) textualmente as palavras, isto é, a fala dos interlocutores e do discurso indireto – a *oratio obliqua* do latim – e argumenta que, no discurso indireto, o autor transmite com as suas próprias palavras apenas a essência do pensamento do interlocutor. No discurso indireto, os verbos *dicendi* constituem o núcleo do predicado da oração principal, cujo complemento (objeto direto) é representado pelas orações que se lhe seguem, introduzidas pelos conectivos

que (para *dizer, responder* e seus equivalentes) e *se* (para *perguntar* e seus equivalentes). Em outras situações, funcionam como partículas de ligação os pronomes e advérbios interrogativos indiretos (*quem, qual, onde, como, quando, porque* etc.).

Pode-se observar que se encontram problemas nessas considerações tradicionais. Primeiramente, tais esquemas classificatórios tendem a apresentar noções estáticas e motivadas apenas pelo aspecto externo dos enunciados, desconsiderando-se o uso como uma das estratégias de estruturação do discurso relatado e ignorando-se que estrutura e função parecem ser interdependentes (NEVES, 1997). Além disso, apresenta-se apenas o processo tradicional de descrição gramatical, sem reconhecimento de que a linguagem não é um fenômeno isolado, mas, pelo contrário, serve a propósitos, dependendo das intenções dos interlocutores.

Esses estudos compreendem as expressões linguísticas como um sistema estável, objetivo e quase externo à língua, sem considerar, de acordo com Koch (2004, p. 31-32), que as ações verbais são ações conjuntas, desenvolvendo-se em contextos sociais com finalidades sociais e com papéis distribuídos socialmente. Dessa maneira, a produção da linguagem constitui-se em ação interativa, fundamentada por princípios pragmáticos refletidos na própria trama retórica da escrita.

Pode-se observar também que no modo tradicional de considerar as relações entre as orações, dentre os parâmetros utilizados, os processos de subordinação têm-se apresentado como aspectos das investigações dessas estruturas que compõem o discurso relatado. Esse processo de ligação de orações tem sido o fundamento para se afirmar que o enunciado complexo que compõe o discurso relatado recebe, junto às análises tradicionais, o tratamento como construções de subordinação.

Entretanto, sabe-se que, tradicionalmente, a conceituação de subordinação tem-se mostrado indefinida, pois a oração subordinada tem sido tratada como fenômeno gramatical, ou como simples denominação de mecanismo de combinação de orações ou ainda como sinônimo de hipotaxe. Entretanto, a complexidade do fenômeno instaurado pelas relações entre as orações do discurso relatado demonstra que são necessárias análises em uma dimensão mais ampla para se verificar não apenas as relações entre a configuração formal ou gramatical da oração. Torna-se importante referir-se à organização da oração complexa como um todo, e ao seu significado como uma mensagem, tanto em relação a si mesma como na sua relação com o contexto em que se insere e, dessa maneira, obter maior esclarecimento de conceitos gramaticais como a subordinação, dependência e encaixamento.

Dessa maneira, conduzindo esta análise sob a perspectiva da abordagem funcionalista, segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 373), pode-se considerar sistemicamente a oração complexa por meio de dois sistemas básicos que determinam como uma oração é relacionada à outra: o sistema tático e o sistema das relações lógico-semânticas. As estruturas táticas são relacionais em natureza e, nesse modo, são interdependentes, mas dois graus de interdependência são envolvidos – parataxe e hipotaxe. Dentro do sistema tático, parataxe é a união de elementos de igual condição, nenhum se apresentando como dependente do outro e hipotaxe é a união de elementos de *status* diferentes, em que um modifica o outro e a oração secundária é dependente da oração primária.

Considera-se também que há um amplo alcance de diferentes relações lógico-semânticas que podem ser mantidas entre um membro primário e um secundário de um nexo oracional e que essas relações podem ser agrupadas em dois relacionamentos fundamentais: expansão e projeção. Na relação lógico-semântica de projeção, considera-se que uma oração é projetada por outra, que a apresenta como uma locução ou uma ideia. Assim, a projeção estabelece elos entre eventos de *dizer* e de *pensar*.

De acordo com Halliday e Mathiessen (2004), o discurso relatado é representado como a projeção hipotática de relatos – em que a oração projetada é dependente da outra oração que a projeta e, então, não tem o *status* de oração – isto é, trata-se de uma hipotaxe.

Entretanto, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004, p. 443), além dos dois modos táticos de projeção, anteriormente, apresentados – isto é, a projeção paratática de citação e a projeção hipotática de relatos – há um ambiente em que as orações projetadas podem ocorrer – o ambiente de constituição de **encaixamento**. De acordo com Halliday e Matthiessen (2004, p. 467-468), ambas, locuções e ideias, podem ser encaixadas – ao lado dos nexos de orações paratática e hipotática que, diferentemente, podem ser trocadas de posição ou hierarquia para funcionar do mesmo modo como os qualificadores dentro de um grupo nominal.

Segundo Halliday e Matthiessen (2004), a estrutura linguística que apresenta o encaixamento é assim uma mudança de hierarquia, pela qual uma oração vem funcionar na estrutura de um grupo, em que ele mesmo é um constituinte da oração. A função característica de um elemento encaixado é como o pós-modificador na estrutura do grupo nominal. O fato de a oração projetada ser encaixada como o Qualificador em um grupo nominal significa que ela pode ocorrer em uma dimensão de ambientes gramaticais não abertos para não encaixadas, taticamente, apenas para orações relatadas projetadas.

Essas noções permitem entender, na perspectiva sistêmica, a atuação da projeção encaixada com o grupo nominal; entretanto, em âmbitos diferentes de análises, pode-se observar que a oração complexa apresenta a projeção por encaixamento – isto é, o nexos que projeta a oração complemento funciona diretamente na estrutura da outra oração – e, dessa maneira, compõe a configuração estrutural do discurso relatado.

Além desta Introdução, que compreende a delimitação do problema e a justificativa, este trabalho constitui-se de três capítulos, com a seguinte organização: o primeiro capítulo, intitulado Pressupostos Teóricos, compreende a fundamentação teórica, de base funcionalista, que norteia a análise empreendida. O segundo capítulo, com o título Objetivos, Hipótese e Metodologia de Trabalho apresenta a hipótese que orienta este estudo, em que se busca averiguar a articulação de orações no discurso relatado e se especificam os objetivos e a metodologia de trabalho empregada na análise. Nele são dadas explicações sobre o *corpus* que foi selecionado e os critérios propostos para esta investigação. No terceiro capítulo, com o título A Articulação de Orações no Discurso Relatado, mostra-se o discurso relatado construído semanticamente por meio dos verbos *dicendi* (ou verbos *de dizer*), sendo analisado como projeção de significados através de processos verbal ou mental. Verifica-se a integração sintática entre as orações que constituem o discurso relatado e mostra-se a projeção como um fenômeno da linguagem. Faz-se a análise e discussão dos resultados, considerando-se os verbos *dicendi* e a presença ou não de conectivos, considerados marcadores de mecanismos de escolha do autor na produção de ações lingüísticas. O capítulo encerra-se com um resumo dos aspectos desenvolvidos, relacionados à constituição do discurso relatado e à sua importância no desempenho da função como mecanismo de informação. Ao final do trabalho encontra-se a Conclusão e, posteriormente, está o Anexo com os dados que constituem o *corpus* da pesquisa.

2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

2.1 *Considerações sobre o discurso científico e gêneros textuais*

Na caracterização dos gêneros textuais, Marcuschi (2005, p. 20-24) afirma que, no contexto teórico, a língua é considerada como uma forma de ação social e histórica constituindo a realidade. Nesse aspecto sócio-interativo da língua se formam os gêneros textuais como ações sócio-discursivas, para falar e atuar sobre o mundo, constituindo-o. Assim, os gêneros textuais apresentam características sócio-comunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição própria.

Os gêneros textuais caracterizam-se por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais e não apenas por aspectos linguísticos e estruturais; e são observados em seus usos e condicionamentos sócio-pragmáticos, pois são práticas sócio-discursivas.

Segundo Marcuschi (2005), a instância de produção discursiva ou de atividade humana denominada domínio discursivo científico, não é texto nem discurso², mas propicia o surgimento de discursos específicos, entre os quais podemos identificar as teses e dissertações acadêmicas, como práticas comunicativas institucionalizadas.

Pode-se dizer que esses gêneros textuais³ – por exemplo, as teses e dissertações acadêmicas –, de acordo com Marcuschi (2005), não apenas representam uma forma linguística, mas são formas de realizar linguisticamente objetivos específicos em situações sociais específicas. Operam em um contexto determinado com legitimação discursiva, pois são artefatos culturais. São compostos para se adaptar à situação, intenção e à audiência. Nessa construção, moldam o processo vários aspectos, tais como o propósito, o conteúdo, a sintaxe, o léxico da língua e o contexto social e situacional, conforme as conclusões de Halliday e Martin (1993), (conforme seção 3.1), e para eles convergem ações linguísticas, cognitivas e sociais.

Assim, nesse estudo, de acordo com as investigações de Marcuschi (2005) sobre os gêneros textuais, pode-se considerar a perspectiva de funcionamento ideológico –, constituído de um *dizer* sobre o *dizer* – e, portanto, considerar que se tem a inscrição do discurso relatado

² Nesse estudo consideram-se texto e discurso como Marcuschi (2005, p. 24): texto é uma realidade concreta realizada materialmente e representada em algum gênero textual, e discurso é aquilo que um texto produz ao se manifestar em alguma instância discursiva, isto é, se realiza nos textos.

³ Nesse estudo consideram-se os gêneros textuais, conforme Marcuschi (2002, 2005), como formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em domínios discursivos específicos.

nas teses e dissertações científicas como o mecanismo linguístico em um funcionamento dialógico.

Nas investigações sobre os gêneros textuais, seguindo a perspectiva sócio-interativa vinculada ao aspecto histórico e cultural no contexto da lingüística, Bazerman (2005) observa e estuda as marcas enunciativas da textualidade. Segundo Bazerman (2005, p. 11), podem-se compreender os gêneros textuais como fenômenos de reconhecimento psicossocial, que são parte de atividades socialmente organizadas, pois são fatos sociais surgidos na atividade de compreensão intersubjetiva, em que se compartilham significados visando propósitos definidos.

Assim, observam-se os espaços discursivos organizados por meio dos gêneros textuais, segundo Bazerman (2005, p. 144-145), e percebem-se os mecanismos que organizam os textos e criam as ações dentro dos gêneros. Podem-se investigar também significados e formações simbólicas que são realizados dentro desses espaços. Podem-se identificar certos termos, representações e um domínio de trabalho nos termos usados, e ainda tipos de manipulações simbólicas ou relações sintáticas entre as imagens criadas. Isto quer dizer que os espaços discursivos tratados como gênero também designam os espaços de trabalho simbólico ou de pensamento.

Pode-se dizer que essas investigações de Bazerman (2005) e as de Marcuschi (2005), que se referem a significados e formações simbólicas que são realizados dentro dos espaços textuais e identificam domínios de trabalho e são fatos sociais, se coadunam com as afirmações de Halliday e Martin (1993), segundo os quais a linguagem em uma perspectiva semiótica social caracteriza uma instância intelectual e, assim, é compreendida em seu relacionamento à estrutura social.

Visando à produção do conhecimento e mais frequentemente do discurso escrito, os gêneros textuais, como, por exemplo, as teses e dissertações acadêmicas, modelam um campo de atividade, incluindo as relações e interações. Assim, pode-se dizer que as configurações discursivas reapresentadas nas teses e dissertações acadêmicas são o que publicamente se considera como formas correspondentes, semelhantes de pensar de membros dessa investigação. A credibilidade do que nelas se afirma depende de quanto convincente os argumentos são apresentados de forma reconhecida e valorizada na especialidade.

Por serem esses objetos discursivos produzidos, de certa forma, concretos, ainda que simbólicos, pode-se dizer que o discurso relatado, o mecanismo linguístico utilizado em teses e dissertações acadêmicas, fornece o *locus* observável, registrável que, concretamente, faz a

mediação de orientações pessoais e assim, molda o papel e as relações dos vários participantes e orienta suas percepções e cognições.

Desse modo, segundo Bazerman (2005, p. 143), os gêneros textuais fornecem os artefatos ou as ferramentas para que cada indivíduo possa construir suas capacidades perceptuais e de ações para julgar os ambientes discursivos como significantes na formação de mundos discursivos em interação.

Assim, pode-se dizer que o gênero textual, que é uma forma viva e não estanque, permite que esse conhecimento individual se renove de modo significativo em sua vinculação com o coletivo e em sua ação discursiva na sociedade. E a pessoa torna-se capaz de criar novas realidades de significação e conhecimento por meio dos gêneros textuais – isto é, cria fatos sociais.

As reflexões sobre os gêneros textuais segundo Bakhtin (2003, p. 263) também merecem alusão. Bakhtin considera os gêneros discursivos secundários, que são complexos e envolvem as pesquisas científicas⁴.

A natureza do enunciado que compõe esse gênero textual deve ser definida, pois, segundo Bakhtin (2003, p. 274-275), ela é a real unidade da comunicação discursiva, estabelecendo a diferença entre essa unidade e as unidades da língua (palavras e orações). O discurso somente pode existir na forma de enunciações concretas de determinados sujeitos do discurso. E o discurso é uma fusão, um todo em forma de orações pertencente a um determinado sujeito do discurso. Assim, o autor coloca questões no âmbito do enunciado, responde a elas, faz objeções, aceita e avalia etc.

Nessa perspectiva, a oração que se torna enunciado pleno, de acordo com Bakhtin (2003, p. 278-279), assume uma validade semântica. Em relação a ela, pode-se ocupar uma posição responsiva; com ela se pode concordar ou discordar e avaliá-la, de forma que ela ganha a capacidade de determinar respostas apenas no conjunto do texto. Diferentemente, a oração enquanto unidade da língua tem natureza gramatical e fronteiras gramaticais, e, assim, não tem contato imediato com a realidade, com a situação extraverbal e nem relação com os textos alheios. Desse modo, somente em um enunciado pleno, a oração adquire propriedades estilísticas. Então, a oração configura-se como enunciado pleno – aparece colocada em uma

⁴ Segundo Halliday e Martin (1993, p. 4), as pesquisas científicas referem-se aos textos marcados por características como alta densidade lexical, apresentando termos técnicos, que são uma parte essencial da linguagem científica. Assim, a qualidade distintiva da linguagem científica fica na lexicogramática como um todo.

moldura de materiais de natureza diversa. A oração constitui-se em um elo na corrente complexamente organizada de outras orações.

Segundo Bakhtin (2003, p. 261-265), o uso da língua efetua-se em formas de enunciados, que refletem as condições, as finalidades específicas da atividade humana. Todo trabalho de investigação de um material linguístico concreto opera com enunciados linguísticos concretos, relacionados a um campo da atividade humana e da comunicação, de onde se pode verificar e extrair os fatos linguísticos para estudos. Em qualquer corrente especial de investigação linguística faz-se necessária uma noção precisa da natureza do enunciado e das particularidades do gênero discursivo em que esse enunciado integra à realidade concreta como acontecimento sócio-histórico. O desconhecimento da natureza do enunciado e também da relação diferente com as peculiaridades do gênero do discurso, em qualquer campo da investigação linguística, deformam a historicidade da investigação científica e deterioram as relações da língua com a vida, pois é por meio de enunciados concretos que essas relações se realizam no uso e permitem a vida motivar a língua.

Pode-se dizer que o discurso científico de teses e dissertações acadêmicas, seguindo Bakhtin (2003), constitui-se de enunciados plenos – o discurso do sujeito do discurso – e pode-se observar que adquirem um caráter interno, devido ao sujeito do discurso – o autor – que aí revela a individualidade no estilo, na visão de mundo e em todos os elementos da idéia que o integra. Essa marca da individualidade, implicitamente, cria princípios específicos que a distinguem de outras obras a ela vinculadas no campo cultural: as obras dos predecessores em que o autor se fundamenta ou outras obras da mesma corrente e obras de correntes adversas etc. E, esses gêneros textuais, como a réplica do diálogo, estão preparados para a sua ativa compreensão responsiva do outro (ou dos outros) em várias formas: influência sobre os leitores, seguidores em suas convicções, respostas críticas – representam um ponto comum de união no contínuo da comunicação discursiva.

O discurso relatado pode ser considerado sob essa perspectiva, pois, segundo Bakhtin (2003, p. 261-265), o uso da língua efetua-se em forma de enunciados, que refletem as condições, as finalidades específicas da atividade humana, principalmente, devido a três elementos: o conteúdo temático, o estilo e a construção composicional. Esses elementos estão ligados no todo da estrutura oracional que é determinado pela especificidade de um determinado campo da comunicação. Cada estrutura oracional é individual, mas a utilização da língua nos seus amplos e variáveis usos permite elaborar tipos de orações, relativamente estáveis que são denominados gêneros do discurso.

De acordo com Bakhtin (2003, p. 266), os estilos de linguagem ou funcionais são estilos de gênero de determinadas esferas da atividade humana e da comunicação. Uma determinada função (por exemplo, a científica) e determinadas condições de comunicação discursiva, específicas de cada campo, fazem emergir os determinados gêneros, isto é, determinados tipos de estruturas linguísticas, temáticas e composicionais relativamente estáveis. O estilo constrói tipos de relação do autor com outros participantes da comunicação discursiva: os leitores, os parceiros, o discurso do outro etc.

Pode-se dizer, então, com fundamentação em Bakhtin (2003), que as teses e dissertações acadêmicas surgem nas condições de um convívio cultural mais complexo, desenvolvido e organizado.

Trata-se, pois, de eleger um objeto de reflexão – o discurso relatado – em que o uso e os fatos contidos no material informativo e documental, transmitido por meio das teses e dissertações acadêmicas, explicitam o seu uso em textos reais. Portanto, o discurso relatado é a língua viva funcionando e, assim, exhibe possibilidades de composição aproveitadas pelos autores para a realização do sentido desejado em cada instância. O que se pretende é buscar os resultados de sentidos, partindo do fundamento de que é no uso que os diferentes itens, no caso, o discurso relatado, assumem seu significado e definem sua função. O discurso relatado, como todas as entidades da língua, tem que ser avaliado em conformidade com as instâncias em que ocorre ou se estrutura, pois afinal se define na sua relação com o texto. Tudo isso significa tentar compreender o modo de funcionamento das práticas de linguagem e, nessa perspectiva, o objeto em questão é concebido como atividade social mediada pelo discurso, permitindo o acesso do indivíduo ao mundo do conhecimento.

As reflexões apresentadas inserem-se na abordagem funcionalista e, desse modo, esse estudo permite enfatizar a concepção de linguagem como um instrumento de comunicação e de interação social e o estabelecimento de um objeto de estudo baseado no uso real em que não se admite separações entre sistema e uso. Toda a explicação linguística deve ser baseada na linguagem em uso no contexto social, exige a explicação do fenômeno linguístico e fundamenta-se nas relações que, no contexto sócio-interacional, contraem autor/leitor e a pressuposta informação pragmática de ambos.

Esta perspectiva da linguagem como um instrumento de interação social tem por objetivo revelar a instrumentalidade da linguagem em termos de situações sócio-históricas, e fazer surgir questões relacionadas à análise da estrutura da linguagem em uso, com práticas discursivas relacionadas e submetidas ao modo de organização das atividades humanas.

Veja-se o exemplo de discurso relatado abaixo:

(3) Sweetser (op. cit.) e Camacho (1999) mostram que o conectivo *e*, no nível da sentença, opera nos três domínios cognitivos, sendo, inclusive, ambíguo quanto ao domínio de aplicação (fenômeno denominado “ambiguidade pragmática”). (249, DM, UNESP, 2005 - 34)

Nesse exemplo (3) ocorrem os elementos que se constituem no discurso relatado – seja por menção explícita, seja por construção inferencial, a partir de situações descritas – e passam a fazer parte do “conjunto temático” do texto. Assim, o discurso relatado de teses e dissertações acadêmicas cria e relaciona as entidades que entram na organização informativa, realizada pelas orações, nascida da organização das predicções e estabelecida entre predicados e argumentos com seus respectivos papéis. É nesse entrecruzamento que se constrói a rede referencial que mantém o texto científico⁵ por meio do discurso relatado.

Pode-se considerar que é o contexto da ação de linguagem no seu conjunto que exerce influência sobre as diferenças de registro e não a variante oral/escrita em si mesma, que constitui apenas uma propriedade do contexto, desempenhando um papel indireto. Devido à ausência de interlocutores concretos e pela possibilidade permanente de correções, os textos produzidos em modalidade escrita em uma estrutura de conjunto mostram grande autonomia em relação às propriedades da ação de linguagem, como ocorre em relação ao discurso relatado.

Assim, nos estudos atuais realizados sobre a estruturação de orações, são consideradas não somente as relações entre as orações, mas também entre porções maiores do texto, nas diferentes dimensões em que essas relações podem refletir-se nos textos em uso. A proposta de evidenciar essas relações entre orações (ou porções maiores do texto) demonstra que essas relações interoracionais visam à expressão de um conteúdo temático e também à formulação de estratégias que predisõem o interlocutor, ou o aliciam, a propósitos interlocutivos, por exemplo, aceitação de determinado ponto de vista ou perspectiva, interação positiva sobre determinada argumentação etc. Desse modo, a natureza dessas relações semântico-discursivas, que se apresentam realizadas nas diferentes dimensões em que é possível observar o discurso, fundamentam-se em bases cognitivas. Essa estruturação de conjuntos de relações semânticas entre complexos oracionais faz emergir o discurso relatado para realizar significados.

Cabe ressaltar que, de acordo com as postulações de Marcuschi (2005), Bazerman (2005) e Bakhtin (2003), pode-se considerar que no domínio discursivo científico tem-se o

⁵ É bom lembrar que, segundo Halliday e Martin (1993), o texto científico é marcado por características distintas como densidade lexicogramatical, uso de expressões específicas como termos técnicos.

discurso científico, e nele estão compreendidas as teses e dissertações acadêmicas, complexas por sua construção; e pela própria natureza são unidades de comunicação discursiva. Pode-se dizer que, nas teses e dissertações acadêmicas, a oração plena pode significar as estruturas que compõem o discurso relatado, o mecanismo linguístico que estabelece relações e significados no discurso científico. Dessa maneira, em uma perspectiva sócio-discursiva, as teses e dissertações acadêmicas, mais do que simples forma típica, traduzem-se em uma forma de linguagem. Compreende-se, pois, que toda explicação linguística deve ser baseada na linguagem em uso, o que exige a explicação do fenômeno linguístico e fundamenta-se nas relações que, no contexto sócio-cultural (melhor explicado na seção 2.1), assumem ou contraem autor/leitor e a pressuposta informação pragmática de ambos.

2.1.1 A caracterização do discurso relatado

Neste estudo, expõe-se um mecanismo da língua – o discurso relatado – aparentemente bem conhecido e bem estudado, a uma problematização renovada, reformulando-o sob novos aspectos, colocando em evidência toda a significação e o aspecto revelador desse mecanismo linguístico. Pretende-se dotar de uma nova orientação o fenômeno de transmissão da palavra de outrem que, segundo Bakhtin (2006), é o elemento potencial do ato de fala e entidade global na estrutura do texto.

O discurso relatado, também denominado *discurso* citado por Bakhtin (2006, p. 150), é o “discurso no discurso, mas ao mesmo tempo um discurso sobre o discurso”. No discurso relatado, não somente o conteúdo semântico, mas também a estrutura das orações que contém o que é citado permanecem relativamente estáveis, de uma forma em que a substância do discurso do outro permanece perceptível como um todo autossuficiente. Manifesta-se nessas formas de transmissão da fala do outro uma relação dinâmica de um ato de fala ao outro, não simplesmente no plano temático ou de conteúdo, mas também por meio das construções oracionais estáveis que fazem parte da língua. Tudo isso se torna possível porque o mecanismo desse processo associa às estruturas gramaticais da língua os elementos da apreensão ativa e apreciativa da fala do outro.

O discurso relatado, considerado discurso indireto ou *esquema* de base, segundo Bakhtin (2006), apresenta-se nos textos acadêmicos das teses e dissertações sob a forma de uma oração subordinada completiva (denominação tradicional), que é introduzida por verbo *dicendi*, geralmente, acompanhado do articulador ou conjunção *que* (não é obrigatória a ocorrência da conjunção *que*, podendo as duas orações apresentar-se justapostas, em uma

maior integração verbal). Essa configuração estrutural de discurso relatado mostra outra característica da linguagem, além da subjetividade, que é, de acordo com Pinheiro (2009), a possibilidade discursiva de uma mesma fala ou informação ser retransmitida por meio de um autor. Esse ato de fala uma vez retransmitido redonda ou resulta em outro discurso, o relatado (também denominado discurso referido ou reportado).

Esta expressão *discurso relatado* designa, no campo da Análise do Discurso e da Teoria da Enunciação, o fenômeno em que o discurso inclui outro discurso ou outros discursos. E, dessa maneira, o discurso relatado abrange, externa e internamente, a discursividade humana, portanto, esse fenômeno aponta para a realidade de que o ato de fala não é essencialmente um ato de um sujeito isolado. O mecanismo desse processo não se situa no *dizer* de um autor isolado que nomeia o mundo, mas se situa na sociedade e constitui-se em uma réplica: ato de fala a partir de outros atos de fala. É ato de fala que se associa às estruturas gramaticais da língua e se põe como complemento ou contraste em relação a outras falas ou outros escritos de alguém, que não é o autor. Nesse sentido, o autor do discurso relatado (e do texto em que esse mecanismo se insere) apresenta-se como elemento ou entidade linguística não uno, não homogêneo, mas atravessado e fundamentado por uma multiplicidade de vozes e sentidos. Se qualquer discurso comum inclui, de forma explícita ou implícita, palavras, expressões, pensamentos e enunciados tomados a outros discursos, isto é, apresenta o fenômeno da intertextualidade, com maior razão e com maior frequência assim faz o discurso relatado no discurso científico de teses e dissertações. Isto se justifica porque o discurso científico não pode prescindir das informações, experiências, opiniões e relatos de fontes variadas que o compõem.

Na abordagem sistêmico-funcional, segundo os autores Halliday e Matthiessen (2004), a projeção (isto é, os processos verbal ou mental que instanciam o discurso relatado – noção que será explicitada posteriormente), pode ser realizada na forma de relato: ‘*reporting*’ (*indirect speech*). Assim, o discurso relatado é a palavra sobre a palavra de outros e, então, a presença desses outros autores é certa e necessária, pois são eles com seus conhecimentos e experiências, ideologicamente significativos, tendo sua expressão no discurso interior – o discurso relatado – que alimentam, dinamizam e, principalmente, valorizam o texto e o fazer científico.

Para este estudo sobre os processos de constituição desse enunciado complexo, que é o discurso relatado, segundo as escolhas determinantes do autor, consideram-se as funções e significados e o modo de conectar formalmente as porções da estrutura oracional considerada como um todo, isto é, a junção das orações. As propostas tradicionais são revisitadas e a

organização real desse enunciado é avaliada nas diversas perspectivas que envolvem a atividade linguística com a incorporação dos componentes sintático, semântico e pragmático.

O discurso relatado é considerado diferentemente das propostas tradicionais por Marcuschi (1995, p. 188). Podemos perceber, em suas análises sobre a interação verbal, que a repetição – procedimento comum na interação verbal face a face – difere do que se convencionou chamar de discurso relatado. A repetição é, muitas vezes, um ato rotineiro, inconsciente, com formas e funções discursivas e textuais específicas, muito diversas daquelas atribuídas ao discurso relatado. A diferença essencial entre o ato de repetir e o ato de relatar está no fato de que o discurso relatado não ocorre como rotina automatizada; mas é sempre um ato consciente, reformulador.

Em relação aos fenômenos relacionados à classe das produções conhecidas como discurso relatado, são considerados os subconjuntos específicos, tradicionalmente denominados discurso direto (constitui a citação) e discurso indireto (refere-se ao discurso relatado). O discurso direto é assim designado quando a fala de outro é reproduzida nos termos (presumivelmente) originais. O discurso indireto é considerado como uma forma de citação parafraseada e integrada sintática e semanticamente, com modificações estruturais, o que implica, necessariamente, a recriação e a mudança. Assim, o termo *relatado* é enganador e pode-se admitir que o discurso relatado é construído como mecanismo discursivo com o objetivo de criar envolvimento e eficácia comunicativa.

Para maior sistematização terminológica, Marcuschi (1995, p. 191) usa a expressão *citação de conteúdo* para referir-se ao discurso relatado. Segundo esse autor, o termo *citação* indica que se trata de reprodução de discursos prévios, supostos ou reais, e a citação de conteúdo equivale ao discurso indireto ou discurso relatado, sendo mais frequente na escrita. Portanto, há certa correlação entre a forma de citação e os gêneros discursivos que se fundam na modalidade de uso da língua.

O discurso relatado realiza-se quando a frase repetida⁶ não é reproduzida tal qual na narrativa, sendo transformada num sintagma nominal pelo conectivo ‘*que*’, ou pela redução da forma verbal ao infinitivo, ou simplesmente por uma ‘transformação’ (encaixamento, que será explicado posteriormente) por se tratar de interrogação indireta.

O problema da fidedignidade só se coloca no caso das citações de conteúdo (discurso indireto ou discurso relatado), porque se dá como pressuposto de que as citações de fala (discurso direto), por serem reproduções consideradas *ipsis verbis*, devem ser sempre

⁶ Frase repetida significa reiteração do conteúdo proposicional da oração principal.

fidedignas. Mas isso não passa de uma suposição, segundo Marcuschi (1995), porque o discurso *de dicto* (discurso direto) não garante fidedignidade ou literalidade da fala. Desse modo, considera-se que a citação de conteúdo (isto é, o discurso indireto ou discurso relatado) parece não ser um processamento direto da fala do outro e sim uma reformulação pessoal (parafraseada ou não) do conteúdo da fala do outro.

Nessas conclusões de Marcuschi (1995) podemos perceber as marcas de interação entre autor/leitor, envolvendo a reconstrução de uma posição de caráter interacional característica do discurso relatado.

Outra investigação, apresentada a seguir, pode ser relacionada às análises já apresentadas sobre o discurso relatado. Trata-se dos estudos de Perini (2004, p. 124), sobre a propriedade comum a todas as línguas de colocar estruturas dentro de outras estruturas da mesma classe – a recursividade, que parece confirmar as hipóteses de Halliday (1985) sobre encaixamento. Nesses estudos, é considerada a estrutura da oração complexa, que pode ser definida como a oração que contém dentro de seus limites pelo menos uma outra oração, como ocorre no exemplo citado abaixo:

(4) Titia disse que nós desarrumamos a casa. (PERINI, 2004, p. 129)

Uma das orações, *nós desarrumamos a casa*, está inserida dentro de um dos termos da outra oração complexa: *Titia disse que nós desarrumamos a casa*; e é o objeto direto: *que nós desarrumamos a casa*. É possível adotar essa análise, devido à transitividade do verbo *dizer* e devido (PERINI, 2004, p. 133-134) à seqüência *que nós desarrumamos a casa* apresentar semelhanças funcionais com os sintagmas funcionais: essa seqüência pode ser objeto direto. Quanto ao estatuto e função do elemento *que*, tradicionalmente tratado como conjunção integrante, Perini (2004) considera-o como um dos recursos que a língua possui para encaixar uma oração dentro de um predicado verbal; isto é, o complementizador *que*, mais uma oração, forma um SN (sintagma nominal).

Quanto à definição tradicional de “oração subordinada”, é feita por Perini (2004) a afirmação de que a oração subordinada não é aquela que funciona como termo de outra oração; mas é aquela que é parte de um termo de outra oração. Assim, a oração *nós desarrumamos a casa* é oração subordinada, porque faz parte de *que nós desarrumamos a casa*, que por sua vez é termo da oração complexa: *Titia disse que nós desarrumamos a casa*.

Pode-se observar que essas argumentações de Perini (2004) se assemelham aos pressupostos teóricos das investigações de Halliday (1985, 1994) sob dois aspectos: (i) as postulações a respeito do elemento *que*, considerado como um recurso da língua para encaixar

uma oração em outra, podem ser consideradas de acordo com as análises de Halliday (1994, p. 50), que apresenta as conjunções considerando-as como elementos que têm um *status* especial na estrutura temática da frase. Assim, as conjunções constituem uma classe distinta na gramática e são itens obrigatoriamente temáticos. Relacionam a oração a uma precedente, na mesma sentença (na mesma oração complexa); e esse relacionamento que permitem não é apenas semântico, mas também gramatical – elas constroem as duas partes dentro de uma única unidade estrutural; (ii) a questão concernente à transitividade do verbo *dizer* – em que uma oração pode ser um termo (objeto direto) da oração complexa – combina com as considerações teóricas de Halliday (1994), em que o encaixamento é um mecanismo pelo qual uma oração funciona como um constituinte de outra oração.

Sobre o discurso relatado, Braga (2001, p. 25) afirma que a classificação dos discursos indiretos como estratégias de hipotaxe, e não como encaixamento, não é aceita por ela, porque, dessa maneira, permitiria um tratamento sintático diferenciado aos complementos oracionais de verbos *dicendi* e de atividade mental, por um lado, e aos complementos oracionais de verbos de percepção e verbos causativos, por outro lado.

Essa posição de Braga (2001) parece não estar de acordo com os pressupostos teóricos de Halliday (1985), quando ele considera o discurso relatado como um processo de hipotaxe e afirma que, na relação de modificação, o termo geral é hipotaxe, – que é a relação entre um elemento dependente e seu dominante, do qual ele é dependente. Por outro lado, Halliday (1985) e Halliday e Matthiessen (2004) analisam a projeção por encaixamento como um constituinte dentro da estrutura de um grupo, sendo ele mesmo um constituinte de uma oração. Então, pode-se verificar que o nível de integração sintática pode ser observado em estruturas de hipotaxe e de encaixamento, que, de acordo com os estudos de Carvalho (2004, p. 99), por si só já constituem graus de vinculação sintática: as primeiras representam construções de interdependência sintática entre as sentenças núcleo e hipotática e as segundas, construções de dependência sintática entre as cláusulas matriz e encaixada.

Outra observação que interessa ao tratamento dado ao discurso relatado e ao encaixamento de orações pode ser a noção de unidades discursivas que, segundo Castilho (1989, p. 253), tem recebido diferentes tratamentos e diferentes designações: *utterance chunks* (pedaços de enunciado) em Gumperz (1977), *idea units* (unidades de ideias) apresentada por Chafe (1980, 1982) e inicialmente chamadas *information units* (unidades de informação) por Halliday (1967) entre outros. De acordo com Castilho (1989, p. 253), a unidade discursiva é um segmento do texto caracterizado, semanticamente, por preservar a propriedade de coerência temática da unidade maior e, formalmente, compõe-se de um núcleo e de margens,

que são facultativas. O núcleo da unidade discursiva é constituído por uma ou mais de uma oração, que é entendida como um verbo que relaciona o argumento externo ou sujeito aos argumentos internos ou complementos.

Ao tratar da estruturação da cadeia discursiva, Marcuschi (1989, p. 288) explica as unidades comunicativas como porções textuais, isto é, recortes discursivos funcionalmente caracterizados e internamente compostos de padrões sintáticos de natureza diversa, por exemplo, uma ou várias orações ou até mesmo parte de oração. Apresentam uma grande regularidade e transmitem porções informacionais. Esta categoria *unidade comunicativa* é uma grandeza comunicativa (discursivamente produzida) e, como observam Rath (1979 *apud* MARCUSCHI, 1989) e Mönnink (1980 *apud* MARCUSCHI, 1989), acha-se submetida a certo grau de interpretação.

A noção de unidade de informação é tratada por Chafe (1980 *apud* DECAT, 1999, p. 27) – a partir da noção de *idea unit* (traduzida como unidade de informação ou unidade informacional). Essas unidades de informação (como as unidades discursivas ou unidades comunicativas) podem se referir à estrutura complexa do discurso relatado constituído em orações encaixadas.

Também o estudo sobre a combinação de orações, realizado por Longhin-Thomazi (2001, p. 9), pode significar uma contribuição para a compreensão das orações complexas, apresentando encaixamento e, conseqüentemente, do discurso relatado. Assim, com o objetivo de explicar as possíveis formas de combinação de orações, Longhin-Thomazi apresenta, segundo a proposta de Bally (1965 *apud* LONGHIN-THOMAZI, 2001), a noção de soldadura (ou frase ligada), caracterizada pela unificação completa de duas orações em um único ato de enunciação, equivalendo a uma única intenção, sem pausas ou entonações contrastantes. Em uma soldadura simples não há distinção entre tema e propósito, há uma entonação que caracteriza a oração em sua totalidade. Em uma soldadura complexa, o propósito também pode ser qualquer elemento, dependendo do contexto e, nesse caso, a oração inteira pode constituir o propósito. Nota-se que os diferentes domínios de interpretação contribuem para a identificação da combinação de orações e, assim, a leitura de conteúdo pode estar relacionada à soldadura.

Dessa maneira, pode-se compreender que a soldadura, que é caracterizada pela unificação completa de duas orações em um único ato de fala, pode ser relacionada à estrutura do discurso relatado, constituindo-se em uma soldadura complexa e, portanto, numa estrutura de encaixamento.

Ainda em relação ao encaixamento, Butler (2003, p. 293) mostra que a Gramática Funcional faz distinção entre as estruturas envolvendo termos complexos, concordando com o nível da estrutura básica da oração em que o complemento encaixado funciona: alguns predicados – como *dizer* e *perguntar (se)* – exigem o seu segundo argumento referir-se a um ato de fala e, assim, tomar termos oracionais encaixados.

Esse tratamento dado por Butler ao estudo do encaixamento pode ser relevante para a estrutura do discurso relatado. Desse modo, é possível que a oração encaixada faça parte de uma unidade informacional (isto é, refira-se a um ato de fala), contida na estrutura em que se encaixa, o que pode estar de acordo com as análises apresentadas anteriormente para a vinculação sintático semântica das construções que constituem o discurso relatado.

Pode-se dizer também que as expressões linguísticas são mediadoras de intenções e o discurso relatado configura-se como um mecanismo escolhido para realizar a conexão entre a oração que projeta e a oração projetada, e efetuar o interrelacionamento, quando autor/leitor, conjuntamente, constroem o texto.

Os dados de discurso relatado referem-se àquilo que é dito, comunicado ou ao que é pensado e assumem a feição de conjunto oracional, por isso o discurso relatado, em sua configuração estrutural, apresenta uma oração complexa (formada por outras orações ligadas entre si como uma única unidade de sentido) que é tratada como um complexo oracional. Essa é uma propriedade dos verbos *dicendi* ou de elocução, que atuam em processos verbais ou mentais, e apresentam a relação lógico-semântica de projeção em que uma oração projeta outra, que é uma oração encaixada que realiza a significação de processo verbal ou mental. Sobre a presença dessas orações que compõem o discurso relatado pode-se dizer que trazem, vinculadas ao seu sentido, a polifonia que funciona como autoridade polifônica, para efeitos de influência, credibilidade e aceitação que atuam sobre o leitor.

O discurso relatado que ocorre no texto científico das teses e dissertações capacita-se e desempenha funções sociais por meio das metafunções da linguagem (que serão explicitadas, posteriormente na seção 2.2). Assim, nele, a atividade linguística cumpre a função ideacional (como expressão de tematização de conteúdos), a função interpessoal (como a interação) e a função textual (cria a tessitura do texto). E, na sua materialização linguística, reflete as relações que orientam as intenções, os propósitos que orientam a informação, em perspectivas que colocam o leitor imerso no mundo discursivo criado pela linguagem e pelos fatos da linguagem. Dessa maneira, o discurso relatado nos textos científicos das teses e dissertações constitui-se em mecanismo de informação que veicula

reflexão sobre investigações da realidade e busca a legitimidade de seus enunciados epistêmicos pelo leitor.

Seguindo os estudos de Tannen (1985), pode-se considerar que o discurso relatado que ocorre em teses e dissertações acadêmicas cria, estimula e constrói sobre o envolvimento entre autor/interlocutor/leitor e, ao mesmo tempo – em uma dinâmica simultaneidade de processos cognitivos – focaliza-se sobre a informação ou mensagem. Ele depende de seu impacto sobre o envolvimento emocional do leitor/interlocutor, e depende da impressão que desperta nele, com a força e completude de seu argumento, com aspectos da mensagem lexicalizada.

Dessa maneira, pode-se dizer que o discurso relatado assinala a habilidade para imaginar o que um hipotético leitor necessita, ou quer saber, para completar seus conhecimentos, e isto quer dizer um envolvimento do autor com a questão do assunto, isto é, um contínuo comprometimento pessoal para com o que está sendo tratado. Assim, o discurso relatado é uma manifestação da habilidade interativa, porque usa habilidades sensíveis ao contexto, que sinalizam mecanismos que são interativos ou focalizados no envolvimento; por isso, nesse mecanismo linguístico há envolvimento com o próprio *ego* do autor, com o processo de interação, com o leitor e com as questões do assunto.

Assim, nesse estudo, o discurso relatado que tem sido tratado, conjuntamente, com as mesmas características sintáticas e semânticas de outras instâncias, tem a consideração de um enfoque mais produtivo sobre a constituição e o funcionamento desse mecanismo que articula recursos linguístico-discursivos e pragmáticos, com marcas de interatividade.

E para a realização do estudo do discurso relatado assim configurado, é abordado o quadro teórico de orientação funcionalista do qual faz parte um conjunto de análises de amplas determinações – cognição, gramática, discursivização – que organizam as significações do texto em função e, portanto, sustentam as concepções básicas da abordagem funcional.

Em uma perspectiva estrutural, as orações que compõem o discurso relatado são caracterizadas, tradicionalmente, como orações subordinadas substantivas, pois são tratadas como equivalentes a um sintagma nominal e podem ser introduzidas pelas conjunções integrantes *que*, *se*, e em outras situações, funcionam como elementos de ligação entre essas orações os pronomes e os advérbios interrogativos indiretos (*qual*, *quais*), o advérbio de modo (*como*) ou ainda se apresentam sem a marca de conectivo ou qualquer elemento conjuntivo, isto é, funcionam como orações justapostas (GARCIA, 1992, p. 130).

2.1.2 O verbo no discurso relatado

Nessa investigação sobre as orações projetadas e encaixadas que constituem o discurso relatado no discurso científico de teses e dissertações acadêmicas, o que se busca são regularidades nas determinações do sistema da língua, considerando que o falante faz escolhas ligadas ao exercício da função delas no jogo da linguagem. São escolhas dependentes de cada tipo particular de produção linguística e de cada situação particular de interação.

Considerando o verbo e as relações de dependência, isto é, as relações que ele pode instaurar na oração, Neves (2002) apresenta o seguinte exemplo, para explicar essas relações:

(5) Alfredo canta. (NEVES, 2002, p. 105)

Nessa frase, não existem apenas dois elementos, mas três: o primeiro é *Alfredo*, o segundo é *canta* e o terceiro é a conexão que une os dois os primeiros elementos. O termo *canta* é o termo superior, regente que tem ligado, subordinado a si e regido o termo *Alfredo*. Esse termo regente constitui um elo central e exprime um processo que envolve actantes e circunstantes.

O verbo tem, portanto, a propriedade de reger actantes, exercendo domínio sobre um determinado número de actantes, mantidos sob sua dependência. O número de actantes que um verbo pode reger constitui o que Tesnière (1959 *apud* NEVES, 2002) denomina *valência* do verbo. A valência consiste no conjunto de relações que se estabelecem entre o verbo e seus actantes, ou argumentos obrigatórios, isto é, os constituintes indispensáveis. Eles são em número limitado, enquanto os circunstantes são em número ilimitado. Esses últimos são elementos adverbiais não determinados pela valência do verbo e que descrevem as circunstâncias do processo (tempo, lugar, modo etc.).

A questão do número de actantes, que varia de zero a três, é básica na estrutura do ponto verbal, e, segundo esse critério, os verbos se classificam em aivalentes (sem actantes), monovalentes (com um actante), bivalentes (com dois actantes) e trivalentes (com três actantes). Semanticamente, o primeiro actante realiza a ação, o segundo a completa e é por ela afetado, e o terceiro recebe algo em seu proveito ou prejuízo.

Esta teoria não permite uma distinção objetiva entre actantes e circunstantes, pois, de um lado, há circunstantes obrigatórios e, de outro, há argumentos obrigatórios que, mesmo sendo circunstantes, não têm nenhuma das três definições semânticas de actante.

No estudo dessa proposta ressalta-se a afirmação da centralidade do verbo e da estruturação da frase segundo um processo de subordinação a ponto central. Essa teoria, de

um lado, desconsidera a dicotomização da frase em dois elementos e equipara o sujeito aos complementos, e, de outro, substitui a consideração da frase como uma cadeia linear pela consideração de uma estrutura hierarquizada, com relações de dependência bem fixadas.

Sobre o estudo da valência ou o critério de integridade sintática da sentença, as investigações de Flämig (1971 *apud* NEVES, 2002, p. 106) informam que diversos pesquisadores, anteriormente a Tesnière (1958), trabalhavam com o conceito de valência. Compreendiam que o diferente comportamento sintático de diferentes verbos não podia ser explicado simplesmente com as noções de complementação de sentidos, sendo necessário pesquisar e postular a capacidade e a necessidade de uma diferenciação dos complementos. Segundo Neves (2002), desde 1781, com os estudos de J. W. Meiner, considerava-se o verbo como centro da frase e o sujeito era colocado entre os complementos. Neves (2002) aponta que, ainda em 1934, K. Bühler afirmou a valência sintática – há determinadas classes de palavras que permitem aberturas de lugares vazios que devem ser preenchidos com palavras de outras classes. Helbig (1971 *apud* NEVES, 2002) formaliza uma teoria das valências fundamentando-se na forma finita do verbo como centro estrutural da frase, o que implica a desconsideração de uma estrutura binária da frase e a equiparação do sujeito aos complementos. E define-se a valência como a relação abstrata do verbo com os termos que dele dependem. Para a descrição da valência, Helbig (1971 *apud* NEVES, 2002) apresenta três pressupostos: o primeiro pressuposto é a centralidade do verbo na estrutura da frase. O segundo pressuposto diz respeito ao preenchimento dos lugares vazios, isto é, à necessidade estrutural do verbo e verificam-se quais os elementos necessários e qual tipo de necessidade se trata, se comunicativa, sintática ou semântica. O terceiro pressuposto se refere à decisão sobre a correspondência entre os elementos considerados necessários e os termos oracionais reconhecidos na gramática tradicional; entre esses elementos incluem-se sujeitos, objetos, predicativos, complementos preposicionados, complementos adverbiais, orações subordinadas e orações infinitivas, constituindo como critérios para essa inclusão apenas a coesão estrutural e a integridade sintática da frase.

A consequência dessa proposta, ainda segundo Neves (2002, p. 107), é a classificação dos actantes em três categorias: actantes obrigatórios, actantes facultativos e elementos livres. Os dois primeiros tipos constituem os membros necessários, os que se ligam, pela valência, ao verbo, sendo determinados quanto ao número e quanto à espécie, no esquema de lugares do verbo. Os elementos livres são os membros não necessários, os que não têm ligação valencial com o verbo: segundo a proposta de Helbig, esses elementos, não estando ligados ao verbo, podem ser eliminados ou acrescentados às sentenças. Assim,

adotando a representação em árvore da gramática gerativo-transformacional, os membros necessários (actantes obrigatórios e actantes facultativos) são colocados na estrutura profunda, subcategorizados pelos verbos, e os elementos livres como constituintes diretos da oração fora da subcategorização do verbo.

Sobre o critério morfossintático e o princípio da comutação, as investigações de Engel (1969 *apud* NEVES, 2002, p. 108-109), em que ele propõe que as conexões constituem a parte da gramática que regula a combinação primária dos elementos (grupo de palavras, termos oracionais, sentenças etc.).

Dois princípios descrevem as conexões: a constituência e a concomitância.

O princípio da constituência descreve as relações da parte com o todo, isto é, as relações de cada constituinte com sua categoria superior, a oração.

O princípio da concomitância descreve as relações de co-ocorrência, isto é, as relações de cada complemento (o nominativo, o acusativo) com o verbo. Assim, a oração é representada horizontalmente, aparecendo cada constituinte com o V (verbo) ou o CI (Complemento 1) ou o C2 (Complemento 2), apenas uma vez.

Nesse estudo, podem-se ser considerados os três tipos de valências:

- (i) A valência lógico semântica: a ocupação dos lugares vazios por participantes.

A relação lógica fundamental entre o significado de um verbo e os seus participantes, segundo Neves (2002, p. 111), configura o que se pode chamar de valência lógico-semântica. E, nesse caso, a relação entre o verbo e seus participantes é considerada como um reflexo de relações correspondentes na realidade extralinguística. A ocupação de lugares vazios, nessa proposta, tem determinação explicitada pela lógica relacional do tipo R (x,y): trata-se da relação entre grandezas, como no caso do predicado lógico *ajudar*, a relação entre alguém que ajuda e alguém que é ajudado. Esse Agente e esse Paciente entram como argumentos que preenchem os lugares lógico-semânticos vazios que o predicado abre à sua volta. A não correspondência entre as categorias lógicas e as linguísticas impede que se considere a existência de um reflexo direto da valência lógico-semântica na sintática. Esses dois níveis de valência não são idênticos.

- (ii) A valência sintática: a ocupação de lugares vazios por actantes.

A valência sintática é a capacidade que tem o verbo de abrir, na sentença, lugares estruturais que devem ser preenchidos para que se realize a estrutura oracional.

- (iii) A valência pragmática: a transitividade (tradicionalmente, complementação estrutural) colocada em perspectiva.

Na organização das diversas estruturas oracionais, pode-se verificar uma determinação da valência verbal operada pela situação comunicativa. Isto quer dizer que a realização do sistema de transitividade nas frases ou enunciados decorre de uma perspectiva determinada pelas necessidades e intenções comunicativas. E, nessa perspectiva é que se define a necessidade ou facultatividade dos complementos.

Aplicando esses pressupostos à estrutura do discurso relatado, podemos apresentar o exemplo (6), abaixo:

- (6) Tannen (1989: 99) também considera que o limite entre o discurso direto e o indireto não é bem definido. (346, DM, UFMG, 2003 - 119)

Nesse exemplo, pode-se observar a centralidade do verbo na estrutura dessa oração complexa – o verbo *considera* é nó central. O preenchimento ou ocupação dos lugares vazios, visando à necessidade estrutural do verbo *considera*, permite verificar quais os elementos que são necessários para o tipo de necessidade que se trata. Assim, podemos ter actantes obrigatórios: o complemento C1 (o sujeito oracional): *Tannen (1989: 99)*; e o complemento C2 (o objeto direto oracional): *que o limite entre o discurso direto e o indireto não é bem definido* – que se constituem, ambos, em membros necessários e se ligam pelo valor valencial ao verbo *considera* – e são determinados quanto ao número e à espécie, no esquema de lugares do verbo.

Nesses estudos da valência e sua fundamentação teórica, considera-se a centralidade do verbo e as relações de dependência que ele pode estabelecer, isto é, as conexões que ele pode instaurar na oração,

Outro estudo sobre valência que pode ser considerado refere-se às investigações de Borba (1996, p. 10-13), que apresenta um modelo descritivo de valências em que uma estrutura oracional abrange três constituintes básicos: sujeito, predicado e complemento, que são significações relacionais. O predicado é a própria reação linguística a um estímulo, sendo, portanto o núcleo da comunicação e o objetivo central do falante. O complemento completa (conclui, termina) semanticamente a oração, sendo o constituinte que faz parte da estrutura interna do sintagma verbal, representa um argumento realizado no interior da projeção máxima definida pelo predicado. Nessa abordagem, considera-se que atividade verbal pressupõe objetivos centrados num núcleo comunicativo, que é o predicado que, assim, é o centro da organização oracional.

Trata-se de uma análise que parte da referência, visando ser adequada – de modo que se aplique a fatos realizados e realizáveis, dando conta das intenções linguísticas, não se constituindo apenas de arrolamento de traços característicos de um objeto, mas também de suas relações constitutivas.

Nesse estudo das valências de Borba (1996), semelhantemente às investigações anteriores, podemos observar que, dada uma sequência, procura-se a unidade ou classe paradigmática que preenche as funções do predicado, portanto, também se preenchem *casas vazias*, na função do predicado e o complemento conclui semanticamente a oração.

Entretanto, essa gramática de valências, diferentemente das investigações anteriores, além de outros aspectos, mostra a perspectiva da centralidade do predicado na organização estrutural da oração e não simplesmente o verbo é considerado o elo da unidade da frase.

Para esse estudo da estrutura do discurso relatado, podem-se acrescentar também as afirmações de outros gramáticos, como, por exemplo, Faraco e Moura (1991, p. 317), que, para explicar o conceito de predicado, consideram a predicação verbal – o resultado da ligação que se estabelece entre o sujeito e o verbo e entre o verbo e os complementos.

Pode-se observar que as afirmações de Faraco e Moura (1991) estão de acordo com as investigações de Borba (1996), que, diferentemente das conclusões anteriores, atestam que a predicação em suas relações é a centralidade da organização estrutural da oração.

A predicação é também considerada no estudo descritivo realizado por Maciel (1931, p. 135) que apresenta o verbo (palavra de afirmação) como uma palavra de tempo que serve para afirmar e exprimir simultaneamente um fato. Segundo esse autor, nos verbos devem-se atender as condições, por exemplo, à predicação, isto é, à integridade de sua significação.

Considerando a sintaxe relacional, Maciel (1931, p. 275) apresenta-a como o tratado das funções e relações das palavras. Explica as funções como o papel que a palavra exerce na proposição, resultado sintático das suas relações e interdependência recíproca, tendo sempre sua expressão ou representação e a sua estrutura.

A função objetiva, segundo Maciel (1931, p. 280), é exercida por uma palavra ou expressão a que se transmite imediata ou mediatamente a ação do verbo de predicação incompleta. A palavra que tem a função objetiva denomina-se objeto, que pode ser direto ou indireto. Maciel (1931, p. 280) faz a afirmação de que o objeto direto pode ser expresso, entre outros, por uma proposição conjuncional e exemplifica-o:

(7) Espero com grande alvoroço que venhais para esta cidade. (MACIEL, 1931, p. 281).

Pode-se comparar esse exemplo (7) com o exemplo de discurso relatado abaixo:

(8) Marcuschi ressalta que poucos são os gêneros textuais que podem ser chamados de “puros”, ou seja, manifestações de um único tipo textual em toda a sua extensão. (156, TD, UFRJ, 2007 - 49)

Pode-se dizer que esse exemplo de discurso relatado também se compõe de um objeto direto: poucos são os gêneros textuais que podem ser chamados de “puros”, ou seja, manifestações de um único tipo textual em toda a sua extensão expresso por uma proposição oracional que, desse modo, é parte constituinte da primeira oração.

Todas essas questões apresentadas sobre a valência e a predicação verbal podem interessar ao estudo do discurso relatado, considerando-se que, segundo Halliday (2004, p. 53), esse mecanismo linguístico representa o modelo básico de projeção, em que uma oração é projetada por meio de outra. Assim, para explicar a constituência da relação de encaixamento na estrutura do discurso relatado, apenas afirmar que se trata de uma forma verbal transitiva, que preenche um lugar vazio e completa o sentido do verbo é uma afirmação muito simples. Com as análises de Maciel (1931) é possível uma reflexão sobre a complementação verbal que pode fazer emergir considerações sobre essa questão de uma maneira diferente daquela que já se tem realizada. Fundamentando esses estudos nas conclusões defendidas por esse gramático, pode-se dizer que a projeção do complemento oracional é a realização da função objetiva – o objeto direto – que é exercida por essa oração, a que se transmite de maneira mediata a ação do verbo de predicação incompleta. Nessa perspectiva, a noção de completude do sentido adquire ampla dimensão, diferente de um simples aspecto inerente ao vocábulo verbal. Dessa maneira, o verbo que afirma e exprime, simultaneamente, o fato lingüístico é o elemento integrante da predicação, e atende à condição de predicação, isto é, à integridade de significado da predicação.

Assim, o metafenômeno que se realiza quando uma oração projeta outra como o complemento integrante à significação da predicação está constituído em uma dimensão mais ampla que aquela formada simplesmente pelo campo lexical do verbo. O verbo representa o papel na configuração do lugar sintático nos domínios da predicação.

Segundo Givón (1995, p. 225), os papéis gramaticais ocupam uma posição privilegiada na sintaxe da oração. Formam a matriz da gramática das mais simples orações e dos processos gramaticais, associados com a complexidade semântica. A representação sintática e semântica de orações complexas é a noção de combinação ou articulação de orações. O encaixamento, conforme Givón (1995, p. 277), se iniciou historicamente como

duas orações verbais, cada uma com o seu próprio verbo e o conjunto de relações de argumentos gramaticais, que podem condensar-se em um único evento oracional com um conjunto unificado de papéis gramaticais, em uma oração unificada – chegando à união de orações via complementação verbal.

De acordo com Firbas (1992, p. 7), o verbo finito completa o desenvolvimento da comunicação e, portanto, tem ação como o elemento mais dinâmico. Mas, essa dimensão é realizada somente se ele opera na ausência de um elemento expressando um fenômeno a ser apresentado. Nesse caso, tais elementos podem agir como competidores de sucesso contra o verbo finito na dinâmica da comunicação: eles podem impedir o verbo de se tornar o mais dinâmico elemento dentro da oração.

Dessa maneira, o objeto direto, segundo Firbas (1992, p. 42), pode exceder o verbo em dinamismo comunicativo, independentemente de sua posição na sentença. A informação transmitida pelo objeto amplifica a dimensão transmitida pelo verbo, devido ao objeto poder afirmar o objetivo ou o resultado da ação denominada ou determinada pelo verbo.

Veja-se o exemplo de discurso relatado:

(9) Neves (2006) afirma que o caráter remissivo do *mas* ao contexto precedente contribui para suas funções discursivas na organização tópica e troca de turno. (175, TD, UFRJ, 2008 - 70)

Nessas estruturas que configuram o discurso relatado, é possível que o objeto, constituído pela oração projetada: que o caráter remissivo do *mas* ao contexto precedente contribui para suas funções discursivas na organização tópica e troca de turno, possa apresentar a propriedade de desenvolver a comunicação e, então, completá-la. Nessa consideração, a informação transmitida pelo complemento oracional torna-se comunicativamente mais forte, amplifica a dimensão transmitida pelo verbo e, em consequência, torna-se dinamicamente mais forte, podendo exceder o verbo em dinamismo comunicativo, independentemente de sua posição na sentença.

Para confirmação dessas propostas anteriores sobre o discurso relatado, apresentam-se as hipóteses de Cummings (1997, p. 301-302), considerando que um nível mais geral da abordagem sistêmico-funcional para a organização das relações é o princípio de que a oração, como qualquer outra extensão sintática, tem começo, meio e fim. Considerando-se o seu potencial para contraste, o início é percebido como o que contém o ‘foco’ e o fim como o que contém a ‘proeminência’. O foco da oração é o ponto informacional de partida e a proeminência da oração é o ponto de maior contraste informacional. Assim, o tema

considerado como um termo na análise estrutural da oração representa a extensão do texto que traz o ‘foco’, e a ‘informação nova’ representa a extensão do texto que carrega a proeminência. O ponto relevante para o tratamento desta questão é considerar que o segmento temático se estende do início da oração por meio do primeiro elemento tópico, tipicamente, o sujeito; e que o lugar da ‘informação nova’ abrange o elemento da oração que contém a proeminência tônica, geralmente, o último da oração.

Esta abordagem atribui o Tema a uma nova posição particular na sentença, isto é, na posição inicial e identifica-o como o ponto de partida da mensagem, então sua significância pode ser compreendida observando-se como ele contribui para o desenvolvimento da mensagem no texto – e assim, referindo-se a ele como o responsável pela progressão temática.

Outra proposta que interessa aos estudos sobre a estrutura do discurso relatado e que pode validar todas as hipóteses anteriores, é a conclusão de Halliday (1994, p. 44-45) que afirma que o Tema é um termo diferente do Sujeito em uma sentença declarativa e que é também o menos provável a ser temático. O Tema é um complemento, isto é, um grupo nominal ou oracional que não está funcionando como Sujeito – algum elemento que poderia ter sido o Sujeito, mas não é. Assim, o Tema é um Complemento, um elemento que tem a potencialidade de ser Sujeito, mas não foi selecionado para essa função e é feito temático. A razão para fazê-lo um Complemento temático pode ser explicada pelo fato de ele ser colocado explicitamente em primeiro plano como o Tema da oração.

Ainda considerando a oração como uma mensagem, Halliday (1994, p. 57) apresenta-a como uma estrutura consistindo de duas partes: Tema e Rema. Explica que o tema sempre vem primeiro – é simplesmente o rótulo que é usado para sugerir que o significado está ligado à primeira posição na oração. Entretanto, a aproximação inicial, que é o primeiro constituinte que forma o tema pode ser mais definido: o Tema se estende do início da oração para o (incluindo-o) primeiro elemento que tem a função em transitividade. Esse elemento é o Tema tópico. Assim, podemos dizer que o Tema da oração consiste do Tema tópico e tudo mais que está colocado antes dele na oração. Podemos observar que o que vem antes do Tema tópico são conjunções e adjuntos conjuntivos e também o operador Finito, o elemento do grupo verbal. Ainda implícito nessa complexidade superficial está um princípio geral expresso em termos de metafunções: o Tema sempre inclui um elemento experiencial, que pode ser precedido por elementos que estão em funções textual e/ou interpessoal, e assim, esses também compõem o Tema. Tudo o mais na oração que segue esses elementos faz parte do Rema.

Outro estudo que também pode ser considerado nas investigações sobre o discurso relatado, trata-se das observações de Hasan e Fries (1997, p. 27). Segundo estes autores, a caracterização semântica do tema na perspectiva sistêmico-funcional como ponto de partida – permite também tratá-lo como o recurso para manipular a contextualização local da oração – colocando um contexto local para cada oração em um texto.

Assim, o discurso relatado fundamentado no modelo teórico sistêmico-funcional pode ser considerado em uma mais ampla perspectiva que o relaciona às suas funções experiencial, interpessoal e textual e conceitua o seu papel na construção e desenvolvimento do texto. Interpretando-o no estrato lexicogramatical, de acordo com as investigações de Cloran (1997, p. 385), a primeira oração entre as orações que o compõem pode ser compreendida como o Tema. E este pode ser o caso em ambas as relações projeção e expansão. A oração que projeta realiza o prefácio da mensagem, é o segmento tópico visto como o ponto de partida da informação, servindo para assinalar explicitamente que esta primeira oração representa um ponto de vista particular.

As orações relacionadas por expansão, diferentemente da projeção que configura e constrói a significância do discurso relatado, realizam mensagens separadas. Uma oração que expande outra pode potencialmente realizar uma mensagem que serve para especificar certas circunstâncias que são apropriadas às mensagens relacionadas. Dessa maneira, a mensagem básica, isto é, aquela relacionada à primeira oração, pode ser expandida por certos tipos de mensagens suplementares, isto é, aquelas realizadas por orações de expansão hipotaticamente interdependentes. Quando tais mensagens suplementares ocorrem inicialmente em um complexo de orações, então o ponto de partida da mensagem básica é, por exemplo, tempo, lugar, modo condição, razão etc.

Pode-se dizer que as propostas sobre a valência verbal podem apontar que, na organização das diversas estruturas oracionais do discurso relatado, pode-se verificar uma determinação da valência verbal operada pela situação comunicativa e a noção de predicação em suas relações é considerada a integridade da significação e organização estrutural das orações do discurso relatado.

As reflexões apresentadas nesses estudos por Firbas (1992), Givón (1995), Cummings (1997) e os outros estão relacionadas às de Halliday (1994, 1985) em vários aspectos, principalmente, tratando-se das explicações sobre Tema e Rema e permitem reafirmar o discurso relatado como um mecanismo que, em suas realizações semânticas, permite processos semióticos que estabelecem o fluxo de informação e, simultaneamente, instância a prática semiótica de atos de significar constitutivos da linguagem.

2.1.3 A polifonia no discurso relatado

Pode-se observar nos textos científicos das teses e dissertações acadêmicas que o discurso relatado traz marcas que dizem respeito às escolhas operadas pelos produtores desse tipo de estruturação sobre o material linguístico que possuem, com o objetivo de orientar o leitor/interlocutor na construção do sentido. Assim, temos a presença do outro – a alteridade, a polifonia, a interdiscursividade ou intertextualidade – na escrita. Para mostrar a presença do outro naquilo que escrevemos, Koch (2004, p. 146) menciona a intertextualidade explícita quando, no próprio texto, menciona-se a fonte do intertexto, como ocorre nas referências mencionadas nos textos científicos das teses e dissertações acadêmicas, isto é, nessa argumentação por recurso à autoridade polifônica. Podem-se perceber pontos de vista de autores diferentes – (daí a metáfora do “coro de vozes”, ligada, de certa forma, ao sentido primeiro que a forma tem na música, de onde se origina). Assim, Koch (1993, p. 147-149) considera a estrutura de argumentação e destaca a noção de polifonia que pode apresentar a autoridade polifônica, diretamente inscrita na língua, e o raciocínio por autoridade que constitui um tipo de demonstração como a indução. Isto quer dizer que este último constitui uma espécie de raciocínio experimental em que se parte do fato de que *X disse para P* e, supondo-se que X, devido à sua competência, não deve estar enganado, conclui-se quanto à verdade ou à verossimilhança de P. O fundamento desse raciocínio é, portanto, como uma implicação, isto é, a hipótese de um raciocínio por autoridade deve ser a asserção de uma asserção, tal a afirmação da frase abaixo:

(10) Pedro disse que Carlos viria. Penso, pois, que ele virá (KOCH, 1993, p. 148).

Um raciocínio como este pode ser facilmente contestado: ou se considera que as afirmações de alguém não provam nada, ou se sustenta que *x* pode ter-se enganado sobre tal fato. Trata-se do argumento de autoridade que utiliza os julgamentos de uma pessoa ou de um grupo de pessoas como meio de prova em favor de uma tese.

Já o argumento introduzido por autoridade polifônica não se apresenta como autoritário e não pode ser contestado, por ser introduzido ao nível do mostrar, da representação, não podendo, portanto, ser julgado em termos de verdade ou falsidade: ele é representado como sendo produzido por outro autor diferente do narrador, de modo que este, ao aceitar suas afirmações ou reconhecer-lhe legitimidade, não assume a responsabilidade direta de tê-lo dito, usando-o, inclusive, para refutá-lo.

A própria elaboração do discurso relatado institui-se em mecanismos que desempenham funções cognitivo-interativas, e, de acordo com Koch (2004, p. 104), pode-se considerar que são também estratégias formulativas – pois podem atuar na organização do discurso relatado, a fim de facilitar a compreensão do leitor/interlocutor e/ou provocar a sua adesão àquilo que está sendo afirmado, visando atingir o sucesso da interação.

Segundo as afirmações de Fiorin e Savioli (1997, p. 44-45), o discurso relatado pode ser considerado como mecanismo linguístico para mostrar diferentes vozes bem demarcadas no texto.

De acordo com Marcuschi (1995, p. 191), observando-se os dois tipos de discurso, o que analisa a expressão e o que analisa o conteúdo, pode-se dizer que esse último é equivalente ao discurso relatado e produz um efeito de sentido de objetividade analítica. Nele é revelado somente o conteúdo do discurso de outro e, com isso, se estabelece uma distância entre a posição do autor e a de outra pessoa referida – criando a via para a discussão e o comentário. Esse tipo de discurso despersonaliza o discurso direto ou citado em nome da objetividade, criando a impressão de que o autor analisa o discurso citado de maneira racional e isenta de envolvimento. O discurso relatado, nesse caso, não se interessa pela individualidade do falante revelada no modo como ele diz as coisas. Por isso é a forma preferida nos textos de natureza científica com a finalidade de criticar, rejeitar ou acolher as posições expressas pelos outros.

Contudo, Marcuschi (1999, p. 140) afirma que é fundamental considerar que, quando se escreve, escreve-se para alguém e este alguém (que é o outro, o interlocutor) está presente na mente do autor. Isto equivale ao princípio do dialogismo como um fenômeno universal em todos os usos da língua, seja na fala ou na escrita. Este aspecto diz respeito ao princípio da interlocução, presente também na escrita. Dessa maneira, a propriedade de interatividade é um aspecto inerente à própria língua, e comprova a concepção geral do dialogismo, sendo a propriedade geral de todo e qualquer uso da língua. Essa consideração justifica-se porque ninguém escreve/fala sem ter um leitor/ouvinte, o que se expressa como propriedade dialógica da linguagem. Assim, o interdiscurso sugere uma articulação acentuada entre os interactantes em uma relação do sujeito com o seu discurso e com o provável (às vezes sugerido) discurso do outro; e tem-se o texto como evidência da organização social realizada pela prática do uso da língua. Conforme Marcuschi (1999, p. 153), é comum, nos textos científicos, apresentar-se a opinião de alguém e então concordar com ela ou criticá-la; o interlocutor não está ali apenas como uma informação a mais, mas como um parceiro do debate em andamento e essas são as formas que sugerem a emergência de outro (não o autor) como o enunciador do texto.

Veja-se o exemplo de discurso relatado a seguir:

(11) Paiva (1996), citando estudos já realizados, demonstra que a variável gênero tem sido considerada relevante nos estudos de fenômenos linguísticos variáveis. (409, DM, UNESP, 2005 - 72)

Pode-se dizer que, nesse exemplo, apresenta-se o argumento introduzido por autoridade polifônica, pois não se apresenta como autoritário; não pode ser contestado, introduzido ao nível do mostrar, da representação, não pode, pois, ser julgado em termos de verdade ou falsidade. O argumento é representado como sendo produzido por outro enunciador diferente do autor, de modo que este, embora o mantenha, manifestando-lhe certo grau de aceitação e adesão ou reconhecendo-lhe certa legitimidade, não assume a responsabilidade direta pelo que foi afirmado.

Isso pode significar que o autor dispõe de estratégias para não se expor completamente, evitando julgamentos do leitor, mas pode não ser apenas essa interpretação. O autor não se ostenta no mundo discursivo criado pela linguagem, isso não quer dizer não estar presente no texto que constrói. Essas estratégias demonstram habilidades do autor visando a que o leitor se envolva e acompanhe integralmente os sentidos do texto, pois o que se deseja com a atividade linguística é produzir sentidos.

Dessa maneira, pode-se dizer que o discurso relatado realizado nas teses e dissertações acadêmicas traduz o uso da língua que se efetua em forma de enunciados, concretos em sua interrelação no sistema de linguagem, compondo esse tipo de construção no conjunto de tipos de interrelação do autor com outros participantes da ação discursiva ou ação de linguagem, em sua complexa dinâmica histórica de interação. O discurso relatado integra essa unidade de gênero textual – a tese e a dissertação acadêmicas – como elemento de multiplicidade de relações, daí a dialogização, conforme Bakhtin (2003, p. 268), em que se constitui e se molda em sua essência, gerando o enriquecimento de sua composição aparentemente monológica e a sensação dessa elaboração do leitor como possível parceiro/interlocutor. O discurso relatado significa a própria escolha de uma determinada forma gramatical pelo autor, constituindo-se em um ato estilístico, uma nova forma de criar um todo indispensável para uma elaboração do elo entre a história social e a história da linguagem.

Cabe ressaltar que essas formulações de Bakhtin (2003), em vários aspectos estão relacionadas às de Halliday e Hasan (1989), principalmente na perspectiva sócio-histórica, pois ambas apresentam os textos compreendidos como produtos da atividade de linguagem

em funcionamento nas formações sociais e também na dimensão complexa dos mecanismos enunciativos que fazem a coerência pragmática do texto, apresentando a interação na atividade discursiva. Assim, Bakhtin (2003) apresenta os textos como formações sócio-cognitivas que permitem organizar o conhecimento em mundos discursivos e possibilitam considerar os mecanismos linguísticos – por exemplo, o discurso relatado – como estratégia cognitiva para produzir a polifonia / dialogismo nas teses e dissertações acadêmicas.

2.2 A perspectiva da abordagem funcional

Vincula-se esta pesquisa à perspectiva de análise funcionalista, para tratar da investigação do discurso relatado produzido em situações reais de uso, porque se considera que os fatos linguísticos devem ser explicados em referência à função que cumprem no dinamismo do processo da interlocução.

O fundamento teórico para esse estudo é extraído da linguística sistêmico-funcional, que é a abordagem funcional particular para a linguagem e que, segundo Halliday (1985) e Halliday e Matthiessen (1999, 2004), oferece uma interpretação para tratar a experiência não como conhecimento, mas como um significado e, portanto, como algo que é construído na linguagem. Para melhor explicar esta abordagem, pode-se dizer que ela se relaciona com a construção da experiência humana como um sistema semântico e a linguagem representa o papel central não somente em estocagem e troca de experiência, mas também na sua formação, e, desse modo, toma-se a linguagem como uma base interpretativa.

Segundo Halliday e Matthiessen (1999, p. 1), essa abordagem trata a “informação” como significado mais que como conhecimento e interpreta-se a linguagem como um sistema semiótico social, mais que como um sistema da mente humana: o significado é um processo social, intersubjetivo. Assim, como a experiência é interpretada como significado, sua construção torna-se um ato de colaboração, algumas vezes de conflito e sempre de negociação.

Esta análise caracteriza-se como sistêmica, por levar em consideração que o ambiente da gramática consiste de três partes: (i) uma base de conhecimento, representando os domínios experienciais dentro dos quais a gramática é exigida a operar, juntamente com (ii) um planejamento de texto, que atribui estrutura retórica apropriada ao discurso, em termos de alguma teoria de registro ou variação funcional em linguagem, e também (iii) um terceiro componente que especifica traços do relacionamento escritor/audiência. Esses três

componentes correspondem a três metafunções da teoria sistêmica: (i) ideacional, (ii) textual e (iii) interpessoal.

Assim, segundo Halliday e Matthiessen (1999, p. 3), para a construção de uma “base de significado”, tem-se a gramática sistêmica e isto significa que ela é semanticamente motivada ou natural. Em contradição à gramática formal, que é autônoma e semanticamente arbitrária, em uma gramática sistêmica cada categoria (e categoria é usada no sentido geral de um conceito teórico de organização, não no sentido mais restrito de “classe” como na gramática formal) é fundamentada no significado: tem uma formulação semântica e também formal. A gramática e a semântica são dois estratos ou níveis de conteúdo na teoria sistêmica da linguagem e eles são relacionados em um modo natural e não arbitrário; e o terceiro nível é o de expressão, isto é, a fonologia.

A linguagem é, portanto, um recurso organizado em três estratos que são relacionados por meio de realização: a semântica ou o sistema de significado, que é realizada pela lexicogramática ou o sistema de palavras (isto é, estruturas gramaticais e itens lexicais); e a lexicogramática é realizada pela fonologia ou o sistema de som (isto é, mais propriamente, a semântica é realizada por meio da lexicogramática na fonologia).

A análise é funcional, de acordo com Halliday e Matthiessen (1999, p. 7-8), porque trata a linguagem em sua manifestação em uso e envolve as situações reais de comunicação em funções altamente generalizadas do sistema lingüístico, referidas como metafunções. A metafunção ideacional, compreendendo um componente lógico e um componente experiencial, é relacionada com construir a experiência – é a linguagem como uma teoria da experiência humana, da realidade, é a interpretação de tudo que está ao redor de nós e dentro de nós mesmos – como um recurso para refletir sobre o mundo. A metafunção interpessoal é relacionada com as relações interpessoais de agir por meio da linguagem com adoção e designação de papéis no discurso, com a negociação de atitudes etc. Trata-se da linguagem na prática da intersubjetividade, como um recurso para a interação com outros. Dessa maneira, a função interpessoal da linguagem ultrapassa as simples funções retóricas e, atuando em um contexto mais amplo, estabelece e mantém funções sociais inerentes à linguagem. Constitui-se em interacional e interpessoal, sendo um componente da linguagem que serve para organizar e expressar os mundos interno e externo do indivíduo.

A metafunção textual permite habilitar, capacitar; é relacionada com organizar o significado ideacional e interpessoal como discurso – como significado que é contextualizado e partilhado. É a criação contínua de um domínio semiótico da realidade. Por meio dela, a linguagem contextualiza as unidades lingüísticas, permitindo-as operar no contexto de cultura

e no contexto de situação (que serão explicados posteriormente, na seção 3.1). A função textual é, portanto, interna à linguagem e faz gerar o texto/discurso, porque o emissor pode produzir um texto, permitindo ao leitor reconhecê-lo. Assim, a oração⁷ constitui-se em uma unidade sintática e o texto, em uma unidade operacional; e a função textual não se restringe, simplesmente, ao estabelecimento de relações entre as frases, mas refere-se à organização interna da frase, ao seu significado como mensagem, tanto em consideração a si mesma como em relação ao contexto. Assim, entende-se a gramática como acessível às pressões do uso, abrangendo a competência comunicativa, considerando a capacidade com que os indivíduos não apenas codificam e decodificam expressões lingüísticas, mas são capazes de usar e interpretar as expressões lingüísticas em uma maneira interacionalmente satisfatória.

Segundo Halliday e Matthiessen (1999, p. 9), a oração integra essas três perspectivas metafuncionais. A estrutura da linguagem especifica restrições sobre as unidades que servem dentro da oração – as unidades na posição abaixo da oração sobre a escala de posição gramatical (ou hierarquia posicional). A escala de posição determina o completo potencial de constituição na gramática: as orações consistem de grupos (nominais, preposicionais etc.), os grupos consistem de palavras e as palavras consistem de morfemas. As unidades abaixo da oração na escala posicional são todas consideradas grupos (nominal, verbal, adverbial etc.) ou ainda orações que são mudadas ou trocadas de posição, isto é, rebaixadas na escala de posição para servir como se elas fossem grupos, funcionar como eles, em outra função, por exemplo, exercendo a função de complemento, como os grupos nominais. Esse rebaixamento é conhecido como *rankshift*, que pode ser traduzido como encaixamento, e tem o efeito de expandir os recursos da gramática, pois permite que o significado potencial de uma unidade de posição mais alta possa enriquecer, valorizar aquele de uma unidade mais baixa. Assim, tais orações rebaixadas constroem o que é denominado macrofenômeno.

Cabe ressaltar que essas noções de análise permitem a compreensão de aspectos que são relevantes para este estudo do discurso relatado de teses e dissertações acadêmicas. Assim, a noção de constituição é importante, porque é em ambiente de constituição de encaixamento em que as orações do discurso relatado – um macrofenômeno – se conectam ou se articulam.

⁷ A oração, na gramática, representa não apenas alguns processos – fazer ou acontecer, dizer ou sentir, ser ou ter – com os participantes que tomam parte nesses processos e circunstâncias associadas; é também uma proposição ou uma proposta (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 29). Há muitos tipos de processos, como esses, construídos semioticamente: processos – são grupos verbais; participantes são grupos nominais e circunstâncias são grupos adverbiais ou preposicionais (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1999, p. 54-55). (Tradução nossa)

2.3 Tipos de relacionamento entre orações

Neste estudo do discurso relatado de teses e dissertações acadêmicas é importante investigar o relacionamento entre as orações, principalmente a dependência das estruturas.

No estudo das relações entre as orações, Halliday (1994, p. 216-219) interpreta essas relações entre as orações em termos do componente lógico do sistema linguístico: as relações semântico-funcionais que constituem a lógica da língua natural. Há duas dimensões nessa interpretação: (i) o sistema de interdependência, ou sistema tático, abrangendo parataxe e hipotaxe; e (ii) o sistema lógico-semântico de expansão e projeção, que é, especificamente, uma relação interclausal – isto é, configura-se como uma relação entre processos, que são expressos gramaticalmente como um complexo de orações. Esses dois sistemas podem fornecer a estrutura funcional para descrever a oração, que, desse modo, pode ser interpretada como uma oração complexa: uma oração-núcleo junto com outras orações que a completam ou modificam, formando uma unidade semântica.

Para explicar o sistema de interdependência, pode-se observar que, de acordo com a noção de interdependência, a relação de modificação pela qual um elemento modifica outro não é o único relacionamento que se pode obter entre os membros de um complexo de orações. Quando um elemento modifica o outro, o status dos dois não é igual, o elemento que modifica é dependente do elemento modificado. Entretanto, os dois elementos podem ser colocados juntos sobre uma mesma base, isto é, em um *status* de igualdade, sem serem dependentes um do outro. Na relação de modificação, o termo geral é hipotaxe, que é a relação entre um elemento dependente e seu dominante, o elemento do qual ele é dependente, contrastando com a parataxe, que é a relação entre dois elementos de *status* igual, um iniciando e o outro continuando. A oração complexa envolve relacionamentos desses dois tipos. Entretanto, entender o fenômeno das relações entre as orações em termos dos dois aspectos dicotômicos – parataxe e hipotaxe – é desconhecer que existe outro tipo de interdependência entre as orações na estrutura oracional do discurso relatado, pois se pode afirmar uma diferenciação entre as orações que se integram estruturalmente em outra, e aquelas que não estão sujeitas a essa integração sintática. (DECAT, 1993), significando mecanismos de escolha do autor. Surge assim a diferenciação entre as orações de encaixamento e as orações de hipotaxe no discurso relatado.

No eixo das relações lógico-semânticas, Halliday (1994) propõe que há um amplo alcance de diferentes relações lógico-semânticas, mas é possível agrupá-las, fundamentando-as em dois relacionamentos principais: o de expansão, em que a oração secundária expande a

oração primária, por elaboração, extensão e realce; e o de projeção, em que a oração secundária é projetada por meio da oração primária que a estabelece como uma locução (processo verbal) ou como uma idéia (processo mental).

Considerando-se as relações de projeção, Halliday (1994, p. 250) apresenta a noção de projeção como a relação lógico-semântica por meio da qual a oração funciona não como a representação direta de experiência não-linguística, mas como a representação de uma representação linguística. Pode-se considerar que a projeção combina com o mesmo conjunto de interdependências que ocorrem com a expansão: parataxe, hipotaxe e encaixamento. Assim, nos exemplos que seguem, Halliday explica essas noções de relacionamento entre as orações – a oração “(que) César era ambicioso” é uma oração projetada:

(12) (a) ‘César foi ambicioso,’ diz Brutus.⁸ (paratático)

(b) Brutus diz que César era ambicioso.⁹ (hipotático)

(c) A afirmação de Brutus de que César era ambicioso.¹⁰ (encaixamento)

Pode-se observar que, além dos dois sistemas lingüísticos de interdependência (ou sistema tático) e o sistema das relações lógico-semânticas (expansão e projeção), há um terceiro ambiente que é o encaixamento. Em relação às estruturas de encaixamento, Halliday (1994, p. 242) considera a distinção entre encaixamento e as relações táticas de parataxe e hipotaxe. Segundo Halliday (1994), enquanto essas últimas são relações entre orações, encaixamento é um mecanismo em que uma oração funciona como um constituinte dentro da estrutura de um grupo, sendo ele mesmo um constituinte de uma oração. Portanto, não há um relacionamento direto entre uma oração encaixada e a oração dentro da qual ela está encaixada. O relacionamento entre as duas é indireto, com um grupo como intermediário.

Observa-se que essa afirmação de Halliday (1994) está relacionada às conclusões, por exemplo, sobre o exemplo (c), acima, que se refere a análises de grupos nominais. Entretanto, Halliday e Matthiessen (2004, p. 443) afirmam que em adição aos modos de projeção¹¹ – tático e paratático –, há mais um ambiente em que as orações projetadas ocorrem – que é o ambiente de encaixamento:

⁸ ‘Caesar was ambitious’, says Brutus. (paractatic) (HALLIDAY, 1994, p. 250) (Tradução nossa)

⁹ Brutus says that Caesar was ambitious. (hypotactic) (HALLIDAY, 1994, p. 250) (Tradução nossa)

¹⁰ Brutus’ assertion that Caesar was ambitious. (embedded) (HALLIDAY, 1994, p. 250) (Tradução nossa)

¹¹ Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 443), há três sistemas envolvidos na diferenciação de diferentes tipos de projeção: (i) o nível de projeção (ideia *versus* locução), (ii) o modo de projeção (relato hipotático *versus* citação paratática), e (iii) a função da fala (proposição projetada *versus* proposta projetada). Mas a função de fala da projeção não é tratado nesse estudo, que considera, principalmente, o nível de projeção.

Em adição aos dois modos de projeção – projeção paratática de citações e projeção hipotática de relatos, há mais um ambiente em que as orações projetadas ocorrem – aquele de encaixamento: *a afirmação da testemunha de que ela viu um jovem abrir fogo parece plausível*.¹² (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 443)

No presente estudo, consideram-se as orações que compõem a estrutura do discurso relatado como orações projetadas por encaixamento e não como constituindo um processo de hipotaxe.

Encaixamento (*embedding*) ou a mudança de hierarquia ou posição (*rank shift*), segundo Halliday (1994, p. 188), por sua própria estrutura é de hierarquia ausente, mais alta, ou até mesmo equivalente àquela do grupo nominal e, nesse nível, portanto, não é esperado ser constituinte de um grupo nominal. Estes constituintes são considerados ou mudados de posição (*rankshifted*), por contraste com outros que funcionam prototipicamente como constituintes da unidade mais alta. Pode-se usar também o termo ‘encaixado’, considerado da gramática formal, sabendo-se que este termo é muitas vezes usado para cobrir mudança de posição ou hierarquia (em que o termo é rebaixado em nível de hierarquia como um constituinte) e hipotaxe (em que o termo é dependente de outro, mas não é um constituinte dele). Assim, no encaixamento ou *rank shift* – (mudança de hierarquia), uma oração vem a funcionar dentro da estrutura de outra oração, como um complemento dessa oração.

2.3.1 CITAÇÃO E RELATO

A citação (denominada tradicionalmente discurso relatado) é, segundo Halliday (1994), um processo verbal de parataxe, por exemplo: *Ela continua dizendo para nós ‘eu estou acordada até as doze horas toda noite’*.¹³

Na citação, a oração que projeta é um processo verbal de *dizer* e a oração projetada representa o que é dito. Na relação tática, isto é, o tipo de dependência é a parataxe e as duas partes têm *status* igual. A principal função da oração que projeta é mostrar que a outra oração é projetada: alguém a disse. A oração projetada, portanto, é considerada um fraseamento (frase que é falada), isto é, ela representa um fenômeno léxicogramatical; por exemplo: *Eu*

¹² In addition two tactic modes of projection – paratactic projection of quotes and hypotactic projection of reports, there is one further environment which projected clauses occur – that of embedding: *the witness’s claim that she saw one young man open fire seems plausible*. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 443) (Tradução nossa)

¹³ She keeps saying to us ‘I stay up till twelve o’clock every night’. (HALLIDAY, 1994, p. 250) (Tradução nossa)

*não tenho tanta certeza, replicou o Controlador*¹⁴ (tradução nossa). Enquanto a oração que projeta: *replicou o Gordo Controlador*¹⁵ representa um fenômeno comum da experiência, a oração projetada: *Eu não tenho tanta certeza*¹⁶ (tradução nossa), representa um fenômeno de segunda ordem, algo como uma representação – um metafenômeno. Portanto, segundo Halliday (1994), a estrutura total é uma estrutura paratática complexa em que o relacionamento lógico semântico é a projeção: a oração que projeta é um processo verbal e a projetada tem o *status* de um fraseamento.

Por outro lado, Halliday (1994) considera o discurso relatado como um processo mental de hipotaxe, pois falar não é o único modo de usar a linguagem e pode-se usar a linguagem para pensar. Assim, um processo de pensar também serve para projetar, conforme o exemplo (13) abaixo:

(13) Dr. Singleman sempre acreditou que seu paciente recuperaria.¹⁷

Nessa oração, há um fenômeno, *O médico sempre acreditou*, e um meta-fenômeno, *que seu paciente recuperaria*, em que temos: (i) a oração que projeta é um processo mental, mais especificamente, de cognição; e (ii) a oração projetada não é uma citação, mas um significado. E, algo que é projetado como um significado é ainda um fenômeno de linguagem – referido como metafenômeno, mas é apresentado em um nível diferente – semântico – não léxico-gramatical. Quando algo é projetado como um significado, já foi processado pelo sistema lingüístico, mas processado somente uma vez, não duas vezes como no caso de uma citação.

Segundo Halliday (1994), o relacionamento hipotático implica uma perspectiva diferente se contrastamos os seguintes exemplos:

(14) a) Maria disse: ‘ Eu voltarei aqui amanhã’.¹⁸

b) Maria pensou que ela voltaria lá no dia seguinte.¹⁹

Em (a), o ponto de vista na oração projetada é aquele de quem diz, Maria; ela é o ponto de referência para a dêixis, que assim preserva a forma do evento léxico-gramatical, usando *Eu, aqui, amanhã*. Em (b), por outro lado, o ponto de vista na oração projetada é

¹⁴ ‘I’m not so sure’ replied the Fat Controller. (HALLIDAY, 1994, p. 252) (Tradução nossa)

¹⁵ replied the Fat Controller (HALLIDAY, 1994, p. 252) (Tradução nossa)

¹⁶ I’m not so sure (HALLIDAY, 1994, p. 252) (Tradução nossa)

¹⁷ ///Dr. Singleman believed //his patient would recovered. ///(HALLIDAY, 1994, p. 253) (Tradução nossa)

¹⁸ Mary said: ‘I Will come back here tomorrow’ (HALLIDAY, 1994, p. 253) (Tradução nossa)

¹⁹ Mary thought she would go back there the next day. (HALLIDAY, 1994, p. 253) (Tradução nossa)

aquele do falante da oração que projeta; assim Maria é *ela*, a locação de Maria é *lá*, e o dia referido como aquele imediatamente seguindo não é o *amanhã* do falante, mas simplesmente “o dia seguinte”. Como a oração de *dizer* tem tempo passado, a oração projetada apresenta o traço temporal mais remoto: o futuro do pretérito. A projeção hipotática preserva a orientação dêitica da oração projetada, que é aquela do falante; ao passo que a parataxe toma a orientação daquele que diz.

Pode-se considerar, ainda, o discurso relatado como pensamento citado, pois é possível relatar um *dizer*, representando-o como um significado, por exemplo:

(15) a) O nobre Brutus falou a você que César foi ambicioso.²⁰

b) Se for assim, foi uma falta grave.²¹

Segundo Halliday (1994), o princípio implícito nessa representação hipotática de um evento verbal é que ele não está sendo apresentado como preciso e exato à citação; o falante está relatando o essencial, o sentido geral do que foi dito, e a citação pode ser bastante diferente do original. Isto não quer dizer que, quando um falante usa a representação paratática, a forma direta está sempre repetindo as palavras exatas. Mas a função idealizada da estrutura paratática é representar a citação; enquanto com a hipotaxe a função idealizada é representar o sentido geral.

Os verbos usados nas afirmações e perguntas são muitas vezes os mesmos que aqueles usados na citação, segundo Halliday (1994, p. 255-256), mas há uma diferença significativa. Na citação, o status independente da proposição, incluindo seu modo, é preservado; portanto a função da fala é tão explícita como no original. No relato, a função da fala é, ou pode ser, obscurecida, e é, portanto, feita explícita no verbo de *relatar*. Seguem os aspectos em que muitos verbos, semanticamente complexos por funções de falas elaboradas, são usados somente em relato, por exemplo: *compreender*, *decifrar*, *hipotetizar*, *implicar*, *manter*, *negar*. Esses verbos são usados raramente para citar. Por outro lado, muitos verbos que atribuem traços interpessoais e/ou comportamentais ao evento de fala, e são usados para citar, principalmente, em contextos de narrativas, não são usados para relatar, porque não contêm o traço de *dizer*. Assim, essa combinação de um processo verbal com relato, embora se esteja tratando-o logicamente para citar, sendo comparado por analogia com o relato de

²⁰ The noble Brutus Hath told you Caesar was ambitious. (HALLIDAY, 1994, p. 254) (Tradução nossa)

²¹ If it was so, it was a grievous fault. (HALLIDAY, 1994, p. 254) (Tradução nossa)

processo mental, é o modo normal de representar o que as pessoas dizem, na maioria dos registros.

Citação e relato são simples variantes formais, conforme Halliday (1994, p. 256), mas diferem em significado. A diferença entre as duas formas tem origem na distinção semântica geral entre parataxe e hipotaxe, quando se aplicam no contexto particular de projetar. Na citação, o elemento projetado tem o *status* independente, sendo assim mais imediato e semelhante ao cotidiano e este efeito é realçado pela orientação da *déixis*, que é aquela de drama, tensão, excitação. O relato, por outro lado, apresenta o elemento projetado como dependente. Permite alguma indicação de modo, mas em uma forma que o impede de funcionar como um movimento em uma troca e o autor não faz nenhuma afirmação de que é fiel ao fraseamento.

Por meio dessas análises apresentadas por Halliday (1994), podemos perceber que, na base comunicativa da interação, está o uso de conexões ou articulações determinadas por regras e estratégias entre as construções linguísticas e o seu contexto comunicativo-situacional, mas tendo o discurso como o princípio dessa representação.

2.3.2 Encaixamento e hipotaxe

Na distinção entre encaixamento e hipotaxe, muitos autores têm postulado uma diferenciação entre orações que se integram estruturalmente em outra, por um lado, e aquelas que não estão sujeitas a essa integração sintática, considerando-se o aspecto organizacional do discurso. Isso significa que na subordinação temos diferença entre estrutura de encaixamento e estrutura de hipotaxe.

Assim, segundo Decat (1999, p. 26-27), pode-se distinguir:

- (i) cláusulas dependentes que têm a ver com os fatos da gramática da língua, isto é, aquelas cuja dependência é determinada pela escolha do item lexical e desempenham um papel gramatical em constituição com um item lexical;
- (ii) cláusulas dependentes que representam opções organizacionais (de planejamento) para o usuário da língua e caracterizam, segundo Thompson (1984), as cláusulas interdependentes. (DECAT, 1999, p. 26-27)

Na oposição coordenação e subordinação, Decat (1993, p. 93) mostra as discussões de Van Valin (1984) que considera dois aspectos nesta oposição: o primeiro, que se relaciona à dependência na forma; e o segundo, que considera o encaixamento de uma estrutura em outra.

A questão da integração estrutural de uma oração em outra foi também considerada por Halliday e Hasan (1989), visando a estabelecer diferenças entre esse tipo de dependência que caracteriza uma cláusula encaixada (*rankshifted*) e a hipotaxe. A distinção feita por eles não é apenas entre tipos de dependência, mas entre dependência e integração estrutural. E essa última distinção pode apresentar uma melhor explicação para a questão das diferenças de dependência entre as orações, sendo, portanto, a integração estrutural um termo mais adequado para encaixamento (ou *embedding*), pois esse não se distingue da hipotaxe.

Nessa perspectiva, de acordo com Decat (1993, p. 104), há entre as orações subordinadas um tipo que é dependente de outra oração, mas não estruturalmente integrado nela, isto é, essa oração não estaria em constituição com um item lexical. Halliday e Matthiessen (2004) para definir uma oração como encaixada, consideram que a perda da identidade funcional como oração constitui a diferença em relação à oração hipotática. Para esses autores, ser dependente significa pressupor a existência de outra cláusula dentro da mesma sentença; entretanto a cláusula encaixada não perde seu estatuto oracional, operando, portanto, como um elemento da sentença.

Considerando-se esses estudos, há a evidência de que não existe um único fenômeno de subordinação e que existem tipos diferentes de interdependência entre as orações no enunciado, permitindo, de acordo com Decat (1993, p. 111-112), postular uma diferenciação entre as orações que se integram estruturalmente em outra, e aquelas que não estão sujeitas a essa integração sintática, considerando-se o aspecto organizacional do discurso. Portanto, na subordinação pode ser considerada a diferenciação entre estrutura de encaixamento e estrutura de hipotaxe. Assim, outra diferenciação entre encaixamento e hipotaxe, segundo Decat (1993, p. 113-114), pode ser entendida a partir da noção de unidade informacional dada por Chafe (1980), conforme será explicado a seguir. As unidades informacionais podem se caracterizar sintaticamente como constituindo uma única oração. A unidade informacional constitui-se de acordo com a quantidade de informação que a atenção do falante pode focalizar de uma única vez, isto é, a unidade de informação expressa o que está na memória de curto termo do falante. Assim, o tratamento da dependência entre as orações pode ser feito considerando-se a noção de unidades de informação. A unidade informacional pode ser expandida por meio de mecanismos variados, entre eles, as orações complemento. Assim, de acordo com essa caracterização, pode estabelecer-se a diferença entre encaixamento e hipotaxe ou entre integração estrutural e opção organizacional – e, considerando-se a noção de unidade informacional, pode-se, também, esclarecer a questão da independência das orações (DECAT, 1999).

Assim, uma oração encaixada pode fazer parte da mesma unidade informacional que é a estrutura em que ela se encaixa, sendo, então, dependente. A necessidade de completar o sentido de outra oração ou de parte dela pode ser uma decorrência natural daquilo que, em cada significação, constitui a unidade informacional. O fato de uma oração não poder se constituir por ela mesma com um enunciado completo decorre do fato de ela não ser uma unidade informacional. Assim, a construção hipotática constitui uma unidade informacional por si mesma e, portanto, é independente. E, se a cláusula estiver em constituição com um item lexical de outra cláusula, ela não constitui uma unidade informacional à parte, e está, pois encaixada.

Postulações quanto à subordinação são consideradas por Matthiessen e Thompson (1988 *apud* DECAT, 1993, p. 116-117), visando, principalmente, à maneira como as orações se combinam para formar o discurso coesivo. Esses autores, Matthiessen e Thompson (1988 *apud* DECAT, 1993), fundamentam-se na abordagem funcional e interpretam o encaixamento como uma relação parte-todo: a oração encaixada funciona como um sintagma e, portanto, pode desempenhar funções diversas, por exemplo, sujeito, complemento etc. Dessa maneira, o encaixamento não se refere apenas a uma estruturação sintática, mas significa que uma oração mudou hierarquicamente; além da carga informacional que comumente ela traz, estrategicamente, vem designada a desempenhar uma atribuição ou função na estrutura de outra oração. Devido a essa mudança, considera-se que houve uma perda de identidade funcional da oração, e por essa razão, o encaixamento não tem sido tratado como um tipo de combinação de orações, mas, segundo Halliday (1985, 2004), trata-se da combinação de orações por hipotaxe.

Entretanto, segundo Decat (1993), diferentemente das encaixadas, as orações hipotáticas, embora sejam interdependentes, uma não é parte da outra, pois os eventos linguísticos por ela transmitidos não estão numa relação parte-todo. Isso quer dizer que, ainda que duas orações combinadas expressem dois eventos, relacionados entre si por alguma circunstância, não se pode dizer que um evento é parte do outro; no entanto, ambos podem fazer parte do mesmo episódio linguístico.

Veja-se o exemplo de discurso relatado, pertencente ao *corpus* da presente pesquisa:

(16) Cunha e Cintra (1985) afirmam que o subjuntivo é o modo normal das orações subordinadas. (360, DM, UNESP, 2006 - 17)

Pode-se observar que, nesse exemplo de discurso relatado, as duas orações conectadas podem expressar dois eventos relacionados entre si e que o segundo evento: *que o*

subjuntivo é o modo normal das orações subordinadas é parte do primeiro evento: *Cunha e Cintra (1985) afirmam que*, e compõe a unidade de informação como um todo. Pode haver, portanto, uma relação parte-todo formando a organização estrutural do discurso relatado, que pode mostrar o fenômeno linguístico de orações interdependentes encaixadas, relacionado à carga semântica dos predicados.

As orações encaixadas, de acordo com Decat (1999, p. 35), exercem funções discursivas com *status* diferenciado daquele apresentado pelas orações que contribuem para a estruturação do discurso, constituindo-se, essas últimas, em opções do usuário para atender a intenções específicas. Há evidência de que existe relação entre a noção de dependência e a de unidade de informação, o que justifica a postulação de que a dependência originada da integração estrutural de uma cláusula em outra decorre do fato de que ambas constituem uma única unidade informacional. Ao desempenhar diferente função na estrutura de outra, a oração perde sua identidade funcional como oração, e, assim, a estrutura encaixada passa a fazer parte do mesmo conteúdo semântico da estrutura oracional em que se encaixa, integrando-se em um mesmo bloco de informação. Ser dependente, portanto significa estar em constituição com um item lexical. E essa constituição abrange o aspecto formal/sintático (a cláusula que é o argumento de verbo) e o aspecto semântico informacional, pois a oração encaixada completa a informação global da oração complexa, de que é parte constituinte.

Assim, pode-se dizer que as investigações de Decat (1993, 1999), por meio da utilização da noção de unidade de informação, permitem esclarecer não apenas o conceito de dependência entre as orações e explicar as diferenças entre encaixamento e hipotaxe. Podem representar uma explicação para a compreensão da estrutura do discurso relatado, caracterizada por integração não só estrutural como também semântico-informacional em outra oração.

2.4 Noção e função das unidades de informação

Neste estudo funcional da linguagem, analisam-se, principalmente, as relações de encaixamento por projeção entre as estruturas oracionais que formam o discurso relatado. Considera-se como “encaixamento” a integração estrutural de uma oração em outra (conforme apresentado na seção anterior) e essa é uma noção essencial para a presente investigação sobre o discurso relatado. Portanto, para explicar o encaixamento entre as orações do discurso relatado, pode-se apresentar a categoria “unidade de informação”, como postulada por Chafe (1994, 1985) e também por Decat (1993, 1999).

Em investigações sobre integração e envolvimento na escrita, Chafe (1982, p. 36-37) focaliza duas diferenças entre os processos da fala e da escrita: (i) a fala é mais rápida que a escrita e (ii) os falantes interagem com os ouvintes diretamente, enquanto os escritores não o fazem. As observações da fala têm conduzido a comprovações de que ela é produzida em jatos, denominados “unidades de informação”, com um comprimento de sentido (incluindo hesitações) de aproximadamente dois segundos ou seis palavras (CHAFE, 1980) e apresentam um pequeno conjunto de estruturas sintáticas. Trata-se de uma propriedade notável e, provavelmente, universal da linguagem. Cada unidade de informação representa um único foco de consciência ou uma única ‘ideia’ nesse sentido. Assim, pode-se dizer que há o hábito de mover-se de uma unidade de informação para a seguinte, na proporção de aproximadamente uma para cada dois segundos. Essa pode ser mesmo a “proporção de pensamentos”, pois a linguagem reflete a rapidez do pensamento que atua enquanto se usa a linguagem.

Na escrita, de acordo com Chafe (1982, p. 43-44), há tempo para moldar uma sucessão de idéias em um todo mais complexo, coerente e integrado, fazendo uso de mecanismos linguísticos. Dessa maneira, pode-se dizer que a morosidade da escrita pode estimular ou promover um tipo de linguagem em que as idéias são combinadas para formar unidades de informação e sentenças complexas. Trata-se do mecanismo denominado integração, que se refere ao ‘empacotamento’ de mais informação em uma unidade de informação que o ritmo rápido da fala normalmente permite.

A unidade informacional típica consiste de uma única oração, contendo um elemento predicativo (um verbo ou adjetivo predicativo) e os sintagmas nominais que são diretamente associados com aquele elemento, por exemplo, sujeito, objeto. Entretanto, a linguagem integrada faz uso de mecanismos para incorporar elementos adicionais em uma unidade de informação, por exemplo, a oração complemento introduzida pelo elemento conjuntivo ‘que’, pois pode haver não apenas a integração de palavras e sintagmas, mas orações completas podem também ser encaixadas. Portanto, a integração é um mecanismo que permite a integração de mais material nas unidades de informação, estimulado pela maior quantidade de tempo possível na escrita.

Os estudos de Chafe (1982) interessam às investigações sobre o discurso relatado, porque podem permitir explicar vários aspectos da estruturação do discurso relatado, isto é, o encaixamento da oração complemento que o compõe. Esses procedimentos linguísticos podem significar uma tentativa de, em modos específicos, melhor explicitar idéias, criando sentidos para, mesmo à distância, convencer e seduzir o leitor, levando-o a aderir a elas. Pode-

se dizer que são estratégias que têm sido associadas à escrita com resultado no foco sobre o conteúdo.

As unidades de entonação ou informação são “jatos de linguagem” que, segundo Decat (1993, p. 114), foram inicialmente chamados *information units* por Halliday (1967 *apud* DECAT, 1993); posteriormente, Grimes (1975 *apud* DECAT, 1993) chamou-os de *information blocks* e o termo *idea units* foi primeiramente usado por Kroll (1977 *apud* DECAT, 1993) e adotado por Chafe (1980, 1982, 1985).

Muitas unidades de informação, seguindo Chafe (1994, p. 65-66), têm a forma gramatical de orações e muitas outras são partes de orações.

Uma unidade de informação pode declarar a idéia de um evento ou de um estado. Em geral, um evento, tipicamente, envolve uma mudança durante um perceptível intervalo de tempo e pode-se pensar de um evento como algo que acontece – ou algo que alguém faz – uma ação. Um estado envolve uma situação ou propriedade que existe por certo período sem mudança significativa e, mais que acontecer, simplesmente existe por um maior ou menor período de tempo.

Como já apontado, uma típica unidade de informação pode ter a forma de uma oração, e como a oração verbaliza a idéia de um evento ou estado, pode-se concluir que cada idéia é ativa ou ocupa um foco de consciência por um breve período tempo, cada um sendo substituído, dinamicamente, por outra idéia em um segundo ou dois. Idéias de eventos e estados são altamente transitórias na consciência ativa e estão, constantemente, sendo substituídas por outras idéias de evento ou estado.

Resumindo essas observações sobre a unidade informacional, pode-se considerar que se trata, segundo Chafe (1985, p. 106), de um jato de linguagem que contém toda a informação que pode ser manipulada pelo falante num único foco de consciência. Isto quer dizer que há um limite quanto à quantidade de informação que a atenção do falante pode focalizar de uma única vez. Estas unidades ou blocos de informação possuem cerca de sete palavras e podem ser identificadas pela entonação (contorno entonacional de final de frase), pela pausa (ou hesitação), mesmo que seja breve, separando-as de outra unidade. Ainda, as unidades informacionais podem se caracterizar como constituindo uma única oração. Estes três fatores não precisam, necessariamente, estar todos presentes na identificação de uma unidade informacional, sendo a entonação (contorno entonacional) o sinal mais consistente para esta identificação e a estruturação sintática é o critério menos necessário.

É possível, segundo Chafe (1994, p. 66), que os escritores objetivem verbalizar um foco de consciência no formato de uma oração, embora sejam, muitas vezes, forçados a estender a oração através de várias unidades de entonação ou informação.

Veja-se a seguinte exemplificação de discurso relatado:

(17) Com relação ao fato de algumas classes de palavras atraírem novos membros e outras desaparecerem da língua, Bybee e Moder (1983) defendem que isso é consequência da profundidade, ou seja, da capacidade que uma classe tem para atrair novos membros ao longo dos séculos. (43, TD, UFMG, 2007 - 56)

No exemplo (17), pode-se perceber que a unidade de informação tem a forma gramatical de uma oração que é parte constituinte de outra. Assim, a oração: *que isso é consequência da profundidade, ou seja, da capacidade que uma classe tem para atrair novos membros ao longo dos séculos* é o argumento interno que se realiza como parte constituinte da oração: (...) *Bybee e Moder (1983) defendem*; e as duas juntas constituem uma única unidade de informação que compõe, juntamente com as duas outras orações que iniciam este enunciado – que é um complexo oracional: *Com relação ao fato de algumas classes de palavras atraírem novos membros // e outras desaparecerem da língua* – a oração complexa total. Assim, essas duas orações encaixadas: *Bybee e Moder (1983) defendem que isso é consequência da profundidade, ou seja, da capacidade que uma classe tem para atrair novos membros ao longo dos séculos* formam uma unidade de informação, relacionada com as duas primeiras orações que a antecedem.

Pode-se dizer que as considerações de Chafe (1994) sobre a forma gramatical da unidade informacional apresentam-se também em concordância com a proposta de Halliday (1985) sobre o processo de projeção no discurso relatado – isto é, por meio da dimensão da unidade de informação pode-se considerar o ambiente de constituição de encaixamento, em que as projeções podem ocorrer.

3 OBJETIVOS, HIPÓTESE E METODOLOGIA DE TRABALHO

3.1 *Objetivos e hipótese de trabalho*

Este estudo reforça a concepção de que a abordagem funcionalista nos permite explicar o fenômeno da linguagem caracterizado pelo discurso relatado – um mecanismo linguístico ligado à dimensão pragmático-discursiva. Para isso, esta análise insere-se no quadro teórico do funcionalismo linguístico e, principalmente, é fundamentada pelos postulados teóricos dos estudos de Halliday (1985) e, principalmente, Halliday e Matthiessen (1999, 2004).

Considerando-se que são os propósitos essencialmente comunicativos que determinam o uso da linguagem, de acordo com a perspectiva funcionalista, o objeto de estudo desenvolvido por esta análise é a estrutura do discurso relatado em seu uso no discurso científico²² das teses e dissertações acadêmicas escritas na Língua Portuguesa. Portanto, esta pesquisa fundamenta-se na noção de língua em uso e considera a função comunicativo-interacional da linguagem, pois pretende uma explicação para o papel comunicativo que assume o discurso relatado em seu perfil configuracional, semântico e o papel funcional-discursivo da organização formal que o constitui.

Entre os **objetivos específicos** deste estudo, citam-se:

- (i) descrever a estrutura das orações complexas que constituem o discurso relatado com o interesse de explicar as relações de dependência e encaixamento que marcam as suas formas de uso;
- (ii) apresentar as regras e os princípios subjacentes à estruturação das orações do discurso relatado, refletindo a integração semântico-pragmática dos elementos e conteúdos codificados por elas;
- (iii) explicar a funcionalidade das estratégias que configuram o discurso relatado em relação ao uso;
- (iv) analisar o discurso relatado como projeção de significados;
- (v) analisar o encadeamento discursivo da argumentação no discurso relatado, destacando as propriedades e funções da interação relacionada à polifonia;

²² Nesse estudo, está-se considerando o discurso científico, segundo Halliday e Martin (1993, p. 4), como aquele que apresenta a linguagem científica, marcada por termos técnicos, que são a parte essencial da linguagem científica e seria impossível criar um discurso de conhecimento organizado sem eles.

- (vi) investigar as ocorrências dos verbos *dicendi* compatíveis com orações em caráter de projeção, como um processo verbal ou mental, mais especificamente de cognição;
- (vii) verificar o grau de integração sintática entre as orações do discurso relatado, a partir da presença ou não de conectivos, considerados como marcadores de mecanismos de escolha do autor na produção de ações linguísticas;
- (viii) analisar a projeção como um fenômeno de linguagem, mas apresentado em um nível semântico, considerando tanto o aspecto imanentemente lingüístico como o aspecto do uso.

Assim, importa nessa investigação não a oração considerada isoladamente, mas a relação mantida com o texto como um todo, isto é, entendida em seu relacionamento à estrutura social.

Além desses objetivos específicos, pretende-se que a análise demonstrada atinja o **objetivo geral** de promover subsídios para a caracterização de diferenças entre hipotaxe e encaixamento. Por meio dessa investigação, não se visa à enumeração e classificação de orações que compõem o enunciado do discurso relatado, simplesmente conceituadas nos princípios de subordinação e dependência, mas, objetiva-se, principalmente, à explicitação das relações mantidas entre essas orações e à sua função no texto. No amplo espectro em que se constituem essas relações oracionais no discurso relatado, o objetivo principal é identificar em que domínio semântico-pragmático se constrói o seu significado, considerando-se que as orações que o constituem são formuladas para expressar/sustentar raciocínios, para interagir positivamente ou criticamente nas situações de interlocução em que são criadas, resultado de opções de uso do autor na organização do texto.

Para verificar as relações oracionais na estrutura do discurso relatado que ocorre em teses e dissertações acadêmicas, o presente estudo parte da **hipótese de que a estratégia linguística de projeção por encaixamento usada na construção do discurso relatado é a evidência de maior envolvimento do autor com o leitor, com ele mesmo, com o assunto e com o contexto sócio-cultural.**

Essa hipótese tem como base a concepção funcionalista de que o uso das expressões linguísticas na interação tem propósitos essencialmente comunicativos, pressupondo-se certas propriedades pragmáticas, isto é, propriedades determinadas pela informação contextual e situacional disponíveis aos falantes. Compreende-se que a pragmática é um componente da linguística como um todo. Assim, pode-se dizer que há uma competência gramatical (o conhecimento da forma e do significado) e uma competência pragmática (o conhecimento das

condições e do modo de uso apropriado) que determinam como o instrumento (a língua) pode ser efetivamente colocado em uso.

Na abordagem funcional-discursiva, entende-se que a descrição completa da estrutura da frase precisa incluir referência ao autor/leitor e a seus respectivos papéis dentro da situação de interação determinada sócio-culturalmente, pois são as funções sociais que determinam o que é a linguagem. Nessa hipótese, a concepção de envolvimento do autor com o contexto sócio-cultural pode ser melhor compreendida se a linguagem é considerada em uma perspectiva social.

Segundo Halliday e Hasan (1989), a linguagem considerada em uma perspectiva semiótica social caracteriza uma instância intelectual, mas há uma implicação entre os dois termos semiótica e social. O termo *semiótica* deriva do conceito de sinal e pode ser definido como o estudo do sistema de sinais. A linguística é um tipo de semiótica, é um aspecto do estudo do significado e da cultura (formas de arte e comportamento cultural) como um conjunto de sistemas semióticos ou um conjunto de sistemas de significados interrelacionados. Assim, o termo *semiótica* define a perspectiva em que a linguagem é um entre outros sistemas de significados, que considerados juntos constituem a cultura. O termo *social* sugere dois aspectos considerados simultaneamente: (i) social usado no sentido de sistema social, que é tomado como sinônimo de cultura. Assim, *semiótica social* refere-se a uma definição de sistema social, uma cultura ou um sistema de significados; (ii) há uma definição mais específica da palavra *social*, que indica a relação entre linguagem e estrutura social, considerando a estrutura social como um aspecto do sistema social. Assim, a linguagem é compreendida em seu relacionamento à estrutura social – por isso, há a hipótese de envolvimento sócio-cultural.

Para esclarecer essa hipótese de envolvimento sócio-cultural e para se entender melhor a relação entre linguagem e estrutura social em uma dimensão sociocultural, de acordo com Halliday e Hasan (1989), cabe ressaltar que texto²³ e contexto (juntamente) são aspectos de um mesmo processo. Há o texto e há outro texto que o acompanha: o texto que está “com”, isto é, o contexto. Entretanto, esta noção “o que está com o texto” apresenta uma abrangência para o que está além do que é dito e escrito: inclui atividades não verbais – o âmbito total em que um texto se desdobra. Assim, essa noção de contexto serve como uma ponte, um elo entre o texto e a situação em que os textos realmente ocorrem. Focaliza uma área especial que, em

²³ Considera-se texto, seguindo Halliday e Matthiessen (2004, p. 3), como qualquer instância de linguagem, em qualquer extensão, que faz sentido para aqueles que conhecem a língua.

linguística, é referida como um texto, mas sempre com ênfase sobre a situação, como o contexto em que os textos se desdobram e são interpretados. Assim, pode-se dizer que os contextos precedem os textos na vida real, pois a situação é anterior ao discurso que se relaciona a ela: há uma teoria de contexto antes de haver uma teoria de texto.

O termo que expressa o ambiente total, incluindo o ambiente verbal e também a situação em que o texto é gerado é o contexto de situação, que significa o ambiente do texto. Essa concepção se traduz no tipo de linguagem pragmática, que é a linguagem em ação, em que é impossível entender a mensagem, a menos que se saiba o que está realmente ocorrendo, isto é, se há interação entre os participantes. Entretanto, para isso, é necessário mais que o ambiente imediato. Para uma descrição do texto é necessário promover a informação não somente sobre o que está acontecendo, mas também sobre a fundamentação cultural total. Isso é devido ao fato de que, envolvido em qualquer tipo de interação linguística, há não somente os sinais e sons imediatos que circundam a atividade, mas também a completa história cultural que fundamenta os participantes e o tipo de práticas em que eles estão engajados, determinando sua significância para a cultura. Todos esses aspectos representam uma parte na interpretação do significado.

Assim, segundo Halliday e Hasan (1989), Malinowski (1923 apud HALLIDAY, HASAN, 1989) introduziu as duas noções que denominou contexto de situação e contexto de cultura, ambos necessários para a compreensão do texto. A linguagem está em toda parte da situação imediata, mas há tipos de textos em que a referência não é tão imediata e a função não é tão pragmática e, assim, o contexto é criado pelo próprio texto.

Além disso, cabe ressaltar que, na interlocução, predições são feitas, não conscientemente, sobre o que o outro vai dizer a seguir e devido a isso se entende o que o outro diz – resultando no sucesso da comunicação – e esse é o mais importante fenômeno na comunicação humana. Fazem-se essas predições a partir do contexto de situação. A situação em que a interação linguística ocorre permite aos participantes uma grande quantidade de informações sobre os significados que são trocados e os significados que provavelmente serão trocados. Essa é a perspectiva que fundamenta a hipótese de que o discurso relatado é a evidência de maior envolvimento do autor com o contexto de situação e também com a história cultural ou contexto sócio-cultural, que fundamenta os participantes e o tipo de práticas em que eles estão engajados, determinando sua significância.

3.2 Metodologia

Os procedimentos metodológicos adotados neste estudo sobre o discurso relatado referem-se à observação e coleta de dados no universo de investigação de textos de teses e dissertações acadêmicas. O *corpus*, na modalidade escrita, foi extraído do discurso de teses de doutorado e dissertações de mestrado, pois estes textos apresentam maior grau de formalidade e podem mostrar a estrutura das sentenças da Língua Portuguesa constituindo o discurso relatado. Assim, foram analisadas as sentenças complexas da Língua Portuguesa, naquele tipo que se codifica por meio de construções encaixadas, mais especificamente, de orações completivas que funcionam como argumentos verbais internos, e são subcategorizadas por tipos de verbos semanticamente complexos como são os verbos *dicendi*. Para observar esse fenômeno linguístico, foi feito o levantamento e o fichamento dos exemplos de orações constituindo o discurso relatado, isto é, apresentando-se em configurações sintáticas e verbos *dicendi* de diversos valores semânticos encontrados nos textos analisados. Foram registradas as ocorrências dessas orações, tradicionalmente denominadas completivas, na forma finita e não finita, apresentando conectivo ou justapostas e expressando processos verbais ou mentais, conforme a estrutura oracional em que se encontrem.

Neste trabalho, a projeção é considerada, segundo Halliday (1985, p. 290), um relacionamento entre processos – entre um processo mental ou verbal, de um lado, e de outro, o processo que é mentalizado ou verbalizado, isto é, projetado por ele. Essas proposições, além de construírem um meio de o autor atingir suas intenções comunicativas em uma perspectiva textual interativa, se articulam em orações complexas, dão continuidade à organização discursiva e, devido às necessidades pragmáticas, orientam o leitor. Referem-se ao relacionamento entre competência e comportamento linguísticos e, buscando determinar esse fenômeno, as orações não serão consideradas como objetos isolados, mas como instrumentos que são apropriados pelo autor do discurso relatado, para efetuar ações compartilhadas. O interesse foi o de identificar nessas orações completivas que constituem o discurso relatado de teses e dissertações acadêmicas, além de aspectos gramaticais e sintáticos, as marcas ou indícios que evidenciam atos de interação, sugerindo uma relação direta e intencional do autor com o suposto leitor, uma relação objetiva entre um eu, um tu ou entre muitos. Essa relação poderá se manifestar como um tipo de envolvimento interpessoal e pode apresentar-se em diferentes formas no discurso relatado e com intensidade variada. Assim, o discurso relatado pode constituir-se em evidência de uma especial relação do autor com a linguagem e por isso mesmo produz efeitos de sentido.

O *corpus* para esta pesquisa linguística é o próprio objeto de estudo retirado de teses e dissertações acadêmicas – o discurso relatado – e trata-se de um *corpus* de linguagem natural e autêntica. São as exemplificações de discurso relatado, isto é, os fatos linguísticos que estabelecem este *corpus* que é produzido, criado como um artefato natural para esta pesquisa.

O *corpus* constituiu-se de 12 teses e 12 dissertações, em um total de 24 obras relacionadas à área de conhecimento especificamente de linguística. Essa não variação de áreas de estudo pode ser explicada pelo interesse em observar ocorrências de discurso relatado na área de concentração linguística, desde que o objetivo principal dessa investigação não inclui comparação de teses e dissertações – mas verificar as ocorrências de discurso relatado e investigar como os verbos *dicendi* atuam nelas.

O *corpus* constituiu-se de um total de 447 dados de discurso relatado, o que permite classificá-lo como não extenso, mas isso não torna os dados menos representativos das questões que foram estudadas, uma vez que o trabalho é realizado com um gênero textual específico: o discurso **científico-acadêmico**. Assim, os dados representam a probabilidade nas questões linguísticas – e é sabido que a linguagem tem por si mesma uma característica probabilística; é certo que se encontram nesses dados o material suficiente para alcançar os objetivos a que este estudo pretende. Nesta etapa, foi feita uma lista com 447 ocorrências de projeção, que serviu de fundamento para identificação dos recursos gramaticais e semânticos que permitem a realização das opções semânticas do sistema de projeção. Posteriormente, foi feito um levantamento dos verbos mais usados em ambos os níveis de projeção, a ideia ou a locução. Cabe ressaltar que a descrição e análise se vinculam à abordagem sistêmico-funcional, por isso são observados retornos a essa teoria.

A escolha do gênero científico-acadêmico no qual podem se classificar as teses e dissertações científicas deve-se ao fato de ele abranger formulações genéricas e abstratas para a comprovação de hipóteses, controvérsias etc. Principalmente, por apresentar de certa forma o relato de alguma teoria, esses textos são vistos, tradicionalmente, como marcados por certas características objetivas, em que se destaca o fato de acreditar-se haver neles um maior distanciamento por parte do autor, que é considerado não ter envolvimento com o assunto nem com o leitor. Inclui-se, então, o fato de esses textos adquirirem um caráter de impessoalidade e não envolvimento do autor como uma das características centrais.

Além disso, é certo que a estrutura do discurso relatado de teses e dissertações é sempre relacionada ao verbo *dicendi*, seja de 3ª pessoa do singular ou plural, quando o autor relata a sua pesquisa, o que parece conferir maior distanciamento e a certeza de não

envolvimento. Entretanto, essa pesquisa permite verificar que esse tipo de estrutura é recorrente em teses e dissertações acadêmicas, porque constitui um mecanismo para revelar experiências e exercer influências sobre o leitor.

A análise dos dados processou-se da seguinte maneira:

- 1- Seleção de estruturas de discurso relatado com verbos *dicendi*, na 3ª pessoa do singular ou do plural, que representam o dito do outro, isto é, apresentam a possibilidade discursiva de uma fala ou informação de alguém ser retransmitida por meio de um autor.
- 2- Seleção de estruturas de discurso relatado em que as orações que o compõem apresentam a forma finita ou não finita e são ligadas ou articuladas pelos conectivos *que* e *se*;
- 3- Seleção de orações de discurso relatado em que as orações que o compõem não apresentam elemento conjuntivo, isto é, orações tradicionalmente denominadas *justapostas*;
- 4- Seleção de orações de discurso relatado em que a oração projetada é introduzida pelo advérbio de modo *como*; pelos pronomes interrogativos indiretos *qual*, *quais*;
- 5- Seleção de estruturas de discurso relatado em que as orações apresentam o verbo *dicendi* nas formas nominais gerúndio e infinitivo, isto é, orações tradicionalmente denominadas *reduzidas*;
- 6- Seleção de estruturas de discurso relatado em que as orações apresentam o processo verbal, isto é, são locuções e também o processo mental, isto é, são ideias.

Não foram considerados os seguintes dados:

- a) Os exemplos de discurso relatado que apresentam o dito do outro entre aspas, pois esta pode ser uma das características de citação, como ocorre no exemplo mencionado em (18):

(18) Bronckart (1999: 72) postula que os textos “são produtos da atividade humana e como tais estão articulados aos interesses e às condições de funcionamento das formações sociais no seio das quais são produzidos.” (DM, UFMG, 2003 - 23)

- b) As orações formadas por expressões cristalizadas, do tipo frases feitas, por exemplo, “deixa claro que”, “deixa óbvio que” etc. Essas estruturas, embora tenham a forma sintática de oração, não permitem a compreensão do processo

como verbal ou mental e, nesse aspecto, podem ser classificadas como outra espécie de estratégia de escrita.

Veja-se esse tipo de dado:

(19) Com afirmações como as citadas acima, Possenti deixa claro que considera impossível a variação como é tratada pela Sociolinguística Quantitativa já que para ele cada escolha envolve sentido próprio e particular. (DM, UNESP, 2005 - 22)

Nesse exemplo, o enunciado apresenta-se constituído pela locução verbal “deixa claro que”: o verbo ‘deixar’ é um verbo factivo e compartilha propriedades construcionais com os verbos de percepção, por exemplo, ‘ver’, e assim torna-se possível esta forma verbal informal: “deixa claro que” com o valor semântico de *deixa ver que* ou *deixa entender que*. Pode tratar-se de um constituinte verbal, semanticamente, avaliativo factivo, que, segundo Neves (2000, p. 349), se caracteriza por expressar uma avaliação do autor e, ao mesmo tempo, apresentar a propriedade de factualidade, isto é, ter o complemento assegurado como um fato, em que é afirmado o estado de coisas expresso na segunda oração. São estratégias comunicativas do autor presentes na formulação do discurso relatado, comentando sempre algo já dito, indicando, objetivamente, ao leitor a informação.

Cabe ressaltar que a abordagem sistêmico-funcional objetiva análises textuais e descrições gramaticais (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004). Assim, o enfoque deste estudo é a descrição gramatical em formulações textuais e a orientação é descrever padrões de ocorrências que se configurem como opções no paradigma do sistema da linguagem. Desse modo, a identificação de padrões a partir de instâncias é uma exigência para a descrição das opções sistêmicas, e esta identificação ocorre por meio de análise de um *corpus* representativo dos usos da linguagem.

Assim, o *corpus* para este estudo é constituído de coleção de amostras textuais, selecionadas segundo os critérios acima especificados, sendo sua função promover informações sobre o funcionamento da linguagem. Neste sentido, a consideração sobre os dados a incluir ou não, na constituição deste *corpus*, envolveu a observação de critérios que se relacionam de forma direta aos objetivos e pressupostos teóricos adotados.

Os objetivos deste estudo, nos moldes sistêmicos, implicam a seleção de um *corpus* que represente diferentes situações de uso da linguagem nas teses e dissertações acadêmicas. Considera-se que as projeções de fenômenos semióticos, que estão relacionadas aos interesses desta pesquisa, fazem-se presentes com frequência no discurso científico. Assim, buscou-se um mapeamento de usos da linguagem que foram incluídos no *corpus* da pesquisa, pois

atendem à condição de apresentarem instâncias de projeção por encaixamento no discurso relatado como elementos fundamentais de sua configuração estrutural e funcional. Como visto anteriormente neste trabalho, segundo Halliday e Matthiessen (2004), a projeção pode ser de dois tipos: de locução (ou projeção de processo verbal) e de ideia (ou projeção de processo mental), que constituem opções do sistema semântico no nível de projeção.

Dessa forma, verifica-se que a investigação sobre a projeção por encaixamento no discurso relatado envolve a análise dos dois níveis de componentes da linguagem: o semântico e o léxico-gramatical. Pode-se dizer que para se definir uma projeção como ideia ou locução é necessário identificar, respectivamente, os processos mental e verbal, que a projetam.

Neste estudo, a relação de projeção coloca uma figura da experiência ou uma sequência de figuras, em outro plano diferente da realidade – são fenômenos semióticos – de modo que eles pertencem ao domínio de metafenômenos que constituem os fenômenos e os fraseamentos (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1999, p. 108).

Pode-se dizer, então, que a anotação do *corpus* implicou dois procedimentos:

- (i) A observação de todas as orações e, ao mesmo tempo, a classificação da relação de interdependência e projeção entre elas, seguindo as considerações apresentadas por Halliday e Matthiessen (2004, 1999) com a observação sobre o sistema de projeção, referindo-se aos dois níveis de projeção de conteúdo: locução e ideia. Esse procedimento foi adotado devido ao fato de a projeção ocorrer, prototipicamente, na ordem dos complexos oracionais que constituem o discurso relatado. Por isso, a necessidade de observar as estruturas desses complexos e, além disso, a identificação e classificação das orações de processos verbais ou locuções e das que apresentam processos mentais ou ideias. Verificou-se também a constituição dos predicados com os verbos *dicendi* ou de elocução, na 3ª pessoa do singular ou do plural; e soma-se aos complexos a característica prototípica do discurso relatado: o sujeito que representa os fatos que se descrevem nos textos científicos não é, naturalmente, o autor/escritor do texto; este, apenas empresta a sua voz a outro, a uma autoridade no assunto que é tratado.
- (ii) O segundo procedimento adotado foi a observação e anotação das ocorrências dos verbos *dicendi* que significam processos verbais e processos mentais no discurso relatado, isto é, considerados em relação ao sistema de nível de projeção

Em se tratando de ocorrências de discurso relatado, optou-se nesse trabalho por elaborar anotações que abrangessem a classificação de projeção: ideias e locuções, isto é, exemplificações de verbos *dicendi* como recursos lexicais e semânticos para a realização de processos verbais e mentais que projetam as locuções e as ideias.

Vejam-se os exemplos abaixo:

a) Processo verbal ou locução:

(20) Brown e Yule (1983), por exemplo, ao arrolar as diferenças formais entre as duas modalidades, afirmam que a língua falada apresenta uma sintaxe tipicamente bem menos estruturada, com muitas sentenças (*sentences*) incompletas e menor frequência e menor frequência de construções subordinadas. (13, TD, UNESP, 2002 - 37)

b) Processo mental ou ideia:

(21) Confrontando sua concepção (pragmática) de relevância com o princípio da Relevância, de Sperber e Wilson (1986, 1995), Meyer nos lembra que nos termos desses linguistas, Relevância é um princípio cognitivo (e não uma condição pragmática) por meio do qual se avalia o esforço cognitivo investido no processamento da mensagem. (141, TD, UFMG, 2004 - 100)

Essa forma de anotação das ocorrências de projeção que é, posteriormente, apresentada neste trabalho, no capítulo de análises (conforme seção 4.3), precisa atender a dois níveis de análise: o nível semântico e o nível léxico-gramatical, que são a base para a classificação semântica. Assim, o primeiro procedimento de análise de dados para a realização desse trabalho foi compilar o *corpus* de análise, conforme critérios específicos que devem atender aos objetivos da pesquisa. A seguir, observando-se esses dados da anotação, procedeu-se à descrição do sistema de projeção de ideias e locuções, e considerando-se como as opções do estrato semântico desse sistema são realizadas no nível léxico-gramatical, apontam-se os grupos verbais ou grupos complexos que realizam a predicação.

Dessa maneira, este estudo rejeita moldes que constituem organização de entidades alheias aos processos reais de funcionamento. Trata-se de uma investigação que apresenta perspectivas de oscilação que caracterizam uma dinâmica da língua e marcam a própria vida da língua, refletindo a sua constante adaptação sob a força da pressão exercida em seus usos, em uma autêntica competição de motivações.

Os trechos de textos acadêmicos exemplificados neste trabalho foram identificados da maneira que se segue, correspondendo à ordem em que estão colocadas as informações dentro dos parênteses, ao final de cada exemplo, como em (21) dado acima:

- a) Número de identificação do dado no *corpus*;
- b) Tipo de texto: tese de doutorado – TD; dissertação de mestrado – DM;
- c) Instituição onde foi defendido o trabalho;
- d) Ano de produção do texto;
- e) Número da(s) página(s) de onde foi retirado o trecho.

4 A ARTICULAÇÃO DE ORAÇÕES NO DISCURSO RELATADO

4.1 *Considerações iniciais*

Neste capítulo, descrevem-se e analisam-se as orações que estruturam o discurso relatado – um mecanismo linguístico ligado à dimensão pragmático-discursiva. Para se alcançar este objetivo, compilou-se um *corpus* de estruturas de discurso relatado e identificaram-se os casos em um nível de projeção, isto é, foram anotados os casos que possibilitassem a caracterização da projeção como ideia ou locução. Este *corpus* compilado para este estudo é uma ampla coleção de instâncias – de dados do discurso relatado de textos escritos, que são as teses e dissertações acadêmicas.

Têm-se levantado questões teóricas e termos técnicos: tem-se referido à linguagem como texto e como sistema, como som, escrita, como estrutura (configurações de partes) e como recurso (escolhas entre alternativas). Para este estudo do discurso relatado na língua em uso, estes são os modelos em que a própria linguagem se apresenta em termos funcionais – isto é, parte-se do ponto de vista de como ela cria e expressa significados.

É nessa perspectiva funcionalista que o discurso relatado é analisado, pois é constituído na interação verbal, como uma forma de atividade estruturada em um sistema de regras linguísticas e pragmáticas. Assim, pode-se considerar o discurso relatado como se constituindo em interação verbal – por isso, pode-se dizer que esse mecanismo linguístico é a intencionalidade estabelecida por meio da linguagem estruturada e é uma ação. Pois, mesmo que o discurso relatado não seja uma verbalização plena da intenção, mas uma verbalização parcial e indireta da intenção, ela é aliada à informação que o leitor possui, por meio de estados mentais como a crença, a percepção – e, assim, ele pode ser uma ação de linguagem. Portanto, pode-se considerar o discurso relatado sob dois aspectos: como enunciado complexo, que envolve ação de linguagem, e como unidade fundamental de organização que traz relações semântico-pragmáticas para o significado da oração.

Essas explicações fundamentam a discussão sobre os dados e permitem focar a análise dessas ocorrências que buscam explicitar a relação interoracional de projeção por encaixamento na estrutura do discurso relatado.

4.2 A semântica dos verbos de discurso relatado

Os verbos que, no discurso direto, indicam o interlocutor e, no indireto, constituem o núcleo do predicado da oração principal, os gramáticos, segundo Garcia (1992, p. 130-133), chamam de verbos de elocução, *dicendi ou declarandi*, e a muitos de seus vicários (disse-se do verbo que se usa para evitar a repetição de outro, do latim *vicariu*) denominam *sentiendi*. *Dicendi, declarandi e sentiendi* são genitivos do gerúndio dos verbos *dicere, declarare e sentire*, respectivamente, e significam: (de) *dizer*, (de) *declarar* e (de) *sentir*.

Os verbos *dicendi* têm a principal função de indicar o interlocutor que está com a palavra e pertencem a várias áreas semânticas, cada uma incluindo vários de sentido geral e muitos de sentido específico, por exemplo:

- (de) *concordar* (assentir, anuir)
- (de) *contestar* (negar, objetar)
- (de) *dizer* (afirmar, declarar)
- (de) *exclamar* (gritar, bradar)
- (de) *exortar* (animar, aconselhar)
- (de) *ordenar* (mandar, determinar)
- (de) *pedir* (solicitar, rogar)
- (de) *perguntar* (indagar, interrogar)
- (de) *responder* (retrucar, replicar).

Esses são os verbos mais comuns, de sentido geral, mas muitos autores usam outros, mais específicos, mais caracterizadores da fala, principalmente na literatura, por exemplo: *acrescentar, ajuntar, aprovar, arriscar, atalhar, comentar, concluir, consentir, continuar, contrapor, convidar, cumprimentar, desmentir, desculpar, esclarecer, escusar-se, estranhar, explicar, inquirir, insistir, intervir, justificar(-se), largar, lembrar, propor, prosseguir, protestar, prosseguir, repetir, sugerir, tornar*, evidenciando que a língua é riquíssima em verbos de elocução e seus vicários.

Os verbos *dicendi* deveriam ser transitivos ou admitir transitividade; mas a língua não é rigorosamente lógica, principalmente a falada, que mostra características lógico-sintáticas menos rígidas, para tornar-se mais expressiva e mais viva.

Há uma classe numerosa de verbos de elocução que não são propriamente (de) *dizer*, mas (de) *sentir*, e por isso mesmo, por analogia, podem ser chamados *sentiendi*: *encavacar, explodir, gemer, lembrar(-se), queixar-se, suspirar* e outros que expressam estados de espírito, reações psicológicas, emoções.

Esses verbos e seus semelhantes constituem uma espécie de vicários dos *dicendi*, com função predominantemente caracterizadora de atitudes, de gestos ou manifestação de conteúdo psíquico, e, quando o narrador sente que não admitem de forma alguma a idéia de transitividade, são antepostos à citação de fala, por exemplo, “*encavacou*”, “*explode*”. Esses verbos *dicendi*, sob a perspectiva lógico-sintática, presumem a existência de um legítimo verbo *dicendi* implícito, por exemplo, “... *explode, dizendo*”.

Os verbos *dicendi* apresentam outra função que é permitir a adjunção de orações adverbiais (principalmente reduzidas de gerúndio) ou expressões de valor adverbial com que o narrador marca a fala de personagens, acrescentando-lhes reações físicas ou psíquicas, como se retratasse o caráter das personagens, tirando proveito dessas oportunidades e dos matizes que os verbos *dicendi* e *sentiendi* lhes oferecem.

Os verbos *dicendi*, sob aparente neutralidade, atuam como importante mecanismo de interferência do “eu” no discurso do “outro”, segundo Marcuschi (1991) e, para isso, apresentam várias formas de ação: (i) agem diretamente sobre o discurso relatado; (ii) atuam sobre a compreensão desse discurso; (iii) podem ser eles próprios o relato da forma como o discurso atuou ou deve atuar. Segundo o autor, é possível distinguir sete classes de funções organizadoras que evidenciam que esses verbos, além de transmitirem as possíveis interpretações do dito do outro, têm uma função no texto, pois realizam a estrutura da argumentação. Seguem-se alguns exemplos pertencentes ao *corpus* sob análise:

1. Verbos indicadores de posições oficiais e afirmações positivas: *afirmar, anunciar, assegurar, comunicar, confirmar, declarar, informar, etc*:

(22) Bazerman (1994) afirma que um texto composto por vários atos de fala, somente pode ser reconhecido como um único ato de fala se for identificado por um gênero, posto que isto o eleva ao *status* de um tipo singular de ação social. (75, TD, UFMG, 2007 - 38)

2. Verbos indicadores de força dos argumentos: *acentuar, destacar, enfatizar, frisar, garantir, ressaltar, sublinhar*, como mostra a ocorrência abaixo:

(23) Johnson (1997) enfatiza que um falante pode determinar o gênero de alguém ao ouvir uma voz, assim como é, também, capaz de reconhecer vozes de pessoas conhecidas, sem visualizar suas feições. (64, TD, UFMG, 2007 - 141)

3. Verbos organizadores de um momento argumentativo no conjunto do discurso: *acrescentar, concluir, continuar, explicar, finalizar, inferir, iniciar, introduzir, prosseguir*, como exemplificado abaixo:

(24) Numa perspectiva biológica, Langacker (1987, p. 100 e 162) explica que cada evento cognitivo deixa traços neuroquímicos que vão se repetindo toda vez que eventos semelhantes ocorrem, gerando um efeito de reforço progressivo. (2, TD, UFMG, 2009 - 25)

4. Verbos indicadores de retomadas opositivas, organizadores dos aspectos conflituosos: admitir, apartear, comentar, discordar, defender, indagar, negar, reafirmar, reagir, reconhecer, reconsiderar, reiterar, responder, retrucar, revidar, temer. Cite-se o exemplo seguir:

(25) Van Dijk (2004) comenta que essas relações funcionais entre proposições e entre macroproposições podem ser analisadas de maneira pragmática, ou seja, essas relações podem ser consideradas ações (ou processos). (305, DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 67)

5. Verbos interpretativos do caráter ilocutório do discurso referido: aconselhar, admoestar, advertir, censurar, condenar, criticar, desaprovar, elogiar, enaltecer, exortar, incentivar, prometer, sugerir etc. Exemplo desse tipo é o encontrado em (26) abaixo:

(26) Fernandes (1947, p. 15) sugere que, no caso de dúvida quanto ao plural “correto”, se recorra ao espanhol, porque, nessa língua, o/n/ intervocálico não sofreu síncope, então todo o processo de unificação das formas singulares não ocorreu. (39, TD, UFMG, 2007 - 35)

6. Verbos com grande força ilocucionária: alertar, arriscar, creditar, garantir, reconhecer, supor, sustentar entre outros.

Veja-se o exemplo a seguir:

(27) Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) sustentam que a argumentação é uma ação que tende sempre a modificar um estado de coisas pré-existentes e que um raciocínio argumentativo pode convencer sem ser exposto por cálculos, pode ser rigoroso sem ser científico. (265, DM, UFMG, 2006 - 45)

Marcuschi (1991) explica que a falta do verbo *dizer* nessa classificação deve-se ao fato de esse verbo poder ser considerado uma espécie de coringa, por ser o mais neutro sob o aspecto semântico e sintático contido nesses verbos.

A semântica dos verbos *dicendi* permite considerá-los também verbos introdutórios de opinião, segundo Marcuschi (1991), pois por meio deles o escritor apresenta a opinião de outro e a constitui como uma informação. Assim, a semântica desses verbos não pode ser feita

à margem dos contextos de *dizer* e fora das condições de produção do discurso. Desse modo, toda informação é produzida veiculando implicitamente uma interpretação.

O termo “interpretação”, neste contexto, é entendido de uma maneira ampla, envolvendo três aspectos possíveis (MARCUSCHI, 1991):

- (i) Interpretação explícita, em que há um comentário feito pelo redator da informação;
- (ii) Interpretação implícita, que é feita pela seleção dos verbos que introduzem as opiniões ou por expressões equivalentes, sem um comentário adicional;
- (iii) Interpretação pela seleção do que é informado. O fato de se escolher uma e não outra parte das opiniões de alguém já é uma forma de interpretar o discurso pela omissão. A simples seleção é, assim, um tipo especial de interpretação pelo interesse.

Fundamentando-se nessas observações, pode-se dizer que é praticamente impossível informar neutramente. Desse modo, tratando-se de opinião informada, o discurso relatado é sempre a apresentação de um discurso interpretado. Nesse caso, a opinião do outro é apenas abreviadamente formulada num contexto de aceitação e, às vezes, de oposição, em que esses verbos introdutórios de informação têm um papel especial.

Ao se informar a opinião de alguém, é possível levá-lo a dizer algo que não disse. Essa informação errada, manipulação sutil, feita usando o recurso de um verbo, é o que se caracteriza como interpretação implícita; muitas vezes, em uma pressuposição ou hipótese de alguém, o autor já faz a análise de uma declaração e uma ressalva é considerada uma ênfase.

Dessa maneira, pode-se dizer que a informação é produzida no discurso científico por meio da estrutura oracional de discurso relatado que, implicitamente, veicula uma interpretação. Assim, nesse contexto, o discurso relatado de teses e dissertações acadêmicas pode transmitir uma informação em que há comentário de outro, conforme se pode observar no exemplo a seguir:

(28) Blanche-Benveniste (1987), no que se refere aos estudos sobre a língua francesa, reconhece que ao se trabalhar com um *corpus* de língua oral, há dificuldade de operar com a frase, em seu conceito tradicional, principalmente em enunciados que não apresentam uma demarcação análoga ao ponto final. (18, TD, UNESP, 2002 - 45)

Nesse exemplo, o comentário do outro que é aceito pelo autor se estabelece: (...) *reconhece que ao se trabalhar com um corpus de língua oral, há dificuldade de operar com a*

frase, em seu conceito tradicional, principalmente em enunciados que não apresentam uma demarcação análoga ao ponto final, e traz, implicitamente, uma interpretação.

O discurso relatado, em sua composição, pode também fazer emergir informações implícitas devido à escolha dos verbos que trazem (e dizem) as informações de outro. É o próprio verbo por meio de uma semântica plurissignificativa e pragmaticamente interpretada que traz sentidos. Vejam-se os exemplos (29) e (30) a seguir:

(29) Sobre as condicionais irrealis, Neves (1999) assevera que se a prótase estiver no mais-que-perfeito do subjuntivo, a contrafactualidade é assegurada independentemente do contexto ou de qualquer outra informação prévia, pois o mais-que-perfeito do subjuntivo – seja simples ou composto o futuro do pretérito da apódose – garante a irrealidade dos estados-de-coisa apresentados nas construções condicionais. (416, DM, UNESP, 2005 - 106)

(30) Porém, Taboada e Mann (2006) ressalvam que, para muitos pesquisadores, essa exigência arbórea para a RST parece ser um “defeito”. (313, DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 89)

Pode-se observar que, nos exemplos (29) e (30), os verbos *asseverar* e *ressalvar* trazem uma interpretação semântica, isto é, têm um sentido próprio na estrutura em que ocorrem:

- *asseverar* - dizer dando como certo, com afirmação;
- *ressalvar* - dizer com efeito de ressaltar, com garantia.

Pode-se notar que as denominações ou informações que explicitam fontes linguísticas conceituadas são apresentadas como declarações e recomendações no discurso relatado. Veja-se o exemplo (31), abaixo:

(31) Phillips (1984) postula que a mudança sonora afeta alguns itens lexicais antes de outros e, além disso, a mudança não opera somente com base no condicionamento fonético. (59, TD, UFMG, 2007 - 128)

Nesse exemplo, a denominação explicita a fonte linguística conceituada e as informações são apresentadas como declarações e recomendações, implicitamente, por meio da semântica das formas *Phillips (1984) postula*.

Observe-se que no exemplo (32), a seguir, a dinâmica da interrelação apresenta a essência da apreensão apreciativa do discurso de outro e o que é significativo – tem sua expressão em um discurso anterior:

(32) O próprio Chafe chama atenção para o caráter provisório de seu estudo e esclarece que os *corpora* utilizados em sua pesquisa representam os dois extremos

de um *continuum* – conversa descontraída à mesa de jantar e artigo científico. (332, DM, UFMG, 2003 - 49)

Pode observar-se que, no exemplo (32), o discurso relatado é constituído pelo verbo *esclarece* que transforma a informação em fato linguístico: *os corpora utilizados em sua pesquisa representam os dois extremos de um continuum – conversa descontraída à mesa de jantar e artigo científico.*

Pode-se, então, perceber que não é fácil desvincular o dito ou o escrito daquilo que foi relatado como dito ou escrito, pois a sutileza do processo de dizer é encoberta por processos considerados apenas como estilísticos. E, buscando evitar essa redução simplista, Osakabe (1979 *apud* MARCUSCHI, 1991) afirma: *há uma tendência de redução dos discursos analisados à sua função informática.* Há interesse em descobrir o possível mecanismo que comanda a escolha de verbos para introduzir as informações e verificar a ação desses verbos, atuando nos contextos de conhecimento científico e estruturando a informação. Dessa maneira, pode-se organizar um sistema de classificação de verbos semântica e pragmaticamente interpretados, de maneira a torná-los aferidores de posições ou opiniões e, por isso mesmo, são capazes de transmitir informações.

Pode-se considerar um tipo de discurso, seguindo Marcuschi (1991), que não se trata apenas de uma tipologia, mas de uma definição, que interessa a essa análise empreendida, por ser no discurso científico que os verbos que estão sendo estudados entram em ação. Trata-se do discurso de poder – uma categoria que envolve a produção discursiva de um nível que pode caracterizar-se da seguinte maneira: o discurso para-oficial, que é uma informação oficial, isto é, um discurso produzido por certas intuições vinculadas ao poder oficial ou autoridades universitárias (MARCUSCHI, 1991).

Tomando-se os verbos que introduzem informações no discurso relatado que pode ser considerado para-oficial, representado pelo poder universitário, isto é, no discurso científico de teses e dissertações acadêmicas, pode-se notar que os verbos apresentam várias formas de agir. Em primeiro lugar, as informações são relatadas sancionadamente, sendo essas informações, muitas vezes, tratadas como fatos linguísticos. E, em geral, são declarações ou afirmações que, frequentemente, estão na responsabilidade de quem as produziu e, portanto, recebem endosso, sendo transformadas em fatos linguísticos. Pode-se observar que esses verbos que introduzem o discurso relatado são quase todos fortes e dominadores: *afirmar, destacar, ressaltar* e outros.

Vejam-se verbos que ocorrem nos exemplos a seguir:

(33) Marcuschi (1990) ressalta ainda que esta visão dicotômica das relações entre fala e escrita deu origem ao prescritivismo “de uma norma linguística tida como padrão e que está representada na denominada norma padrão”. (333, DM, UFMG, 2003 - 49)

(34) Decat (1993) já afirmara que aquelas estruturas estão caminhando de uma condição de dependência sintática para uma condição de independência. (145, TD, UFRJ, 2007 - 13)

(35) Baseada nas orientações da Teoria da Argumentação, Souza (2001) destaca que a orientação argumentativa dos enunciados é articulada por meio dos operadores que são, de acordo com essa autora, recursos linguísticos cuja principal função é demarcar as relações de caráter proposicional (contraste, explicação, causabilidade, conclusão etc.) instauradas no texto. (270, DM, UFMG, 2006 - 49)

(36) Marcuschi (2000) pondera que não há clareza ainda de que essas propostas seriam uma tipologia textual ou uma classificação de eventos de fala. (144, TD, UFMG, 2004 - 122)

(37) Souza e Silva e Koch (2001) também consideram que o modo verbal da encaixada se alterará em virtude dos traços semânticos do verbo da oração matriz. (361, DM, UNESP, 2005 - 17)

(38) Marcuschi (1986) defende que os marcadores discursivos (doravante MDs) formam uma classe de palavras ou expressões estereotipadas, de grande ocorrência e recorrência. (320, DM, UFC, 2006 - 163)

Nesses exemplos, seguindo Marcuschi (1991), pode-se notar que todas as informações ficam na responsabilidade de seus autores, pois são introduzidas por verbos na esfera da subjetividade: *afirmar, considerar, defender, destacar, ponderar, ressaltar* etc.

Considerando-se que esses mesmos verbos introduzem informações no discurso relatado, pode-se notar que eles têm várias formas de agir. Isso porque as palavras não apenas significam, mas fazem ações, de acordo com Austin (1981, *apud* BAZERMAN, 2005, p. 25-27). Podemos argumentar que toda declaração realiza alguma coisa, mesmo que apenas se declare certo estado de coisas como verdadeiro e, portanto, todo enunciado incorpora atos de fala. Os atos operam em três níveis distintos: (i) o ato *locucionário*, que inclui um ato proposicional. O ato locucionário constitui o que é literalmente dito; (ii) o ato que se pretende que o ouvinte/leitor reconheça é o ato *ilocucionário*; (iii) o modo como as pessoas recebem os atos e determinam as consequências desse ato para futuras interações é chamado de efeito *perlocucionário*. Essa análise em três níveis dos atos de fala – o que foi literalmente dito, o ato pretendido e seu efeito real – pode também ser aplicada a textos escritos. A força

ilocucionária é a de obter a aceitação do ato proposicional. A questão de garantir a verdade de proposições torna-se uma questão de satisfazer as questões de felicidade que levarão os ouvintes/leitores a aceitarem as afirmações como verdadeiras, estabelecendo assim a convergência do efeito perlocucionário com a intenção ilocucionária do autor.

Nos textos científicos de teses e dissertações científicas, pode-se observar que, de acordo com Marcuschi (1991), os verbos trazem as asserções e, por isso, implicitamente, introduzem as informações e agem diretamente sobre o discurso relatado; atuam sobre a compreensão desse discurso e podem ser eles próprios o relato da forma como o discurso relatado vai atuar ou deve atuar. Nesse último caso, compreende-se a força perlocutória. Dessa maneira, esses verbos introduzem o discurso relatando seu efeito ou modo de atuar; são como o relato de uma intenção do autor inferida pelo produtor. Trata-se da imagem que o produtor do relato faz a respeito da intenção que o autor teve ou teria.

Outros exemplos podem esclarecer esses aspectos:

(39) Em outras palavras, Halliday (1989) postula que pelo fato de na língua falada grande parte do sentido ser expresso pela gramática, e não pelo vocabulário, a estrutura da frase (*sentence*) alcança nessa modalidade uma complexidade raramente alcançada pela escrita. (11, TD, UNESP, 2002 - 34)

(40) Halliday e Matthiessen (2004) assinalam que o estudo de um aspecto da linguagem deve ser entendido sempre em referência à linguagem como um todo. (220, DM, UFMG, 2007 - 26)

(41) Na mesma linha de pensamento, Matthiessen (2001), em seu trabalho *sobre ambientes da tradução*, sugere que podemos posicionar a tradução dentre uma série de ambientes que se estendem do global (entre todas as características dos textos traduzidos) e local (entre características específicas de cada par de textos). (212, DM, UFSC, 2006 - 25)

Analisando os três exemplos de discurso relatado, acima, sob a questão de estilo e considerando-se as características sistemáticas do discurso científico de teses e dissertações científicas, encontra-se em (39) o verbo *postular*, que em si, neste caso, tem mais força que em outros contextos, pois nota-se, de fato, uma hierarquização acentuada na valorização das informações, comandada pelos tipos de verbos *dicendi*, porque podem assinalar maior força ilocucionária, que visa atrair e convencer o leitor. No exemplo (40), o verbo *assinalar*, que introduz a informação, demonstra uma posição sancionada, reforçando a posição já atestada pelo autor. O exemplo (41) mostra o verbo *sugerir* no processo da inserção da informação no contexto do relato. Esse verbo age sobre a caracterização do discurso relatado, apresentando o

relato do não dito, ou seja, da intenção inferida pelo autor. Este verbo traz subjetividade à informação, porque há uma diferença sutil entre *postular*, *assinalar* e *sugerir*, mas é possível que, no discurso científico das teses e dissertações científicas, essas escolhas verbais, na maioria, signifiquem variações estilísticas, pois elas têm uma distribuição e um uso bastante regular.

A fim de observar-se como funciona a ação verbal, vejam-se também os exemplos abaixo:

(42) Halliday e Matthiessen (2004), ao tratarem da caracterização dos grupos adverbiais, nos dizem que grupos adverbiais funcionam como Adjuntos Circunstanciais quando o advérbio constrói alguma circunstância, por exemplo, uma circunstância de tempo (ontem, hoje, amanhã) ou uma circunstância de qualidade (rapidamente, vagarosamente, bem). (101, TD, UFMG, 2007 - 98)

(43) Schnewly (*apud* BRONCKART, 1999: 186) salienta que tais diferenças linguísticas podem ser atestáveis, entretanto nunca diretamente relacionadas à variação de modalidade (oral ou escrita), estando mais ligadas ao conjunto das propriedades da ação de linguagem e do gênero em uso. (335, DM, UFMG, 2003 - 55)

(44) Neves e Braga (1998) lembram que a articulação de orações foi uma matéria particularmente beneficiada pela análise funcionalista dos enunciados, e isso pode ser facilmente constatado apenas conferindo a quantidade de trabalhos em Língua Portuguesa dedicados à articulação de orações. (151, TD, UFRJ, 2007 - 42)

No exemplo (42), observa-se o verbo *dizer* introduzindo a informação, mas nos exemplos (43) e (44) com os verbos *salientar* e *lembrar* pode-se encontrar o relato de uma intenção. Não se trata, entretanto, de uma crença ou uma lembrança, que subjetiviza a informação, mas sim de uma declaração da normalidade linguística.

Esse aspecto da análise da ação verbal é pertinente a um modelo de análise lingüística que não desconsidera a função fundamental da língua – promover a interação social. Por meio dessa mesma função considera-se que as expressões lingüísticas não são objetos funcionais arbitrários, mas, principalmente, pode-se afirmar que se caracterizam por propriedades sensíveis às determinações pragmáticas dessa interação. Isso significa a consideração da competência comunicativa – a capacidade que os indivíduos possuem não simplesmente de codificar e decodificar termos ou expressões, mas também de usá-las e interpretá-las, isto é, significá-las interacionalmente.

Podem-se tomar os verbos e opô-los em séries, seguindo Marcuschi (1991):

- argumentar/explicar;

- enfatizar/sustentar/salientar.

(45) Mesmo estabelecendo que relações não são sinônimos de intenções, Taboada e Mann (2006) argumentam que ainda precisamos questionar sobre a natureza das relações: elas estão realmente nas mentes de usuários de linguagem ou são o produto de análises textuais? (312, DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 88)

(46) Pardo (2005) explica que, para o desenvolvimento do DiZer, o conhecimento visado foi o conhecimento linguístico que possibilitasse a análise retórica automática. (310, DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 79)

A aceção de verbo *argumentar*, seguindo Marcuschi (1991), é *fazer conhecer, declarar*, mas também pode indicar que a informação foi discutida e que está sendo concluída. E, no discurso relatado de teses e dissertações acadêmicas, as informações são apresentadas como questões importantes, lógicas, constituindo o conhecimento.

O verbo *explicar* significa *tornar claro, manifestar*, implicando que a informação será apresentada de uma maneira mais compreensível e será justificada. No discurso relatado, as informações são apresentadas de maneira objetiva para serem apreendidas pelos participantes e a sua interpretação está, possivelmente, delimitada pelo contexto e localizada no conjunto compartilhado.

Vejam-se, ainda, os exemplos a seguir:

(47) Mann e Thompson (1986), ao definir e descrever as diversas proposições relacionais no discurso, enfatizam que elas não emergem tão-somente entre cláusulas adjacentes, podendo também surgir entre cláusulas não-adjacentes ou entre duas sequências de texto maiores que a sentença. (154, TD, UFRJ, 2007 - 46)

(48) Assim é que já Meillet sustentava que, pelo menos em algumas línguas, a ordem dos constituintes poderia ser vista como um tipo de GR. (208, TD, UNICAMP, 2003 - 149)

(49) Santa-Clara e Spinillo (2006) salientam que o emissor, com vista à adesão, necessita construir uma representação apropriada dessa audiência e prever, ainda, movimentos de seus interlocutores que concerne às reações que podem apresentar durante a argumentação. (268, DM, UFMG, 2006 - 48).

Quanto aos verbos *enfatizar*, *sustentar* e *salientar*, que ocorrem nos exemplos (47), (48) e (49), respectivamente, é possível compreender que, quando introduzem opinião ou informação e se admite que alguém *ênfatiza* ou *sustenta* ou ainda *salienta* essa opinião ou informação, isso lhes confere uma dimensão de força ilocucionária e, quando se julga que eles

apenas *dizem*, admite-se uma certa expectativa. Em todos os casos, informa-se sobre o conhecimento e resguarda-o, e essas observações configuram um tipo de análise pragmática em que se apresentam não apenas as formas de *dizer*, mas, principalmente, as formas de agir desses vários estilos, que podem receber sentidos diversos e por isso mesmo se formam e significam por meio da interação e não de maneira isolada. Essa dinâmica, de acordo com Bakhtin (2006, p. 154), reflete a dinâmica da interação social dos indivíduos na comunicação ideológica verbal.

Essa análise dos modos de ação dos verbos *dicendi* sobre o discurso relatado pode fazer parte de uma classificação dos verbos pela função que desempenham, considerando-se as determinações sintáticas, semânticas e pragmáticas da língua.

4.2.1 O tempo dos verbos de discurso relatado

Pode-se considerar que a denominação discurso indireto tem, tradicionalmente, identificado o discurso relatado, que também pode ser tratado como uma citação indireta que não é compreendida como uma cópia de uma linguagem anterior. Em termos de estrutura da consciência comum, o discurso relatado, como o discurso indireto, pode ser entendido do seguinte modo: há uma referência a algum outro evento lingüístico que permanece ativo na mente do autor e é, subsequentemente, em sua essência, mencionado com a decisão de transmiti-lo ao leitor, e, então, esse evento lingüístico deve ser verbalizado novamente.

Apresentam-se, abaixo, exemplificações de discurso relatado que ocorrem no discurso científico das teses e dissertações acadêmicas:

(50) Johns (2002) nos diz que os teóricos da Nova Retórica preferem focalizar sua análise sobre as situações teóricas mais do que sobre as características da linguagem. (73, TD, UFMG, 2007 - 24)

No exemplo (50), seguindo Chafe (1994, p. 214-215), há uma referência ao evento de fala anterior e seu agente, tipicamente usando o verbo *dizer*. Frases como *ele diz/ele disse* constituem o que pode ser chamado de atribuição da fala do outro. A atribuição é então acompanhada por alguma aproximação à linguagem distante, constituindo o discurso relatado.

Percebe-se que, possuindo estratégias próprias de planejamento, o discurso relatado é coerente e organizado; e cabe acrescentar que a coerência não está apenas no texto, mas é resultado de uma construção de parceiros na situação interativa: o autor que concorda com a afirmação científica de outro e a apresenta se tornam, assim, parceiros de relevâncias centrais e de conjuntos de relevâncias para outros, devido à introdução de novos conjuntos

apresentados no discurso relatado, a partir de conjuntos já mencionados, ou de associações ou implicações de enunciados anteriores.

Veja-se o seguinte exemplo de discurso relatado:

(51) Ao falar sobre a RST, Bernárdez (1995) comenta os tipos de unidades em que o texto pode ser segmentado para a análise RST, dizendo que podem ser orações, cláusulas, proposições semânticas ou qualquer outro tipo de unidade; porém, assim como Mann e Thompson (1988), Bernárdez (1995) limita-se ao nível da oração. (289, DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 23)

O discurso relatado é introduzido, conforme ocorre no exemplo (51), acima, com o verbo *dicendi* na forma nominal (*dizendo*) e o elemento *que* (*dizendo que [...]*); mas essa forma verbal pode também não apresentar esse elemento conjuntivo. Sabe-se que uma característica do discurso relatado é o fato de que o tempo e as pessoas verbais não são exatamente de atribuição, mas são também de uma citação anterior e, portanto, tratam o ato de fala como o evento distante que ele foi. Assim, o discurso relatado faz referência a um evento que ocorreu anteriormente, mas que é expresso no tempo presente (*podem ser / limita-se*).

Como exemplificações de discurso relatado que se constituem no presente histórico têm-se os exemplos abaixo:

(52) Fraser (*op. cit.*) afirma que a atenuação está sempre associada à polidez, mas não o contrário. (446, DM, UNESP, 2004 - 117)

(53) De acordo com esses pressupostos, Van Valin (1990 *apud* NEVES, 1994, p. 72) – assume que, para a análise da estrutura linguística, considera-se a importância da semântica e da pragmática, admitindo-se, no entanto, ser central para o entendimento das línguas naturais a noção de estrutura. (349, DM, PUC MINAS, 1998 - 20)

O discurso relatado reconhece que a citação indireta é uma reconstituição de palavras, não uma réplica. O autor pretende transmitir a essência da fala do outro sem repetições ou palavras exatas ou traços avaliativos, tais como exclamações, linguagem coloquial etc.

Assim, o discurso relatado pode ser entendido no seguinte modo: primeiro, há uma lembrança (ou imaginação, ou constatação) de um evento linguístico apresentado por outro. Quando aquele outro evento ocorreu, suas palavras e prosódia permaneceram brevemente ativas na consciência do autor/ouvinte, mas, subsequentemente, sua essência foi armazenada em uma forma verbalmente descomprometida. Ela é agora lembrada naquela mesma forma, sob as restrições da lembrança comum, dentro da consciência do autor/falante. Com a decisão

de transmiti-la ao ouvinte/leitor, ela deve ser verbalizada novamente. O tempo verbal e, quando relevante, o sujeito que realiza a citação indireta são apresentados para expressar e confirmar o fato de que a informação vem de outro autor. O discurso relatado, então, reconhece a inabilidade do falante/autor do texto para relembrar (ou imaginar ou constatar) as palavras da linguagem anterior.

Pode-se considerar que o discurso relatado com o verbo no presente histórico é um outro modo de trazer a qualidade de proximidade, do imediato para uma experiência substituída. Assim, o presente histórico, que ocorre nos verbos *afirma* e *assume*, respectivamente, nos exemplos (52) e (53), acima, segundo Chafe (1994, p. 208-209), pode ser considerado um dos mecanismos linguísticos cujo propósito parece ser reduzir a força ou o efeito, isto é, neutralizar, em algum modo, a qualidade do modo que está sendo substituído. O autor, no modo substituído, pode pretender representar experiências que estão mais próximas; e um mecanismo para esta realização é o presente histórico. O efeito é apresentar o evento ou estado como se seu tempo coincidissem com aquele da consciência representada. A informação relembrada, assim, adquire (mas somente com respeito ao tempo) a qualidade dêitica de proximidade. O presente histórico é uma pretensão limitada de que uma ideia lembrada é uma ideia sendo percebida, que age e é avaliada no tempo da representação. Assim, descreve o passado como se ele estivesse acontecendo agora, pois localiza o evento ou estado no tempo da consciência representada, como também a representação.

É importante distinguir entre o que o presente histórico é – e o que falantes ou autores fazem com ele – isto é, entre sua natureza e seu uso. Dizer que os falantes ou os autores usam o modo substituído mais como o modo imediato não é explicar as circunstâncias sob as quais eles empregam esta opção. Evidentemente, os narradores têm uma tendência para resvalar para o presente histórico em alguns pontos em sua escrita onde há alguma razão para um evento ou estado lembrado ser expresso em um modo que mais proximamente se assemelha ao modo imediato.

Assim, o presente histórico é uma estratégia provavelmente mais apropriada ao clímax da escrita. É um dos mecanismos linguísticos por meio do qual a consciência comum pode ser facilmente e naturalmente manipulada por efeito especial. É uma opção, uma escolha explorada pela escrita, para fazer o modo substituído mais proximamente semelhante ao modo imediato em alguma maneira. Pode-se observar que há no presente histórico uma força ilocucionária, significando um maior envolvimento do autor para a determinação e realização da ação de linguagem pretendida por meio do discurso relatado.

4.2.2 A função dos verbos de discurso relatado

Esta perspectiva de análise dos verbos introdutórios de informação, de acordo com Marcuschi (1991), caracteriza-se como pragmático-argumentativa e fundamenta-se na função lógico-organizadora que podem exercer os verbos que compõem o discurso relatado.

Esses verbos têm uma função organizadora do texto e não se trata de uma atividade argumentativa, nem de uma ação direta sobre o discurso relatado, mas uma função de ação organizadora dos argumentos do autor. Assim, considerando-se não apenas as possíveis interpretações, mas principalmente a organização do texto, podem-se distinguir sete classes gerais de funções organizadoras, algumas das quais já foram apontadas, com outros objetivos e com outros exemplos, nas páginas 79-82.

- (i) Verbos indicadores de posições oficiais e afirmações positivas: afirmar, anunciar, assegurar, confirmar, comunicar, declarar, informar etc.

(54) Meyer afirma que, quando se considera uma série de condições como suficientes para provocar um evento, é preciso não vê-las como causas de primeira ordem somente, pois, em qualquer situação das experiências de mundo, tudo aquilo que se considera de primeira ordem é, em última análise, uma questão de perspectiva sob a qual o evento é focalizado. (139, TD, UFMG, 2004 - 99)

- (ii) Verbos indicadores de força do argumento: acentuar, destacar, enfatizar, frisar, garantir, ressaltar, sublinhar etc.

(55) Tanto Possenti (2002) como Mendonça (2001) ressaltam que esse tipo de gramática é o mais poderoso entre os leigos, por ser muito difundido na escola, veiculado, sobretudo, nos livros didáticos e gramáticas pedagógicas. (388, DM, UNESP, 2005 - 38)

(56) Schnewly destaca que o instrumento só se torna um mediador – transforma uma atividade – quando é apropriado pelo sujeito, isto é, quando constrói esquemas de utilização de instrumentos. (273, DM, UFMG, 2006 - 63)

- (iii) Verbos indicadores da provisoriedade do argumento: *acreditar, achar, imaginar, julgar, pensar, etc.*

(57) Labov não só acredita não ser possível recolher os dados no contexto social, como ainda traça toda a metodologia que deve ser usada para que essa tarefa seja realizada com êxito. (385, DM, UNESP, 2005 - 31)

(iv) Verbos organizadores de um momento argumentativo no conjunto do discurso: acrescentar, concluir, continuar, explicar, finalizar, inferir, iniciar, introduzir, prosseguir etc.

(58) No estágio 1, quando introduzido o tópico a ser abordado ao longo do texto através de generalizações, Salager-Meyer (1999, p. 279-305) explica que os autores de textos médicos são mais assertivos, utilizam este estágio para convencer o leitor e justificar a importância de sua investigação. (213, DM, UFSC, 2006 - 67)

(59) Britto (1997) conclui que nem sempre as questões de leitura (múltipla escolha), propostas, pelo vestibular, consideram, efetivamente, a multiplicidade de sentidos construída na relação texto-leitor. (262, DM, UFMG, 2006 - 17)

(v) Verbos indicadores de retomadas opositivas, organizadores dos aspectos conflituosos: admitir, comentar, defender, discordar, indagar, reafirmar, reagir, reiterar, reconhecer, reconsiderar, responder, temer etc.

(60) Bernárdez (1995) comenta que esse processo é uma atividade cooperativa, já que ambos, P e R tentarão utilizar todos os meios disponíveis para chegar a M (P para transmiti-la, R para compreendê-la). (293, DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 26)

(61) Além dessa escala, Neves (1984) defende que o registro dos graus da desigualdade estabelecido pelo *mas* só pode ser realizado com base no grau de admissão das entidades envolvidas. (173, TD, UFRJ, 2008 - 50)

(vi) Verbos interpretativos do caráter ilocutivo do discurso referido: *advertir, criticar, desaprovar, enaltecer, enfatizar, incentivar, sugerir* etc.

(62) Conforme apontado, Biber (1990) também sugere que a análise de 10.000 tokens de um mesmo tipo textual aponta padrões representativos de um *corpus* muito maior deste mesmo tipo textual. (226, DM, UFMG, 2007 - 64)

(63) Decat enfatiza que (18) a (24) apresentam o comportamento típico das orações que se podem desgarrar da oração principal do período composto: a possibilidade de constituírem, por si, unidades informacionais apartadas da unidade que contém a oração principal do período. (150, TD, UFRJ, 2007 - 36)

Essa classificação dos verbos, seguindo Marcuschi (1991), pode evidenciar que os verbos *dicendi*, que também podem ser considerados como verbos de informação, a par de uma atividade sobre o dito, desempenham também uma função no texto enquanto estruturam a argumentação.

Assim, dispõem-se os verbos em uma classificação relacionada à estruturação do discurso relatado, servindo para aferir tanto a posição do autor diante informação relatada, quanto a organização do relato feito, aferindo, portanto, essas duas perspectivas. Dessa maneira, fundindo-se essas duas hipóteses precedentes, tem-se a origem de uma terceira alternativa: os verbos introdutores de informação exercem uma ação direta sobre o sentido do discurso relatado e desempenham uma função reordenadora do texto dentro do discurso científico das teses e dissertações científicas, preservando o modo de sua ação.

Podemos dizer, então, que esta formulação considera os seguintes aspectos:

- (a) os verbos exercem ação sobre o dito relatado
- (b) os verbos organizam o discurso relatado em uma ordem e em uma estrutura própria.

Dessa maneira, as estratégias usadas no discurso relatado para apresentar informações não são simplesmente uma questão de estilo, pois as palavras são instrumentos de ação e não apenas de comunicação.

4.3 A oração complexa

As orações complexas, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004, p. 367), são formadas por diferentes tipos de relações que ligam essas orações em termos de projeção e expansão. Esses dois tipos de relação correspondem a diferentes tipos de processos: a projeção corresponde a orações verbais e mentais, e expansão corresponde às orações relacionais.

Em um texto científico, o fluxo de eventos de hipóteses e comprovações é construído como uma série de argumentações, dada a quantidade de mecanismos sintáticos, semânticos e pragmáticos manipulados em sua realização. Cada argumentação é tipicamente desenvolvida passo a passo como sequências de formulações e investigações que são ligadas, como ocorre no discurso relatado, por meio de relações lógico-semânticas.

O discurso relatado de teses e dissertações científicas compõe-se de orações complexas que se ligam ou se articulam por meio do processo de projeção, conforme podemos observar no seguinte exemplo:

- (64) Considerando, então, a ação de linguagem como uma direção para definir o texto, Bronckart afirma que ela se dimensiona em uma base de orientação, a partir da qual o produtor lançará mão dos elementos necessários ao seu agir comunicativo. (263, DM, UFMG, 2006 - 29).

Nesse exemplo, há um item, então, marcando o relacionamento entre a primeira oração: *Considerando, então, a ação de linguagem como uma direção para definir o texto*, e a outra, a segunda oração: *Bronckar afirma que ela se dimensiona em uma base de orientação, a partir da qual o produtor lançará mão dos elementos necessários ao seu agir comunicativo*. Nessa estrutura oracional de discurso relatado, pode-se inferir o relacionamento de uma sequência de conclusão ou outra, pois a forma gerúndio permite inferir outros sentidos.

Pode-se observar que no discurso relatado a sequência semântica de eventos linguísticos é realizada por uma série de orações complexas, pois a gramática está realizando o trabalho de construir esses episódios argumentativos. Ela realiza os eventos linguísticos que constituem argumentações como orações e combina essas orações em complexos de orações. Esses complexos servem para construir sequências semânticas de eventos linguísticos – não todo o episódio argumentativo, mas sequências locais no fluxo de eventos argumentativos, que juntos formam o episódio. Por exemplo, a primeira oração: *Considerando, então, a ação de linguagem como uma direção para definir o texto*, está relacionada à oração: *Bronckart afirma que está relacionada à oração: que ela se dimensiona em uma base de orientação*, que está relacionada à oração: *a partir da qual o autor lançará mão dos elementos necessários ao seu agir comunicativo*. Juntas, essas orações formam o complexo oracional: *Considerando, então, a ação de linguagem como uma direção para definir o texto, Bronckart afirma que ela se dimensiona em uma base de orientação, a partir da qual o produtor lançará mão dos elementos necessários ao seu agir comunicativo*. Essas orações estão relacionadas estruturalmente pela gramática: o primeiro elo estrutural é o item conjuntivo *então* e o outro é marcado pela forma não finita do verbo *considerando*. Essa forma verbal é refletida em modelos de elipse que são possíveis somente dentro de uma oração complexa, assim o sujeito é elíptico em *definir*. A segunda oração e a terceira orações apresentam um elo estrutural marcado pela conjunção estrutural *que* e a quarta oração está relacionada estruturalmente pelo pronome relativo *da qual*.

Semanticamente, o efeito de combinar orações em um complexo de orações é de mais forte integração em significados: as sequências que são realizadas gramaticalmente em uma oração complexa são construídas como subsequências dentro da sequência total de eventos comunicativos que constituem o evento total no discurso relatado. Esse exemplo: *Bronckart afirma que ela se dimensiona em uma base de orientação, a partir da qual o produtor lançará mão dos elementos necessários ao seu agir comunicativo* é construído pela gramática de complexo de orações como uma subsequência, porque são construídas juntas dentro de um complexo. Mas, mesmo quando as orações de um texto não são formadas juntas

dentro de um complexo e não são construídas como uma subsequência, não significa que estas orações não sejam semanticamente relacionadas. Elas são ligadas por uma relação de sequência que pode ser temporal, final, causal ou outra que emerge entre elas. Considerando o exemplo (64), pode-se dizer que a oração *Bronckart afirma* é mais proximamente integrada à segunda, considerando-se os aspectos gramaticais e semânticos: *que ela se dimensiona em uma base de orientação, a partir da qual o produtor lançará mão dos elementos necessários ao seu agir comunicativo*, porque a segunda oração é o argumento da primeira.

O exemplo (64), acima, mostra que as orações são agrupadas dentro dos complexos oracionais (também indicando uma análise estrutural). O princípio geral é que o episódio lingüístico é realizado por uma série de orações complexas: assim, o *status* da primeira oração desse exemplo: *Considerando, então, a ação de linguagem como uma direção para definir o texto*, serve como parte inicial para o evento comunicativo. Essa integração de uma série de eventos em uma subsequência é um traço não somente de narrativa ficcional, mas de outros textos, por exemplo, o texto científico onde a experiência é construída. Tais complexos de orações ilustram como esse recurso pode ser usado para estabelecer a organização do desenvolvimento retórico dos textos. O efeito de integração, isto é, o efeito alcançado pelos complexos de oração é um traço de textos de todos os tipos, pois o princípio de desenvolvimento é o mesmo.

4.3.1 O discurso relatado e o sistema semântico de projeção

Conforme foi explicado anteriormente, há dois sistemas de relações envolvidos na formação da oração complexa: o primeiro, o sistema tático, apresenta duas opções que são parataxe (em que as orações são relacionadas como iguais, isto é, possuindo o mesmo *status* como entidades potencialmente independentes uma da outra) e hipotaxe (em que as orações se relacionam a uma oração principal por meio de uma relação de dependência); e o segundo, o sistema lógico-semântico, que descreve o tipo específico de relacionamento de significado entre orações combinadas ou conectadas. Também há duas opções que são as orações que podem ser relacionadas por meio de projeção (em que uma oração é citada ou relatada por outra oração) ou por meio de expansão (em que uma oração desenvolve ou estende sobre os significados de outra oração).

A projeção oferece duas escolhas que são a locução (em que o que é projetado é falado) e a idéia (em que o que é projetado são pensamentos).

Também já foi aqui mostrado que a noção de projeção pode ser introduzida como o relacionamento lógico-semântico por meio do qual a oração funciona não como uma representação direta da experiência (não linguística), mas como uma representação de uma representação (linguística). Um dos usos principais da projeção no discurso comum – é representar perspectivas no discurso científico, considerando-se os sistemas envolvidos na diferenciação dos tipos de projeção: o nível de projeção (locução x ideia), o modo de projeção (relato hipotático x citação paratática) e a função da fala (proposição projetada x proposta projetada). Assim, por meio da projeção, uma oração é colocada como a representação do conteúdo linguístico de outra – ou o conteúdo verbal de uma oração de dizer ou o conteúdo de uma oração mental de razão ou raciocínio lógico. No exemplo de discurso relatado, a seguir, tem-se uma projeção de processo verbal:

(65) Schwarz (citado por Koch, 2000) também afirma que a recategorização ou refocalização tem função predicativa, chamada de tematização remática. (242, DM, UFP, 2006 - 101)

Nesse exemplo, a oração: que a recategorização ou refocalização tem função predicativa, chamada de tematização remática é o conteúdo da oração de processo verbal: Schwarz também afirma – o que é postulado, falado ou afirmado, portanto, é uma projeção de processo verbal.

Em relação ao modo de projeção (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004), pode ser considerado que a projeção combina com o conjunto de interdependências – as duas relações de interdependência táctica de parataxe e hipotaxe e a relação de constituição de encaixamento. Isto significa que a oração: *que a recategorização ou refocalização tem função predicativa, chamada de tematização remática* pode ser projetada hipotaticamente pela oração: *Schwarz (citado por Koch, 2000) também afirma*. A projeção é representada como um relato – como algo que é dependente da oração que projeta, contrastando com a variante paratática de citação.

Assim, de acordo com as propostas de Halliday e Matthiessen (2004), examinando-se o exemplo acima, pode-se considerar o discurso relatado como um processo verbal. Entretanto, em adição aos dois modos tácticos de projeção – a paratática que é a projeção de citações e a projeção hipotática de relatos, há um ambiente de constituição, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004, p. 443), em que as orações projetadas ocorrem – que é o **encaixamento**.

Convém lembrar, aqui, a distinção entre relações táticas de parataxe e hipotaxe e o encaixamento. Seguindo Halliday e Matthiessen (2004, p. 426), enquanto parataxe e hipotaxe são relações entre as orações, encaixamento não é. Encaixamento é um mecanismo semogênico em que uma oração funciona como um constituinte dentro da estrutura de um grupo, sendo ele mesmo um constituinte dessa oração. Ainda segundo Halliday e Matthiessen (2004), não há nenhum relacionamento direto entre uma oração encaixada e a oração dentro da qual ela é encaixada; o relacionamento de uma oração encaixada com a outra oração é indireto, tendo um grupo como intermediário. A oração encaixada funciona na estrutura do grupo, e o grupo funciona na estrutura da oração. Assim, Halliday e Matthiessen (2004, p. 426) tratam o encaixamento como uma mudança de hierarquia, pela qual uma oração ou um sintagma vem funcionar dentro da estrutura de um grupo como pós-modificador em um grupo nominal ou outras funções como núcleo de um grupo nominal (nominalização) ou pós-modificador em um grupo adverbial.

Cita-se o exemplo (66), a seguir, que faz parte do *corpus* selecionado:

(66) Nessa publicação, Silva afirma que a categorização de textos quanto a sua tipologia constrói-se a partir das dimensões do discurso que vão desde o interacional/situacional, o textual ao linguístico. (277, DM, UFMG, 2006 - 70)

No exemplo (66), tem-se: (i) a 1ª oração (oração em que o tipo de processo é verbal) é a que projeta: *Nessa publicação, Silva afirma*; (ii) a 2ª oração que é a oração projetada (encaixada): *que a categorização de textos quanto a sua tipologia constrói-se a partir das dimensões do discurso que vão desde o interacional/situacional, o textual ao linguístico*; e (iii) a 3ª oração, o conjunto total da oração: *Nessa publicação, Silva afirma que a categorização de textos quanto a sua tipologia constrói-se a partir das dimensões do discurso que vão desde o interacional/situacional, o textual ao linguístico*. O encaixamento é assim o mecanismo pelo qual a oração funciona dentro da estrutura de outra, sendo ela mesma um constituinte da oração total. Pretende-se, neste trabalho, que o relacionamento da oração encaixada e a oração dentro da qual ela é encaixada é direto, não é realizado por intermédio de nenhum grupo, diferentemente do que postulam os autores acima citados.

Em relação aos usos de projeção no discurso, pode-se citar, segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 443-444), a finalidade de atribuir origens em novos relatos e representar pontos de vista no discurso científico.

Retomam-se, aqui, algumas noções sobre a projeção. A primeira é o nível de projeção: através da projeção, uma oração é colocada como a representação do conteúdo

linguístico de outra – ou o conteúdo de uma oração verbal de *dizer* ou o conteúdo de uma oração mental de razão lógica. Veja-se o exemplo (67), abaixo:

(67) Primeiramente, lembra-nos Palmer que o termo *modo* é tradicionalmente restrito a uma categoria expressa pela morfologia verbal. (317, DM, UFC, 2006 - 48)

Neste exemplo, a oração que o termo modo é tradicionalmente restrito a uma categoria expressa pela morfologia verbal é o conteúdo da oração de processo mental Primeiramente, lembra-nos Palmer.

A segunda noção é o sistema envolvido na diferenciação dos vários tipos de projeção, ou seja, o modo de projeção, em que a projeção se combina com o mesmo conjunto de interdependências que ocorre com a expansão – (1) as duas relações de interdependências e (2) a relação de constituição de encaixamento (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 443). Veja-se o exemplo a seguir:

(68) Diante desse fenômeno, Pécora pondera que o domínio e o trabalho pedagógico com a escrita devem se orientar pelo conhecimento da situação de linguagem e, sobretudo, pela representação dos papéis dos sujeitos no texto escrito. (261, DM, UFMG, 2006 - 16)

Pode-se dizer que a oração: que o domínio e o trabalho pedagógico com a escrita devem se orientar pelo conhecimento da situação de linguagem e, sobretudo, pela representação dos papéis dos sujeitos no texto escrito é projetada por encaixamento pela oração de processo mental: Diante desse fenômeno, Pécora pondera. Isto significa que a projeção é representada como um relato – em que a segunda oração é parte constituinte da primeira, isto é, é o argumento do verbo pondera, na primeira oração, e exigência deste verbo para completude de seu sentido.

Ressalte-se, uma vez mais, que, diferentemente desses autores, nesse estudo considera-se a projeção no discurso relatado não como hipotaxe, mas como encaixamento, pois se fundamenta em uma mais notável dimensão da linguagem que é sua composição estrutural, conhecida como o fenômeno de constituição ou a construção de hierarquia, que será explicada posteriormente.

4.3.2 Modo de projeção no discurso relatado

Segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 437-438), há uma função das orações encaixadas, em que não há nenhum nome núcleo (assim a própria oração encaixada funciona

como ‘núcleo’), a oração encaixada é a nominalização do processo. Tal oração é o nome de uma ação, evento ou outro fenômeno. Ela representa um macrofenômeno que pode ser denominado um ato que ocorre em um ambiente mental e, portanto, é aceitável tratá-las como elaborações.

Veja-se o exemplo seguinte:

(69) Nakisha Johnson, 17, disse que ela viu um jovem abrir fogo depois que uma discussão entre jovens tornou-se violenta.²⁴

Este exemplo de discurso relatado mostra uma oração encaixada constituída pelo verbo de processo verbal *disse*. Relacionando essa oração encaixada ao estudo das estruturas que configuram o discurso relatado, podem-se apresentar exemplos de orações encaixadas que se constituem por meio de verbos de processo mental, nas composições científicas:

(70) Fávero (1992), por exemplo, adotando a perspectiva funcionalista no que se refere à integração dos componentes sintático, semântico e pragmático na análise dos enunciados, considera que a dificuldade encontrada pelos professores na explicação das diferenças entre coordenação e subordinação é decorrente do fato de eles adotarem critérios puramente sintáticos. (22, TD, UNESP, 2002 - 66)

(71) Liberato (2001), ao estudar a estrutura do SN em português, conclui que o artigo definido não é marca de identificabilidade de um SN e, conseqüentemente, podemos ter SN's definidos de referentes não identificáveis e SN's indefinidos de referentes identificáveis. (116, TD, UFRJ, 2009 - 122)

Em termos de realização estrutural, os exemplos acima (70) e (71) se assemelham por serem constituídos na ordem dos complexos oracionais e por se configurarem em estruturas que podem ser consideradas típicas de discurso relatado. Pode-se dizer que esses complexos oracionais, segundo Halliday e Matthiessen (2004), representam os processos mentais cognitivos que permitem a criação de ideias. Essas ideias podem ser retomadas como os fenômenos, isto é, como os fatos criados por processos mentais. Tratando-se, como nesses exemplos, de verbos que permitem processos mentais cognitivos, o que ocorre não é a retomada de um fenômeno experienciado, mas a própria criação deste metafenômeno, que é trazido pelo autor/falante como algo pensado.

Essas ocorrências de projeção servem para a identificação do recurso gramatical que realiza as opções semânticas do sistema de projeção. O que caracteriza o sistema semântico de

²⁴ Nakisha Johnson, 17, said she saw one young man open fire after a feud between youths became violent. (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 439) (Tradução nossa)

projeção, de acordo com Halliday e Matthiessen (1999, p. 108), é sua função de projetar eventos semióticos, isto é, eventos que se constituem enquanto fenômenos já anteriormente interpretados linguisticamente, isto é, como metafenômenos.

Este processo é tratado como a projeção ou a ideia de um fenômeno – um metafenômeno, que segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 441), é uma ordem diferente de realidade – porque não podemos ver um evento passado. Podemos ver apenas as circunstâncias ou situações resultantes daquele evento, mas o evento passado, ele próprio, somente pode ser tratado como uma projeção. No presente, ambos são possíveis, mas o significado é diferente. Se a ação *ver* é compreender, ou o que é visto é um relato na escrita, então o relacionamento deve ser de projeção. Assim, metafenômenos – as projeções – podem ser associados somente com certos tipos de processos, principalmente de *dizer* e de *sentir* e, em certas circunstâncias, de *ser*.

Considerando-se a noção de projeção, que é o relacionamento lógico semântico em que a oração vem a funcionar não como uma representação direta da experiência (não linguística), mas como uma representação de uma representação (linguística), pode-se dizer que esses eventos semióticos se prestam a diferentes propósitos ou intenções, como pode ser observado nos seguintes exemplos de discurso relatado:

(72) Bernárdez (1995) sugere que se deve estabelecer uma nova teoria da linguagem: propõe a noção de texto como sistema complexo, aberto e dinâmico, já que o texto é a linguagem em uso, e a linguagem não é um estado, e sim um processo contínuo. (292, DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 25)

(73) Freitas (1995), ao trabalhar com a interface prosódia / sintaxe, entre outros tipos de cláusulas, analisou o papel do nível suprasegmental nas relativas restritivas e não restritivas e concluiu que os informantes tiveram mais dificuldade para produzir distintivamente essas sentenças do que as coordenadas causais e explicativas. (112, TD, ESACS, UFRJ, 2009 - 113)

Esses exemplos de discurso relatado têm a propriedade de indicar usos prototípicos da projeção que, conforme Halliday e Matthiessen (2004, p. 443), podem permitir:

- (i) a representação do ponto de vista do cientista (a via que podemos dizer que estabelece a variável crítica);
- (ii) atribuição de fonte em novos relatos (a dinâmica mobilidade no fluxo do texto em que cada figura ou evento lingüístico cria um contexto para o próximo) e

- (iii) a interligação estrutural, a partir do modo como o discurso relatado está linguisticamente construído e das sinalizações que oferece, permitindo a mobilização do contexto, procedendo à construção da unidade dos sentidos.

Esses usos são realizados no discurso relatado por recursos lexicogramaticais que fazem, no estrato semântico, as distinções sistêmicas entre ideia e locução.

O contraste entre ideia e locução refere-se ao nível de projeção e mesmo que as idéias e as locuções se constituam em realizações semióticas (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1999), a projeção de uma locução se dá a partir de um conteúdo fraseado ou gramaticalizado e expresso no mundo físico, dessa maneira, possui uma existência material, e por isso, pode ser direcionada a um receptor. Assim, o nível de realização de uma locução é o lexicogramatical, pois se compõe de um conteúdo fraseado. Entretanto, a projeção de ideias se origina de um conteúdo interior à consciência do indivíduo, não sendo constituída a partir de um fraseado com evidência no mundo físico. Por essa razão, a projeção de ideias é considerada como realizada com origem no estrato semântico, sendo projetada como um significado.

Outra distinção sistêmica que pode ser considerada, segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 443), é a diferença entre relato e citação. Essa distinção, já referida anteriormente, e considerada fundamental para esse estudo do discurso relatado, é, por isso, repetida: A citação se refere ao modo de projeção, em que a projeção combina com o mesmo conjunto de interdependências como as duas relações de interdependência de parataxe e hipotaxe e a constituição da relação de encaixamento. Entretanto, Halliday e Matthiessen (2004, p. 443) observa que há outro ambiente em que as orações projetadas podem ocorrer que é o de encaixamento, e esse modo de projeção por encaixamento permite que a oração projetada seja parte constituinte, estrutural daquela que a projeta. Assim, podemos dizer que é no modo de projeção por encaixamento que se realiza o discurso relatado de composições científicas.

Assim, a oração complexa, em sua propriedade de constituir-se gramaticalmente intrincada pelas redes de relações e densidade lexical, é realizada como uma estrutura: é uma configuração de componentes semânticos, gerando um diferente tipo de mecanismo estrutural como seu *output* – o discurso relatado e suas significações e ressignificações.

4.3.3 Modos de significar no discurso relatado

A oração complexa, como qualquer outra unidade gramatical (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 58), é um construto multifuncional em que unidades funcionam como elementos em um sistema semântico que cria significados potenciais relacionados às

funções que a linguagem tem desenvolvido para servir. Esse construto consiste de três aspectos multifuncionais de significado: o textual – a oração como uma mensagem; o interpessoal – a oração como uma troca; e o aspecto ideacional, que é o modo de construir a experiência, isto é, o modo de significar na organização da oração, isto é, o aspecto experiencial de organização.

Veja-se o exemplo de discurso relatado abaixo:

(74) Desse modo, Pereira (op. cit.) acredita que o uso do indicativo em contextos preferencialmente do subjuntivo se justifica pelo fato de, muitas vezes, a subordinação ser suficiente para marcar a modalidade. (395, DM, UNESP, 2005 - 50)

No segundo principal componente, o interpessoal, de acordo com Halliday (2002, p. 199), a linguagem é interação: ela está significando no modo ativo. O sistema semântico pode expressar a instrução do autor no evento de fala – o papel que ele está considerando para si mesmo no processo de comunicação e a escolha de papel que ele está atribuindo ao leitor. Esse componente é, portanto, representado por ambos, o autor e o leitor orientado – é interpessoal – e, segundo Halliday (2002), é o que Hymes denominou ‘sócio-expressivo’ e representa a instrução do próprio autor na situação de fala.

Interpessoalmente, pode-se dizer que o exemplo (74) apresenta a linguagem como ação (o autor como instrutor na realidade) e expressa suas instruções no evento linguístico: suas atitudes, avaliações e julgamentos e a conclusão de que *muitas vezes, a subordinação ser suficiente para marcar a modalidade*. Dessa maneira, organiza e instrui o evento de fala como uma dimensão positiva no processo comunicativo. A questão central do argumento – a conclusão – é realizada pelo sujeito da oração complexa que constitui o discurso relatado e a seleção do tempo verbal no modo finito fixa-a como ação no presente *acredita, justifica* em relação ao tempo da escrita. O significado textual é a organização interna do discurso relatado como uma mensagem com o foco sobre a ação que é concluída, juntamente com sua relação à parte precedente do texto que a compõe, o que pode ser observado pelos termos: *Desse modo (...)*.

Examinando, agora, o exemplo (74), acima, sob o ponto de vista do componente ideacional, nos termos de Halliday (2002, p. 198-199), observa-se que a oração complexa que constitui este exemplo de discurso relatado constrói também uma quantidade de mudança como a configuração de um processo, os participantes envolvidos nele e as circunstâncias criadas. Nesse exemplo, pode-se considerar que a oração complexa permite um relacionamento de significação entre uma palavra e seu significado: *acredita* (representa,

expressa) que o *uso do indicativo, se justifica pelo fato e ser suficiente para marcar a modalidade*. Há três elementos neste relacionamento – *acredita, justifica e ser* e um desses elementos verbais representa o Processo – o processo cognitivo de *acreditar*. Esse processo é representado pelo verbo *acredita* como sendo localizado e desdobrando-se através do tempo: o processo pode ser realizado por esse verbo marcado pelo tempo presente (o presente histórico), contrastando como o passado e o futuro. Os outros dois elementos podem ser participantes envolvidos no relacionamento de significação. Os processos de significação, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004, p. 169), constituem um pequeno número de diferentes tipos de processos na gramática experiencial da oração.

Observe-se, agora, o trecho dado em (75):

(75) Assim, Bernárdez (1990) faz referência à RST, dizendo que há similaridade entre o conceito de retórica dessa teoria e o de macroestruturação do texto. (291, DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 24)

A estrutura acima mostra o uso da forma verbal *dizendo, com o verbo dizer*, semanticamente, com sentido de *significar*, isto é, essa forma verbal constitui uma oração de processo verbal, construída com o verbo de *dizer* ou *dicendi* e que não é flexionado, pois é marcado pela forma de gerúndio, podendo sugerir evento interno de continuidade da ação. Esta forma verbal *dizendo* introduz um relato do que foi dito e projeta a oração: *que há similaridade entre o conceito de retórica dessa teoria e o de macroestruturação do texto*, estabelecendo-a como uma locução.

Pode-se observar que há domínios experienciais que podem ser encontrados em uma mesma oração complexa que oferecem modelos alternativos do que parece ser o mesmo domínio de experiência, construindo, por exemplo, o domínio na oração exemplificada em (76), seguinte, em que o processo se realiza em uma oração de processo mental por meio do verbo de cognição *esclarece* e em outra, no exemplo (77), que se efetua sob o processo mental do verbo de cognição *recomenda* com participantes em um processo mental que pode sugerir uma aproximação a outro processo, o comportamental (*recomenda*), pois expressa uma orientação.

Citam-se os exemplos de discurso relatado, abaixo:

(76) Bronckart (1999) esclarece, ainda, que uma possível classificação para os gêneros não poderia se basear em um critério facilmente objetável, como por exemplo, as unidades lingüísticas que neles são empiricamente observáveis, pois os textos, independente dos gêneros a que pertencem, são constituídos, segundo modalidades muito variáveis, por segmentos diferentes que entram em sua

composição (segmentos de exposição teórica, de relato, de diálogo, de descrição etc.). (326, DM, UFMG, 2003 - 27)

(77) Castilho (2003), numa posição bastante crítica aos trabalhos feitos sob a rubrica da GR, recomenda que se abandone de vez o princípio da unidirecionalidade em favor de uma multidirecionalidade, o que, no seu entender, captaria melhor as relações que se estabelecem entre léxico, discurso, semântica e gramática. (195, TD, UNICAMP, 2003 – 46)

Nesse exemplo (77), a oração que projeta é um processo mental: *Castilho (2003), numa posição bastante crítica aos trabalhos feitos sob a rubrica da GR, recomenda*, e a oração projetada é, assim, estabelecida como uma idéia: *que se abandone de vez o princípio da unidirecionalidade em favor de uma multidirecionalidade, o que, no seu entender, captaria melhor as relações que se estabelecem entre léxico, discurso, semântica e gramática*, pois, segundo Halliday (1994, p. 254), é possível relatar um dizer representando-o como um significado e a função idealizada é representar o sentido, o essencial.

Assim, a estrutura que representa os significados experienciais, segundo Halliday (2002, p. 203), é uma configuração ou uma constelação de elementos discretos, cada um realizando a sua própria contribuição ao todo.

Desse modo, pode-se dizer que a oração serve para a realização de significados ou opções semânticas, relacionados às funções da linguagem, expressas através da configuração de domínios funcionais, como os processos, que derivam dessas funções básicas.

4.3.4 O processo de cognição no discurso relatado

A categoria de processo mental abrange orações que, segundo Halliday (1994, p. 114), podem ser agrupadas como orações de *sentir*, *pensar* e *perceber*. Essa categoria caracteriza-se sob os fundamentos de critérios principais, tais como:

- (i) Em uma oração de processo mental há sempre um participante que é humano, isto é, aquele que sente, pensa ou percebe, mais precisamente, um participante humano, dotado de consciência. Entretanto, qualquer objeto, animado ou não, pode ser tratado como consciente, pois as orações de processo mental têm essa propriedade: somente algo que está sendo creditado com consciência pode funcionar nelas como o que sente, pensa e percebe e somente deve ser colocado nesse papel para tornar-se um ser consciente.

Pode-se observar esse fenômeno no exemplo de discurso relatado que é realizado por meio de orações de processos mentais:

(78) Marcuschi (2000: 74) esclarece que o modelo explicita aspectos textuais discursivos envolvidos nas “*atividades de idealização*”, como regularização, eliminação, completude, e os aspectos envolvidos nas “*atividades de reformulação*”, como acréscimos, substituições e reordenação. (337, DM, UFMG, 2003 - 61)

Nessa oração constituída por processo mental por colocar o nominal *Marcuschi* neste ambiente gramatical, torna *o modelo* como alguma coisa que é capaz de *explicitar* algo, podendo causar que o grupo nominal *o modelo* possa ser entendido como dotado de consciência.

(ii) Com relação ao outro elemento principal em uma oração de processo mental, especialmente aquele que é sentido, pensado ou percebido, a posição é em sentido contrário. O conjunto de coisas que podem ser consideradas neste papel, na oração, não é restrito a qualquer categoria gramatical ou semântica.

As orações constituídas por processos mentais, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004, p. 197), são relacionadas com a experiência de mundo de nossa própria consciência. São orações de sentir: uma oração de processo mental constrói mudanças no fluxo de eventos que ocorre em nossa própria consciência. Este processo de sentir pode ser construído como fluindo da consciência de uma pessoa ou como tendo efeito sobre ela, mas não é construído como um ato material.

As orações estruturadas por meio de verbos de processos mentais são aquelas que projetam outras, representando-as como um significado ou uma ideia, conforme podem ser exemplificadas em (79), abaixo:

(79) Ao abordar as frases fragmentárias em textos de literatura brasileira moderna (Gilberto Amado, Rachel de Queiroz), Othon Garcia atribui a tais frases valor incondicional, por acreditar que, nestes casos, os desvios gramaticais são legítimos e positivos uma vez que cumprem propósitos estilísticos, presentes na “consciência de cada escritor”. (148, TD, UFJR, 2007 - 21)

Esse exemplo apresenta uma oração de processo mental construída com o verbo de cognição *acreditar*; e ela é capaz de estabelecer outra oração ou um conjunto de orações como o conteúdo de pensar – como as ideias criadas pela cognição: *que, nestes casos, os desvios gramaticais são legítimos e positivos uma vez que cumprem propósitos estilísticos, presentes na “consciência de cada escritor”*. Esse relacionamento entre a oração de processo mental e a

oração ideia é a relação de projeção: a oração de processo mental projeta outra oração ou conjunto de orações, dando a elas o *status* de ideias ou de conteúdo da consciência.

(80) Na análise dos textos do *corpus*, Kittredge e colaboradores (1991), assim como aconteceu com Knott e colaboradores (2001), perceberam que, em alguns casos, um segmento apesar de estabelecer relação com o outro, aparece separado desse outro. (314, DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 91)

Esse exemplo ilustra mais um tipo de oração de processo mental, pois se trata de uma oração de percepção com a forma verbal cognitiva *perceberam*, que constitui o processo mental; assim, a oração que projeta: *Na análise dos textos do corpus, Kittredge e colaboradores (1991), assim como aconteceu com Knott e colaboradores (2001)*, que apresenta quem percebe; e a oração projetada: *que em alguns casos, um segmento apesar de estabelecer relação com o outro, aparece separado desse outro*, como o fenômeno que é percebido.

Veja-se outro exemplo de discurso relatado que apresenta o processo mental:

(81) Considerando a distinção entre dois processos básicos de articulação de orações – combinação e encaixamento – Matthiesen e Thompson (1998) entendem que somente é possível uma caracterização confiável do modo pelo qual as cláusulas se combinam se observado o contexto do discurso em que estas se apresentam. (131, TD, UFMG, 2004 - 66)

Nesse exemplo, há propriedades de oração que apresenta o processo mental de cognição, mostrando o verbo de cognição no tempo presente (presente histórico) *entendem*. Para as orações de processos mentais, segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 201), podem-se introduzir dois distintos papéis de participantes: o que entende e o fenômeno. Essa oração mostra outro traço específico das orações mentais: o que é construído como o fenômeno pode ser o que é entendido como uma coisa, mas pode ser também compreendido como um fato, conforme ocorre em (81), acima, em que o fenômeno pode ser um fato linguístico: *que somente é possível uma caracterização confiável do modo pelo qual as cláusulas se combinam se observado o contexto do discurso em que estas se apresentam*.

O fato é um fenômeno semiótico, segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 205), é uma proposição construída como existindo em seu próprio direito no domínio semiótico, pois não vem à existência por meio de alguém.

Dessa maneira, a estrutura linguística é vista nas relações e conexões entre as orações que resultam na impressão de parágrafos bem-formados no discurso científico. Esses aspectos do sistema linguístico são recursos para a construção do texto, o alcance de significados que

são especialmente associados com relação ao que está sendo escrito, criando o ambiente semântico.

4.3.5 A constituição do discurso relatado

Neste estudo sobre o discurso relatado, pode-se considerar o encaixamento em orações complexas, e apresentar as investigações de Eggins (2004, p. 133), que mostra que muitas abordagens gramaticais tratam certos tipos de sentenças relacionadas em (82) como envolvendo estruturas encaixadas:

(82) (i) O departamento acredita que os estudantes têm direitos e responsabilidades.²⁵

(ii) O examinador disse que o candidato deve passar.²⁶

(iii) Você será avisado de seus resultados quando os relatos do examinador forem recebidos.²⁷

Muitas abordagens, segundo a autora, descrevem as orações *que* em (i) e em (ii) como orações encaixadas, enquanto em (iii) a oração introduzida por *quando* pode ser descrita como uma oração adverbial. As orações (i), (ii) e (iii) são exemplos de orações complexas: elas envolvem duas orações e cada oração tem sua própria estrutura interna de constituinte. Em (i) e (ii), as duas orações estão em um relacionamento denominado projeção (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 441), por meio do qual um processo de ação mental ou verbal pode ter uma oração ligada que ou relata indiretamente a fala ou os pensamentos de alguém ou cita diretamente a fala ou os pensamentos de alguém. Em (iii), o relacionamento entre as duas orações é de realce, por meio do qual a segunda oração expande o significado da primeira, por contribuir com alguma informação circunstancial relevante para o sentido dela.

Seguindo a análise sistêmica, a autora argumenta que as orações complexas (i) e (ii) são unidades gramaticais e semânticas em tais sequências (e a sequência pode ser de qualquer número de orações, ligadas em certos modos sistemáticos e significativos) estão em um relacionamento de constituição (uma oração é parte de outra oração). Essas orações estão em um relacionamento lógico: cada oração está em um relacionamento de interdependência de

²⁵ (i) The department believes that students have rights and responsibilities. (EGGINS, 2004, p. 133) (Tradução nossa)

²⁶ (ii) The Examiner said that the candidate should pass. (EGGINS, 2004, p. 133) (Tradução nossa)

²⁷ (iii) You will be advise of your results when the Examiner's reports have been received. (EGGINS, 2004, p. 133) (Tradução nossa)

uma com a outra. Assim, um agrupamento sistêmico dessas orações complexas trata cada uma dessas orações como uma estrutura separada, como nos exemplos seguintes:

(83) (i) O departamento acredita / que os estudantes têm direitos e responsabilidades.²⁸

(ii) O examinador disse / que os candidatos devem passar.²⁹

(iii) Você será avisado / de seus resultados quando os relatos do examinador forem recebidos.³⁰

As conclusões de Eggins (2004) interessam aos estudos sobre o discurso relatado, devido às afirmações sobre as orações complexas. As orações complexas são consideradas unidades gramaticais e semânticas em sequências formadas de qualquer número de orações, ligadas em modos sistemáticos e significativos, por meio de uma relação de constituição de encaixamento. E, dessa maneira, podemos dizer que há uma relação lógico-semântica de interdependência entre as orações, pois uma oração exerce uma função argumental na estrutura da outra e, assim, é parte constituinte dessa oração.

Segundo Eggins (2004, p. 3), embora a Gramática Sistêmico-Funcional trate com a organização estrutural, o interesse é, fundamentalmente, pelos significados da linguagem em uso nos processos textuais. Assim, as principais afirmações teóricas sobre a linguagem são a sua função de fazer significados, que são influenciados pelo contexto sócio-cultural em que são trocados e o processo de uso da linguagem ser um processo semiótico, um processo de fazer significados por escolhas.

Considerando-se que há um amplo alcance de possíveis relacionamentos que podem ser assinalados entre as orações, podem-se apresentar as investigações de Thompson (2004, p. 200), que faz a afirmação de que, na expansão, uma oração expande o significado de outra em vários modos e apresenta o exemplo (84), abaixo, em que a primeira oração acrescenta uma especificação que relaciona a locação de tempo do processo, na segunda oração, que é dominante:

(84) Quando você dorme, todos os músculos da boca relaxam.³¹

²⁸ The department believes // that students have rights and responsibilities. (EGGINS, 2004, p. 133) (Tradução nossa)

²⁹ The Examiner said // the candidate should pass. (EGGINS, 2004, p. 133) (Tradução nossa)

³⁰ You will be advised of your results when the Examiner's reports have been received. (EGGINS, 2004, p. 133) (Tradução nossa)

³¹ When you sleep, all the muscles of the mouth relax. (THOMPSON, 2004, p. 200) (Tradução nossa)

Também, Thompson (2004) faz a afirmação de que, na projeção, o relacionamento é conceitualmente mais complexo: uma oração projeta outra no sentido de que ela indica que a outra oração é um segundo uso da linguagem. Isto é, nos casos prototípicos, o que é dito na oração projetada já foi dito anteriormente. Esses tipos de relacionamentos podem ser aplicados para orações encaixadas.

No relato, segundo Thompson (2004, p. 207), projeta-se o significado do evento linguístico original, porque um relato é mais completamente incorporado na própria mensagem e há um maior grau de adequação à oração que projeta: as escolhas de modo verbal refletem o contexto presente e o propósito, como fazem os itens de referência, havendo, ainda, consistência de registro e dialeto. Assim, traços da interação face a face, no evento de linguagem original, como: ‘Sim!’ e exclamações: ‘Oh!’, não são normalmente usados. Ainda, as escolhas de modo verbal do original, que eram possivelmente interrogativas e imperativas, não são reproduzidas – diferentemente dos falantes originais, o narrador ou o autor não está perguntando ou ordenando, mas afirmando e, portanto, a escolha de modo verbal é declarativo. Similarmente, nas orações finitas, no exemplo (85) que segue, as escolhas de tempo são feitas em relação ao contexto do relato, não do evento de fala original:

(85) Ele falou-me / para dar a você as seguintes instruções.³²

Relatam-se também pensamentos, segundo Thompson (2004), e, convenientemente, distinguem-se as locuções (eventos verbais projetados) e as ideias (eventos mentais projetados). Tratando-se de idéias, não há nenhum esquema de linguagem para reapresentá-lo, pois o pensamento está na mente de alguém. Entretanto, o elo entre pensamento e linguagem é inerentemente tão forte que a mesma relação de projeção é usada. Mesmo se o pensamento foi ou não de fato formulado, parcialmente ou inteiramente em palavras, o modo que se pode falar sobre ele o constrói em termos de palavras. Assim, desde que não há palavras originais, a norma para projetar pensamentos é por meio de relatos. De qualquer modo, as escolhas de expressões que se abrem constroem o ato mental de significado em termos de projeção, isto é, em termos de fenômeno da linguagem.

Ainda considerando-se o fato de que as projeções podem ser encaixadas, Thompson (2004, p. 208) apresenta a discussão de tipos centrais de projeção, mas, segundo ele, há muitos outros. Por exemplo, há muitos tipos de relatos combinados, em que uma citação aparece como parte de um relato:

³² /// He told me / to give you the following instructions. /// (THOMPSON, 2004, p. 207) (Tradução nossa)

(86) Ele admitiu / que ele adotou o nome simplesmente / ‘porque ele ocorreu para mim naquele momento’.³³

Pode-se observar que os estudos de Thompson (2004) estão relacionados às afirmações de Halliday e Matthiessen (2004). Esses estudos são importantes para as investigações sobre o discurso relatado, porque permitem observar alguma diferença entre orações complexas que apresentam relacionamento lógico-semântico de expansão e projeção. Assim, no exemplo (84) acima, mostra a oração de expansão e faz a afirmação de que, na expansão, uma oração expande o significado de outra em vários modos e, nesse exemplo, pode-se perceber que a primeira oração: *Quando você dorme* acrescenta especificação relacionando a locação em tempo do processo na segunda: *todos os músculos da boca relaxam*; e mostra a relação de interdependência em que a primeira oração é dependente e a segunda é dominante. Considera o fato de que projeções podem ser encaixadas e há muitos tipos de relatos combinados, em que uma citação aparece como parte de um relato. Desse modo, considerando-se o exemplo (86), acima, que é um relato combinado, a oração *que ele adotou o nome simplesmente ‘porque ele ocorreu para mim naquele momento’*, é parte do relato (a oração que projeta) *Ele admitiu*.

Pode-se dizer, ainda, que alguns processos de organização dos enunciados foram postos sob observação em investigações, segundo Neves (2002), entre eles a construção de orações complexas. Considerando o relacionamento entre orações, Neves (2002, p. 151-253) destaca as relações de encaixamento como aquelas em que uma oração matriz tem um de seus argumentos representado por outra oração (oração completiva). As orações completivas podem constituir predicções (estado de coisas) encaixadas, no exemplo, (87) a seguir, e proposições (fatos possíveis) encaixadas, no exemplo, (88) que também segue:

(87) Até cego vê que a cidade está suja. (FSP) (NEVES, 2002, p. 253).

(88) É só ler as entrevistas dos nossos heróis para ver que nada melhor para substituir um surfista que outro surfista. (FSP) (NEVES, 2002, p. 253).

Pode-se dizer que esses exemplos (87) e (88), aparentemente, trazem construções do mesmo tipo. Entretanto, a abordagem funcionalista explicita os fatos lingüísticos envolvidos nessas diferentes perspectivas: no exemplo (87), *a cidade está suja* é um estado de coisas que

³³ /// He admitted / he adopted the name simply / ‘because it occurred to me at the moment’. /// (THOMPSON, 2004, p. 208) (Tradução nossa)

pode ser percebido pelos sentidos, e na ocorrência (88), *nada melhor para substituir um surfista do que outro surfista* é um fato possível que pode ser percebido pela mente.

Essas investigações sobre a construção de orações complexas apresentadas por Neves (2002) destacam as relações de encaixamento, definindo-as como aquelas em que uma oração tem outra oração como seu complemento, isto é, essa outra é o argumento do verbo. Assim, a segunda oração é parte constituinte da primeira, apresentando a relação de constituição de encaixamento, concordando com as investigações de Halliday e Matthiessen (2004) sobre o ambiente em que as projeções podem ocorrer.

4.4 O significado dos resultados

Para melhor compreensão da noção de dependência entre as orações que constituem o discurso relatado, com interesse em especificar a função que essas orações exercem no complexo oracional que constituem e a forma como ocorre a articulação entre elas, a análise de encaixamento por projeção nessas orações torna-se necessária. A estrutura da oração é analisada em seus sistemas de componentes para que se revelem os envolvimento na formação composicional e mostra que, apesar de assumirem diferentes dimensões, se correlacionam. Nesse sentido, descrever a configuração dessas redes de sistemas na oração é descrever o potencial de significados a partir de uma orientação sistêmica e funcional.

Veja-se o exemplo de discurso relatado:

(89) Vanderloise (1991, p. 159), por exemplo, argumenta que ‘coincidência’ é, idealmente, uma noção simétrica. (4, TD, UFMG, 2009 - 49)

Nesse exemplo, o discurso relatado em sua realização apresenta duas orações: a primeira oração que o introduz apresenta o verbo *dicendi* “*argumenta*”: *Vanderloise (1991, p. 159), por exemplo, argumenta* e projeta a segunda oração, estabelecendo-a como uma locução: *que ‘coincidência’ é, idealmente, uma noção simétrica*; e a segunda oração projetada completa a primeira, pois é parte constituinte dessa estrutura e, ambas, constituem a oração complexa: *Vanderloise (1991, p. 159), por exemplo, argumenta que ‘coincidência’ é, idealmente, uma noção simétrica*. Nesse caso, as orações são promovidas a enunciado pleno, emolduradas pelo *dizer* do outro, e são assim justificadas e assimiladas pelo contexto que as incorpora à comunicação discursiva. Permitem a fusão de opinião de interlocutores na discussão da perspectiva de pontos de vista sobre teorias correntes no campo da informação cultural ou científica. A estrutura oracional desdobra-se em um contínuo, voltado não só para o seu objeto ou questão, mas para o discurso do outro que o integra e o constitui e sobre si

mesmo como mecanismo linguístico de escolha do autor para sua ação de linguagem. Assim, o discurso relatado é pleno de potencialidades dialógicas: nele o dizer do outro é afirmado, negado, aceito, criticado ou simplesmente comentado como pretextos para ações de confirmação – portanto, o discurso relatado se origina e se constitui no processo de interação, traduz uma tessitura com os pensamentos do outro, mas reflete também, nas suas formas, o pensamento e a intenção do autor.

Nesse exemplo, pode-se ainda considerar que o relacionamento de uma oração encaixada com a outra oração é direto, porque não há nenhum grupo intermediário, diferentemente do que dizem Halliday e Matthiessen (2004) quando investigam grupos nominais, isto é, quando analisam encaixamento de grupos nominais. A oração encaixada é parte constituinte da outra oração em que se encaixa, porque é o argumento direto ou complemento direto dela, devido à exigência da predicação verbal da oração que a projeta. A oração encaixada funciona na estrutura de uma oração, sendo ela mesma um constituinte dessa oração. Diferentemente, na hipotaxe, uma oração é dependente de outra, mas não é parte constituinte dela.

Considere-se também o exemplo abaixo:

(90) Scherre (1988) observa que os falantes de nível primário de escolaridade são mais propensos ao apagamento das marcas formais de plural do PB. (68, TD, UFMG, 2007 - 190)

Tem-se, nesse exemplo, uma oração de processo mental, que apresenta o verbo de cognição *observa* e pode-se dizer:

1ª oração que projeta: *Scherre (1988) observa;*

2ª oração projetada: *que os falantes de nível primário de escolaridade são mais propensos ao apagamento das marcas formais de plural do PB.* Essa oração funciona como o argumento direto da 1ª oração, em que se encaixa, devido à exigência da predicação e o relacionamento entre essas duas orações é direto sem nenhum elemento como intermediário.

3ª oração completa, constitui-se como um todo: Scherre (1988) observa que os falantes de nível primário de escolaridade são mais propensos ao apagamento das marcas formais de plural do PB.

A observação dos dados mostra que a gramática da articulação de orações no discurso relatado reflete a organização do texto como um todo, conforme o exemplo abaixo:

(91) Vanderveken (2000) postula que toda conversação, sendo uma atividade da qual participam pelo menos duas pessoas, representa uma atividade linguística

conjunta, e não duas atividades individuais distintas, embora possa haver intenções individuais. (21, TD, UNESP, 2002 - 53)

Observando-se o exemplo (91), acima, pode-se argumentar, seguindo Haiman e Thompson (1988), que, no estudo sobre a combinação de orações, as relações interoracionais, muitas vezes, não são diretamente assinaladas, mas emergem em potencialidade e são essenciais para o funcionamento do texto como um meio, um mecanismo para o autor realizar certos objetivos e intenções. Pode-se postular o discurso relatado como servindo aos propósitos do escritor na criação do texto científico; e, também, aos propósitos e objetivos específicos desse autor, pois a compreensão e o esforço do leitor para recriar o sentido do texto têm sido descritos como um esforço inconsciente na busca de coerência do texto. Essas relações são definidas em termos dos trabalhos que elas fazem em capacitar escritor/leitor para alcançar os objetivos para os quais o texto foi escrito.

Os princípios da conexão de orações não são diferentes daqueles que governam o modo como os textos, em geral, se organizam. A questão é significativa, pois Haiman e Thompson (1988) em suas investigações declaram que a gramática da articulação de orações reflete a organização do discurso. Pode-se considerar que as relações entre as orações no discurso relatado refletem a organização retórica do discurso científico. Assim, o discurso científico é coerente, as partes são integradas em uma unidade para formar um todo.

No exemplo de discurso relatado (91), citado anteriormente, ocorrem seqüências de estruturas, construídas com verbos de propriedades semânticas complexas em suas potencialidades de tempos e modos verbais e todas essas estruturas estão interligadas, porque são partes de um todo. Às vezes, nenhum conector ocorre, ligando as estruturas do discurso relatado umas às outras, que, no entanto, se apresentam entrelaçadas, formando uma rede de conexões e de significados e assim construindo a estrutura argumentativa do texto – uma unidade semântica – conforme se pode observar no exemplo seguinte:

(92) Ao considerar como “secundárias”, “atendendo ao papel que desempenham”, Said Ali não explicita que papel é esse; entretanto, ao caracterizar a oração principal em função do que mais importa comunicar ao ouvinte, Said Ali permite entrever ao leitor, nessa diferenciação do que é principal e do que é secundário, um paralelismo com as noções de **FIGURA** e **FUNDO**, que serão objeto de discussão mais adiante. (163, TD, PUC-SP, 1993 - 48)

Esse exemplo mostra que a articulação de orações se estabelece no interior da oração complexa, independentemente de sua extensão, integrando o texto como um todo e refletindo, dessa maneira, a sua organização. Faz surgir, por exemplo, uma rede de relações

interoracionais de projeção por encaixamento entre as orações (...) *Said Ali permite entrever ao leitor, nessa diferenciação do que é principal e do que é secundário, um paralelismo com as noções de Figura e Fundo* (...) e por meio dessa rede de relações cada oração é essencial para o funcionamento do todo.

Outro exemplo, a seguir, aponta para o uso dos tempos verbais no discurso relatado:

(93) Assim é que já Meillet sustentava que, pelo menos em algumas línguas, a ordem dos constituintes poderia ser vista como um tipo de GR. (205, TD, UNICAMP, 2003 -195)

O exemplo (93), mencionado acima, apresenta uma estrutura do discurso relatado, em que na primeira oração se tem o verbo no imperfeito, ao passo que na oração completiva o tempo verbal é o futuro do pretérito; de acordo com Koch (2003, p. 40-41), o uso desses tempos verbais depende da situação comunicativa tomada em conjunto. Isso porque, quando o autor emprega esses tempos considerados do mundo narrado, o leitor sabe que deve receber a informação como um relato, mas não se considera forçado a relacioná-lo obrigatoriamente com o tempo passado, pois o mundo narrado é indiferente ao tempo cronológico – a palavra *mundo* é entendida como possível conteúdo de uma comunicação linguística. Nesse caso, o autor assume o papel de narrador e o destinatário converte-se em leitor, conduzindo toda a situação comunicativa a se deslocar para outro plano, isto é, o plano da consciência. É a metáfora temporal que nessa situação exprime um matiz de validade limitada, como uma atitude de hipótese, de incerteza e probabilidade a ser comprovada.

Pode-se dizer que nesse uso metafórico dos tempos verbais imperfeito e futuro do pretérito se introduz a voz a partir da qual se argumenta, mas cuja responsabilidade não se assume.

Com base na perspectiva funcional-discursiva da abordagem funcionalista, pode-se observar que nos textos científicos das teses e dissertações há uma variedade de dados de discurso relatado que apresentam estruturas como as destacadas a seguir:

(94) Também pesquisadores como Bronckart (1999), Schneuwly (1988, 1998 e 1999), Marcuschi (2000), entre outros, afirmam não ser possível postular para os gêneros textuais uma classificação estável, universal e definitiva, embora se reconheça que todo texto empírico é, necessariamente, construído com base no modelo de um gênero, pertence a um gênero. (325, DM, UFMG, 2003 - 27)

(95) Diversos autores, como Lakoff (1977) e Brown e Levinson (1987) acreditam que a polidez envolve os graus de distância social e emocional entre os

interactantes, assim como a relação de poder e imposição entre os indivíduos. (436, DM, UNESP, 2004 - 49)

(96) Camacho (1994, p. 34-35), assim como Berlinck, considera que muitas vezes o enfoque do uso afetivo da linguagem é deixado de lado na análise linguística, por causa do ponto de vista prévio adotado pela teoria. (372, DM, UNESP, 2005 - 25)

Em muitos exemplos de discurso relatado, observa-se uma característica em que o autor, de acordo com Halliday (1985), cria a coesão no discurso pela escolha de itens lexicais. A coesão lexical vem através da seleção de itens que são relacionados na sentença, sendo uma das origens do fluxo dinâmico do discurso relatado. Dessa forma, a oração tem uma estrutura formal em que se apresentam sintagmas preposicionais, por exemplo, *como Bronckart*, *como Lakoff* (1977) e *assim como Berlinck*, que estão realizados nessas orações complexas dos exemplos (94), (95) e (96) e que constituem o discurso relatado. Pode-se dizer que esses sintagmas preposicionais são constituintes ligados à dimensão pragmática. Segundo Lima (2002), essas funções extraoracionais são desempenhadas por constituintes associados à estrutura e organização dos eventos discursivos, visando às funcionalidades pragmáticas. Assim, sintagmas como *segundo x*, *na opinião de*, *para x*, *de acordo com x*, *avaliação de x*, *por x* podem ser considerados como um constituinte extraoracional, típico da modalidade escrita.

Por “funções pragmáticas” entende-se o conjunto de conhecimentos, crenças, suposições, opiniões e sentimentos compartilhados entre os interlocutores na situação da interação. De acordo com Lima (2002), a atribuição de funções pragmáticas é o mecanismo que define a linguagem em sua característica mais identificadora: a atividade cooperativa entre interlocutores socialmente organizados. Essas expressões podem preceder, seguir ou interromper uma frase, sendo mais frouxamente ligadas a ela do que seus constituintes internos. A presença categórica da vírgula permite afirmar que esse constituinte forma um grupo tonal específico, separado da oração por uma pausa; e a quebra entonacional é representada pela vírgula que indica a separação desse constituinte da oração a que se associa.

Assim, nos exemplos (94), (95) e (96) mostrados acima, tem-se o constituinte extraoracional estruturado em *como x*, *assim como x*, orientando o leitor em relação ao conteúdo da expressão lingüística ao introduzir uma segunda voz no discurso, que evidencia, assim, a avaliação do autor sobre a qualidade da proposição, fundamentando-a no que ele sabe de outrem. Essa segunda voz pode indicar, no discurso relatado, um discurso de autoridade, servindo à argumentação, e sugerindo um descomprometimento, por parte do autor, com o conteúdo apresentado na oração.

Ainda segundo Lima (2002), pode-se dizer que esse constituinte é responsável por denotar a origem da informação transmitida na proposição. Dessa maneira, o autor incorpora em seu discurso afirmações atribuídas a outros enunciadores – que são outros pesquisadores reconhecidos.

Verifica-se também que nos dados analisados encontram-se as relações interacionais de projeção por encaixamento e pode-se ainda admitir que ocorrem também orações que permanecem vinculadas à estrutura oracional de discurso relatado, pois são proposições relacionais que permitem emergir inferências³⁴ entre as orações.

Assim, podem-se ter os exemplos que seguem selecionados do *corpus*:

(97) Labov afirma, no entanto, que se há dificuldades para estudar a língua em uso, há também dificuldades para estudar a linguagem por meio da intuição. (380, DM, UNESP, 2005 - 30)

Nesse exemplo, tem-se a primeira oração que projeta a completiva direta, que é introduzida pela conjunção integrante *que* e forma o constituinte representado pela segunda oração: *Labov afirma, no entanto, que se há também dificuldades para estudar a língua em uso, há também dificuldades para estudar a linguagem por meio da intuição* e ambas são integradas pelo mecanismo de encaixamento. Dentro dessa completiva evidencia-se uma estrutura cuja relação hipotática adverbial é codificada com o auxílio do conectivo *se*, formando uma oração hipotática, tradicionalmente codificada como oração adverbial de condição: *se há dificuldades para estudar a língua em uso*.

(98) Para mostrar como a análise RST pode solucionar o problema da falta de categorias para o estudo do texto, Bernárdez (1995) questiona se é possível prever, ainda que só probabilisticamente, que oração pode aparecer na continuação de uma primeira oração. (290, DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 24)

Em relação à estrutura apresentada em (98), tem-se a oração *Bernárdez (1985) questiona se é possível prever (...)*, em que *se* é um conectivo conjuntivo, isto é, uma conjunção integrante que introduz a oração completiva direta em uma conexão com a primeira oração. Assim, a conjunção *se* é um conector de tipo lógico que conecta proposições por encaixamento; e, diferentemente do exemplo (97), acima, o elemento *se* não é uma conjunção de condição, mas a marca de uma interrogativa indireta. O exemplo (98) trata-se, portanto, de uma relação de projeção por encaixamento, em que a oração: *se é possível prever, ainda que*

³⁴ Nas combinações de orações, independentemente da presença ou não de conectores, emergem sentidos, que são as proposições relacionais. (DECAT, 1993)

só probabilisticamente, que oração pode aparecer na continuação de uma primeira oração é encaixada na estrutura da primeira oração: Para mostrar como a análise RST pode solucionar o problema da falta de categorias para o estudo do texto, Bernárdez (1995) questiona devido à exigência ou ação do verbo questiona que apresenta predicação incompleta.

Assim, observando-se esses exemplos, pode-se considerar a explicação para encaixamento: no mecanismo linguístico de encaixamento, consideramos duas proposições formando uma única estrutura oracional, isto é, uma única unidade informacional, em que a segunda toma a primeira como tema. Tem-se a distinção entre encaixamento e hipotaxe, pois na hipotaxe, ao contrário, trata-se de proposições resultantes de diferentes unidades informacionais em uma estrutura semântica interdependente.

Veja-se o exemplo de discurso relatado citado abaixo:

(99) Neste trabalho, Decat explica a manifestação da oração desgarrada como resultado da correspondência que afirma existir entre a desgarrada e a “unidade informacional” – tradução para “idea unit”, categoria instituída por Chafe (1980), definida como um bloco de informação ou jato de linguagem contendo toda a informação que pode ser manipulada pelo falante num único “foco de consciência”.
(149, TD, UFRJ, 2007 - 31)

Essa estruturação de discurso relatado mostra a argumentação favorável do autor em relação a sua argumentação sobre a *correspondência entre a desgarrada e a unidade informacional*, por meio da estratégia de se apoiar no *dizer* de outro, que tem autoridade para confirmar as suas hipóteses. Para conseguir maior aceitação do leitor, o autor apresenta a citação de palavras e expressões próprias de outro como uma forma de autoridade e de certeza para sua argumentação e, ao mesmo tempo, lhe atribui a responsabilidade da afirmação, retoricamente, em uníssono, transformando em suas as palavras do outro, visando à adesão do leitor. O autor usa a forma verbal *afirma existir* – em que faz a escolha de integrar-se nas palavras e na ação atribuídas a outro – em subterfúgios de envolvimento.

Nesse exemplo, o autor atribui a responsabilidade do que é dito ao autor citado, mas mesmo assim pode-se perceber a cumplicidade entre as vozes do autor e aquela do outro, que é responsabilizado, implicitamente, pela afirmação do enunciado, em que as vozes do autor e do outro se misturam e se fundem na 3ª pessoa do singular da forma verbal *afirma*.

Pode ser apresentado também o exemplo de discurso relatado (100) a seguir:

(100) Lembrando que a semântica sozinha não é bastante para a reconstrução dos sentidos de enunciados, e que, portanto, o contexto situacional e o conhecimento enciclopédico concorrem para esse fim, GOHL afirma que a identificação das

relações causais que se apresentam na forma de justificativas no discurso é possível em vista das regularidades que podem ser encontradas no ambiente sequencial das construções causais assindéticas. (142, TD, INSA, UFMG, 2004 - 105)

Nessa oração complexa que constitui o exemplo (100), a forma nominal de gerúndio *Lembrando* apresenta-se no início do período e, nesse caso, pode exprimir uma ação que ainda continua, mas que foi iniciada antes da ação indicada na segunda oração *afirma que a identificação das relações causais que se apresentam na forma de justificativas no discurso é possível em vista das regularidades que podem ser encontradas no ambiente sequencial das construções causais assindéticas*, em que o verbo *afirma* apresenta-se no presente histórico, caracterizado pela atemporalidade; quer dizer que não há o interesse em determinar o fato linguístico no tempo. Pode-se perceber que o dizer do autor é cúmplice das palavras atribuídas ao outro em um jogo linguístico ligado à consciência do autor, aliciado pelos efeitos que cada forma pode representar nessa tessitura textual.

Vejam-se outros exemplos de discurso relatado retirados do *corpus* selecionado:

(101) Para explicar a diferença entre texto e oração, Bernárdez (1995) tenta comprovar se é possível construir um modelo que possa servir tanto para o texto quanto para a oração; ou seja, um modelo que comece pelos níveis linguísticos inferiores (fonológico, morfológico) e vá avançando ao nível sintagmático, isto é, ao oracional e, talvez, ao textual:

Dito em outros termos, trata-se de comprovar se o método estrutural de composição de unidades maiores a partir de unidades menores permite chegar ao texto sem que se produza uma *catástrofe* (no sentido técnico do termo), uma mudança qualitativa radical. Mais concretamente, sem que se produza uma mudança radical na validade do método utilizado. (BERNÁRDEZ, 1995, p. 74).

(285, DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 21)

Nesse exemplo, tem-se a estrutura oracional de discurso relatado que apresenta também uma citação, evidenciada pela disposição e pela diferenciação no tamanho das letras, presença de nome do autor, data e página.

Nessa oração complexa, podemos ter as seguintes relações básicas entre as proposições: conjunção e pergunta indireta, pois se afirmam dois estados de coisas conjuntamente. Fundamentando-se no ponto de vista lógico semântico, este enunciado pode ser considerado como caso de conjunção, por se tratar de oração complexa formada por duas proposições ligadas pelo conectivo integrante *se*.

Pode-se dizer que esse enunciado apresenta, semanticamente, relações de pergunta indireta, pois se combinam duas proposições, sendo a segunda introduzida por *se* (conjunção integrante). Esse enunciado implicativo indica que a primeira oração implica sua conseqüente, mas ele não afirma a verdade da segunda oração – é um ato de questionamento. Por essa razão, o seu significado essencial está na relação de implicação que, segundo Koch (1993, p. 128), pode existir entre a oração antecedente e a que lhe segue.

Outra peculiaridade é a segunda oração projetada se é possível construir um modelo que possa servir tanto para o texto quanto para a oração; ou seja, um modelo que comece pelos níveis linguísticos inferiores (fonológico, morfológico) e vá avançando ao nível sintagmático, ao oracional e, talvez, ao textual: [acrescenta-se a citação] apresentar, de forma explícita, a citação. Todos os elementos dessa citação, contendo ora explicitações, ora ideias ou argumentos que o autor deseja ressaltar e, por isso mesmo, são introduzidos por sinais gráficos como parênteses e inclusive a marca da fonte da informação etc. implicam em uma garantia de credibilidade. Observa-se que esta segunda oração trata-se de uma oração completiva direta, introduzida pela conjunção integrante *se* (que é uma interrogativa indireta e, portanto, não traz uma relação condicional), aliada a uma estratégia para tornar presente a fala de outro, podendo servir para marcar uma posição discursiva e para tornar a informação mais verdadeira e, portanto, mais convincente.

No exemplo a seguir, tem-se um enunciado de discurso relatado que apresenta também uma enumeração evidenciada pela disposição e pela numeração dos itens:

(102) Em sua Gramática, Dik propõe que a análise linguística deve relacionar dois sistemas de regras: (i) aquele que regula a constituição das estruturas linguísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas) e (ii) aquele que governa os padrões da interação verbal, nos quais as estruturas linguísticas são usadas (regras pragmáticas). (422, DM, UNESP, 2004 - 17)

Pode-se apresentar também o exemplo de discurso relatado a seguir, que mostra uma sequência de itens:

(103) Sem perder de vista a complexidade da estrutura de participação, CHIFFRIN considera que é suficiente, para entender tal estrutura, uma definição que a apresente como um aspecto do discurso que diz respeito aos diferentes modos pelos quais falantes e ouvintes podem relacionar-se uns com os outros, bem como ao modo como eles se relacionam com sua forma de expressão – nas proposições, atos e turnos (os falantes podem apresentar idéias com neutralidade, põem avaliá-las, ou podem distanciar-se delas; também podem avaliar as ações que desempenham, produzir atos indiretos de fala, negar a responsabilidade pelas conseqüências de

seus atos verbais, e assim por diante); além disso, os falantes se relacionam de modos diferentes como os turnos de fala, no sentido de que podem reivindicá-los, lutar por eles, abandoná-los. (128, TD, UFMG, 2004 - 61)

Nesse exemplo (103), tem-se o caso de discurso relatado que apresenta uma sequência de argumentos, com exemplificações sobre pontos distintos, num contínuo que forma a tessitura de uma rede de integração. Nessa tessitura de significados, emergem atitudes de envolvimento do autor com ele mesmo, com o leitor, com o assunto e com o contexto sócio cultural em que se insere.

Ressalta-se, no exemplo a seguir, a estrutura do discurso relatado constituída de oração encaixada ou integrada em outra oração:

(104) A partir dessas observações, Guy (1981, p. 186) decide excluir os plurais em metafonía, por causa do pequeno quantitativo de dados, e reagrupar os demais tipos de plural em duas grandes classes, uma formada por palavras terminadas em vogal e outra por palavras terminadas em consoante. (45, TD, UFMG, 2007 - 58)

Trata-se de um exemplo de discurso relatado constituído por uma oração complexa que apresenta a relação lógico-semântica de projeção (conforme seção 4.3.1). Assim, pode-se dizer que no discurso relatado a integração sintática entre as orações reflete gramaticalmente níveis de vinculação semântica entre o evento expresso pela primeira oração que projeta: *A partir dessas observações, Guy (1981, p. 186) decide* e o expresso pela segunda oração que é projetada: *excluir os plurais em metafonía, por causa do pequeno quantitativo de dados, e reagrupar os demais tipos de plural em duas grandes classes, uma formada por palavras terminadas em vogal e outra formada por palavras terminadas em consoante*. Dessa maneira, há um total domínio do sujeito sobre a ação verbal, ou pode-se dizer que o sujeito da primeira oração *Guy (1981, p. 186)* é o controlador da ação e do nível total de manipulação sobre a segunda oração: *excluir os plurais em metafonía, (...) e*, assim, as duas formas verbais *decide excluir* (respectivamente, uma forma verbal na oração que projeta e a outra forma verbal na oração projetada ou completiva direta) se integram e constituem praticamente uma única ação verbal. Nesse caso, processa-se maior integração entre os dois eventos e, portanto, há menor possibilidade desses dois eventos serem separados por conectores interfrásicos e isso quer dizer que, quanto mais integrados estão dois eventos, mais integrados são os verbos que os expressam (MARTELLOTA, 2001).

Nessa estrutura, a primeira oração: *A partir dessas observações, Guy (1981, p. 186) decide* projeta a segunda oração: *excluir os plurais em metafonía, por causa do pequeno quantitativo de dados, e reagrupar os demais tipos de plural em duas grandes classes, uma*

formada por palavras terminadas em vogal e outra formada por palavras terminadas em consoante e as duas vêm justapostas. Essa segunda oração é uma completiva e tem o papel de argumento em relação a um termo valencial da primeira oração que é o verbo *decide*, isto é, considerando-se a predicação desta oração (conforme seção 2.1.2).

Essas estruturas referidas apresentam relações interoracionais e articulam-se por meio da relação de projeção por encaixamento, sem que ocorra entre elas nenhuma marca formal dessa articulação. Essas orações são consideradas orações encaixadas, pois o tipo de relação aí existente é o mesmo que ocorre nas outras orações completivas que se manifestam com um conectivo conjuntivo posposto a verbo *dicendi*. Essa configuração estrutural, sem conectivo, pode significar uma codificação de projeção por justaposição. Trata-se da noção de soldadura ou frase ligada que se caracteriza pela unificação completa de duas orações em uma única estrutura oracional (conforme seção 2.1.1). Assim, há o maior grau de integração ou encaixamento na possibilidade de união de orações sem conectivo, como ocorre no exemplo (104), mostrado acima.

Para melhor explicitar a noção de frases ligadas, observem-se os exemplos de discurso relatado citados abaixo:

(105) Prévost, 2003:144 [-34] Paul Hopper e Elizabeth Traugott (2002) assinalam que já se discutia o fenômeno da gramaticalização na obra de Humboldt (1767-1835). (187, TD, UFMG, 2007 -67)

(106) Conforme Camara Júnior (1972) afirma, existe esforço das escolas no sentido de ensinar aos alunos as formas etimológicas que devem ser adotadas, no entanto a discordância sobre os plurais adequados para algumas palavras terminadas em – *ão* () no singular prossegue. (42, TD, UFMG, 2007- 41)

Nesses exemplos de discurso relatado os dois eventos linguísticos mostram-se, primeiramente, separados por conectores interfrásicos que são conectores de tipo lógico em (105) e por pausas (marcadas pela vírgula) em (106) e ambos são elementos linguísticos que exprimem a junção de orações. Entretanto, em relação aos eventos linguísticos apresentados anteriormente, em (104), os enunciados em (105) e (106) refletem um menor grau de vinculação semântica, pois os dois últimos eventos mostram-se conectados, respectivamente, pelo conector *que* e pela pausa (física) representada pela vírgula.

Considerando os graus de nominalidade da forma verbal, os mais integrados são os casos que apresentam o verbo da oração projetada com características mais nominais e, portanto, com menos morfologia verbal (MARTELLOTA, 2001), conforme se observam nos exemplos de discurso relatado a seguir:

(107) Sobre o intenso trabalho que exige a compreensão de qualquer texto, tanto da fala quanto da escrita, van Dijk (1996) afirma que compreender um texto não equivale simplesmente a construir uma “representação do objeto verbal” (p. 19), mas é parte de um processo interacional, e obriga o ouvinte a ativamente interpretar as ações do locutor. (16, TD, UNESP, 2002 - 40)

(108) Blanche-Benveniste (1987), no que se refere aos estudos sobre a língua francesa, reconhece que ao se trabalhar com um *corpus* de língua oral há dificuldade de operar com a frase, em seu conceito tradicional, principalmente em enunciados que não apresentam uma demarcação análoga ao ponto final. (18, TD, UNESP, 2002 - 45)

(109) Ford (1993) considera então que cada ponto da conversação em que um enunciado foi completado, gramatical e entonacionalmente, é um ponto para a negociação sobre quem falará em seguida. (35, TD, UNESP, 2002 - 169)

(110) Rocha Lima (1984, p. 74) também menciona que, em geral, nomes de massa, por não serem contáveis como unidades, conservam-se no singular. (37, TD, UFMG, 2007 - 28)

Pode-se observar, nos exemplos (107) e (108) que os verbos das orações que projetam, isto é, os verbos das primeiras orações em cada exemplo (que projetam), apresentam-se em finitude (no tempo presente e em concordância com os seus sujeitos, respectivamente, considerados: *van Dijk (1996)* e *Blanche-Benveniste (1987)*); e as orações que são projetadas apresentam os verbos com características mais nominais, *compreender*, em (107) e *trabalhar* em (108). Desse modo, apresentam o sujeito indeterminado (generalizado) que é indício de uma alta manipulação do sujeito da primeira oração sobre o outro da 2ª oração, o que pode identificar uma marca de proximidade semântica entre as ações verbais, permitindo maior vinculação semântica dos eventos codificados (MARTELOT, 2001).

Diferentemente, nos exemplos (109) e (110), as estruturas que projetam se constituem com os verbos cognitivos *considera* e *menciona*, em concordância com os seus sujeitos, respectivamente, *Ford (1993)* e *Rocha Lima (1984, p. 74)*. Nesses exemplos, os eventos linguísticos podem apresentar menor integração, pois mostram as orações projetadas com verbos conjugados em concordância com os respectivos sujeitos *cada ponto da conversação*, no exemplo (109) e *nomes de massa*, no exemplo (110) e, assim, os eventos linguísticos mostram menor vinculação sintática.

Assim, para este estudo, consideramos como exemplos de discurso relatado apenas estruturas construídas com os verbos *dicendi* e seus correlatos na terceira pessoa do singular ou do plural (e as formas nominais de gerúndio e infinitivo), e todas mostram o *dizer* do outro

e o comentário, a valoração ou negação do próprio autor para as afirmações que ele quer que sejam aceitas, negadas ou criticadas. São estruturas que trazem as formas de representação explícita de outro discurso, correspondendo às marcas de interação e, portanto, de envolvimento.

Citam-se exemplos, extraídos do *corpus*, demonstrando relações que emergem das estruturas sintático-semânticas de discurso relatado:

(111) Do mesmo modo que Chiffirin (1987), também Sweeter (1990) considera haver relações entre cláusulas, em enunciados causais, que se interpretam em mais de um nível semântico. (136, TD, UFMG, 2004 - 86)

Essa estruturação de discurso relatado pode apresentar um significado de valor comparativo por meio de elementos tipicamente constitutivos do recurso de comparação *Do mesmo modo que Chiffirin (1987), também Sweeter (1990)*.

(112) Rechaçando, como fez Halliday (1985), a ideia de agrupar relações de *encaixamento* e de *hipotaxe* sob o mesmo rótulo de “subordinação”, por entender que se trata de relações muito diferentes, tanto gramaticalmente quanto de um ponto de vista discursivo, Matthiessen e Thompson (1988) analisam enunciados que apresentam “orações adverbiais”, ou, seguindo a bipartição em eixos proposta por Halliday (1985), a hipotaxe/expansão por encarecimento. (27, TD, UNESP, 2002 - 89)

Nesse exemplo de discurso relatado, a negação do autor para as afirmações que ele quer que sejam negadas ou criticadas ocorre a semântica do verbo *rechaçando* que permite considerar a respeito do processo de interação: os elementos linguísticos não apenas transmitem informação, mas podem ter a função como instrumento de pressão persuasiva sobre o leitor e, assim, pode-se considerar que no discurso relatado as intenções argumentativas se aliam às funções discursivo pragmáticas desse mecanismo, tornando-o como um eficiente recurso de envolvimento e manipulação no processo de interação.

Segue-se exemplo de discurso relatado em que se pode perceber a aceitação das ideias afirmadas no dito do outro:

(113) Seguindo a tese funcionalista de Givón (1976), Hopper e Traugott afirmam que os vínculos intercláusulas teriam percorrido uma trajetória diacrônica, ou seja, a vinculação de cláusulas se explicaria como um fenômeno de gramaticalização. (123, TD, UFMG, 2004 - 42)

Esse enunciado de discurso relatado mostra a argumentação favorável dos autores em relação à tese de Givón: *Seguindo a tese funcionalista de Givón (1976)*, por meio da estratégia

de se apoiar na voz de outro, que também tem autoridade para confirmar as suas hipóteses (conforme seção 2.1.3). Assim, para conseguir maior aceitação do leitor, o discurso relatado apresenta a representação das palavras do outro como uma forma de autoridade e de certeza para sua argumentação e, ao mesmo tempo, lhe atribui a responsabilidade da afirmação, retoricamente, em uníssono, transformando em suas as palavras do outro, visando à adesão do leitor. O autor usa a forma verbal *seguindo* – em que faz a escolha de integrar-se nas palavras e nas ações atribuídas a outro – que associa com a forma verbal *afirmam* e permite a concordância com a ideia expressa na oração: os autores se incluem entre os que *seguindo a tese* a *afirmam*; esses termos usados nessa estrutura podem mostrar subterfúgios de envolvimento.

Considerando-se o verbo *dicendi* no discurso relatado como uma palavra de afirmação que, simultaneamente, afirma e exprime um fato linguístico, deve-se atender à integridade de sua significação. As funções que o verbo *dicendi* exerce na proposição são o resultado de suas relações e interdependências e, assim, pode-se dizer que a sua função objetiva no discurso relatado é exercida por uma palavra: o conectivo *que* e por outra oração a que transmite (conforme seção 2.1.2), imediata ou mediatamente, a ação do verbo de predicação incompleta. Dessa maneira, pode-se observar que os argumentos que preenchem os lugares lógicos que o predicado (constituído pelos verbos *dicendi*, em sua especificidade) permite são o reflexo das relações lógicas fundamentais entre o verbo e seus elementos constituintes ou argumentos.

Vejam-se os exemplos abaixo em que os verbos *dicendi* permitem elementos estruturais na configuração do discurso relatado:

(114) Adverte-nos Lyons que, na análise da estrutura lexical de línguas particulares, distinções necessitarão ser traçadas entre os vários tipos de obrigação e que muitas de tais distinções serão culturalmente dependentes e terão de ser relacionadas às crenças institucionalizadas e a normas de conduta. (318, DM, UFC, 2006 - 55)

(115) Castilho (1993) nos informa que esses advérbios tendem a posicionar-se nas periferias da sentença, constituindo-se, pois, preferencialmente, como advérbios sentenciais. (97, TD, UFMG, 2007 - 73)

(116) Em se tratando de língua inglesa, Halliday (2004) nos mostra que o valor médio é o único que se mantém quando da passagem da negativa direta para a negativa transferida. (99, TD, UFMG, 2007 - 93)

(117) Quanto às orações exclamativas, Halliday (1994) nos diz que apresentam um elemento do tipo “Q” (*que, como, quão, quanto...*) em grupos nominais ou adverbiais. (105, TD, UFMG, 2007 - 107)

Pode-se observar que nesses exemplos acima (114), (115) e (116), os verbos *dicendi* se constituem com elementos necessários estruturalmente que se ligam pela valência verbal, isto é, são subcategorizados pelo verbo (conforme seção 2.1.2).

Tomando-se como referência o exemplo (114), pode-se considerar que o verbo advertir apresenta dois complementos: (i) nos; e (ii) que, na análise da estrutura lexical de línguas particulares, distinções necessitarão ser traçadas entre os vários tipos de obrigação e que muitas de tais distinções serão culturalmente dependentes e terão de ser relacionadas às crenças institucionalizadas e a normas de conduta. Pode-se dizer que esses dois complementos descrevem conexões segundo o princípio de constituência (conforme seção 4.3.5), que são relações da parte com o todo, isto é, relações de cada constituinte com a oração como um todo.

Pode-se considerar que se trata da valência lógico semântica, que é a ocupação dos lugares vazios por participantes no processo verbal. É a relação lógica fundamental entre o significado do verbo e seus participantes. Assim, no exemplo (117), acima, tem-se o predicado lógico *dizer*: trata-se da relação entre alguém que diz algo para outros. Essa mesma determinação lógica pode ser válida para a predicação lógica do verbo *informar* em (115), acima. Pode-se dizer também que se trata da valência sintática, pois essa operação reflete lugares estruturais que devem ser preenchidos para que se realize a estrutura da oração complexa.

Dessa maneira, pode se considerar ainda a valência pragmática, pois se verifica nesse enunciado de discurso relatado uma determinação da valência verbal realizada pela situação comunicativa. A realização dos significados do verbo *dicendi* decorre de uma perspectiva de orientação das necessidades e intenções comunicativas, isto é, nessa perspectiva se define a necessidade ou facultatividade dos complementos verbais.

Assim, essa perspectiva de análise em que se define a facultatividade de complementos verbais pode ser realizada em relação aos exemplos (118) e (119). Daí decorre a estrutura oracional de discurso relatado que se constitui com o verbo *dicendi* com apenas um complemento estrutural, que é a oração projetada, conforme se pode observar no exemplo abaixo:

(118) Como metodologia semelhante à adotada neste primeiro experimento, Lynn Richards *et al.* (2004) mostram que além da geometria das formas participarem do

reconhecimento da relação espacial entre a esfera e o vasilhame, nota-se que a função dos objetos desempenha papel importante. (186, TD, UFMG, 2007 - 60)

(119) Estes contrastes se localizam no estrato semântico da linguagem e são, por sua vez, realizados pela lexicogramática, razão pela qual Halliday (1985) afirma que a análise do estrato semântico deve envolver sempre uma descrição do fraseado (i.e. da lexicogramática) que o realiza. (288, DM, UFMG, 2007 - 70)

Nesses exemplos de discurso relatado (118) e (119), acima, o preenchimento ou ocupação dos lugares, visando à necessidade estrutural do verbo, permite verificar quais os elementos que são necessários para a situação comunicativa. Assim, considerando-se o exemplo (119), citado acima, apresentam-se os actantes ou participantes obrigatórios (conforme 2.1.2): o complemento C1 (o sujeito oracional): *Halliday (1985) afirma*; e o complemento C2 (o complemento oracional): *que a análise do estrato semântico deve envolver sempre uma descrição do fraseado (i.e. da lexicogramática) que o realiza* – que se constituem, ambos, em membros necessários e se ligam pelo valor valencial ao verbo *afirma* – e são determinados quanto ao número e à espécie, no esquema de lugares estruturais do verbo “*afirma*”.

Pode-se dizer que a oração projetada – que a análise do estrato semântico deve envolver sempre uma descrição do fraseado (i.e. da lexicogramática) que o realiza – é um argumento realizado no interior da projeção máxima determinada pelo verbo *afirma* e faz parte da estrutura interna da predicação e, dessa maneira, mostra intenções lingüísticas por meio de relações constitutivas.

4.4.1 Processos mentais no discurso relatado

Nesse estudo da projeção por encaixamento no discurso relatado de teses e dissertações acadêmicas, foi abordada, (conforme seção 3.2), a metodologia para a realização dessa investigação que permitiu analisar o mapeamento do *corpus* coletado. Agora, são apresentados os significados dos resultados das análises qualitativas das estruturas que compõem o discurso relatado. Em seguida, são mostrados os resultados da análise de estruturas que compõem o discurso relatado, apresentando o processo mental e o processo verbal, isto é, as ideias e as locuções respectivamente. Assim, esse trabalho buscou identificar os ambientes de realização gramatical da projeção a partir de exemplos de ocorrências identificados no *corpus* analisado. No caso dos processos mentais que realizam a projeção de ideias, verificou-se que o ambiente de realização mais recorrente é identificado no uso de

processos mentais que projetam, na ordem das orações complexas, principalmente, o processo mental cognitivo que se mostra capaz de projetar metafenômenos. Portanto, uma ideia pode ser criada, advinda de um processo cognitivo.

Alguns exemplos de discurso relatado constituído por relações de projeção por encaixamento que estabelecem ideias são apresentados no Quadro 1 e ilustram essas conclusões.

QUADRO 1: Exemplos de projeção de ideias no complemento oracional que constitui o discurso relatado.

Tipo de projeção	Exemplos
Projeção de ideias	<p>(120) Perini (1995) ressalta que, embora sua proposta de descrição seja mais complexa do que a tradicional, pois essa complexidade se deve a não simplicidade do fenômeno descrito, ela deve ser defendida pela sua capacidade superior de representar os fatos da língua. (168, TD, UFPE, 2006 - 43)</p> <p>(121) Câmara Jr. considera ainda que o modo subjuntivo é uma categoria vaga e difusa, que só ganha certa nitidez pelo seu contraste funcional com o modo indicativo. (357, DM, UNESP, 2005 - 12)</p> <p>(122) Como já mencionado, Tyler e Evans (2003. p. 189) propõem haver uma forte relação cognitiva entre uma atividade e a área em que ela é desenvolvida. (8, TD, UFMG, 2009 - 123)</p>

Fonte: Dados da pesquisa.

Citam-se outros verbos de processos mentais ou cognitivos que realizam a projeção e são recorrentes no *corpus*: *acreditar, considerar, entender, lembrar, reconhecer* etc.

Em termos de realização estrutural, os exemplos do Quadro 1 são semelhantes por se constituírem nos complexos oracionais e se configurarem em estruturas típicas de discurso relatado. Entretanto, conforme mencionado, somente os verbos de processos mentais ou cognitivos realizam o contexto de projeção como ideias.

Na Tabela 1, a seguir, podem-se ver as ocorrências de verbos de discurso relatado realizadas por relações de projeção por encaixamento que estabelecem os processos mentais ou ideias realizadas pelos verbos *dicendi*.

TABELA 1: Ocorrências de verbos *dicendi* que realizam a projeção de ideias por encaixamento no discurso relatado.

Verbos <i>dicendi</i>	Número de ocorrências	Porcentagem
Acreditar	6	2,521%
Acrescentar	2	0,840%
Advertir	3	1,261%
Anotar	1	0,420%
Apontar	15	6,303%
Asseverar	1	0,420%
Assinalar	5	2,101%
Assumir	3	1,261%
Concluir	7	2,941%
Considerar	37	15,546%
Constatar	3	1,261%
Defender	10	4,202%
Demonstrar	7	2,941%
Destacar	4	1,681%
Enfatizar	9	3,782%
Entender	8	3,361%
Esclarecer	7	2,941%
Explicar	5	2,101%
Explicitar	1	0,420%
Identificar	2	0,840%
Interpretar	1	0,420%
Lembrar	4	1,681%
Mostrar	14	5,882%
Notar	1	0,420%
Observar	25	10,504%
Perceber	1	0,420%
Ponderar	3	1,261%
Pontuar	2	0,840%
Propor	7	2,941%
Questionar	1	0,420%
Recomendar	1	0,420%
Reconhecer	2	0,840%
Registrar	1	0,420%
Ressalvar	2	0,840%
Ressaltar	8	3,361%
Salientar	5	2,101%
Sugerir	16	6,723%
Sustentar	4	1,681%
Verificar	4	1,681%
Total	238	100,000%

Fonte: Dados da pesquisa.

Nos processos mentais ou cognitivos que projetam orações no discurso relatado não há a retomada de um fenômeno experienciado, mas a própria criação desse metafenômeno, que vem à existência pelo autor, como algo que é pensado por ele. Assim, a projeção de ideia é realizada no ambiente de constituição de realização de processos mentais cognitivos.

Observando-se a Tabela 1, pode-se dizer que o verbo de processo mental de maior ocorrência, apresentando 37 ocorrências ou 15,546%, é o verbo *considerar*, sendo indicador de posição oficial e afirmações positivas que agem diretamente sobre o discurso relatado. Ainda, esse próprio verbo mostra como o discurso deve atuar: com certeza absoluta e indicador de força de argumentos. Seguem-lhe, em número de ocorrências, o verbo *observar*, com 25 ocorrências e 10,504%, mostrando-se um verbo indicador de força de argumentos, e o verbo *sugerir*, que é um verbo interpretativo do caráter ilocutório do discurso do outro, apresentando 16 ocorrências e 6,723%. Apresentam-se, ainda, verbos *dicendi* que têm uma única ocorrência: *notar*, *asseverar*, *explicitar*, *interpretar*, *notar*, *perceber*, *questionar*, *recomendar*, *registrar*.

Pode-se dizer ainda que a oração projetada como uma ideia pode se constituir em uma afirmação ou em uma pergunta indireta e os verbos *dicendi* são associados a essas duas formas semânticas. No ambiente de projeção mental, esse contraste entre afirmação e pergunta indiretas não se relaciona ao aspecto da fala funcional de proporcionar ou pedir informação, mas com a perspectiva de validade da informação.

Vejam-se exemplos de discurso relatado de teses e dissertações acadêmicas extraídas do *corpus* selecionado e que podem apresentar uma pergunta indireta:

(121) Valendo-se de dados relativos a dois tipos de discurso – narrativo e explanatório (explicativo) –, SCHIFFRIN demonstra como as cláusulas *because* constituem parte da orientação na estrutura das narrativas, como um pré-requisito para o entendimento dos eventos principais e da história, globalmente; e demonstra também que cláusulas desse tipo constituem um conjunto de razões que funcionam com suporte de uma opinião/declaração na estrutura explanatória. (134, TD, UFMG, 2004 - 82)

(122) Porém, antes de apresentar como o texto pode ser estudado com esses novos modelos, Bernárdes (1985) procura confirmar se existe uma diferença radical entre sistemas simples (estáveis) como a oração, e complexos (instáveis), como o texto. (282, DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 20)

(123) Antes de apresentar sua proposta de representação do discurso, Connolly (2004) mostra como o discurso é visto no quadro de Dik (1997), no quadro modular (que inclui a proposta de Hengeveld, 2004) e em outras áreas de estudo do

discurso (análise crítica do discurso, polifonia e abordagem semiótica). (299, DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 54)

(124) Rocha (1997) considerou ainda fundamental investigar qual dos dois fatores apresentados acima prevalece na escolha do modo verbal, já que para a autora, no que se refere à aplicabilidade do Princípio da Saliência Fônica, a expectativa era de que as formas verbais subjuntivas que mais se distanciassem da forma do indicativo, ou seja, com oposição mais saliente, favoreceriam o emprego do subjuntivo, e as formas menos salientes em que há maior proximidade entre a forma do subjuntivo e a forma do indicativo, privilegiariam o uso do indicativo. (408, DM, UNESP, 2005 - 71)

(125) ROCHA (1997) procurou investigar qual a influência de dois fatores, paradigma flexional e saliência fônica do verbo da oração encaixada, na variação de modo. (407, DM, UNESP, 2005 - 69)

Pode-se observar que as orações interrogativas indiretas, introduzidas por *se*, pronomes relativos e *como* se constituem em orações de processo mental (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2004, p. 451), que podem traduzir um estado não definido da mente usado para projetar perguntas indiretas, incluindo orações de dúvida, querer saber, descobrir que tendem a ser caracterizadas pela semântica especial dos verbos *dicendi*. Essas orações projetam um significado e o que é projetado como um significado é um fenômeno da linguagem, referido como um metafenômeno e apresentado em um nível semântico, não léxico gramatical. Sabe-se que quando algo é projetado um significado, ele se constitui enquanto fenômeno já anteriormente interpretado linguisticamente – pois é um fenômeno da experiência linguística que é construído como um significado (conforme seção 4.3.1).

4.4.2 Processos verbais no discurso relatado

Considerando-se a projeção de locuções, verificou-se, com fundamentação na análise do *corpus*, que o ambiente de realização desse tipo de projeção é o que é caracterizado pelo uso de processos verbais nos complexos oracionais de discurso relatado. Alguns exemplos de discurso relatado constituído por relações de projeção por encaixamento que estabelecem locuções são apresentados no Quadro 2 e ilustram essas conclusões:

QUADRO 2: Exemplos de projeção de locuções no complexo oracional que constitui o discurso relatado.

Tipo de projeção	Exemplos
Projeção de processo verbal (ou locução)	<p>(126) Marcuschi (2000), por sua vez, afirma que a realização da operação de substituição é responsável pelo tratamento estilístico do texto final, realizado através da seleção de novas estruturas sintáticas e novas opções lexicais. (347, DM, UFMG, 2003 - 154)</p> <p>(127) A esse respeito Vian Jr. (2005, p. 34) argumenta que se admitirmos que há um gênero defesa de tese, veremos que há elementos comuns a defesas em áreas de conhecimento distintas. (172, TD, UFPE, 2006 - 67)</p> <p>(128) Além disso, conforme será visto mais adiante, van Dijk (2004) comenta que as relações RST seriam uma formalização da coerência funcional das proposições em um texto: essas relações mostram como uma proposição funciona em relação a outra (especificando-a, explicando-a, contradizendo-a, exemplificando-a etc.). (297, DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 46)</p>

Fonte: Dados da pesquisa.

Citam-se outros verbos de processos verbais que projetam e são recorrentes no *corpus*: *citar, comentar, relatar, questionar* etc.

Em todos os exemplos do Quadro 2, a projeção de locução é realizada por verbos de processo verbal que agem no complexo oracional que constitui o discurso relatado. Os processos verbais não apresentam restrições sistêmicas para a projeção de locuções – qualquer processo verbal pode projetar o *dizer* do outro – isto é, em realidades semióticas. Nos dados do *corpus* ocorrem processos tipicamente verbais: *argumentar, afirmar, citar, relatar* e outros.

Veja-se a Tabela 2 que mostra as ocorrências de discurso relatado formadas por verbos *dicendi* apresentando projeção de locuções:

TABELA 2: Ocorrências de verbos *dicendi* que realizam a projeção de locuções por encaixamento no discurso relatado.

Verbos <i>dicendi</i>	Número de ocorrências	Porcentagem
Afirmar	81	54,362%
Argumentar	10	6,711%
Citar	1	0,671%
Comentar	12	8,054%
Dizer	28	18,792%
Informar	2	1,342%
Mencionar	2	1,342%
Postular	12	8,054%
Relatar	1	0,671%
Total	149	100,000%

Fonte: Dados da pesquisa.

Pode-se dizer que uma oração de processo verbal que projeta outra oração apresenta um participante do mundo material (dotado de consciência) na oração que projeta. Assim, nas orações que compõem o discurso relatado de teses e dissertações acadêmicas apresentam-se processos verbais projetados semioticamente. O processo verbal ou locução é realizado por um grupo verbal em que o verbo lexical é de *dizer* ou *dicendi*. Segundo a Tabela 2, o verbo *dicendi* que apresenta maior número de ocorrências na realização de processos verbais ou locuções é o verbo *afirmar*, com 81 ocorrências ou 54,362%; segue-se o *dizer* com um número de 28 ocorrências ou 18,792% e os verbos *comentar* e *postular* que mostram, ambos, 12 ocorrências ou 8,054% cada um. Ocupando o lugar posterior em número de ocorrências está o verbo de processo verbal *argumentar*, que apresenta 10 ocorrências de discurso relatado ou 6,711%. Há verbos *dicendi* que apresentaram uma ocorrência de processo verbal: *citar*, e *relatar*.

Assim, observa-se, no *corpus*, que os processos verbais que constituem o discurso relatado representam um importante papel no discurso das teses e dissertações acadêmicas, pois tornam possível o relato de perspectivas científicas dos pesquisadores e, ao mesmo tempo, indicam a instância do autor em que se apresentam as características das orações de *dizer*.

Ressalte-se que os processos verbais e mentais, ao realizarem as locuções e as ideias, permitem verificar que elas se referem à atribuição de fonte para a informação científica e constituem um ambiente de realização recorrente no discurso relatado. Esses processos caracterizam-se por apresentarem um participante (ou participantes) que tomam parte nesses processos, o que identifica as locuções e as ideias projetadas como referentes ao dito desse

participante. Esse tipo de realização é identificado a partir da ordem da oração, e a locução ou ideia projetadas podem se estender por uma ou mais orações, comumente até o limite de uma sentença complexa, como ilustrado nos exemplos a seguir.

Em (129) tem-se um exemplo de processo verbal que realiza a locução ou processo verbal; e em (130) tem-se um exemplo de processo mental que realiza a ideia:

(129) Halliday afirma que existem diferentes relações lógico-semânticas entre um membro primário e secundário de uma cláusula complexa, mas ele as agrupa em alguns tipos gerais baseados nas relações fundamentais de expansão e projeção, as quais, além do sistema “tático” anteriormente explicitado, representam outro vetor que explica as relações em uma cláusula complexa. (350, DM, PUC MINAS, 1998 - 36)

(130) Neves (1999c) analisa o valor argumentativo desses três subtipos de condicionais, e conclui que tanto as factuais, por sua característica de expressar *condição preenchida + conclusão*, quanto as eventuais, por sua característica de expressar *condição eventualmente preenchida + conclusão possível*, contribuem para o jogo argumentativo. (32, TD, UNESP, 2002 - 139)

Observe-se a Tabela 3, abaixo, que mostra as ocorrências de verbo *dicendi* que constituem o discurso relatado.

TABELA 3: Total de ocorrências de verbo *dicendi* que constroem as projeções de ideias e locuções no discurso relatado.

Processo	Verbos <i>dicendi</i>	Número de ocorrências	Porcentagem
Processo mental	Acreditar	6	1,550%
	Acrescentar	2	0,517%
	Advertir	3	0,775%
	Anotar	1	0,258%
	Apontar	15	3,876%
	Asseverar	1	0,258%
	Assinalar	5	1,292%
	Assumir	3	0,775%
	Concluir	7	1,809%
	Considerar	37	9,561%
	Constatar	3	0,775%
	Defender	10	2,584%
	Demonstrar	7	1,809%
	Destacar	4	1,034%
	Enfatizar	9	2,326%
	Entender	8	2,067%
Esclarecer	7	1,809%	

Processo	Verbos <i>dicendi</i>	Número de ocorrências	Porcentagem
Processo mental	Explicar	5	1,292%
	Explicitar	1	0,258%
	Identificar	2	0,517%
	Interpretar	1	0,258%
	Lembrar	4	1,034%
	Mostrar	14	3,618%
	Notar	1	0,258%
	Observar	25	6,460%
	Perceber	1	0,258%
	Ponderar	3	0,775%
	Pontuar	2	0,517%
	Propor	7	1,809%
	Questionar	1	0,258%
	Recomendar	1	0,258%
	Reconhecer	2	0,517%
	Registrar	1	0,258%
	Ressaltar	8	2,067%
	Ressalvar	2	0,517%
	Salientar	5	1,292%
	Sugerir	16	4,134%
Sustentar	4	1,034%	
Verificar	4	1,034%	
Processo verbal	Afirmar	81	20,930%
	Argumentar	10	2,584%
	Citar	1	0,258%
	Comentar	12	3,101%
	Dizer	28	7,235%
	Informar	2	0,517%
	Mencionar	2	0,517%
	Postular	12	3,101%
	Relatar	1	0,258%
TOTAL		387	100,000%

Fonte: Dados da pesquisa.

As ocorrências da Tabela 3, acima, mostram que, no confronto entre os verbos que constituem processos verbais e os que constituem processos mentais ou de cognição, esses últimos apresentam maior número de ocorrências. Essa comprovação leva à conclusão de que os processos verbais que projetam as locuções ocorrem em menor número na organização da estrutura do discurso relatado de teses e dissertações acadêmicas.

O verbo *dicendi* que realiza processos verbais em maior número de ocorrências é o *afirmar*, com 81 realizações ou 20,930%, e o verbo *dicendi* que apresenta o maior número de

ocorrências de processos mentais é o verbo *considerar*, com 37 ocorrências ou 9,561%. Considerando-se o total de ocorrências de verbos *dicendi* que realizam os processos verbais e mentais, pode-se dizer que há 149 ocorrências de processos verbais e 387 ocorrências de processos mentais. Comparando-se esses resultados pode-se constatar que há maior número de processos mentais ou ideias no discurso relatado que compõe as teses e dissertações acadêmicas.

4.4.3 Orações justapostas no discurso relatado

No discurso relatado de teses e dissertações, o fenômeno de encaixamento de orações por projeção manifesta-se também na articulação de orações por justaposição, que são as estruturas sem conectivo, apresentando-se como orações finitas e não finitas (estas últimas denominadas reduzidas). As estruturas de discurso relatado são, geralmente, introduzidas pelos elementos conjuntivos *que* e *se* (tradicionalmente denominados conjunções integrantes); entretanto há a possibilidade de essas estruturas se apresentarem sem a marca de conjunção e oferecem maior concisão ou integração de eventos linguísticos, em decorrência da própria natureza das orações reduzidas que se constroem com as formas nominais do verbo.

Vejam-se os exemplos:

(131) Hengeveld (1989, 1990) propõe representar os enunciados por meio de um modelo da oração em multicamadas hierárquicas, na mesma linha adotada por Dik (1989, 1997). (246, DM, UNESP, 2005 - 23)

(132) Assim, para explorar a relação entre o contexto e a estrutura do texto, Hasan (1989) procura mostrar como algumas características do contexto podem ser usadas para predizer alguns elementos da estrutura de textos possíveis e apropriados. (296, DM, Universidade do Vale do Rio Sino, 2008 - 36)

(133) Diferentemente de Arnold Zwick (1993), que supõe haver três possibilidades de interpretação para o valor núcleo de uma forma de modelo SN[SP[SN[...]]] – para o autor, ou se tem (i) referência semântica, (ii) obrigatoriedade sintática ou (iii) lócus morfossintático. (191, TD, UFMG, 2007 - 121)

Nesses exemplos as orações encaixadas de discurso relatado são projetadas e articulam-se com as respectivas orações que as projetam sem haver nenhuma marca formal dessa conexão, pois essas orações estão justapostas. Essa forma de articulação é identificada pelos gramáticos como a noção de coordenação – sendo um caso de parataxe. Outros há que postulam aí uma subordinada assindética ou, ainda, uma justaposição.

Nessas estruturas, o tipo de encaixamento por projeção é o mesmo encontrado em outras articulações encaixadas, em que há um conectivo conjuntivo. A ausência dessa marca não impede que aí se estabeleça um ambiente de constituição de encaixamento. A forma em que foi realizado o encaixamento (isto é, sem conectivo) é que difere de outros encaixamentos apresentados, pois a oração complexa constituía-se com o elemento conjuntivo *que*. Assim, a codificação do encaixamento por projeção foi feita por justaposição nesses exemplos mostrados acima.

O tratamento da justaposição como uma forma de codificação de encaixamento de orações explica que, nos exemplos de discurso relatado a seguir, se tenha uma projeção por encaixamento:

(134) Lavandera (op. cit.), na tentativa de solucionar o problema em questão, sugere abandonar a ideia de mesmo significado referencial em favor da “comparabilidade funcional” das variantes. (364, DM, UNESP, 2005 - 18)

(135) Dik (1997) propõe distinguir ainda, no âmbito da coordenação simples, a coordenação de restritores de termos e a coordenação dentro de restritores de termos. (254, DM, EP, UNESP, 2005 - 44)

Considerando-se o exemplo (135) acima, a primeira oração: Dik propõe é uma oração de processo mental que projeta a segunda: distinguir ainda, no âmbito da coordenação simples, a coordenação de restritores de termos e a coordenação dentro de restritores de termos e a estabelece como uma ideia. Em decorrência da sequência de eventos, não se pode negar a natureza de sentido de cada uma separadamente. Assim, uma evidência disso é a possibilidade de recuperação do elemento conjuntivo que estaria introduzindo a segunda oração, devido à exigência da predicação da primeira.

Pode-se dizer que este mecanismo – o encaixamento por projeção em estruturas de justaposição – reflete uma opção do escritor para a organização do discurso relatado, isto é, um ‘arranjo’ de que se vale o autor para atingir objetivos comunicativos. Principalmente, pode-se dizer que esse tipo de estrutura evidencia maior integração ou soldadura de eventos linguísticos, pois conforme já foi mencionado anteriormente (conforme seção 2.1.1), a noção de soldadura (ou frase ligada) é caracterizada pela unificação completa de duas orações em um único ato de enunciação, equivalendo a uma única intenção comunicativa. Esta perspectiva de encaixamento por projeção em orações justapostas de discurso relatado também evidencia a unidade informacional (CHAFE, 1985), que contém toda a informação que se pode apreender em único foco de consciência.

Observe-se a Tabela 4, abaixo, que trata de ocorrências de verbos *dicendi* que constituem orações justapostas no discurso relatado de teses e dissertações acadêmicas:

TABELA 4: Ocorrências de verbos *dicendi* que realizam orações justapostas de discurso relatado retiradas do *corpus*.

Verbos <i>dicendi</i>	Número de ocorrências	Porcentagem
Acreditar ser	1	2,326%
Afirmar ser	1	2,326%
Afirmar existir	3	6,977%
Afirmar poder haver	1	2,326%
Afirmar haver	2	4,651%
Considerar estender	1	2,326%
Considerar investigar	1	2,326%
Decidir considerar	1	2,326%
Decidir excluir	1	2,326%
Defender ser	2	4,651%
Permitir entrever	1	2,326%
Preferir excluir	1	2,326%
Pretender comprovar	1	2,326%
Procurar acomodar	1	2,326%
Procurar apontar	1	2,326%
Procurar argumentar	1	2,326%
Procurar confirmar	1	2,326%
Procurar demonstrar	1	2,326%
Procurar estabelecer	1	2,326%
Procurar estudar	1	2,326%
Procurar explicar	2	4,651%
Procurar investigar	1	2,326%
Procurar mostrar	4	9,302%
Procurar verificar	1	2,326%
Propor distinguir	1	2,326%
Propor representar	1	2,326%
Propor haver	1	2,326%
Revelar ser	1	2,326%
Sugerir abandonar	1	2,326%
Supor haver	1	2,326%
Sustentar haver	1	2,326%
Tentar comprovar	1	2,326%
Tentar mostrar	1	2,326%
Tentar responder	1	2,326%
Vai afirmar	1	2,326%
Total	43	100,000%

Fonte: Dados da pesquisa.

Os verbos que constituem estruturas de justaposição no discurso relatado apresentam, em sua maioria, apenas uma ocorrência. Três tipos apresentaram duas ocorrências. Somente *afirmar existir* apresentou três ocorrências, e *procurar mostrar* apresentou quatro ocorrências. Tanto *afirmar existir* quanto *procurar mostrar* distinguem-se dos demais por serem verbos de força de argumentos.

4.4.4 Formas nominais no discurso relatado

Nos complexos oracionais que constituem o discurso relatado apresentam-se as formas nominais de gerúndio e infinitivo. O gerúndio em sua forma simples é introduzido por verbos *dicendi* apresentando matizes semânticos e tem o uso explicado devido à escolha do autor de mostrar uma ação que ainda continua, mas que foi iniciada antes daquela indicada na segunda oração ou para exprimir uma ação simultânea à da segunda oração.

Vejam-se os exemplos de discurso relatado constituídos pela forma nominal gerúndio:

(136) Schiffrin (*op. cit.*), enfim, sintetiza sua proposta dizendo que seu modelo de discurso tem estruturas não-linguísticas (troca e ação) e estruturas linguísticas (ideacional). (245, DM, UNESP, 2005 - 22)

(137) Conforme mencionamos na subseção anterior, Pinker e Prince (1988) fazem várias críticas ao Modelo Conexionista de Rumelhart e McClelland (1986) e apresentam outra teoria sobre o léxico mental, propondo que haja dois mecanismos diferentes de acesso a itens regulares e irregulares. (51, TD, UFMG, 2007 - 102)

Observe-se a Tabela 5, que apresenta as ocorrências de verbos *dicendi* na forma nominal de gerúndio para constituir o discurso relatado:

TABELA 5: Ocorrências de verbos *dicendi* na forma nominal de gerúndio nos exemplos de discurso relatado extraídos do *corpus*.

Verbos <i>dicendi</i>	Número de ocorrências	Porcentagem
Afirmando	2	20,0%
Dizendo	3	30,0%
Demonstrando	1	10,0%
Enfatizando	1	10,0%
Observando	1	10,0%
Postulando	1	10,0%
Propondo	1	10,0%
Total	10	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa.

Os verbos *dicendi* também se apresentam na forma de gerúndio e ocorrem, quase todos, uma vez para constituir as estruturas de discurso relatado e observa-se que a forma *dizendo* apresenta 3 ocorrências ou 30% do conjunto total de 10 ocorrências de gerúndio, seguida pela forma *afirmando*, que teve duas ocorrências, constituindo 20% do total.

A forma nominal de infinitivo também ocorre no discurso relatado das teses e dissertações acadêmicas, como mostram os exemplos a seguir:

(138) Lavandera (1978) é categórica ao afirmar que acredita ser inadequado estender para outros níveis de análise a noção de regra variável, originalmente desenvolvida para dados fonológicos. (363, DM, UNESP, 2005 – 18)

(139) Ao que Marcuschi (*op. cit.*) opõe-se por acreditar que uma tipologia, por usar o critério de classificação, torna-se paradoxal, já que o universo das tipologias é maior que a própria intenção de classificar. (231, DM, UFP, 2006 - 23)

(140) Ao contrário, nas condicionais analisadas, a relação de condição está associada à adequação comunicativa, como propõe Dik (1990), ao confirmar que a oração condicional pode oferecer a condição de adequação comunicativa para a realização do ato expreso pela apódose. (442, DM, TPO, UNESP, 2004 - 76)

As ocorrências de discurso relatado constituídas com os verbos *dicendi* na forma nominal de infinitivo estão apresentadas na Tabela 6:

TABELA 6: Ocorrências de verbos na forma nominal de infinitivo nos exemplos de discurso relatado extraídos do *corpus*.

Verbos <i>dicendi</i>	Nº de ocorrências	Porcentagem
Acreditar	2	28,571%
Afirmar	2	28,571%
Dizer	1	14,286%
Entender	1	14,286%
Confirmar	1	14,286%
Total	7	100,000%

Fonte: Dados da pesquisa.

Os verbos *dicendi* que se apresentam como formas de infinitivo no discurso relatado mostram apenas uma ocorrência cada um, apenas as formas *acreditar* e *afirmar* mostram duas ocorrências cada uma, perfazendo, juntas, aproximadamente 57% do total de sete ocorrências.

4.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: UM RESUMO DA ANÁLISE

Neste trabalho foi investigada a estrutura do discurso relatado no português em uso, mais especificamente as relações interacionais de projeção na articulação das orações que formam o discurso relatado de teses e dissertações acadêmicas.

A investigação desse tipo de estrutura recorrente nas teses e dissertações acadêmicas levou a uma revisão crítica dos tratamentos da Gramática Tradicional e de algumas abordagens mais recentes relacionados a essa estruturação. Assim, evidenciou-se a inadequação das noções de dependência e hipotaxe, que se mostraram insuficientes e até mesmo confusas para explicarem a articulação das orações que compõem o discurso relatado em sua função discursivo textual e, portanto, foi realizada uma análise mais sistemática e abrangente da sintaxe, semântica e pragmática unificadas em um todo.

Assim, apresentou-se a necessidade desse estudo que, fundamentado nos postulados teóricos sistêmico-funcionais, evidenciou processos reais de funcionamento codeterminados por determinantes pragmáticos, isto é, ligados à dimensão pragmático-discursiva. Analisou-se o discurso relatado que foi considerado, segundo Halliday e Matthiessen (2004), não como a retomada de um fenômeno experienciado, isto é, já anteriormente interpretado linguisticamente, mas como a própria criação deste metafenômeno, que é apresentado como representações ou fatos criados por processos cognitivos. Assim, consideram-se as estruturas que formam o discurso relatado como uma projeção de significados.

A observação dos dados de discurso relatado nos textos científicos das teses e dissertações acadêmicas permite postular uma estrutura de projeção por encaixamento que se refere às opções de organização do discurso. Considerou-se a semântica dos verbos *dicendi* apropriada ou implicitamente originada nos propósitos do autor, no contexto discursivo em que as orações que constituem o discurso relatado se inserem.

Seguem-se alguns aspectos que foram considerados na análise do discurso relatado que ocorre nas teses e dissertações acadêmicas:

1) **Sobre a funcionalidade das estratégias que configuram o discurso relatado**

Esse estudo das orações complexas que configuram o discurso relatado no discurso científico das teses e dissertações acadêmicas é um foco sobre a análise de autêntico produto de interação social, considerado em relação ao contexto cultural e social em que esses textos acadêmicos são negociados. A noção que fundamenta toda ação de linguagem é a concepção da gramática como uma rede de opções, uma rede de ambientes dentro dos quais específicas escolhas são disponíveis.

Nessas investigações de base funcionalista, das relações entre as orações constituindo o discurso científico e a gramática, o discurso relatado destaca a liberdade organizacional do autor, apesar da necessidade de processamento de estruturas regulares, conforme as restrições do sistema linguístico. Assim, alguns processos de organização de orações complexas foram observados, entre eles, a construção dos enunciados do discurso relatado. Nessa questão da combinação de orações, os processos de orações mentais foram analisados, buscando avaliar enunciados reais do discurso científico, na integração dos diversos componentes envolvidos, sintático, semântico e pragmático. Nessa perspectiva de consideração do discurso relatado, fundamentada no sistema lógico-semântico de relacionamento entre orações, podem ser destacadas as relações de projeção por encaixamento, em que uma oração é parte constituinte da outra oração que a projeta. Na estruturação do discurso relatado, a oração projetada é o argumento da oração que a projeta e ambas constituem a representação completa da unidade linguística.

Pode-se dizer que no discurso relatado – esse mecanismo linguístico que compõe o discurso científico como um encadeamento de raciocínios que constroem teorias científicas, isto é, a construção do conhecimento – ocorre a transformação de experiência em significados, constituindo-o como um recurso necessário nestas transformações.

O discurso relatado pode constituir-se em mecanismo linguístico de escolhas que torna possível construir redes complexas de potencial semântico em que significados são definidos, relativamente a outro significado e, portanto, pode modificar o outro e também pode realizar mudanças em interação com outras mudanças no contínuo ambiente semiótico e material. Dessa maneira, de um lado, o discurso relatado pode constituir a experiência humana; e neste contexto, a sua função é construir, pois transforma a experiência em significado, em suas interrelações. De outro lado, o discurso relatado como um mecanismo da linguagem constitui processos sociais; e aqui a sua função é agir: ele realiza os processos por meio dos significados. É uma síntese metafuncional de transformação semiótica com ação semiótica, constituindo uma terceira perspectiva: cria um universo paralelo de si próprio, um domínio que é ele mesmo pleno de significado. Dessa maneira, capacita o processo semiótico a se desdobrar através dos tempos e das interrelações, em planejamentos ou esquemas, cada um fornecendo o ambiente para o outro, sucessivamente. Portanto, capacita o fluxo de informação a coincidir e a interagir com o fluxo de eventos linguísticos.

2) A estrutura das orações complexas que constituem o discurso relatado

Considera-se como discurso relatado a estrutura que se constrói com os verbos *dicendi* (ou verbos de *dizer*) e seus correlatos, geralmente na terceira pessoa singular ou do plural, assim denominados em consequência de sua própria função discursiva de relatar eventos e estados linguísticos nos textos científicos. Por meio desses verbos o autor faz a análise de uma declaração atribuída a outro e, implicitamente, o discurso relatado veicula uma interpretação.

Veja-se o exemplo:

(141) Dik diz que é importante ressaltar que a relação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte é mediada, e não estabelecida pela expressão linguística.
(423, DM, UNESP, 2004 - 18)

O discurso relatado em sua realização apresenta duas orações. Por exemplo, em (141), a primeira oração que o introduz – *Dik diz* – e a segunda que a completa *que é importante ressaltar que a relação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte é mediada, e não estabelecida pela expressão linguística*. Nesse caso, são promovidas a orações complexas, emolduradas pelo dizer do outro, e são assim justificadas e assimiladas pelo contexto que as incorpora à comunicação discursiva. Permitem a fusão de opinião de interlocutores na discussão da perspectiva de pontos de vista sobre teorias, correntes no campo da informação cultural ou científica. O enunciado desdobra-se em um contínuo voltado não só para o seu objeto ou questão, mas para o discurso do outro que o integra e o constitui e sobre si mesmo como mecanismo linguístico de escolha do autor para sua ação de linguagem.

Assim, o discurso relatado é pleno de potencialidades dialógicas: nele o dizer do outro é afirmado, negado, aceito, criticado ou simplesmente comentado como pretextos para ações de confirmação – portanto, o discurso relatado se origina e se constitui no processo de interação, traduz uma tessitura com os pensamentos dos outros, mas reflete também nas suas formas o pensamento e a intenção do autor.

(142) Haiman e Thompson argumentam que não existe uma única função ou grupo de funções a que esta categoria deve servir. (164, TD, PUC/SP, 1993 - 94)

Nesse exemplo de discurso relatado, como em todos os outros, pode-se notar que o autor não se engaja totalmente com o conteúdo veiculado e atribui a outrem a responsabilidade da asserção. O que ele pretende não é expor o fato de que, naquele momento, crê ou admite algum conceito como possível, mas realizar uma asserção fraca,

atenuada, o que lhe permite se eximir da responsabilidade pelo que foi dito, apresentando seu discurso como polêmico.

Em uma perspectiva estrutural, as orações que compõem o discurso relatado são caracterizadas, tradicionalmente, como orações substantivas, pois equivalem a um sintagma nominal e podem ser introduzidas pelas conjunções integrantes *que*, *se*, *advérbio de modo* e pronome interrogativo.

Vejam-se os seguintes exemplos de discurso relatado retirados de teses e dissertações acadêmicas:

(i) A oração completiva é introduzida pela conjunção integrante *que*:

(143) Gryner, Paiva e Braga (1994) relacionam a ordenação de orações hipotáticas adverbiais (causais, temporais e condicionais) ao estatuto informacional, e afirmam que a organização das “cláusulas” e dos “períodos” relaciona-se ao modo como os elementos lingüísticos presentes nessas unidades contribuem para o desenvolvimento do discurso. (29, TD, AMCAL, UNESP, 2002 -101)

A conjunção integrante *que* constitui as duas orações que compõem o discurso relatado em um complexo de sentidos e coloca justamente a informação que se deseja veicular. São essas orações em toda a especificidade em que se constituem que vão produzir o discurso relatado – um discurso que interpreta o discurso do outro – traduzindo nesse complexo jogo a possibilidade de determinação entre as opções estruturais do discurso. Assim, ao informar a opinião de alguém (no exemplo acima, a opinião de autores conceituados), é possível a manipulação sutil do que foi dito, usando o recurso de um verbo semanticamente de *dizer* (no caso, o verbo *afirmar*), em sua principal função que pode ser indicar que o narrador incorpora na sua linguagem a fala dos outros.

(ii) A oração completiva é introduzida pela conjunção integrante *se*:

(144) Porém, antes de apresentar como o texto pode ser estudado com esses novos modelos, Bernárdes (1985) procura confirmar se existe uma diferença radical entre sistemas simples (estáveis) como a oração, e complexos (instáveis), como o texto. (282, DM, JTF, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 20)

Nessa ocorrência, pode-se perceber que a carga semântica do predicado da segunda oração – *se o acréscimo de categorias novas, peculiares do nível teatral, soluciona o problema desse salto qualitativo radical* – é a pergunta indireta permitida pela conjunção *se* integrante que estabelece a conexão entre as duas orações. É possível supor que o conteúdo da primeira oração – *Bernárdez procura verificar* – é o ato introduzido no jogo da linguagem que faz o outro ser responsável por ele e não o autor. Entretanto o uso do modo indicativo na

primeira oração com o verbo *procura* não altera o contexto da oração complexa, porque a forma verbal no indicativo está relacionada a complemento factual, podendo indicar que o autor e o outro estão comprometidos com a informação. Pode-se dizer que a dimensão de relacionamento entre as duas orações é o encaixamento, em que a segunda oração projetada é parte constituinte da primeira e, dessa maneira, as duas formam a terceira oração, que é a oração completa como um todo.

(iii) A oração substantiva apresenta-se introduzida pelo pronome *como*:

(145) Valendo-se de dados relativos a dois tipos de discurso – narrativo e explanatório (explicativo) –, SCHIFFRIN demonstra como as cláusulas *because* constituem parte da orientação na estrutura das narrativas, como um pré-requisito para o entendimento dos eventos principais e da história, globalmente; e demonstra também que cláusulas desse tipo constituem um conjunto de razões que funcionam com suporte de uma opinião/declaração na estrutura explanatória. (134, TD, UFMG, 2004 - 82)

(146) Já na Semântica Cognitiva, Talmy (2000. p. 192) demonstra como as preposições espaciais *across* e *through* da língua inglesa representam o marco esquematicamente, com conceitualizações geométricas distintas. (3, TD, UFMG, 2009 - 47)

Nesses exemplos, pode-se observar que a oração completiva com *como* traz preferentemente a noção sobre a qual o autor assenta esta porção seguinte (e nova) de seu enunciado. Assim, essa oração projetada iniciada com *como* pode constituir uma proposição cuja aplicabilidade foi restringida espacial e individualmente na porção anteposta do enunciado. Pode-se dizer que, na base dessas orações, exista um mecanismo interacional que pode ser usado para definir a função das diferentes porções do enunciado, em termos da distribuição da informação. O pronome relativo *como* não se refere a pessoa e no contexto dessa estruturação de discurso relatado não tem antecedente, equivalendo a *o modo como, a maneira como, a forma como*. (NEVES, 2000).

(iv) A oração substantiva é introduzida por pronomes interrogativos: *qual/ quais*:

(147) Mateus *et al.* (1989) também procuram apontar quais são os contextos mais prováveis para o uso do modo subjuntivo. (393, UNESP, 2005 - 46)

(148) Palmer considera, ainda o que chama de outras modalidades (*Volitive* e *Evaluative*), sobre as quais declara que obviamente não são estritamente deônticas, pois o termo deôntico, em sentido estrito, só se aplicaria ao conceito de diretivos. (319, DM, UFC, 2006 - 57)

Pode-se observar que essas orações completivas se iniciam pelos pronomes interrogativos *quais* e *o que*, constituindo uma interrogativa indireta que pode integrar-se a uma oração nuclear, funcionando como seu complemento em uma interrogação indireta.

- (v) As orações apresentam-se sem conetivo ou qualquer elemento conjuntivo (orações justapostas):

As orações substantivas que constituem o discurso relatado podem estar justapostas, isto é, apresentar-se sem os conectivos *que*, *se* ou sem nenhum elemento articulando-as, e, nesse caso, apresentando maior integração sintática das orações e, conseqüentemente, maior integração dos eventos linguísticos codificados por elas. Proporcionam uma falsa unidade de ação e permitem uma aparência de locução verbal. Nesse tipo de oração complexa, os dois verbos que a constituem se apresentam unidos pela relação do tipo lógico-semântica que emerge desta junção, visando a produzir sentidos implícitos na linguagem. São frases mais ligadas, portadoras de predicados complexos. Pode-se dizer que se trata de um único enunciado, resultante de um só ato de linguagem, pois nenhuma das proposições é correspondente a um ato de enunciação compreensível independentemente um do outro. São frases interligadas, ou melhor, soldadas uma à outra, pois se completam: a segunda oração funciona como o complemento direto da primeira e, as duas juntas formam a oração total.

Vejam-se os exemplos de discurso relatado abaixo em que ocorrem orações justapostas constituindo o discurso relatado:

- (149) Assim, Braga e Silva (1984) preferiram excluir da classificação os advérbios e os sintagmas adverbiais que exprimissem circunstâncias de tempo, frequência, quantidade e modo. (117, TD, UFRJ, 2009 - 124)

- (vi) As orações que compõem o discurso relatado também se formam pelos verbos *dicendi* nas formas nominais gerúndio e infinitivo. Estas cláusulas são denominadas, tradicionalmente, orações reduzidas.

Citam-se os seguintes exemplos:

- (150) Labov (1978), por outro lado, refuta as opiniões de Lavandera afirmando que as variáveis sociolinguísticas são instrumentos de pesquisa na busca do conhecimento das estruturas linguísticas, mas não podem abranger a teoria em si. (368, DM, UNESP, 2005 - 22)

Nessa ocorrência de discurso relatado, a forma nominal de gerúndio *afirmando* está na oração que projeta e pode exprimir uma ação simultânea em relação àquela da oração que inicia a estruturação do enunciado *Labov (1978), por outro lado, refuta as opiniões de*

Lavandera; e, dessa maneira, o autor, numa estratégia que se vincula à dimensão sintático-semântica, faz suas as próprias palavras do outro.

(151) Bronckart (1999), retomando Bronckart *et al.* (1985), os classifica em mundos da “*ordem do narrar*” e mundos da “*ordem do expor*”, postulando que se constroem com base em dois conjuntos de operação: (i) um que define as coordenadas gerais quanto ao conteúdo temático, aí incluídas as diferentes “*instâncias de agentividade*” (personagens, instituições) e sua inscrição espaço temporal; (ii) e outro que especifica as relações entre eles os parâmetros físicos da ação linguageira em curso no mundo ordinário e o conteúdo mobilizado no mundo discursivo. (327, DM, UFMG, 2003 - 28)

Essa oração complexa que constitui o discurso relatado apresenta a oração que projeta – *postulando* – iniciando-se com o verbo na forma nominal de gerúndio e a oração projetada a segue, sendo formada por uma sequência de itens numerados. Nesse caso, a forma verbal no gerúndio pode exprimir uma ação que é posterior à ação da oração que vem antes dela nesse enunciado, podendo apresentar o valor de uma oração introduzida pela conjunção *e*. Pode-se perceber ainda o *dizer* do autor, cúmplice das palavras atribuídas a outros, em um jogo linguístico ligado à consciência do autor, aliciado pelos efeitos que cada forma pode representar na estrutura linguística.

O discurso relatado pode também ser constituído pela forma nominal infinitivo:

(152) Bernárdez (1995) pretende comprovar até que ponto o modelo RTA pode ser utilizado para o texto, e comprovar se existe ou não uma diferença radical entre texto e oração. (286, DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 22)

Nesse exemplo, tem-se uma oração complexa, em que há uma tessitura de significados construídos por enunciados de discurso relatado formados, primeiramente, por orações justapostas constituídas por verbos de processo mental – *Bernárdez (1995) pretende comprovar até que ponto o modelo RTA pode ser utilizado para o texto* – em que a oração que projeta constitui-se pelo verbo de processo mental *pretende* e a oração projetada forma-se pelo verbo também de processo mental *comprovar*. Esse último verbo apresenta-se na forma nominal de infinitivo, pois não se refere a nenhum sujeito, sendo, portanto, impessoal. O sujeito da oração que projeta controla os eventos linguísticos, permitindo maior vinculação sintática e, assim, constitui a soldadura ou frase ligada. Em sequência, conectados pelo encadeador de tipo discursivo *e*, ocorre outra estrutura oracional de discurso relatado em que a oração que projeta também é formada pelo infinitivo do verbo *comprovar*, constituindo um evento verbal ainda controlado pelo sujeito da oração inicial *Bernárdez (1995)*, e a oração

projetada, que se constitui com o conectivo de tipo lógico *se* em uma oração interrogativa indireta.

Assim, para este estudo, foram considerados como exemplos de discurso relatado apenas estruturas construídas com os verbos *dicendi* e seus correlatos na terceira pessoa do singular ou do plural (e com as formas nominais de gerúndio e infinitivo), que mostram o *dizer* do outro e o comentário, a valoração ou negação do próprio autor para as afirmações que ele quer sejam aceitas, negadas ou criticadas. São estruturas que trazem as formas de representação explícita de outro discurso, correspondendo às marcas de interação.

(vii) O sujeito das orações encaixadas é correferencial ao sujeito primeira oração:

(153) Hengeveld (2000) afirma que há duas razões maiores pelas quais a teoria funcionalista deve procurar essa expansão. (424, DM, UNESP, 2004 - 27)

(viii) O sujeito das orações encaixadas não é correferencial ao sujeito da primeira oração:

(154) Gryner e Omena (2003) afirmam que as condicionais com sujeito genérico, cuja referência se estende ao conjunto de indivíduos, tendem a ocorrer com o indicativo. (417, DM, UNESP, 2005 - 108)

(ix) As orações completivas apresentam o verbo *dicendi*: *afirmar*, *dizer*, *mencionar*:

(155) Com relação ao papel e à importância de cada uma dessas possibilidades de frequência, Pierrehumbert (2001c) argumenta que as duas categorias estão altamente relacionadas nas línguas do mundo, mas, para a organização dos exemplares no léxico mental, é a frequência do tipo que desempenha papel mais relevante. (66, TD, UFMG, 2007 - 143)

(156) Mackenzie (*apud* Neves, *op. cit.*) afirma que a gramática funcional tem como hipótese fundamental a existência de uma relação não arbitrária entre a instrumentalidade do uso da língua (o funcional) e a sistematicidade da estrutura da língua (a gramática). (214, DM, UNESP, 2001 - 18)

(157) Palmer (1986: 1-3), por exemplo, menciona que embora a modalidade seja uma categoria passível de organização assim como o são as categorias de aspecto, tempo, número e gênero, a caracterização da função semântica da modalidade é menos óbvia do que a caracterização semântica das citadas categorias. (316, DM, UFC, 2006 - 39)

3) As orações que estruturam o discurso relatado podem ser constituídas por verbos de diferentes tipos semânticos:

(I) As orações que estruturam o discurso relatado apresentam verbos *dicendi* que expressam processos verbais e locuções: *afirmar, citar, dizer, declarar* etc.

(158) Matthiessen e Thompson afirmam que existe uma teoria da estrutura organizacional dos textos, chamada “Teoria da Estrutura Retórica”, em que um número de relações é utilizado para se descrever a estrutura relacional de qualquer texto coerente. (355, DM, PUC MINAS, 1998 - 57)

(159) Comrie (*op. cit.*) diz ainda que a ordem linear da construção condicional segue a sequência de argumentação do discurso. (430, DM, 2004 - 40)

(160) Crystal (1985), *apud* Gomes (1995: 22), nos diz que, dentre os autores que postulam noções distintas entre “*texto*” e “*discurso*”, há os que vêem o texto como forma, ou produto físico e o processo de expressão e interpretação desse produto como discurso, há os que relacionam texto com estrutura superficial e discurso com estrutura profunda e há, ainda, outros que entendem texto como uma noção abstrata e discurso como a sua realização. (322, DM, UFMG, 2003 - 15)

(II) As orações que formam o discurso relatado apresentam verbos *dicendi* que expressam processos mentais ou ideias (expressam julgamento, opinião, crença etc.), por exemplo: *acreditar, admitir, considerar, entender, lembrar, prever, reconhecer, revelar, supor* e outros.

(161) Nuyts (*idem*) considera, portanto, que a evidencialidade é uma dimensão semântica hierarquicamente superior à modalidade. (215, DM, UNESP, 2001 - 73)

(162) Neves e Braga (1998) lembram que a articulação de orações foi uma matéria particularmente beneficiada pela análise funcionalista dos enunciados, e isso pode ser facilmente constatado apenas conferindo a quantidade de trabalhos em Língua Portuguesa dedicados à articulação de orações. (151, TD, UFRJ, 2007 - 42)

(163) Decat (1993: 52) entende que a aversão de Góis a períodos compostos por subordinação fragmentados, e o conseqüente problema que tais estruturas representam à análise, pode ser devido, entre outros fatores, ao fato de ele ainda se manter preso ao nível da sentença, o que o impede de considerar a possibilidade de as construções fragmentadas apresentarem alguma função discursiva. (146, TD, UFRJ, 2007 - 19)

(164) Confrontando sua concepção (pragmática) de relevância com o princípio da Relevância, de Sperber e Wilson (1986, 1995), Meyer nos lembra que, nos termos desses linguistas, Relevância é um princípio cognitivo (e não uma condição

pragmática) por meio da qual se avalia o esforço cognitivo investido no processamento da mensagem. (141, TD, UFMG, 2004 - 100)

Nesses exemplos de (160) a (164), as estruturas do discurso relatado são constituídas com verbos de atividade mental, que realizam a projeção de idéias que se originam de um conteúdo interior à consciência do autor, isto é, são realizadas com origem no estrato semântico, sendo projetadas como um significado.

(III) As orações que constituem o discurso relatado apresentam verbos factivos (causativos), que têm a propriedade de factualidade, isto é, ter o complemento assegurado como um fato, seja afirmado ou negado o estado de coisas expresso na primeira oração: *apontar, aprovar, fazer, mostrar, provocar, significar* e outros.

(165) Rocha (1997) aponta que a variável escolaridade foi considerada estatisticamente significativa para explicar a variação de modo nas orações encaixadas. (419, DM, UNESP, 2005 - 134)

(166) Estudos como o de Ochs (1979) mostram que, na atividade discursiva, planejamento não é uma questão de tudo ou nada, e sim uma questão de graus. (15, TD, UNESP, 2002 - 39)

(IV) As orações que constituem o discurso relatado apresentam verbos *dicendi* em processo de percepção (sensorial ou mental):

(167) Na análise dos textos dos *corpus*, Kittredge e colaboradores (1991), assim como aconteceu com Knott e colaboradores (2001), perceberam que, em alguns casos, um segmento, apesar de estabelecer relação com outro, aparece separado desse outro. (314, DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 91)

(168) Pimpão (op. cit.) observou que os traços de atemporalidade – incerteza, habitualidade, hipótese e condição –, destituídos de projeção futura, possibilitam que o falante empregue o indicativo. (398, DM, RMAS, UNESP, 2005 - 53)

4) A projeção no discurso relatado

Pode-se dizer que o discurso relatado é um processo mental, pois usamos a linguagem não somente para falar, mas também para pensar e o processo de pensar serve para projetar. A projeção é a relação lógico-semântica em que a oração vem a funcionar não como uma representação direta de experiência não linguística, mas como uma representação de uma representação linguística.

O uso da projeção está vinculado à necessidade de atribuir origens e representar perspectivas na organização do discurso científico, de acordo com a dimensão discursiva, isto é, considerando-se os objetivos ou intenções comunicativas do usuário da língua. Assim, no discurso relatado, o tipo de relacionamento entre as orações é a dimensão de relação lógico-semântica, que se mantém no complexo oracional, fundamentada na relação de projeção.

Podem-se citar três sistemas envolvidos na diferenciação dos diferentes tipos de projeção: o nível de projeção que constitui a ideia ou locução; o modo de projeção que pode ser o relato hipotático ou a citação paratática ou a função da fala que consiste na proposição projetada e na proposta projetada.

Considera-se a projeção, quando uma oração é colocada como a representação do conteúdo linguístico de outra: ou o conteúdo de uma oração ‘verbal’ de dizer – o que é dito, denominada locução; ou o conteúdo de uma oração ‘mental’ de senso lógico – o que é pensado, denominada projeção de ideias. Assim, a projeção pode envolver um dos dois níveis do conteúdo do plano da linguagem: a projeção de fraseado (locução) e a projeção de significado (ideia).

Quanto ao modo de projeção, pode-se considerar que a projeção combina com o mesmo conjunto de interdependências que ocorre com a expansão: as duas relações de interdependência táctica de parataxe e hipotaxe e a relação de constituência de encaixamento.

Segundo Halliday e Matthiessen (2004), a projeção pode ser representada como um relato, em que a segunda oração é projetada hipotaticamente pela primeira que a institui ou estabelece como uma ideia ou uma locução, fenômeno motivado pela predicação verbal – que exige um complemento oracional.

Veja-se o exemplo:

(169) Brown e Levinson sugerem que a noção geral de face tal como colocada anteriormente é universal. (441, DM, UNESP, 2004 - 57)

Pode-se dizer que, nessa oração complexa, que constitui a estrutura do discurso relatado, temos um verbo de cognição ou atividade mental: *sugerem*:

- (i) oração: *Brown e Levinson sugerem* – é a oração que projeta – trata-se de um processo mental, mais especificamente de cognição.
- (ii) oração: *que a noção geral de face tal como colocada anteriormente é universal* – é a oração projetada – que funciona como complemento direto na estrutura da oração.

- (iii) oração: Brown e Levinson sugerem que a noção geral de face tal como colocada anteriormente é universal – a oração completa.

Nesse exemplo, tem-se: a oração que projeta é um processo mental, mais especificamente de cognição, e a oração projetada não é um fraseado ou ordenamento linguístico de palavras realmente ditas por alguém, porque não temos as palavras, mas um significado. E o enunciado que é projetado como um significado é um fenômeno da linguagem – é referido como um ‘metafenômeno’ – apresentado em um nível semântico, não lexicogramatical. Isto quer dizer que, quando algo é projetado como um significado, ele foi processado pelo sistema linguístico, mas somente uma vez, não duas vezes como no caso da citação. Isto significa que a projeção é representada como um relato – como uma oração projetada que é dependente da oração que a projeta e assim não pode se constituir por si própria.

Segundo Halliday e Matthiessen (2004), em adição aos modos táticos de projeção paratática de citações e projeção hipotática de relatos, há um ambiente em que orações projetadas ocorrem – o encaixamento. Isto significa que esta posição na estrutura da oração é reservada para aqueles itens que, em sua própria estrutura, são de uma posição mais alta ou no mínimo equivalente àquela do grupo nominal e nestes níveis, portanto, elas não seriam constituintes de um grupo nominal. Tais itens são considerados ‘mudados de posição’ (rankshifted), por contraste com (ranking) ‘em posição’, aqueles que funcionam prototipicamente como constituintes da unidade mais alta.

Assim, segundo Halliday e Matthiessen (2004), está ocorrendo a perda da identidade funcional como oração, o que constitui o argumento para definir este tipo de oração como encaixada. Isto quer dizer que esta oração está em constituição com outra oração, isto é, constitui-se estruturalmente integrada nela. Ao contrário, na relação hipotática, as orações mantêm sua identidade como oração e, portanto, não são estruturalmente integradas em outra, isto quer dizer que uma oração é dependente da outra, mas não é um constituinte dela.

5) A relação de constituição por encaixamento no discurso relatado

Considerando-se a relação de interdependência entre as orações que compõem o discurso relatado, pode-se observar que a relação de ‘modificar’, em que um elemento modifica outro, não é o único relacionamento que se pode obter entre os membros de um complexo oracional. Assim, torna-se necessário distinguir as relações táticas de parataxe e hipotaxe que são relações entre orações. A hipotaxe é a relação entre um elemento dependente

e seu dominante, contrastando com a parataxe, que é a relação entre elementos de mesmo *status*, um iniciando e o outro continuando.

Pode-se dizer que o enunciado que compõe o discurso relatado é projetado como um significado, não está representando palavras como na citação, porque não há palavras. E, diferentemente, na oração complexa que o constitui, tem-se o encaixamento ou *rank shift*, que é um mecanismo linguístico em que uma oração funciona como constituinte dentro da estrutura de uma oração, sendo ela mesma constituinte de uma oração. Há diferença em relação à hipotaxe, pois na relação hipotática uma oração é dependente de outra, mas não é parte constituinte dela.

Assim, na estrutura do discurso relatado temos oração encaixada em outra oração, funcionando como complemento da primeira oração e exercendo o papel de argumento interno verbal (complemento direto): trata-se de uma estrutura que desempenha uma função dentro de outra estrutura de mesma classe.

Na configuração estrutural do discurso relatado, a oração que é projetada é encaixada ou integrada em outra oração que a projeta (considerada matriz ou principal na denominação tradicional), e, por isso, as orações desse tipo exercem a função argumental ligada ao verbo e se constroem com os verbos *dicendi* ou de elocução de diferentes tipos semânticos.

Dessa maneira, para a realização desse trabalho foram retirados do *corpus*, no nível sintático, orações consideradas de discurso relatado que se remetem a outras – no início de parágrafos, entre parágrafos, dentro dos parágrafos – e verificando que as orações que constituem o discurso relatado estão estruturalmente integradas, porque se relacionam em uma “unidade de informação”. No nível semântico, foram considerados os sentidos que exprimem a tendência à apreensão dinâmica do dizer do outro, recriando-o a uma determinada maneira e dando-lhe assim uma orientação particular e específica, trazendo implicitamente referências e inferências que emergem da reação viva ao discurso do outro. Desse modo, os significados são manifestados por meio dessa estratégia linguística de envolvimento que visa à persuasão e convencimento do interlocutor, como uma maneira de o autor realizar seus objetivos.

Com fundamentação na abordagem da gramática sistêmico-funcional pode-se explicar o papel que assume o discurso relatado, pois as relações entre as orações que se articulam e se integram formam uma rede de significados essencial para o funcionamento do discurso científico, refletindo a própria organização discursiva. Essa integração de orações no complexo oracional não é simples opção gramatical, transforma-se em realização de funções discursivas. Por meio desse mecanismo linguístico – o discurso relatado e as relações que ele

institui – são transmitidas as intenções do autor na interação com o leitor. Dessa maneira, o discurso relatado em sua formulação própria, além de constituir um meio de o autor atingir objetivos específicos, dá continuidade à organização discursiva, proporcionando a informação mediada pela coerência.

6) **A polifonia no discurso relatado**

No discurso relatado, manifesta-se a polifonia que pode ser considerada como a incorporação que o autor faz ao seu discurso de asserções atribuídas a outros autores. Pode-se dizer que a polifonia institui o discurso relatado, quando o objetivo do autor L é fazer saber o que disse o autor L'. Nesse caso, L' constitui o tema ou tópico da estrutura oracional de L, enquanto que o comentário é todo o conjunto de palavras que se lhe atribui, de modo que se qualifica ou avalia L' por aquilo que é dito pelo autor. Assim, veja-se o exemplo abaixo:

(170) Numa perspectiva que aproxima gramática e discurso, Thompson (1984) e Haiman e Thompson (1984) procuram mostrar que existem diferentes tipos de dependência, que podem ser relacionados a diferentes tipos de funções no discurso. (122, TD, UFMG, 2004 - 41)

Nesse exemplo, tem-se o encadeamento que permite asserções sobre o autor L', que são considerados *Thompson (1984) e Haiman e Thompson (1984)*, cujo responsável é L, o autor, que se institui como autor da proposição. A condição que permite a polifonia é, pois, que o autor L seja diferente do autor L': o autor L faz com que outros digam algo no interior do seu discurso. Os sentidos (ou direções discursivas) dependem da intenção do autor e não da forma linguística usada, pois o componente pragmático manifesta-se integrado entre o sintático e o semântico, exercendo interferência entre esses dois níveis. Assim, o autor L, que produz ou cria a oração, é diferente do autor L' a quem é atribuída a asserção: *que existem diferentes tipos de dependência, que podem ser relacionados a diferentes tipos de funções no discurso*, no entanto, incorpora essa oração em seu *dizer*, mostrando completa adesão a ela.

Sabe-se que a orientação da informação, considerando-se o leitor/interlocutor, tem grande importância, pois ela apresenta duas perspectivas que a constituem: ela se forma tanto pela intenção de que procede do autor, como pela determinação de que se dirige a um leitor. E assim se transforma no produto dessa interação. Tudo isso deriva do fato de ser a linguagem essencialmente um fenômeno social, impregnado de intencionalidades a ela subjacentes, e, por isso mesmo, os atos de linguagem que se expressa são um tipo de ação humana.

As orações são mais do que simples elementos da escrita atribuídos de um entendimento literal, mas são entidades sintáticas no mundo da escrita e as capacidades de

representação e referência que possuem não lhes são intrínsecas, mas derivadas de subjetividades essenciais, por exemplo, a intencionalidade.

Dessa maneira, as orações constituindo o discurso científico das teses e dissertações acadêmicas podem ser vistas como fenômenos sociais, determinados por outros fatores tais como: o contexto de situação, o contexto de cultura, a estrutura social, o código escrito, os sistemas lexicais e semânticos – em uma rede de escolhas de sentidos. Essa rede de escolha de significados pode permitir que um conteúdo, quando relatado, aparente uma forma imutável e estável. Entretanto, os significados podem variar e nem sempre equivalências totais são possíveis. Assim, as estruturas do discurso relatado não são aleatórias, pois derivam de escolhas feitas pelo autor, modelando a realidade. O discurso relatado no discurso acadêmico tenta sumarizar e relatar toda a informação essencial contida em afirmações mais longas, dando uma idéia geral e efetiva das argumentações de outro autor.

O leitor (ou pesquisador) fundamenta-se no discurso relatado como parâmetro de acesso ao dito do outro, portanto este mecanismo linguístico desempenha um papel importante tanto para o autor como para o leitor, assistindo e divulgando o conhecimento. Assim, este tipo de estrutura oracional obedece a uma organização retórica da informação contida no dito do outro, persuadindo o leitor, convencendo-o de que a informação referida é relevante, levando-o a atitudes positivas de adesão ou, ao contrário, de crítica.

Vejam-se os exemplos:

(171) Contrapondo-se a essa visão que se apresenta em SWEETSER, LANG (2000) argumenta que é preciso considerar a “divisão do trabalho” entre as propriedades da gramática e a pragmática, enfatizando que há diferenças estruturais específicas entre os níveis nos quais as relações entre cláusulas podem estabelecer-se; portanto, que há traços da estrutura gramatical/fonológica que funcionam como sinalizadores de que a leitura da relação estabelecida entre as cláusulas é autorizada num nível, mas não em outro(s). (120, TD, UFMG, 2004 - 26)

(172) Da mesma forma que Marcuschi (2000), Bronckart (*op. cit.*) entende que os gêneros não podem ser objeto de classificação ou delimitação, já que os parâmetros que podem servir para tal propósito são pouco delimitáveis. (235, DM, UFP, 2006 - 38)

Pode-se dizer que realizar o discurso relatado é introduzir as palavras de outro nas próprias palavras apresentando-as imediatamente como uma transformação na situação, ou seja, apresentá-las como criadoras de obrigações e responsabilidades para o destinatário. Há a necessidade de o autor apresentar suas palavras como tendendo ao resultado que deseja atingir; pode ser constitutivo dele atribuir às orações um poder intrínseco, fazendo-o

transmitir a idéia de que reivindica eficácia para o escrito, pois é apoiado sobre a eficácia das próprias palavras: a força ilocucionária inscrita na linguagem. E esse passa a ter uma interpretação polifônica se a força ilocucionária de afirmação for atribuída a um personagem diferente do próprio autor.

Em (171) e (172) acima, pode-se observar que a primeira parte da oração complexa tem a finalidade de, em certa maneira, argumentar a asserção contida na segunda parte, sendo essa a verdadeira proposição. Estas duas maneiras de considerar a mesma proposição complexa alteram-na de tal forma que se pode perceber que se trata de duas proposições diferentes, com significados diferentes, isto é, direções discursivas contrárias, mas pelos encadeamentos em que se organizam é possível verificar em qual sentido ela é usada. Tudo isso depende da intenção do autor, pois o componente pragmático está integrado implicitamente na ação de linguagem.

Nessas estruturas oracionais, o argumento é introduzido por autoridade polifônica no nível da representação, não podendo ser objeto de julgamento em termos de veracidade ou falsidade e nem se apresenta autoritário. Nessa representação, o argumento é mostrado ou representado como sendo produzido por outros diferentes do autor que, ou concorda e reconhece-lhe certa legitimidade, mas não assume a responsabilidade de tê-lo dito, ou conforme ocorre nos exemplos acima, diferentemente, por meio de outras vozes, assume e usa o argumento, mas para refutá-lo (conforme seção 2.1.3).

Assim, pode-se dizer que o mecanismo linguístico, considerado discurso relatado, faz parte da organização textual da oração complexa para a interpretação das teses e dissertações acadêmicas. A oração projetada não é apenas uma parte constituinte da oração mental ou verbal. A proposição construída pela oração idéia é projetada como o ‘conteúdo da consciência’, é construída como pertencendo a uma mais alta ordem de abstração semiótica do contexto instanciado. O processo mental juntamente com o processo verbal (de *dizer*) são processos de consciência, relacionados gramaticalmente e ambos partilham o traço crítico de ser capaz de criar significados por projeção, significados que se estabelecem devido tanto à natureza de significado como ação social como à natureza de significado como reflexão individual.

5 CONCLUSÃO

A análise aqui empreendida fundamentou-se nos princípios sistêmicos funcionais e trata a linguagem em sua manifestação de uso, envolvendo as situações reais de comunicação em funções do sistema linguístico, referidas como metafunções. Essa análise fundamentou-se nos componentes essenciais da estrutura linguística que são as metafunções: ideacional, interpessoal e textual. Assim, verificou-se, conforme a análise do *corpus*, que, no discurso relatado, a realização gramatical de locuções e ideias envolve uma oração que projeta e uma oração projetada. A projeção de locuções e ideias ocorre na ordem dos complexos oracionais e serve à metafunção ideacional de representar falas, opiniões; em relação à metafunção interpessoal, avalia-se a validade ou a importância das locuções ou ideias, isto é, a relevância do conteúdo da mensagem e a expectativa do autor em relação ao dito. A metafunção textual organiza os significados ideacionais e interpessoais, modelando-os como o discurso relatado (contextualizado e partilhado).

Considerando as evidências do *corpus*, observou-se que é recorrente o uso de locuções e ideias, que se tornam uma característica dos textos científicos de teses e dissertações acadêmicas, em que há apenas uma representação do evento de linguagem original. No caso do discurso relatado de teses e dissertações acadêmicas, que são textos pertencentes ao domínio dos processos sócio-semióticos, observou-se que não significa processar algum corpo de informação pré-existente, mas trata-se de uma contínua criação de um domínio semiótico da realidade.

Na gramática formal, afirmou-se que o que é dito é tratado como oração nominal objeto do verbo *dizer*, significando a oração que é trocada de posição ou hierarquia pela nominalização. Mas, pode-se dizer que, de modo funcional, esta oração não é rebaixada hierarquicamente: ela funciona como a oração em um complexo oracional que relata um *dizer*. Isto significa que tais sequências consistem de duas orações (somente a primeira oração é um processo verbal ou mental).

O sistema semântico de projeção é caracterizado por sua função de projetar eventos semióticos, conforme explicado anteriormente (conforme seção 4.3.2); quer dizer eventos linguísticos que se constituem e se organizam como fenômenos já interpretados linguisticamente. Note-se que os próprios processos linguísticos, quando são apreendidos, são parte da realidade de primeira ordem e a realidade de segunda ordem é formada por significados. Em outras palavras, esses fenômenos linguísticos podem ser tratados como

metafenômenos, que no discurso relatado de teses e dissertações acadêmicas se prestam, principalmente, para a representação de pontos de vista do cientista. Esse uso é realizado por diferentes recursos léxico-gramaticais, que realizam no estrato semântico os contrastes semânticos formados pela idéia ou locução, que são referentes à relação interoracional de projeção.

Quanto à função discursiva das orações projetadas, pode ser considerado um sistema interpessoal que identifica a oração projetada como uma proposição que tem como objetivo a oferta de informações científicas. Assim, considerando-se a projeção de ideias e locuções, a função discursiva é a proposição, pois a idéia ou locução são projetadas por um processo mental cognitivo ou por um processo verbal.

Observou-se também que esse complexo oracional que constitui o discurso relatado é utilizado em asserções e perguntas indiretas, realizando a demanda de informação e envolveu uma consideração de como as diferentes opções do sistema semântico de projeção se organizam entre si nos dados de discurso relatado. Fundamentando-se nessas considerações, tendo como base os dados do *corpus*, foram verificados os padrões de ocorrências que são apresentados nas Tabelas, relacionados ao tipo de projeção, isto é, à ideia ou à locução. Assim, pelo próprio sistema interpessoal que o caracteriza, o discurso relatado de teses e dissertações acadêmicas fornece o ambiente observável, registrável que faz a mediação das orientações pessoais, moldando papéis e orientando as percepções em interação.

Pode-se dizer que as metafunções da linguagem fundamentam o fenômeno do encaixamento no discurso relatado, pois as orações que constituem esse mecanismo linguístico são consideradas ligadas por relações de projeção por encaixamento. Pode-se observar que a oração complexa integra as três perspectivas metafuncionais e apresenta por meio dos três sistemas metafuncionais as regras gramaticais e os princípios subjacentes à estruturação das orações no discurso relatado, pois refletem a integração semântico-pragmática dos elementos e conteúdos codificados por elas. Outra contribuição metafuncional é validar ou confirmar a hipótese do discurso relatado como estratégia de envolvimento do autor com ele mesmo (metafunção ideacional), com o leitor (metafunção interpessoal), com o assunto e os contextos de situação e sócio-cultural (metafunção textual).

Assim, pode-se dizer que o discurso relatado de teses e dissertações acadêmicas, devido às metafunções da linguagem, tem o caráter essencialmente de envolvimento do autor com ele mesmo, com o outro, com o assunto e com o contexto sócio-cultural. Esses componentes da linguagem – as metafunções – são as manifestações, no sistema linguístico,

de dois propósitos mais gerais que fundamentam todos os usos da linguagem: entender o ambiente (ideacional) e influenciar ou atuar sobre os outros (interpessoal).

Para demonstrar a importância desse mecanismo linguístico – o discurso relatado – foram apresentados os estudos de Chafe (1994) que abordam a estrutura de informação no discurso, oferecendo uma ampla compreensão da natureza dinâmica da linguagem. Segundo Chafe (1994), pode-se dizer que o discurso relatado – esta via da linguagem sobre a linguagem – pode ir além de simplesmente referir-se a um evento de fala, reescrevendo o que foi dito, por meio do discurso relatado. Esse mecanismo não faz de conta que reproduz as palavras reais do discurso do outro, mas as reconstitui em um modo que admite a inabilidade da lembrança comum para reproduzir as palavras da linguagem do outro, pois uma das características do discurso relatado é o ato de fala anterior diferir da representação dele próprio.

Dessa maneira, conduzindo esta análise sob a perspectiva da abordagem funcionalista, segundo Halliday e Matthiessen (2004, p. 373), pode-se considerar sistemicamente a oração complexa que compõem o discurso relatado por meio de dois sistemas básicos que determinam como uma oração é relacionada à outra: o sistema tático e o sistema das relações lógico-semânticas. As estruturas táticas são relacionais em natureza e, nesse modo, são interdependentes, mas dois graus de interdependência são envolvidos – parataxe e hipotaxe. Nessa perspectiva, considera-se também que há um amplo alcance de diferentes relações lógico-semânticas que podem ser mantidas entre um membro primário e um secundário de um nexos oracional e que essas relações podem ser agrupadas em dois relacionamentos fundamentais: expansão e projeção. Na relação lógico-semântica de projeção, considera-se que uma oração é projetada por outra, que a apresenta como uma locução ou uma idéia e, assim, a projeção estabelece elos entre eventos de *dizer* e de *pensar*.

De acordo com Halliday e Mathiessen (2004), o discurso relatado é representado como a projeção hipotática de relatos – em que a oração projetada é dependente da outra oração que a projeta e, então, não tem o *status* de oração. Entretanto, de acordo com Halliday e Matthiessen (2004, p. 443), além dos dois modos táticos de projeção, anteriormente, apresentados – isto é, a projeção paratática de citação e a projeção hipotática de relatos – há um ambiente em que as orações projetadas podem ocorrer – o ambiente de constituição de encaixamento.

Segundo Halliday e Matthiessen (2004), encaixamento é assim uma mudança de hierarquia, pela qual uma oração vem funcionar na estrutura de um grupo, em que ele mesmo é um constituinte da oração. A função característica de um elemento encaixado é como o pós-

modificador na estrutura do grupo nominal. O fato de a oração projetada ser encaixada como o Qualificador em um grupo nominal significa que ela pode ocorrer em uma dimensão de ambientes gramaticais não abertos para orações que não são encaixadas, taticamente para orações relatadas projetadas.

Pode-se entender, na perspectiva sistêmica, a atuação da oração de projeção encaixada com o grupo nominal, e, em âmbitos diferentes de análises, observar-se que a oração complexa que apresenta a projeção por encaixamento – isto é, o nexos que projeta a oração complemento que funciona diretamente na estrutura da outra oração – e, dessa maneira, compõe a configuração estrutural do discurso relatado.

Assim, considerando-se o discurso relatado, pode-se divergir das análises de Halliday e Matthiessen (2004) sobre as relações entre as orações que formam o discurso relatado quanto ao modo de projeção. Primeiramente, as orações do discurso relatado não apresentam o grupo intermediário que é uma unidade de diferente natureza linguística; não há, pois, grupo nominal intermediário na estrutura do discurso relatado e, por isso, esse tipo de projeção por encaixamento necessita ser explicitado.

De acordo com essas perspectivas, as duas dimensões hipotaxe e parataxe não devem construir o único parâmetro de análise das relações entre as orações que formam o discurso relatado. Seguem-se os princípios de Halliday e Matthiessen (2004) que opõem encaixamento (integração estrutural de uma oração como item de outra) à hipotaxe (combinação de orações por meio de uma hierarquização dos membros da relação oracional).

Tomando-se como base esses princípios, diferentemente de Halliday e Matthiessen (2004), nesta investigação não se considera o discurso relatado como uma projeção hipotática de relatos, pois Halliday e Matthiessen (2004, p. 426-443) admitem que possa haver um ambiente em que as orações projetadas podem ocorrer – a relação de constituência de encaixamento.

A investigação do relacionamento entre as orações do discurso relatado leva a concluir que a projeção por encaixamento permite a oração projetada funcionar diretamente como constituinte na estrutura da outra oração que a projeta e dentro da qual está encaixada, sem nenhum grupo nominal intermediário. No encaixamento, a oração é parte integrante da outra oração, pois é um constituinte dela. Por outro lado, pode-se considerar que na hipotaxe, uma oração é dependente de outra, mas não é parte constituinte dela.

Considerou-se como discurso relatado à estrutura que se constrói com os verbos *dicendi* (ou verbos de *dizer*) e seus correlatos, geralmente na terceira pessoa singular ou do plural, assim denominados em consequência de sua própria função discursiva de relatar

eventos e estados linguísticos nos textos científicos. Por meio dos verbos *dicendi*, o autor faz a análise de uma declaração atribuída a outro e, implicitamente, o discurso relatado veicula uma interpretação. Assim, fundamentando-se na perspectiva sistêmico-funcional, pode-se dizer que no discurso relatado o uso da linguagem se refere às opções de organização discursiva que o sistema linguístico dispõe ao autor para que ele alcance os objetivos que deseja atingir.

Cabe ressaltar que os dados comprovaram a hipótese de que a estratégia linguística de projeção por encaixamento usada na construção do discurso relatado é a evidência de maior envolvimento do autor com o leitor, com ele mesmo, com o assunto e com o contexto sócio-cultural.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.
- BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Trad. e org. Angela Paiva Dionisio, Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. 37. ed. rev. e amp. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.
- BORBA, Francisco S. **Uma gramática de valências para o português**. São Paulo: Ática, 1996.
- BRAGA, Maria Luiza. Processos de combinação de orações: enfoques funcionalistas e gramaticais. **Scripta**, v. 5, n. 9, p. 23-34, jul./dez. 2001.
- BUTLER, Christopher. **Structure and Function: a guide to three major structural - functional theories**. Part 2. From clause to discourse and beyond. Studies in language companion series. Amsterdam/Filadelfia: John Benjamins Publishing Company, 2003.
- CARVALHO, Cristina dos Santos. **Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos: uma análise funcionalista**. 2004. 251p. Tese (Doutorado em Lingüística) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, 2004.
- CASTILHO, Ataliba Teixeira. Para o estudo das unidades discursivas. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (Org.). **Português Culto Falado no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1989. p. 249-279.
- CHAFE, Wallace L. **Discourse, consciousness, and time: the flow and displacement of conscious experience in speaking and writing**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- CHAFE, Wallace L. Integration and involvement in speaking, writing, and oral literature. In TANNEN, D. (Org.) **Spoken and written language: exploring orality and literacy**. Norwood: Ablex, 1982.
- CHAFE, Wallace L. Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In: OLSON, David; TORRANCE, Nancy; HILDYARD, Angela (Ed.). **Literacy, language and learning: the nature and consequences of reading and writing**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- CHAFE, Wallace L. The deployment consciousness in the production of a narrative. In: CHAFE, W. L. (ed.) **The pear stories: cognitive, cultural and linguistic aspects narrative production**. Norwood: Ablex, 1980.
- CLORAN, Carmel. Defining and relating texts segments: subject and theme in discourse. In: HASAN, R.; FRIES, P. H. (eds.) **On Subject and Theme: a discourse functional perspective**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1997.

CUMMINGS, Michael. A systemic functional approach to the thematic structure of the old english clause. In: HASAN, R.; FRIES, P. H. (eds.) **On Subject and Theme: a discourse functional perspective**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1997.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. **Leite com manga, morre!**: da hipotaxe adverbial no Português em uso. 1993. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1993.

DECAT, Maria Beatriz Nascimento. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 23-38, 1999.

EGGINS, Suzanne. **An Introduction to systemic functional**. New York, London: Continuum, 2004.

FARACO, Carlos Emílio; MOURA, Francisco Marto de. **Gramática**. São Paulo: Ática, 1991.

FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. **Lições de texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 1997.

FIRBAS, Jan. **Functional sentence perspective in written and spoken communication**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna**: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 15 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1992.

GIVÓN, Talmy. **Funcionalism and grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 1995.

GUMPERZ, J. J. Sociocultural knowledge in conversational inference. In: SAVILLE-TROIKE, M. (Ed.) Annual Round Table Monograph Series on Languages and Linguistics. 28th, 1977. Washington, DC: Georgetown University Press, 1977.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1994.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edwards Arnold, 1985.

HALLIDAY, M. A. K. **On grammar**. London, New York: Continuum, 2002. v. 1.

HALLIDAY, M. A. K.; MARTIN, J. R. (Eds). **Writing science**: literacy and discursive power. London: Routledge Falmer, 1993.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, Christian M. I. M. **An introduction to functional grammar**. New York: Oxford University Press Inc., 2004.

HALLIDAY, M. A. K.; MATTHIESSEN, Christian M. I. M. **Construing experience through meaning**: a language-based approach to cognition. London: Cassel, 1999.

HALLIDAY, M. A. K. Notes on transitivity and theme in English. Part II. **Journal of Linguistics**, n. 3, p. 199-244, 1967.

HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. **Language, context, and text**: aspects of language in a social-semiotic perspective. Oxford. Oxford University Press, 1989.

- HASAN, Ruqaiya; FRIES, Peter H. Reflections on Subject and Theme. In: HASAN, R.; FRIES, P. H. (eds.) **On subject and theme: a discourse functional perspective**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1997.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Argumentação e Linguagem**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. **Introdução à Linguística Textual: Trajetória e grandes temas**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- KOCH, Ingedore V. Linguística Textual e ensino de português. In: TOLDO, C. S. (Org.) **Questões de Linguística**. Passo Fundo: UPE Editora, 2003.
- LIMA, Ana Maria Costa de Araújo. **Relações hipotáticas adverbiais na interação verbal**. 2002. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, 2002.
- LONGHIN-THOMAZI, Sanderleia Roberta. **Níveis de combinação de orações**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- MACIEL, Maximino. **Gramática descritiva**. 12 ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1931.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Ação dos verbos introdutórios de opinião. **Revista Brasileira de Comunicação**, São Paulo, n. 14, n. 64, p. 74-92, jan./jun. 1991.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da conversação**. São Paulo: Ática, 1986.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Contextualização e explicitude na relação fala e escrita**. m. s. 1995.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONISIO, Angela Paiva; MACHADO, Anna Rachel; BEZERRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Gêneros textuais e ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Marcadores conversacionais do português brasileiro: Formas, posições e funções. In: CASTILHO, Ataliba Teixeira de (org.). **Português culto falado no Brasil**. Campinas: Unicamp, 1989.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Marcas de interatividade no processo de textualização na escrita**. I Seminário de Filologia e Língua Portuguesa. Humanitas Publicações – FFLCH/USP – jun. 1999.
- MARTELLOTA, Mário Eduardo. Vinculação em cláusulas adverbiais: uma análise de cláusulas finais. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, 2º semestre 2001.
- NEVES, Maria Helena Moura. **A Gramática Funcional**. São Paulo: Martins Fontes. 1997.

NEVES, Maria Helena Moura. **A Gramática**: história, teoria e análise, ensino. São Paulo: UNESP, 2002.

NEVES, Maria Helena Moura. **Gramática de usos do português**. São Paulo: UNESP, 2000.

PERINI, Mário A. **Gramática Descritiva do Português**. São Paulo: Ática, 2004.

PINHEIRO, João Batista Gonçalves. Vale Paraibano e Jornal de Notícias: Verbos de elocução. **Acervo V**, v. 4, p. 49-73, 2º sem. 2000.

SUZANNE, Eggins. **An introduction to systemic functional**. New York/ London Continuum, 2004.

TANNEN, Deborah. Relative focus on involvement in oral and written discourses. In: OLSON, David R.; TORRANCE, Nancy; HILDYARD, Angela. **Literacy, Language and Learning**: the nature and consequences of reading and writing. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

TERRA, Ernani; NICOLA, José de. **Gramática, Literatura e Redação para o 2º grau**. São Paulo: Scipione, 1997.

THOMPSON, Geoff. **Introducing Functional Grammar**. New York: Arnold, 2004.

APÊNDICE A

Dados de discurso relatado em teses e dissertações acadêmicas produzidas na área de Linguística

A) Teses

Área: Linguística

- 1- Johnson argumenta ainda que o raciocínio envolve processos de imaginação, como vem sendo demonstrado pelas ciências cognitivas. (TD, UFMG, 2009 - 23)
- 2- Numa perspectiva biológica, Langacker (1987. p. 100 e 162) explica que cada evento cognitivo deixa traços neuroquímicos que vão se repetindo toda vez que eventos semelhantes ocorrem, gerando um efeito de reforço progressivo. (TD, UFMG, 2009 - 25)
- 3- Já na Semântica Cognitiva, Talmy (2000. p. 192) demonstra como as preposições espaciais *across* e *through* da língua inglesa representam o marco esquematicamente, com conceitualizações geométricas distintas. (TD, UFMG, 2009 - 47)
- 4- Vanderloise (1991. p. 159), por exemplo, argumenta que ‘coincidência’ é, idealmente, uma noção simétrica. (TD, UFMG, 2009 - 49)
- 5- Ao explicar o fenômeno, Grady (1997) observa que, frequentemente vivenciamos episódios básicos delimitados no tempo, nos quais percebemos uma forte correlação entre uma “circunstância física” (marcados pela intencionalidade) e uma “resposta cognitiva” (gerada por uma capacidade inata). (TD, UFMG, 2009 - 73)
- 6- Enquanto esta última etapa coloca a Linguística Cognitiva efetivamente nos parâmetros do probabilístico, Gries *et al.* (2005. p. 636) consideram que o conceito de “ modelo baseado no uso” inclui tanto a pesquisa de *corpus* como a experimental. (TD, UFMG, 2009 - 78)
- 7- Cuyckens (1993. p. 50) considera que, em casos como esse, não apenas os limites do marco sólido, mas toda a sua parte interior é sua zona ativa atual. (TD, UFMG, 2009 - 99)
- 8- Como já mencionado, Tyler e Evans (2003. p. 189) propõem haver uma forte relação cognitiva entre uma atividade e a área em que ela é desenvolvida. (TD, UFMG, 2009 - 123)
- 9- Tyler e Evans (2003. p. 190) sugerem que o meio ou instrumento utilizado em uma atividade acabam por restringir a maneira como esta evolui. (TD, UFMG, 2009 - 143)
- 10- Tyler e Evans (2003), por exemplo, consideram que seu modelo de rede coincide com o léxico mental dos falantes, porque não inclui certas distinções contextuais, como ocorre na descrição de *over* por Lakoff (1987). (TD, UFMG, 2009 - 153)
- 11- Em outras palavras, Halliday (1989) postula que, pelo fato de na língua falada grande parte do sentido ser expresso pela gramática e não pelo vocabulário, a estrutura da frase (sentence) alcança nessa modalidade uma complexidade raramente alcançada pela escrita. (TD, UNESP, 2002 - 34)
- 12- Ono e Thompson (1994), baseados na análise de conversações em inglês, postulam que esse gênero textual também possui uma “sintaxe”, mas dão a esse termo um significado um pouco diferente do que se costuma entender por “sintaxe” na escrita. (TD, UNESP, 2002 - 36)
- 13- Brown e Yule (1983), por exemplo, ao arrolar as diferenças formais entre as duas formalidades, afirmam que a língua falada apresenta uma sintaxe tipicamente bem menos estruturada, com muitas sentenças (sentences) incompletas e menor frequência de construções subordinadas. (TD, UNESP, 2002 - 37)

- 14- Koch (1998) também considera que a fala apresenta uma sintaxe característica, mas enfatiza que essa sintaxe não deixa de ter como pano de fundo a sintaxe geral da língua. (TD, UNESP, 2002 - 38)
- 15- Estudos como os de Ochs (1979) mostram que, na atividade discursiva, planejamento não é uma questão de tudo ou nada, e sim uma questão de graus. (TD, UNESP, 2002 - 39)
- 16- Sobre o intenso trabalho que exige a compreensão de qualquer texto, tanto da fala quanto da escrita, van Dijk (1996) afirma que compreender um texto não equivale simplesmente a construir uma “representação do objeto verbal” (p. 19), mas é parte de um processo interacional, e obriga o ouvinte a ativamente interpretar as ações do locutor. (TD, UNESP, 2002 - 40)
- 17- Castilho (1997), concebendo a língua como um conjunto de três módulos (semântico, gramatical e discursivo) interligados pelo léxico, postula que a conversação emana de um tripé de “processos cognitivos prévios à verbalização”, os quais rotulou de (1) ativação, que se relaciona à organização da sentença, tanto de um ponto de vista formal quanto de um ponto de vista funcional, além de ser o responsável pela constituição das unidades da conversação; (2) reativação, processo que espelha a reflexão metalinguística a que se vai procedendo durante a interação, (reflexão à qual o autor se refere como “uma sorte de anáfora discursiva”), sendo o responsável por recursos gramaticais como a repetição e a paráfrase; (3) desativação, processo que dá conta das rupturas na elaboração do texto falado, das quais resultam as hesitações e as pausas. (TD, UNESP, 2002 - 42)
- 18- Blanche-Benveniste (1987), no que se refere aos estudos sobre a língua francesa, reconhece que ao se trabalhar com um *corpus* de língua oral há dificuldade de operar com a frase, em seu conceito tradicional, principalmente em enunciados que não apresentam uma demarcação análoga ao ponto final. (TD, UNESP, 2002 - 45)
- 19- Ono e Thompson (1994) sugerem que a língua falada deve ser estudada, como fez Chafe (1980), em termos de unidades prosódicas. (TD, UNESP, 2002 - 45)
- 20- Jubran *et al.* (1996) procuram identificar uma unidade de análise de “estatuto discursivo”, e decidiram considerar o tópico discursivo como a unidade que deveria ser tomada para a descrição textual interativa que almejavam efetuar. (TD, UNESP, 2002 - 48)
- 21- Vanderveken (2000) postula que toda conversação, sendo uma atividade da qual participam pelo menos duas pessoas, representa uma atividade linguística conjunta, e não duas atividades individuais distintas, embora possa haver intenções individuais. (TD, UNESP, 2002 - 53)
- 22- Fávero (1992), por exemplo, adotando a perspectiva funcionalista no que se refere à integração dos componentes sintático, semântico e pragmático na análise dos enunciados, considera que a dificuldade encontrada pelos professores na explicação das diferenças entre coordenação e subordinação é decorrente do fato de eles adotarem critérios puramente sintáticos. (TD, UNESP, 2002 - 66)
- 23- Lehmann (1988), adotando uma perspectiva funcional, postula que o fenômeno de articulação de cláusulas pode ser visto de duas maneiras: (1) como uma representação de dois estados de coisas tão firmemente interconectados que formam um único estado de coisas, mais complexo; (2) como a representação de um único estado de coisas complexo, sendo composto de dois. (TD, UNESP, 2002 - 81)
- 24- Lehmann (1988) postula que, ao invés de uma, há duas maneiras pelas quais uma “subordinada” pode relacionar-se com a sua “principal” ou por “associação” ou por “dependência”. (TD, UNESP, 2002 - 81)
- 25- Neves (1998), por sua vez, propõe que a diferença entre relações hipotáticas adverbiais e relações de encaixamento pode ser evidenciada pelo fato de haver uma grande quantidade de elementos conjuntivos do âmbito da hipotaxe adverbial que surgiram na língua, em oposição à escassez desses elementos no âmbito das encaixadas. (TD, UNESP, 2002 - 83)

- 26- Harris (1986; 1988) postula a existência de um contínuo também para as construções tradicionalmente chamadas de adverbiais, pois considera que as subclasses tradicionalmente referidas para a classificação e caracterização desse tipo de construções não são discretas. (TD, UNESP, 2002 - 83)
- 27- Rechaçando, como fez Halliday (1985), a ideia de agrupar relações de *encaixamento* e de *hipotaxe* sob o mesmo rótulo de “subordinação”, por entender que se trata de relações muito diferentes, tanto gramaticalmente quanto de um ponto de vista discursivo, Matthiessen e Thompson (1988) analisam enunciados que apresentam “orações adverbiais”, ou, seguindo a bipartição em eixos proposta por Halliday (1985), a hipotaxe/expansão por encarecimento. (TD, UNESP, 2002 - 89)
- 28- Sobre as hipotáticas codificadas por gerúndio, Braga (1995, 1996) observa que elas propiciam uma leitura ambígua, suscitando dúvidas no que diz respeito à identificação do tipo de relação instauradas entre as orações. (TD, UNESP, 2002 - 98)
- 29- Gryner, Paiva e Braga (1994) relacionam a ordenação de orações hipotáticas adverbiais (causais, temporais e condicionais) ao estatuto informacional, e afirmam que a organização das “cláusulas” e dos “períodos” relaciona-se ao modo como os elementos lingüísticos presentes nessas unidades contribuem para o desenvolvimento do discurso. (TD, UNESP, 2002 - 101)
- 30- Fávero e Aquino (2002), analisando conversas entre três participantes (triádicas), defendem que esse tipo de evento comunicativo é muito diferente da conversa diática. (TD, UNESP, 2002 - 105)
- 31- Decat (1999), ancorada na noção de *idea unit* (Chafe, 1980), expressão que a autora traduz como “unidade informacional”, conclui que essa possibilidade de uma oração adverbial configurar-se sem a nuclear só ocorre com “cláusulas” que constituem unidades informacionais, ou seja, que, por si mesmas, funcionam como um enunciado completo. (TD, UNESP, 2002 - 109)
- 32- Neves (1999c) analisa o valor argumentativo desses três subtipos de condicionais, e conclui que tanto as factuais, por sua característica de expressar *condição preenchida + conclusão*, quanto as eventuais, por sua característica de expressar *condição eventualmente preenchida + conclusão possível*, contribuem para o jogo argumentativo. (TD, UNESP, 2002 - 139)
- 33- Chafe (1984) postula que algumas construções adverbiais funcionam para criar um espaço mental, ou uma “moldura de referência” na qual seria inserido um determinado conteúdo. (TD, UNESP, 2002 - 159)
- 34- Ford (1993) argumenta que, além de representar, do lado do falante, aspectos do planejamento de sua fala, os adendos na forma de satélites adverbiais são também produtos da negociação entre falante e ouvinte, com objetivos interacionais bem sucedidos. (TD, UNESP, 2002 - 166)
- 35- Ford (1993) considera então que cada ponto da conversação em que um enunciado foi completado, gramatical e entonacionalmente, é um ponto para a negociação sobre quem falará em seguida. (TD, UNESP, 2002 - 169)
- 36- Com relação à flexão de número dos substantivos, Rocha Lima (1984, p.73) afirma que há duas possibilidades: o singular, “que se refere a um ente ou um grupo de entes”, como “menino”, “gato”, “rebanho”, e o plural, “que denota mais de um ente ou grupo de entes”, como “meninos”, “gatos”, “rebanhos”. (TD, UFMG, 2007 - 28)
- 37- Rocha Lima (1984, p. 74) também menciona que, em geral, nomes de massa, por não serem contáveis como unidades, conservam-se no singular. (TD, UFMG, 2007 - 28)
- 38- Nunes (1945) enfatiza que a fusão das formas singulares foi gradual, ocorrendo primeiramente na língua falada, para depois consolidar-se na escrita. (TD, UFMG, 2007 - 32)
- 39- Fernandes (1947, p. 15) sugere que, no caso de dúvida quanto ao plural “correto”, se recorra ao espanhol, porque, nessa língua, o /n/ intervocálico não sofreu síncope, então todo o processo de unificação das formas singulares não ocorreu. (TD, UFMG, 2007 - 35)

- 40- Ao findar essa lista, Rocha Lima (1984) adverte que as formas “preferíveis” de plural vêm em primeiro lugar. (TD, UFMG, 2007 - 36)
- 41- Com relação à frequência desses sufixos, Campos (1981), analisando *corpora* do PB e do português de Portugal, afirma que o sufixo *-ção* é o mais frequente de todos, sendo responsável por 59,43% das palavras sob análise. (TD, UFMG, 2007 - 40)
- 42- Conforme Camara Júnior (1972) afirma, existe esforço das escolas no sentido de ensinar aos alunos as formas etimológicas que devem ser adotadas, no entanto a discordância sobre os plurais adequados para algumas palavras terminadas em *-ão* () no singular prossegue. (TD, UFMG, 2007 - 41).
- 43- Com relação ao fato de algumas classes de palavras atraírem novos membros e outras desaparecerem da língua, Bybee e Moder (1983) defendem que isso é consequência da profundidade, ou seja, da capacidade que uma classe tem para atrair novos membros ao longo dos séculos. (TD, UFMG, 2007 - 56)
- 44- Na análise dessa tabela, Guy (1981) enfatiza que: 1) Os itens regulares e os terminados em *-ão* e *-l* apresentam diferenças probabilísticas mínimas (0.28 – 0.30 e 0.33, respectivamente); 2) Os itens terminados em *-r*, *-z* e a palavra “vez” também apresentam probabilidades bastantes próximas entre si: 0.62 – 0.51 – 0.54, respectivamente; 3) Os itens em metafonia apresentam quantidade pequena de dados (oito ocorrências) para que alguma conclusão possa ser traçada. (TD, UFMG, 2007 - 58)
- 45- A partir dessas observações, Guy (1981, p. 186) decide excluir os plurais em metafonia, por causa do pequeno quantitativo de dados, e reagrupar os demais tipos de plural em duas grandes classes, uma formada por palavras terminadas em vogal e outra formada por palavras terminadas em consoante. (TD, UFMG, 2007 - 58)
- 46- Scherre (2001a) retoma seus dados de 1988, enfatizando que as variáveis que mais interferem na concordância nominal de número no PB são: 1) Posição linear e relativa dentro do sintagma nominal; 2) Marcas precedentes; 3) Saliência fônica. (TD, UFMG, 2007 - 70)
- 47- Com relação à saliência fônica, Scherre (2001a) observou que quando há maior diferenciação de material fônico entre a forma singular e a plural (como [o]vo/[ə]vos), as marcas de plural tendem a ser preservadas, ao passo que, quando há pouca diferenciação entre o material fônico do singular e do plural (“mesa”/“mesas”, a marca de pluralização tende a ser apagada). (Scherre, 2001a, p. 3) (TD, UFMG, 2007 - 71)
- 48- Rumelhart e McClelland (1986) esclarecem que o desempenho linguístico é caracterizado por regras, mas essas não precisam, necessariamente, estar explícitas no mecanismo de aquisição e acesso a informações linguísticas, ou seja, as regras são uma generalização a partir da realidade linguística, mas a aprendizagem não se dá, obrigatoriamente, através delas. (TD, UFMG, 2007 - 90)
- 49- Daugherty e Seidenberg (1994) observaram que o modelo conexionista por eles proposto demonstrou diferenças no desempenho em relação a: 1) Verbos irregulares, Regulares inconsistentes (com vizinhos irregulares) e 3) Inteiramente regulares (sem vizinhos irregulares), da seguinte forma: para gerar verbos regulares inconsistentes (que tem vizinhos similares foneticamente, mas irregulares), a rede demonstrou mais dificuldade do que para gerar verbos inteiramente regulares e menos dificuldade do que para gerar verbos irregulares. (TD, UFMG, 2007 - 95)
- 50- Hare e Elman (1995) explicam que, no inglês antigo (“Old English”), os verbos, em termos de flexão, eram organizados em dois grandes grupos: fracos (“weak”) e fortes (“strong”). (TD, UFMG, 2007 - 98)
- 51- Conforme mencionamos na subseção anterior, Pinker e Prince (1988) fazem várias críticas ao Modelo Conexionista de Rumelhart e McClelland (1986) e apresentam outra teoria sobre o léxico mental, propondo que haja dois mecanismos diferentes de acesso a itens regulares e irregulares. (TD, UFMG, 2007 - 102)

- 52- Com relação a efeitos de frequência, Pinker (1991) afirma que esses podem ser encontrados apenas na classe dos itens irregulares já que eles estão estocados no léxico e, portanto, a sua representação na memória se torna mais forte quando são mais usados; por outro lado, itens regulares, como são derivados por regras e não se encontram no léxico, não devem oferecer efeitos de frequência. (TD, UFMG, 2007 - 111)
- 53- Quanto à similaridade entre radicais e formas de passado para verbos irregulares, Pinker (1991, p. 477) afirma que, já que a teoria prevê que a memória é de natureza associativa, é natural que verbos irregulares se agrupem em famílias de similaridades. (TD, UFMG, 2007 - 111)
- 54- Bybee (2006, p. 06) afirma que não há, até o presente momento, medidas exatas sobre faixas de frequência para cada um dos fenômenos linguísticos analisados. (UFMG, TD, 2007 - 122)
- 55- Hay (2001) discute efeitos de frequência na morfologia e observa que as formas derivadas que são mais frequentes que suas bases são reconhecidas como palavras inteiras e são semanticamente menos transparentes do que palavras derivadas que são menos frequentes que suas bases. (TD, UFMG, 2007 - 122)
- 56- Bybee e Slobin (1982) observam que verbos irregulares do inglês, apesar de suas idiossincrasias, são altamente frequentes na língua, o que garante sua autonomia lexical e faz com que mantenham suas peculiaridades. (TD, UFMG, 2007 - 126)
- 57- Bybee e Moder (1983) analisam subclasses de verbos irregulares do inglês (“swim”/“swam”/“swum” e “string”/“strung”) e tentam responder a duas questões: 1) Que critérios os falantes usam para classificar determinadas palavras como pertencentes a uma mesma classe? e 2) Por que algumas classes atraem novos membros e outras desaparecem? (TD, UFMG, 2007 - 126)
- 58- Com relação ao fato de algumas classes de palavras atraírem novos membros e outras desaparecerem da língua, Bybee e Moder (1983) defendem que isso é consequência da profundidade, ou seja, da capacidade que uma classe tem para atrair novos membros ao longo dos séculos. (UFMG, 2007 - 126)
- 59- Phillips (1984) postula que a mudança sonora afeta alguns itens lexicais antes de outros e, além disso, a mudança não opera somente com base no condicionamento fonético. (TD, UFMG, 2007 - 128)
- 60- Mencionando as similaridades entre os diferentes modelos de léxico mental, Bybee (1995, p. 432) afirma que, no Modelo de Redes e no Modelo Conexionista, flexões regulares e irregulares são processadas da mesma forma e não existem regras morfológicas explícitas. (TD, UFMG, 2007 - 129)
- 61- Hooper (1976), analisando a redução de schwa, observou que, em palavras de alta frequência, como “every” e “evening”, o schwa era completamente ausente, juntamente com a sílaba em que este se encontrava; em palavras de média frequência como “memory” e “salary”, o schwa era apagado, mas o /r/ permanecia; em palavras de frequência, como “mammary” e “artillery”, o schwa se mantinha e a sílaba permanecia inalterada. (TD, UFMG, 2007 - 133)
- 62- Com relação às condições de boa formação da sílaba na língua (fonotática), Treiman *et al.* (2000 *apud* PIERREHUMBERT, 2001c) observaram que, em uma tarefa de julgar a aceitabilidade ou não de palavras inventadas, os falantes apresentaram o seguinte resultado: palavras que continham combinações de sílabas que, na sua língua nativa, eram mais frequentes foram consideradas melhor formadas do que palavras do que palavras que continham combinação de sílabas que, na língua dos falantes, era infrequentes. (TD, UFMG, 2007 - 134)
- 63- Com relação à aprendizagem da língua, Pierrehumbert (2001c, p. 196) afirma que a aquisição tardia de alternâncias morfológicas deriva do fato de que estas devem ser deduzidas a partir da comparação de pares de palavras. (APSH, TD, UFMG, 2007 - 136)
- 64- Johnson (1997) enfatiza que um falante pode determinar o gênero de alguém ao ouvir uma voz, assim como é, também, capaz de reconhecer vozes de pessoas conhecidas, sem visualizar suas feições. (TD, UFMG, 2007 - 141)

- 65- Com relação a outros correlatos extralinguísticos que também atuam em casos de mudança, Pierrehumbert (2001c) considera que, quando uma regra alofônica entra na língua, existe a probabilidade de esta se aplicar em alguns grupos sociais e não em outros, porque a interação social desempenha papel importante na forma como os seres humanos organizam suas representações mentais de objetos cognoscíveis. (TD, UFMG, 2007 - 143)
- 66- Com relação ao papel e à importância de cada uma dessas possibilidades de frequência, Pierrehumbert (2001c) argumenta que as duas categorias estão altamente relacionadas nas línguas do mundo, mas, para a organização dos exemplares no léxico mental, é a frequência do tipo que desempenha papel mais relevante. (TD, UFMG, 2007 - 143)
- 67- Com relação aos efeitos de frequência de que tais conceitos decorrem, Pierrehumbert (2003, p. 188) reporta experimentos demonstrando que o falante leva mais tempo para reconhecer palavras que tem muitos vizinhos lexicais do que para reconhecer palavras que tem poucos vizinhos lexicais. (TD, UFMG, 2007 - 144)
- 68- Scherre (1988) observa que os falantes de nível primário de escolaridade são mais propensos ao apagamento das marcas formais de plural do PB. (TD, UFMG, 2007 - 190)
- 69- Chambers (1995) observa que, quando existe mudança linguística, geralmente os falantes mais jovens são os primeiros a adotarem a forma inovadora. (TD, UFMG, 2007 - 190)
- 70- Scherre (1998) registra que são os falantes de 7 a 14 anos os que mais apagam as marcas formais de concordância nominal, mas o padrão curvilinear (que diferencia as faixas etárias) não é muito acentuado. (TD, UFMG, 2007 - 190)
- 71- Chambers (1995) observa que as mulheres usam menos variantes não padrão, demonstram ter maior consciência do prestígio que a fala possui e modelam melhor a linguagem de acordo com a situação de comunicação. (TD, UFMG, 2007 - 191)
- 72- Scherre (1998) observa que as mulheres preservam mais as marcas de concordância nominal que os homens. (TD, UFMG, 2007 - 191)
- 73- Johns (2002) nos diz que os teóricos da Nova Retórica preferem focalizar sua análise sobre as situações teóricas mais do que sobre as características da linguagem. (UFMG, TD, 2007 - 24)
- 74- Aliás, a este propósito, Johns (2002: 07) nos diz que os *moves* de Swales e os *stages* de Martin são conceitos bastante aproximados. (TD, UFMG, 2007 - 25)
- 75- Bazerman (1994) afirma que um texto composto por vários atos de fala, somente pode ser reconhecido como um único ato de fala se for identificado por um gênero, posto que isto o eleva ao *status* de um tipo singular de ação social. (TD, UFMG, 2007 - 38)
- 76- A respeito dessa trajetória de investigação, Bhatia (1993) nos diz que é importante salientar que qualquer percurso de análise dependerá, em grande medida, dos objetivos da investigação, do gênero em questão e seu contexto de uso e do grau de conhecimento acumulado que já se tem sobre este gênero. (TD, UFMG, 2007 - 38)
- 77- Corroborando Swales, Motta-Roch (2002b) nos diz que o artigo acadêmico é o gênero textual mais recorrente para a produção e divulgação de conhecimento na comunidade acadêmica, pois tem como objetivos básicos apresentar e discutir resultados de pesquisas ou ainda apresentar revisão de literatura da área. (TD, UFMG, 2007 - 40)
- 78- Como exemplo, Swales cita que na área de humanidades é muito comum a inexistência da seção de metodologia, haja vista a natureza ensaística de alguns dos artigos dessa área. (TD, UFMG, 2007 - 41)
- 79- De forma sucinta, Swales (1990: 172) nos diz que o movimento 1, geralmente, apresenta informações relevantes sobre a metodologia usada; o movimento 2 é a declaração dos resultados e, como aponta Swales (1990), é, praticamente, obrigatório nesta seção do artigo; o movimento 3 apresenta comentários sobre as descobertas, destacando os resultados esperados ou não esperados; o movimento 4 oferece comparação desses com os de pesquisas anteriores e o

movimento 5 explica esses resultados, particularmente, quando não esperados; o movimento 6 constitui uma exemplificação a partir de outras pesquisas para dar suporte aos resultados apresentados; o movimento 7 apresenta deduções a partir de determinados resultados e uma busca de generalizações a partir desses resultados e, por fim, o movimento 8 aponta sugestões para futuros trabalhos. (TD, UFMG, 2007 - 45)

- 80- Hyland (2000) também nos diz que ao publicarem seus textos, cientistas engajam-se em uma rede de associações profissionais e sociais, uma vez que é, particularmente, através de suas publicações que esses(as) cientistas constroem a credibilidade dos conhecimentos de uma área disciplinar, estabelecem seus sistemas de hierarquia e recompensa e constroem e mantêm sua autoridade cultural. (TD, UFMG, 2007 - 47)
- 81- Assim, Hyland (2000) considera que, na academia, os textos produzidos incorporam as negociações sociais da área disciplinar. (TD, UFMG, 2007 - 47)
- 82- Tratando sobre os marcadores de atenuação (*hedges*), Hyland (1996: 439) nos diz que há diferentes graus de *especificação, verificação, agentividade e cooperação* quando usamos esses marcadores. (TD, UFMG, 2007 - 49)
- 83- Hyland (2000: 113) observa que, na prática, é difícil distinguir entre os marcadores relacionais e os atitudinais, uma vez que ambos apresentam implicações relacionais. (TD, UFMG, 2007 - 51)
- 84- Ao analisar livros didáticos de diferentes áreas, Hyland (2000) mostrou que os recursos interpessoais mais utilizados pelos(as) escritores(as) foram os marcadores epistêmicos de atenuação (*hedges*) e de ênfase (*boosters*) e os marcadores relacionais. (TD, UFMG, 2007 - 52)
- 85- Hyland (1998) nos diz que livros didáticos possuem menos marcadores que os artigos porque enquanto os(as) autores(as) de artigos acadêmicos apresentam conhecimento novo que necessita de um maior empenho argumentativo para aceitação junto à comunidade, os(as) autores(as) de livros didáticos apresentam conhecimento já aceito e estabelecido na área disciplinar. (TD, UFMG, 2007 - 52)
- 86- Vartalla (1999), por sua vez, nos diz que textos como livros didáticos parecem requerer menos recursos atenuadores como *hedges* porque, neste gênero, não há uma forte preocupação em proteger a face dos(as) autores(as), posto que o presumido conhecimento técnico seria menor que o dos(as) autores(as). (TD, UFMG, 2007 - 52)
- 87- Por outro lado, ao analisar comparativamente artigos científicos e artigos de divulgação científica, Vartalla (1999) nos diz que o uso e a distribuição de atenuadores nestes gêneros são consideravelmente similares e que estes recursos estão, predominantemente, concentrados nas seções Introdução e Discussão dos Resultados. (TD, UFMG, 2007 - 53)
- 88- Observando por outro ângulo, Vartalla (1999) considera que a audiência de artigos de divulgação, geralmente, não está apta a realizar avaliações e questionamentos frente às informações apresentadas. (TD, UFMG, 2007 - 53)
- 89- Analogamente como apontado para a língua inglesa, Neves (1996) assinala que o exame de auxiliares modais como *poder* e *dever* em língua portuguesa revela que o primeiro pode indicar possibilidade, mas também permissão enquanto o segundo pode apontar obrigatoriedade, mas também probabilidade. (TD, UFMG, 2007 - 57)
- 90- Neves (1996) nos diz que a modalidade deôntica ou modalidade no eixo da conduta situa-se no domínio dos significados ligados às noções de obrigação e permissão e estas noções, por sua vez, envolvem algum tipo de controle humano intrínseco dos eventos (NEVES, 1996: 187) em contraposição à modalidade epistêmica que envolve avaliação do falante. (TD, UFMG, 2007 - 58)
- 91- Neste trabalho, McCabe nos mostra que a escolha dos autores entre o uso ou não de recursos modalizadores tem importantes implicações para a mediação do conhecimento entre escritores e leitores. (TD, UFMG, 2007 - 59)

- 92- Além disso, Castilho (1993) nos diz que esses advérbios preservam a restrição seletiva de seus adjetivos de base de tal forma que podemos ter a realização *falar pausadamente*, mas não parece fácil aceitar * *proibir pausadamente*. (TD, UFMG, 2007 - 67)
- 93- Quanto aos advérbios Qualificadores Aproximadores, Castilho (1993) nos diz que eles afetam as propriedades semânticas da classe alvo, apagando algumas dessas propriedades e mantendo outras. (TD, UFMG, 2007 - 68)
- 94- Ao discorrer sobre os advérbios epistêmicos asseverativos em língua portuguesa, Castilho e Castilho (2002) mostram que alguns desses advérbios produzem efeitos de sentidos outros além do sentido de asseveração, por exemplo, sentidos intensificadores ou focalizadores, fenômenos que esses autores chamam de *valor agregado*. (TD, UFMG, 2007 - 71)
- 95- Quanto aos asseverativos negativos e relativos, Neves (2000) nos diz que os primeiros indicam contrafactualidade (*de forma alguma, de jeito nenhum*), já os segundos, indicam que o conteúdo é apresentado como uma crença do falante quando à possibilidade/improbabilidade. (TD, UFMG, 2007 - 71)
- 96- Neves (2000) nos diz que é bastante comum que esses advérbios ocorram com predicados já modalizados deonticamente, geralmente por meio de verbos auxiliares modais como em *É preciso abandonar os sindicatos e organizar obrigatoriamente uniões operárias paralelas e livres* (Neves, 2000: 252). (TD, UFMG, 2007 - 72)
- 97- Castilho (1993) nos informa que esses advérbios tendem a posicionar-se nas periferias da sentença, constituindo-se, pois, preferencialmente, como advérbios sentenciais. (TD, UFMG, 2007 - 73)
- 98- Quanto ao Finito, Halliday (1994) nos diz que é o constituinte do MODO3 que tem a função de localizar a proposição no tempo (presente, passado, futuro), tornando-a algo sobre o que se pode comentar. (TD, UFMG, 2007 - 82)
- 99- Em se tratando de língua inglesa, Halliday (2004) nos mostra que o valor médio é o único que se mantém quando da passagem da negativa direta para a negativa transferida. (TD, UFMG, 2007 - 93)
- 100- No que tange aos Adjuntos Circunstanciais, Halliday (1994) nos diz que adicionam conteúdo experiencial à oração por expressarem alguma circunstância relacionada ao processo oracional. (TD, UFMG, 2007 - 97)
- 101- Halliday e Matthiessen (2004), ao tratarem da caracterização dos grupos adverbiais, nos dizem que grupos adverbiais funcionam como Adjuntos Circunstanciais quando o advérbio constrói alguma circunstância, por exemplo, uma circunstância de tempo (ontem, hoje, amanhã) ou uma circunstância de qualidade (rapidamente, vagarosamente, bem). (TD, UFMG, 2007 - 98)
- 102- Eggins (1994) nos diz que o Resíduo é a parte da estrutura do MODO 2 de menor relevância para os comentários, podendo, pois, ser elidido em respostas no diálogo. (TD, UFMG, 2007 - 105)
- 103- Martin *et al.* (1997) também nos dizem que o Complemento tem o estatuto de Sujeito potencial. (TD, UFMG, 2007 - 105)
- 104- Eggins (1994) nos diz que para definir isto, devemos formular a resposta e perceber qual o elemento preenchido. (TD, UFMG, 2007 - 106)
- 105- Quanto às orações exclamativas, Halliday (1994) nos diz que apresentam um elemento do tipo “Q” (*que, como, quão, quanto ...*) em grupos nominais ou adverbiais. (TD, UFMG, 2007 - 107)
- 106- Halliday e Matthiessen (2004: 259) nos informam que os adjuntos circunstanciais de modo estão, preferencialmente, associados a processos mentais, verbais e comportamentais, mas raramente estão presentes em orações atributivas. (TD, UFMG, 2007 - 134)
- 107- Além disso, Liberato (2001) não concebe as explicativas como dispensáveis para a expressão do que se pretende comunicar e afirma, inclusive, que elas podem ser usadas pelo ouvinte na

- identificação do referente, embora não sejam usadas na sua delimitação, que é papel das restritivas. (TD, UFRJ, 2009 - 55)
- 108- Oliveira (1993) afirma que só o nível gramatical não é suficiente para distinguirmos as relativas “determinativas” (restritivas) das “descritivas” (não restritivas). (TD, UFRJ, 2009 - 56)
- 109- Henry (1975) demonstra que as várias abordagens gerativistas para explicar a diferença entre determinativas (restritivas) e apositivas (não restritivas) não são satisfatórias, pois essa distinção ocorre no plano do discurso. (TD, UFRJ, 2009 - 56)
- 110- Grésillon (1975) demonstra que a autonomia das apositivas não é absoluta já que seu caráter assertivo só pode ser manifestado sob a forma declarativa. (TD, UFRJ, 2009 - 58)
- 111- Halliday (1994) ressalta que não podemos defender a complexidade da escrita sobre a falta ou a primazia da fala sobre a escrita. (TD, UFRJ, 2009 - 66)
- 112- Freitas (1995), ao trabalhar com a interface prosódia / sintaxe, entre outros tipos de cláusulas, analisou o papel do nível suprasegmental nas relativas restritivas e não restritivas e concluiu que os informantes tiveram mais dificuldade para produzir distintivamente essas sentenças do que as coordenadas causais e explicativas. (TD, UFRJ, 2009 - 113)
- 113- Moraes (2007, 2008), ao propor uma breve descrição do sistema entonacional do português brasileiro a partir de estudos experimentais e com base em períodos simples, afirma que os constituintes prosódicos relevantes para o PB são a sentença fonológica (“enunciado” para Bisol, 1999), a frase entonacional (ou grupo tonal, nos termos de Halliday, 1985) e a frase fonológica, também chamada sintagma fonológico. (TD, UFRJ, 2009 - 116)
- 114- Prince (1992) demonstra que uma categorização binária do status informacional não dá conta de sua complexidade e situa a categoria Inferível em um ponto intermediário do contínuo em que os extremos seriam a informação Velha e a informação Nova, no discurso. (TD, UFRJ, 2009 - 120)
- 115- Prince (1992) afirma – em relação à língua inglesa – que as marcas de definitude podem ser codificadas por artigo definido, artigos demonstrativos, adjetivos possessivos, pronomes pessoais, certos quantificadores e nomes próprios. (TD, UFRJ, 2009 - 122)
- 116- Liberato (2001), ao estudar a estrutura do SN em português, conclui que o artigo definido não é marca de identificabilidade de um SN e, conseqüentemente, podemos ter SN’s definidos de referentes não identificáveis e SN’s indefinidos de referentes identificáveis. (TD, UFRJ, 2009 - 122)
- 117- Assim, Braga e Silva (1984) preferiram excluir da classificação os advérbios e os sintagmas adverbiais que exprimissem circunstâncias de tempo, frequência, quantidade e modo. (TD, UFRJ, 2009 - 124)
- 118- Prince (1992) afirma que se uma informação é Nova no discurso (no texto, para nós), esse fato não diz nada sobre seu *status* para o ouvinte (ou leitor), assim como se uma informação é Velha para o ouvinte, isso não nos diz nada sobre seu *status* na perspectiva do discurso (texto). (TD, UFRJ, 2009 - 131)
- 119- Incluindo-se entre os que se posicionam sobre esse assunto, Sweetser (1990) afirma que a correta interpretação das conexões intercláusulas em um dado domínio não depende da forma, mas de uma escolha motivada pragmaticamente. (TD, UFMG, 2004 - 26)
- 120- Contrapondo-se a essa visão que se apresenta em Sweetser, Lang (2000) argumenta que é preciso considerar a “divisão do trabalho” entre as propriedades da gramática e a pragmática, enfatizando que há diferenças estruturais específicas entre os níveis nos quais as relações entre cláusulas podem estabelecer-se; portanto, que há traços da estrutura gramatical/fonológica que funcionam como sinalizadores de que a leitura da relação estabelecida entre as cláusulas é autorizada num nível, mas não em outro(s). (TD, UFMG, 2004 - 26)

- 121- Em defesa de sua proposta, Lang afirma que não só há mais diferenças estruturais específicas no modo como as cláusulas se articulam, como também os conectores de uso ambíguo apresentam mais restrições distribucionais do que aquelas admitidas por Sweetser. (TD, UFMG, 2004 - 27)
- 122- Numa perspectiva que aproxima gramática e discurso, Thompson (1984) e Haiman e Thompson (1984) procuram mostrar que existem diferentes tipos de dependência, que podem ser relacionados a diferentes tipos de funções no discurso. (TD, UFMG, 2004 - 41)
- 123- Seguindo a tese funcionalista de Givón (1976), Hopper e Traugott afirmam que os vínculos intercláusulas teriam percorrido uma trajetória diacrônica, ou seja, a vinculação de cláusulas se explicaria como um fenômeno de gramaticalização. (TD, UFMG, 2004 - 42)
- 124- Halliday e Hasan propõem que o sistema linguístico se descreve em três grandes componentes semântico-funcionais: o ideacional, o interpessoal e o textual, que respondem, respectivamente, pelas funções ideacional, interpessoal e textual da linguagem. (TD, UFMG, 2004 - 48)
- 125- Ao investirem na análise das relações coesivas do texto, Halliday e Hasan (1976) identificam que mecanismos de articulação das cláusulas podem ser os mesmos que articulam partes do texto. (TD, UFMG, 2004 - 50)
- 126- Em suas considerações sobre o que deve ser um modelo funcionalista de descrição das línguas, Dik afirma que duas exigências – uma de ordem pragmática, outra de ordem psicológica – devem ser satisfeitas quando se pretende uma descrição/explicação adequada das línguas como instrumento de interação de interação: (i) a exigência de uma descrição que considere o fato de que as línguas são usadas com propósitos comunicativos (um modelo adequado deve qualificar como um de seus componentes os usuários da língua); (ii) a exigência de uma descrição que considere os processos mentais que estão envolvidos na interpretação e produção de expressões linguísticas (naturalmente, nossa competência decorre de faculdades mais gerais da mente). (TD, UFMG, 2004 - 52)
- 127- Assumindo o princípio de que as relações estabelecidas entre núcleo e satélites no nível intercláusulas podem ser estendidas como relações funcionais que são especificadas no nível do discurso, Dik afirma que os tipos de relações funcionais no nível do discurso coincidem em parte com os tipos de relações semânticas de satélites e núcleo no nível da cláusula. (TD, UFMG, 2004 - 57)
- 128- Sem perder de vista a complexidade da estrutura de participação, Chiffirin considera que é suficiente, para entender tal estrutura, uma definição que a apresente como um aspecto do discurso que diz respeito aos diferentes modos pelos quais falantes e ouvintes podem relacionar-se uns com os outros, bem como ao modo como eles se relacionam com sua forma de expressão – nas proposições, atos e turnos (os falantes podem apresentar idéias com neutralidade, põem avaliá-las, ou podem distanciar-se delas; também podem avaliar as ações que desempenham, produzir atos indiretos de fala, negar a responsabilidade pelas consequências de seus atos verbais, e assim por diante); além disso, os falantes se relacionam de modos diferentes como os turnos de fala, no sentido de que podem reivindicá-los, lutar por eles, abandoná-los. (TD, UFMG, 2004 - 61)
- 129- Em outros termos, Sweetser entende que a interpretação do significado de certos elementos do léxico pode ser feita em três domínios distintos, mas não excludentes: o domínio do conteúdo, o epistêmico e o conversacional. Para a autora, a semântica das conjunções deve ser analisada no contexto de uso, para que efetivamente se revele o *status* funcional de cada conjunção. (TD, UFMG, 2004 - 63)
- 130- Sweetser procura demonstrar como certas combinações de cláusulas podem ser interpretadas em mais de um domínio; no entanto, adverte que a interpretação correta depende não da forma da cláusula, mas, sim, da escolha/opção do falante, motivada pragmaticamente. (TD, UFMG, 2004 - 63)
- 131- Considerando a distinção entre dois processos básicos de articulação de cláusulas – combinação e encaixamento – Matthiesen e Thompson (1988) entendem que somente é possível uma

caracterização confiável do modo pelo qual as cláusulas se combinam se observado o contexto do discurso em que estas se apresentam. (TD, UFMG, 2004 - 66)

- 132- Refinando seus argumentos a favor da referida hipótese, Matthiesen e Thompson sugerem que a combinação de cláusulas de um tipo particular – hipotaxe de realce (categoria definida no modelo de Halliday, 1985) – deve ser vista como uma gramaticalização de relações retóricas da espécie núcleo satélite instanciadas no texto. (TD, UFMG, 2004 - 68)
- 133- Por outro lado, Paiva considera que o ato de explicar pode ser também, simultaneamente, um ato de argumentar, dependendo das intenções do falante, mas pondera que, dado nosso atual estado de conhecimento dos mecanismos psicológicos envolvidos em atividades de linguagem, somente em princípio é possível distinguir entre atividade explicativa e atividade argumentativa. (TD, UFMG, 2004 - 77)
- 134- Valendo-se de dados relativos a dois tipos de discurso – narrativo e explanatório (explicativo) –, Schifffrin demonstra como as cláusulas *because* constituem parte da orientação na estrutura das narrativas, como um pré-requisito para o entendimento dos eventos principais e da história, globalmente; e demonstra também que cláusulas desse tipo constituem um conjunto de razões que funcionam com suporte de uma opinião/declaração na estrutura explanatória. (TD, UFMG, 2004 - 82)
- 135- Com suporte no seu modelo de discurso, Schifffrin considera que os significados construídos pelas estruturas de causa e de resultado são realizados em três diferentes planos do discurso, conforme a relação seja baseada em fatos, em conhecimento partilhado pelos falantes, ou em ações desempenhadas por meio da fala. (TD, UFMG, 2004 - 83)
- 136- Do mesmo modo que Chiffirin (1987), também Sweeter (1990) considera haver relações entre cláusulas, em enunciados causais, que se interpretam em mais de um nível semântico. (TD, UFMG, 2004 - 86)
- 137- Ainda como parte de sua reflexão sobre o *status* das cláusulas causais, Sweeter revela ser pertinente considerar-se o papel do padrão entonacional na configuração da relação causal. (TD, UFMG, 2004 - 88)
- 138- Revisando a noção de causalidade, Meyer ressalta que o problema com que os cientistas e filósofos se defrontam emerge do fato de que não é possível encontrar uma única caracterização lógica, ou mecânica, ou física para os estados de coisas que acontecem. (TD, UFMG, 2004 - 98)
- 139- Meyer afirma que, quando se considera uma série de condições como suficientes para provocar um evento, é preciso não vê-las como causas de primeira ordem somente, pois, em qualquer situação das experiências de mundo, tudo aquilo que se considera de primeira ordem é, em última análise, uma questão de perspectiva sob a qual o evento é focalizado. (TD, UFMG, 2004 - 99)
- 140- Ou seja, Meyer interpreta que as condições de relevância das afirmações causais são bastante similares às condições de relevância da teoria dos atos de fala. (TD, UFMG, 2004 - 100)
- 141- Confrontando sua concepção (pragmática) de relevância com o princípio da Relevância, de Sperber e Wilson (1986, 1995), Meyer nos lembra que, nos termos desses lingüistas, Relevância é um princípio cognitivo (e não uma condição pragmática) por meio do qual se avalia o esforço cognitivo investido no processamento da mensagem. (TD, UFMG, 2004 - 100)
- 142- Lembrando que a semântica sozinha não é bastante para a reconstrução dos sentidos de enunciados, e que, portanto, o contexto situacional e o conhecimento enciclopédico concorrem para esse fim, Gohl afirma que a identificação das relações causais que se apresentam na forma de justificativas no discurso é possível em vista das regularidades que podem ser encontradas no ambiente sequencial das construções causais assindéticas. (TD, UFMG, 2004 - 105)
- 143- Na abordagem que faz de várias outras propostas de classificação sobre as quais reflete em seu ensaio sobre tipologias textuais, Marcuschi (2000) pondera que não há clareza ainda de que

essas propostas seriam uma tipologia textual ou uma classificação de eventos de fala. (TD, UFMG, 2004 - 122)

- 144- Marcuschi (2000) pondera que não há clareza ainda de que essas propostas seriam uma tipologia textual ou uma classificação de eventos de fala. (TD, UFMG, 2004 - 122)
- 145- Decat (1993) já afirmara que aquelas estruturas estão caminhando de uma condição de dependência sintática para uma condição de independência. (TD, UFRJ, 2007 - 13)
- 146- Decat (1993: 52) entende que a aversão de Góis a períodos compostos por subordinação fragmentados, e o consequente problema que tais estruturas representam para a análise, pode ser devida, entre outros fatores, ao fato de ele ainda se manter preso ao nível da sentença, o que o impede de considerar a possibilidade de as construções fragmentadas apresentarem alguma função discursiva. (TD, UFRJ, 2007 - 19)
- 147- Na análise que faz de (1), Othon Garcia afirma que o primeiro período constitui uma frase íntegra, enquanto o segundo (*Vida bem vivida*) é um aposto reiterativo com propósito de ênfase ou realce. (TD, UFRJ, 2007 - 21)
- 148- Ao abordar as frases fragmentárias em textos da literatura brasileira moderna (Gilberto Amado, Rachel de Queiroz), Othon Garcia atribui a tais frases valor incondicional por acreditar que, nestes casos, os desvios gramaticais são legítimos e positivos, uma vez que cumprem propósitos estilísticos, presentes na “consciência de cada escritor”. (TD, UFRJ, 2007 - 21)
- 149- Neste trabalho, Decat explica a manifestação da oração desgarrada como resultado da correspondência que afirma existir entre a desgarrada e a “unidade informacional” – tradução para “idea unit”, categoria instituída por Chafe (1980), definida como um bloco de informação ou jato de linguagem contendo toda a informação que pode ser manipulada pelo falante num único “foco de consciência”. (TD, UFRJ, 2007 - 31)
- 150- Decat enfatiza que (18) a (24) apresentam o comportamento típico das orações que se podem desgarrar da oração principal do período composto: a possibilidade de constituírem, por si, unidades informacionais apartadas da unidade que contém a oração principal do período. (TD, UFRJ, 2007 - 36)
- 151- Neves e Braga (1998) lembram que a articulação de orações foi uma matéria particularmente beneficiada pela análise funcionalista dos enunciados, e isso pode ser facilmente constatado apenas conferindo a quantidade de trabalhos em Língua Portuguesa dedicados à articulação de orações. (TD, UFRJ, 2007 - 42)
- 152- Du Bois (1985) observa que os enunciados da língua podem ser interpretados segundo o princípio da existência de uma competição entre pressões (morfossintáticas, semânticas, pragmáticas) no jogo da linguagem, concebendo cada enunciado produzido como o resultado do equilíbrio daquelas pressões. (TD, UFRJ, 2007 - 43)
- 153- Neves e Braga lembram que, desde o trabalho de Hopper e Thompson (1980), admite-se a interferência de fatores discursivos no mecanismo da transitividade. (TD, UFRJ, 2007 - 44)
- 154- Man e Thompson (1986), ao definir e descrever as diversas proposições relacionais no discurso, enfatizam que elas não emergem tão somente entre cláusulas adjacentes, podendo também surgir entre cláusulas não adjacentes ou entre duas seqüências de texto maiores que a sentença. (TD, UFRJ, 2007 - 46)
- 155- Marcuschi (2002) observa que, se comparado à quantidade de gêneros textuais, o número de tipos de textos é bastante modesto: *narração, argumentação, exposição, descrição e injunção*. (TD, UFRJ, 2007 - 49)
- 156- Marcuschi ressalta que poucos são os gêneros textuais que podem ser chamados de “puros”, ou seja, manifestações de um único tipo textual em toda a sua extensão. (TD, UFRJ, 2007 - 49)

- 157- Franceschini observa que a imparcialidade atribuída ao texto jornalístico noticioso não passa de um mito – mesma observação que Coracini (1991) faz a respeito do texto científico. (TD, UFRJ, 2007 - 57)
- 158- Em obra dedicada exclusivamente ao estudo da linguagem jornalística, Lage (2004) afirma que a linguagem da linguagem escrita é, no referente às escolhas de vocabulário e sintaxe, resultado da conciliação entre dois interesses: comunicação eficiente e aceitação social. (TD, UFRJ, 2007 - 59)
- 159- Decat (1993) observa que os autores que se dedicam à tarefa de separar coordenação e subordinação utilizam-se, geralmente, do conceito de “dependência”. Desta forma atribui-se às cláusulas coordenadas o traço de “independência” em relação à oração principal. (TD, UFRJ, 2007 - 63)
- 160- Como já foi dito, Paiva (1991) realiza seu estudo das cláusulas causais em entrevistas e elocuições espontâneas e observa que os adendos causais são mais produtivos nos textos com menor nível de planejamento lingüístico (as locuções espontâneas). (TD, UFRJ, 2007 - 70)
- 161- Paiva (1991) ressalva que essa matéria (as relações semânticas intersentenciais nos diferentes níveis da língua) se apresenta na literatura linguística sob diversas denominações: relações no nível do enunciado / relações no nível da enunciação (DUCROT *et al.*, 1975), relações externas / relações internas (HALLIDAY; HASAN, 1976), relações de 2ª e de 3ª ordem (LIONS, 1977), relações lógico-semânticas / relações discursivas (KOCH, 1984), entre outras. (TD, UFRJ, 2007 - 115)
- 162- Decat observa que esse aspecto de convencimento, de ênfase, é bastante observável em três gêneros argumentativos da esfera jornalística analisados em sua pesquisa: os artigos de jornal e os editoriais (que ela considera pertencentes a uma mesma categoria), e os anúncios (textos publicitários). (TD, UFRJ, 2007 - 125)
- 163- Ao considerar como “secundárias”, “atendendo ao papel que desempenham”, Said Ali não explicita que papel é esse; entretanto, ao caracterizar a oração principal em função do que mais importa comunicar ao ouvinte, Said Ali permite entrever ao leitor, nessa diferenciação do que é principal e do que é secundário, um paralelismo com as noções de **FIGURA** e **FUNDO**, que serão objeto de discussão mais adiante. (TD, PUC-SP, 1993 - 48)
- 164- Haiman e Thompson (1984) argumentam que não existe uma única função ou grupos de funções a que essa ‘categoria’ deve servir. (TD, PUC-SP, 1993 - 94)
- 165- Chafe (1984), analisando as cláusulas adverbiais, postula que elas tipicamente transmitem informação não familiar. (TD, PUC-SP, 1993 - 107)
- 166- Discutindo o tipo de informação – familiar / não familiar – ou dada / nova – que as cláusulas transmitem, Chafe procura mostrar que a primeira dicotomia não é adequada para explicar, por exemplo, o fato de que certas cláusulas adverbiais que ocorrem antes da ‘principal’ exercem um papel, que ele chama de ‘guia’, ‘marco’ (“guidepost”), para o fluxo de informação. (TD, PUC-SP, 1993 - 108)
- 167- Miller (1994) afirma que os gêneros são a parte comunicativa da estrutura social. (TD, UFPE, 2006 - 20)
- 168- Perini (1995) ressalta que, embora sua proposta de descrição seja mais complexa do que a tradicional, pois essa complexidade se deve a não simplicidade do fenômeno descrito, ela deve ser defendida pela sua capacidade superior de representar os fatos da língua. (TD, UFPE, 2006 - 43)
- 169- Partindo de exemplos analisados nos discursos anteriormente referidos, Fairclough diz que uma motivação social para analisar a transitividade é tentar formular que fatores sociais, culturais, ideológicos, políticos ou teóricos determinam como um processo é significado num tipo particular de discurso (e de diferentes discursos), ou num texto particular (FAIRCLOUGH, 2001). (TD, UFPE, 2006 - 48)

- 170- Marques de Melo (2003) ressalta que necessariamente a opinião não está concentrada apenas no jornalismo opinativo; gêneros informativos também podem conter, e contêm, pontos de vista. (TD, UFPE, 2006 - 60)
- 171- Bakhtin (1992) inicia seu estudo sobre os gêneros de discurso, observando que todas as atividades humanas estão relacionadas ao uso da língua e que por isso não é de estranhar que tenhamos tanta diversidade e uma conseqüente diversidade de gêneros que se tornam inuerveráveis. (TD, UFPE, 2006 - 65)
- 172- A esse respeito Vian Jr. (2005, p. 34) argumenta que se admitirmos que há um gênero defesa de tese, veremos que há elementos comuns a defesas em áreas de conhecimento distintas. (TD, UFPE, 2006 - 67)
- 173- Além dessa escala, Neves (1984) defende que o registro dos graus da desigualdade estabelecido pelo *mas* só pode ser realizado com base no grau de admissão das entidades envolvidas. (TD, UFRJ, 2008 - 50)
- 174- Em seu estudo a respeito do elemento “*maar*” (*mas* em Holandês), Mazeland e Huiskes (2000) identificaram que, além de participar do mecanismo de ligação de unidades (elementos não sintagmáticos, sintagmas não oracionais e sintagmas oracionais), o *maar* participaria de mecanismos de contraste no nível da organização do discurso, relacionando turnos. (TD, UFRJ, 2008 - 55)
- 175- Neves (2006) afirma que o caráter remissivo do *mas* ao contexto precedente contribui para suas funções discursivas na organização tópica e troca de turno. (TD, UFRJ, 2008 - 70)
- 176- Halliday (1987 e 1989), por exemplo, discute a complexidade estrutural das modalidades; já Britton (1975) demonstra que as diferenças dos gêneros se fundam nas suas condições de produção; Biber (1988) descreve as dimensões significativas de variação linguística, a relação entre os gêneros e o contínuo tipológico nos usos da língua e Chafe (1982) leva em consideração um envolvimento maior ou menor dos interlocutores. (TD, UFRJ, 2008 - 78)
- 177- Marcuschi (2001) retoma a hipótese do *continuum* tipológico e observa que a ideia que se tem da língua escrita é a de um fenômeno bastante estável. (TD, UFRJ, 2008 - 80)
- 178- Marcuschi (2000) explicita que, além da visão dicotômica entre fala e escrita, há, também, a culturalista. (TD, UFRJ, 2008 - 84)
- 179- Marcuschi (2000) defende que a proposta geral do sociointeracionismo se acopla à visão variacionista e com os postulados da análise da conversação etnográfica aliados à linguística do texto. (TD, UFRJ, 2008 - 84)
- 180- Chafe (*op. cit.*), em suas investigações, verificou que adjetivos predicativos ocorrem tanto em textos escritos quanto em textos falados. (TD, UFRJ, 2008 - 90)
- 181- Marcuschi (2005) sugeriu que as características básicas dos tipos textuais estivessem relacionadas ao fato de eles serem definidos por seus traços linguísticos predominantes, daí a ideia de que o conjunto destes traços formaria uma sequência, não um texto. (TD, UFRJ, 2008 - 133)
- 182- Macedo e Silva (1996) consideram que os MDs estão envolvidos em macrofunções discursivas, uma vez que eles organizam o discurso internamente e mantêm a interação dialógica e o processamento da fala na memória. (TD, UFRJ, 2008 - 163)
- 183- Em seus estudos de base textual interativa, Urbano (1999) e Risso (1999) afirmam que dificilmente uma forma desempenha uma única função, assim, nem sempre é possível distinguir os MDs que desempenham a função textual daqueles que tem a função interacional. (TD, UFRJ, 2008 - 165)
- 184- Martelotta, Votre e Cezario (1996) e Martelotta (1998) defendem que os MDs apresentam como função principal a reorganização da linearidade discursiva das informações trocadas pelos falantes. (TD, UFRJ, 2008 - 165)

- 185- Langacker assume, de alguma forma, que as construções de significado são historicamente estabelecidas. (TD, UFMG, 2007 - 54)
- 186- Como metodologia semelhante à adotada neste primeiro experimento, Lynn Richards *et al.* (2004) mostram que além da geometria das formas participarem do reconhecimento da relação espacial entre a esfera e o vasilhame, nota-se que a função dos objetos desempenha papel importante. (TD, UFMG, 2007 - 60)
- 187- Prévost (2003, p. 144) [-34] Paul Hopper e Elizabeth Traugott (2002) assinalam que já se discutia o fenômeno da gramaticalização na obra de Humboldt (1767-1835). (TD, UFMG, 2007 - 67)
- 188- Gomes anota que a preposição *de* apresenta comportamento particular no que tange sua variação em função dos níveis de escolaridade. (TD, UFMG, 2007 - 87)
- 189- Emile Benveniste e Ron Langacker explicam o que venha a ser NI. (TD, UFMG, 2007 - 106)
- 190- M. Perini não sugere simplicidade nesta investida, tanto o é que aceita que elementos sejam locados em ambientes de duas ou mais classes, mas sustenta haver classes sintáticas e lexicais discretas. (TD, UFMG, 2007 - 121)
- 191- Diferentemente de Arnold Zwick (1993), que supõe haver três possibilidades de interpretação para o valor núcleo de uma forma de modelo SN[SP[SN[...]]] – para o autor, ou se tem (i) referência semântica, (ii) obrigatoriedade sintática ou (iii) lócus morfossintático. (TD, UFMG, 2007 - 121)
- 192- Kim (2000, p. 2) relata que o modelo fisicalista ecoa os movimentos teóricos neovitalistas que defendiam a unicidade científica nos anos 1920. (TD, UFMG, 2007 - 143)
- 193- Hyman (1984 *apud* Heine *et al.*, 1991), por exemplo, observa que a pragmática fornece muito da substância da sintaxe, e ele reserva o termo GR para o atrelamento [*harnessing*] da pragmática a uma gramática. (TD, UNICAMP, 2003 - 24)
- 194- Hopper e Traugott destacam ainda que, em GR, as formas resultantes de poligramaticalização e que pertencem a domínios sutilmente diferentes podem convergir para um único domínio gramatical. (TD, UNICAMP, 2003 - 46)
- 195- Castilho (2003), numa posição bastante crítica aos trabalhos feitos sob a rubrica da GR, recomenda que se abandone de vez o princípio da unidirecionalidade em favor de uma multidirecionalidade, o que, no seu entender, captaria melhor as relações que se estabelecem entre léxico, discurso, semântica e gramática. (TD, UNICAMP, 2003 - 46)
- 196- Expostas e bem exemplificadas suas argumentações a favor da multidirecionalidade, Castilho reconhece que é ainda necessário muita pesquisa para “arredondar” seus argumentos. (TD, UNICAMP, 2003 - 48)
- 197- Palmer (1986) argumenta que, ao contrário dos lógicos, que se preocupam com as categorias lógicas das estruturas formais, ao linguista cabe simplesmente investigar os tipos de modalidade que se manifestam claramente nas línguas naturais. (TD, UNICAMP, 2003 - 70)
- 198- Palmer (1979), em seu estudo sobre os modais do inglês, considera que a ME é a modalidade menos difícil de se lidar, pois é a mais claramente distintas das outras e tem o maior grau de regularidade e completude. (TD, UNICAMP, 2003 - 72)
- 199- Hardman (1986, p. 115), negando uma relação explícita entre ME e EV, entende que o sistema evidencial de uma língua serve apenas para indicar como se adquiriu o conhecimento daquilo que se está dizendo. (TD, UNICAMP, 2003 - 81)
- 200- De Haan (1997b), ao descrever os diferentes modos de expressão da EV em holandês, tenta mostrar que os evidenciais não apresentam como característica inerente grau menor de crença no conteúdo da proposição por parte do falante. (TD, UNICAMP, 2003 - 85)

- 201- Em termos funcionais, Dik propõe que o “alçamento” de constituintes da oração encaixada obedece a uma hierarquia de importância de constituintes dentro do seu domínio original. (TD, UNICAMP, 2003 - 135)
- 202- Ferreira (2000), assumindo o quadro teórico do programa minimalista da teoria da Gramática Gerativa, estuda os argumentos nulos em PB e propõe como alternativa analisar o sujeito anteposto a **parecer** como um caso de operação de hiperalçamento. (TD, UNICAMP, 2003 - 136)
- 203- Nesse ponto, Hopper e Traugott (1993), ao se referirem às perspectivas para o estudo da GR, afirmam que ela é ao mesmo tempo um **contínuo sincrônico** e um **processo diacrônico**, já que aquele não pode ser bem situado sem a recorrência a esse. (TD, UNICAMP, 2003 - 143)
- 204- Confirmando essa aceção, advertem ainda Ernout e Meillet (1951) que, apenas no jargão do direito, o uso impessoal **paret** especializou-se no sentido de “estar presente à ordem de alguém”, “submeter-se”, “obedecer”. (TD, UNICAMP, 2003 - 149)
- 205- Assim é que já Meillet sustentava que, pelo menos em algumas línguas, a ordem dos constituintes poderia ser vista como um tipo de GR. (TD, UNICAMP, 2003 - 195)
- 206- Dada essa sua concepção, Hopper defende que os processos que levam à GR não são distintos daqueles que propiciam a mudança semântica. (TD, UNICAMP, 2003 - 195)
- 207- É com esse entendimento que Lehmann enfatiza que o que seus parâmetros conjuntamente possibilitam é a identificação não da GR, mas da autonomia de um signo. (TD, UNICAMP, 2003 - 198)
- 208- Lehmann diz que um aspecto bastante problemático é precisar o tamanho do paradigma que o item em GR passa a integrar. (TD, UNICAMP, 2003 - 204)
- 209- Tabor e Traugott (1988) mostram que o parâmetro **escopo**, proposto para casos de morfologização, e generalizado para a sintaxe, cria um dilema conceitual para o campo da GR, porque coloca em xeque a unidirecionalidade. (TD, UNICAMP, 2003 - 214)
- 210- Hopper (1991) afirma que a gramática de uma língua é sempre emergente, ou seja, estão sempre surgindo novas funções/valores/usos para formas já existentes e, nesse processo de emergência, verificável a partir de padrões fluidos da linguagem, é possível reconhecer graus variados de GR que uma forma vem a assumir nas novas funções que passa a executar, tornando-se imperioso, então, contar com recursos que permitam identificar os primeiros estágios desse processo de mudança. (TD, UNICAMP, 2003 - 216)
- 211- Hopper defende, então, ser necessário outro conjunto de parâmetros diferentes dos de Lehmann e sugere cinco: estratificação, divergência, especialização, persistência e descategorização. (TD, UNICAMP, 2003 - 217)

A) Dissertações

Área: Linguística

- 212- Na mesma linha de pensamento, Matthiessen (2001), em seu trabalho sobre *ambientes de tradução*, sugere que podemos posicionar a tradução dentre uma série de ambientes que se estendem do global (entre todas as características dos textos traduzidos) e local (entre características específicas de cada par de textos). (DM, UFSC, 2006 - 25)
- 213- No estágio 1, quando introduzindo o tópico a ser abordado ao longo do texto através de generalizações, Salager-Meyer (1999, p. 279-305) explica que os autores de textos médicos são mais assertivos, utilizam este estágio para convencer o leitor e justificar a importância de sua investigação. (DM, UFSC, 2006 - 67)
- 214- Mackenzie (*apud* Neves, *op. cit.*) afirma que a gramática funcional tem como hipótese fundamental a existência de uma relação não arbitrária entre a instrumentalidade do uso da

- língua (o funcional) e a sistematicidade da estrutura da língua (a gramática). (DM, UNESP, 2001 - 18)
- 215- Nuyts (*idem*) considera, portanto, que a evidencialidade é uma dimensão semântica hierarquicamente superior à modalidade. (DM, UNESP, 2001 - 73)
- 216- Admitindo que uma das funções comunicativas da qualificação modal epistêmica é marcar a distância relativa em que o falante se coloca com relação ao enunciado que produz, e que a indicação da fonte do saber expresso pelo falante também é determinada pelo grau de tensão que se estabelece entre os interlocutores, Koch (1986) entende que uma análise do processo de (des)comprometimento do falante só se completa com análise das relações entre evidencialidade e modalidade. (DM, UNESP, 2001 - 74)
- 217- Holmes (1988) aponta que é possível adotar-se uma orientação voltada para a descrição do processo, da função ou do produto da tradução. (DM, UFMG, 2007 - 20)
- 218- Ao relacionar estas reflexões à elaboração de uma teoria da tradução, Halliday (2001) aponta que há duas formas de se abordar a questão. (DM, UFMG, 2007 - 24)
- 219- Halliday *et al.* (1964) apontam que há dois princípios fundamentais ao se abordar a se abordar a comparação de sistemas linguísticos. (DM, UFMG, 2007 - 25)
- 220- Halliday e Matthiessen (2004) assinalam que o estudo de um aspecto da linguagem deve ser entendido sempre em referência à linguagem como um todo. (DM, UFMG, 2007 - 26)
- 221- Halliday (1979) aponta que estas metafunções são constituídas no sistema semântico da linguagem natural, e que se organizam em três componentes metafuncionais distintos: o ideacional, o interpessoal e o textual. (DM, UFMG, 2007 - 28)
- 222- Possivelmente motivado pela orientação de grande parte dos estudos sistêmico-funcionais da tradução, Halliday (2001) aponta que há três dimensões que aparentemente são as mais relevantes ao se abordar a equivalência em tradução: a estratificação, a escala de ordem e as metafunções. (DM, UFMG, 2007 - 35)
- 223- Considerando a estratificação da linguagem, Halliday (2001) afirma que a relação de equivalência entre textos em relação tradutória pode ser estabelecida a partir de qualquer um dos níveis de estratificação, mas ressalta que geralmente atribui-se maior valor à equivalência em nível contextual e semântico. (DM, UFMG, 2007 - 35)
- 224- Contudo, Halliday (2001) ressalta que há casos em que a tradução em uma ordem inferior (por exemplo, na ordem da palavra) pode atender melhor aos propósitos da tradução e, por isso, ser preferível. (DM, UFMG, 2007 - 35)
- 225- Halliday e Matthiessen (2004) apontam que no caso de projeção de ideias, os participantes são comumente seres conscientes, ou, em alguns registros, seres não conscientes personificados. (DM, UFMG, 2007 - 50)
- 226- Conforme apontado, Biber (1990) também sugere que a análise de 10.000 *tokens* de um mesmo tipo textual aponta padrões representativos de um *corpus* muito maior deste mesmo tipo textual. (DM, UFMG, 2007 - 64)
- 227- Primeiramente, Sinclair (2001) aponta que um *corpus* maior potencializa as exceções, não os padrões; também, na base da teoria sistêmica (Halliday, (1991) está a visão probabilística, que se baseia na possibilidade de prever as ocorrências no sistema. (DM, UFMG, 2007 - 65)
- 228- Estes contrastes se localizam no estrato semântico da linguagem e são, por sua vez, realizados pela lexicogramática, razão pela qual Halliday (1985) afirma que a análise do estrato semântico deve envolver sempre uma descrição do fraseado (i.e. da lexicogramática) que o realiza. (DM, UFMG, 2007 - 70)
- 229- Da mesma forma, Halliday e Matthiessen (2004) apontam que processos mentais cognitivos podem creditar diferentes níveis de validade à *informação* que é projetada como ideia. (DM, UFMG, 2007 - 90)

- 230- Halliday e Matthiessen (2004, p. 363) apontam que as circunstâncias de ângulo podem ser utilizadas com enfoque na atribuição de fonte à informação (i.e. circunstância de ângulo indicando fonte – *e.g. de acordo com; nas palavras de; segundo o; conforme o*) ou com enfoque na identificação do ponto de vista do falante (i.e. circunstância de ângulo indicando ponto de vista – *na opinião de; na visão de; para a; no pensamento de*), sendo estas últimas, formas agnatas a processos mentais cognitivos (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 1999, p. 220). (DM, UFMG, 2007 - 93)
- 231- Ao que Marcuschi (*op. cit.*) opõe-se por acreditar que uma tipologia, por usar o critério de classificação, torna-se paradoxal, já que o universo das tipologias é maior que a própria intenção de classificar. (DM, UFP, 2006 - 23)
- 232- Por se inserir num modelo teórico interacionista, Bakhtin (2000:279) acredita que os enunciados sempre são construídos social e historicamente e que se realizam de maneira concreta, conforme afirmação. (DM, UFP, 2006 - 25)
- 233- Marcuschi (2000) comenta que não existe um consenso hoje quanto a essas terminologias, se *gêneros textuais, gêneros de discurso, gêneros discursivos*. (DM, UFP, 2006 - 33)
- 234- Nessa perspectiva, Bronckart (*op. cit.*) defende ser na escala sócio-histórica que os textos, através das formações sociais, são produtos das atividades de linguagem e, com isso, essas formações sociais elaboram diferentes espécies de textos chamados de gêneros de texto. (DM, UFP, 2006 - 38)
- 235- Da mesma forma que Marcuschi (2000), Bronckart (*op. cit.*) entende que os gêneros não podem ser objeto de classificação ou delimitação, já que os parâmetros que podem servir para tal propósito são pouco delimitáveis. (DM, UFP, 2006 - 38)
- 236- Schneuwly e Dols (2004) esclarecem que uma sequência didática se constitui num conjunto dinâmico de atividades escolares em torno de um gênero, que pode ser oral ou escrito. (DM, UFP, 2006 - 40)
- 237- Em relação a essas considerações a respeito do processamento textual numa linha sóciocognitiva, Bronckart (2003) defende que, ao produzir um texto, o agente mobiliza algumas representações sobre os mundos (físico, social e subjetivo) e essas modalizações tomam duas direções: o contexto de produção e o conteúdo temático. (DM, UFP, 2006 - 52)
- 238- Por isso, Koch (2005) afirma que fazer parte de uma categoria não é uma questão de sim ou não. (DM, UFP, 2006 - 56)
- 239- Barsalou (*apud KOCH, 2004c*) vai afirmar que os sistemas cognitivos humanos parecem particularmente adaptados à construção de tais categorias flexíveis e úteis para fins práticos dependendo muito mais da multiplicidade deste. (DM, UFP, 2006 - 56)
- 240- Em seus posicionamentos sobre as anáforas indiretas, Koch (2002) aponta como sendo as anáforas que se caracterizam sem um antecedente explícito, não condicionado morfossintaticamente, que pode ser reconstruído por inferência, pelo contexto implícito. (DM, UFP, 2006 - 65)
- 241- Também Suassuna (2006) aponta que o texto não se esgota na sua linearidade aparente. (DM, UFP, 2006 - 69)
- 242- Schwarz (*apud Koch, 2000*) também afirma que a recategorização ou refocalização tem função predicativa, chamada de tematização remática. (DM, UFP, 2006 - 101)
- 243- Slobin (1975 *apud SCHIFFRIN, op. cit.*) sugere, por exemplo, que a grande quantidade de redundância na linguagem é projetada para facilitar o processo de compreensão. (DM, UNESP, 2005 - 14)
- 244- Halliday (1978) mostra que o componente ideacional envolve o sistema de transitividade, o interpessoal inclui a determinação de modo e modalidade, e o componente textual lida com a

- estrutura da informação (tema/rema, dado/novo) e com a coesão textual. (DM, UNESP, 2005 - 18)
- 245- Schiffrin (*op. cit.*), enfim, sintetiza sua proposta dizendo que seu modelo de discurso tem estruturas não linguísticas (troca e ação) e estruturas linguísticas (ideacional). (DM, UNESP, 2005 - 22)
- 246- Hengeveld (1989, 1990) propõe representar os enunciados por meio de um modelo da oração em multicamadas hierárquicas, na mesma linha adotada por Dik (1989, 1997). (DM, UNESP, 2005 - 23)
- 247- Já no contexto da expansão da GF para o discurso, Hengeveld (2000) afirma que as propostas nesse sentido representam duas abordagens diferentes: a *abordagem em camadas ascendentes* (segundo a qual o nível discursivo é coberto por camadas adicionais hierarquicamente superordenadas) e a *abordagem modular* (segundo a qual o nível discursivo é administrado por um componente separado, ligado ao componente gramatical através de uma interface). (DM, UNESP, 2005 - 28)
- 248- Sweetser (*op. cit.*) e Camacho (1999) mostram que o conectivo *e*, no nível da sentença, opera nos três domínios cognitivos, sendo, inclusive, ambíguo quanto ao domínio de aplicação (fenômeno denominado “ambiguidade pragmática”). (DM, UNESP, 2005 - 34)
- 249- No âmbito da abordagem funcional-cognitiva, Sweetser (1991) sustenta que modelamos nossa compreensão de processos lógicos e de raciocínio em nossa compreensão do mundo físico e social; e, simultaneamente, modelamos a própria expressão lingüística não apenas (i) como descrição (um modelo do mundo), mas também (ii) como ação (um ato no mundo sendo descrito), ainda, (iii) como uma entidade lógica ou epistêmica (uma premissa ou uma conclusão em nosso mundo argumentativo). (DM, UNESP, 2005 - 34)
- 250- Dik (*op. cit.*) observa, porém, que parece haver uma exceção sistemática a esse princípio de equivalência funcional: palavras QU podem frequentemente ser coordenadas mesmo quando tem funções semânticas diferentes. (DM, UNESP, 2005 - 38)
- 251- Dik (*op. cit.*) salienta que a coordenação de orações (independentes ou dependentes), em geral, exige que os membros coordenados tenham a mesma ilocução. (DM, UNESP, 2005 - 40)
- 252- Dik (*op. cit.*) afirma que predicados como *acreditar* tomam termos proposicionais como segundo argumento: termos especificados por uma estrutura proposicional que designa o fato possível em que se acredita. (DM, UNESP, 2005 - 40)
- 253- No que diz respeito à coordenação de termos, Dik (*op. cit.*) observa que, na maioria das línguas, termos únicos (argumentos e satélites) podem ser coordenados entre si, naturalmente como em (6). (DM, UNESP, 2005 - 41)
- 254- Dik (1997) propõe distinguir ainda, no âmbito da coordenação simples, a coordenação de restritores de termos e a coordenação dentro de restritores de termos. (DM, UNESP, 2005 - 44)
- 255- Como última forma de coordenação simples, Dik (*op. cit.*) observa que, em uma pequena escala, a coordenação também pode se aplicar a categorias não lexicais menores, tais como operadores e funções. (DM, UNESP, 2005 - 44)
- 256- Risso *et al.* (1996) mostram que essa relação pode se dar de três formas diferentes: (i) com predominância de uma das funções em relação à outra; (ii) com expressão forte das duas funções; (iii) com uso fracamente expressivo de ambas as funções. (DM, UNESP, 2005 - 52)
- 257- Martelotta *et al.* (1996) propõem que a discursivização, como um processo de mudança unidirecional, leva o elemento a assumir gradativamente funções mais abstratas, relativamente à organização do discurso. (DM, UNESP, 2005 - 57)
- 258- Martelotta *at al.* (1996), observando o comportamento sintático e as acepções semântico pragmáticas da partícula *né?*, notam que, por meio de um processo de discursivização, a

- partícula vem se distanciando de seu sentido original como pergunta referencial ou pergunta não retórica. (DM, UNESP, 2005 - 59)
- 259- Martelotta *at al.* (*op. cit.*), mostram ainda que há casos semelhantes a esse, em que a partícula *né?* marca perguntas essencialmente retóricas, ou seja, perguntas que não pedem efetivamente a resposta do ouvinte. (DM, UNESP, 2005 - 61)
- 260- Em primeiro lugar, Dik (1997) salienta que *sentenças* podem ser coordenadas entre si, mas não podem ser coordenadas e encaixadas em predicados de nível mais alto. (DM, UNESP, 2005 - 81)
- 261- Diante desse fenômeno, Pécora pondera que o domínio e o trabalho pedagógico com a escrita devem se orientar pelo conhecimento da situação de linguagem e, sobretudo, pela representação dos papéis dos sujeitos no texto escrito. (DM, UFMG, 2006 - 16)
- 262- Britto (1997) concluiu que nem sempre as questões de leitura (múltipla escolha), propostas pelo vestibular, consideram, efetivamente, a multiplicidade de sentidos construída na relação leitor-texto. (DM, UFMG, 2006 - 17)
- 263- Considerando, então, a ação de linguagem como uma direção para definir o texto, Bronckart afirma que ela se dimensiona em uma base de orientação, a partir da qual o produtor lançará mão dos elementos necessários ao seu agir comunicativo. (DM, UFMG, 2006 - 29)
- 264- Bronckart (*op. cit.* p. 137; p.138; p. 257), considera, então, que o texto é toda unidade de produção de linguagem situada, acabada e auto-suficiente (do ponto de vista da ação ou da comunicação). (DM, UFMG, 2006 - 40)
- 265- Perelman e Olbrechts-Tyteca (1996) sustentam que a argumentação é uma ação que tende sempre a modificar um estado de coisas pré-existentes e que um raciocínio argumentativo pode convencer sem ser exposto por cálculos, pode ser rigoroso sem ser científico. (DM, UFMG, 2006 - 45)
- 266- Breton (2003), apoiando-se, sobretudo, em Perelman e Olbrechts-Tyteca, considera que definir o campo da argumentação implica compreender os elementos essenciais de sua constituição. (DM, UFMG, 2006 - 45)
- 267- Durigan *et al.* (1987, *apud* SUASSUNA, 2004) enfatizam que o caráter de interlocução é próprio da linguagem e a escrita não foge a esse princípio, uma vez que todo texto escrito deve, também, buscar estabelecer uma relação entre sujeitos. (DM, UFMG, 2006 - 47)
- 268- Santa-Clara e Spinillo (2006) salientam que o emissor, com vista à adesão, necessita construir uma representação apropriada dessa audiência e prever, ainda, movimentos de seus interlocutores que concernem às reações que podem apresentar durante a argumentação. (DM, UFMG, 2006 - 48)
- 269- Geraldi (1997, p. 137), ao tratar das relações discursivas entre sujeitos no texto, afirma que, para se produzir um texto, independentemente, de sua tipologia, é preciso, sobretudo, que: a) se tenha o que dizer; b) se tenha uma razão para se dizer o que se pretende dizer; c) se tenha uma imagem bem delineada do público alvo; d) o locutor se constitua como tal – como um sujeito que diz algo para quem diz; e) se escolham as estratégias para realizar o estabelecido nos tópicos a, b, c e d. (DM, UFMG, 2006 - 49)
- 270- Baseada nas orientações da Teoria da Argumentação, Souza (2001) destaca que as orientações argumentativas dos enunciados são articuladas por meio dos operadores que são, de acordo com essa autora, recursos linguísticos cuja principal função é demarcar as relações de caráter proposicional (contraste, explicação, causalidade, conclusão etc.) instauradas no texto. (DM, UFMG, 2006 - 49)
- 271- Emediato (2004) comenta que a publicidade, geralmente, utiliza esse tipo de argumento de autoridade para apresentar seus produtos ao público. (DM, UFMG, 2006 - 52)

- 272- Bakhtin destaca que, mesmo sendo “flexíveis”, os gêneros apresentam uma composição relativamente estável, responsável pela estruturação, o acabamento e o tipo de relação com os outros participantes da troca verbal. (DM, UFMG, 2006 - 59)
- 273- Schneuwly destaca que o instrumento só se torna um mediador – transforma uma atividade – quando é apropriado pelo sujeito, isto é, quando o sujeito constrói esquemas de utilização de instrumentos. (DM, UFMG, 2006 - 63)
- 274- Rabardel enfatiza, ainda, que o instrumento é um artefato a ser apropriado pelo sujeito, numa atividade em que se relacionam *sujeito – instrumento – situação* (base tripolar), como se observa na FIG. 4 a seguir: (...). (DM, UFMG, 2006 - 63)
- 275- No que diz respeito à adaptação do gênero à situação concreta – problematização feita por Schneuwly sobre a concepção de Bakhtin e também a usada neste capítulo para discutir a propriedade da concepção do gênero em outros teóricos –, Schneuwly afirma que o esquema de utilização do gênero é aquele já denominado por Bakhtin, no qual existe a articulação entre o gênero e a base de orientação da ação discursiva. (DM, UFMG, 2006 - 64)
- 276- De um modo geral, Marcuschi (2002) considera que a relação estabelecida entre esses critérios tenha de obedecer a parâmetros de relativa rigidez em virtude das rotinas presentes em cada contexto cultural e social. (DM, UFMG, 2006 - 70)
- 277- Nessa publicação, Silva afirma que a categorização de textos quanto a sua tipologia constrói-se a partir das dimensões do discurso que vão desde o interacional/situacional, o textual ao linguístico. (DM, UFMG, 2006 - 70)
- 278- Koch (2004, p. 25), quando trata do ‘implícitos relativos’ e ‘ironia’, afirma que esta tem de representada intencionalmente no ato de fala empregado pelo sujeito produtor. (DM, UFMG, 2006 - 145)
- 279- Mann e Thompson (1988) sugerem que as unidades mínimas de análise sejam orações. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 11)
- 280- Para chegar à proposta da adoção desses novos modelos, Bernárdez (1995) procura mostrar como o estudo do texto instaura na lingüística, dificuldades semelhantes às que o estudo dos fenômenos complexos, abertos e dinâmicos instaurou nas ciências naturais. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 19)
- 281- Bernárdez (1995) comenta que o reducionismo está na base do método estruturalista, que parte da hipótese de que os fenômenos da realidade estão formados por elementos simples, facilmente estudáveis, e por relações limitadas entre eles; assim, o estudo de objetos complexos poderia ser feito em virtude desses elementos mínimos e suas relações. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 19)
- 282- Porém, antes de apresentar como o texto pode ser estudado com esses novos modelos, Bernárdes (1985) procura confirmar se existe uma diferença radical entre sistemas simples (estáveis) como a oração, e complexos (instáveis), como o texto. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 20)
- 283- Em Homeomorfismo de texto e *oración*, Bernárdez (2001) argumenta que um empecilho para o estudo do texto, além da falta de isomorfismo entre o texto e os objetos lingüísticos inferiores a este, é o fato de que a disponibilidade de métodos científicos de estudo sempre resultou determinante para a seleção de objetos lingüísticos que se podem confrontar, assim como para as formas mesmas em que o estudo pode ser realizado. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 20)
- 284- Bernárdez (1995) então explica que as RTAs podem ser consideradas formalismos que especificam as vias que se oferecem a uma pessoa que deve realizar uma ação complexa, dividida em sub-ações mais simples, em cada momento do processo. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 21)

- 285- Para explicar a diferença entre texto e oração, Bernárdez (1995) tenta comprovar se é possível construir um modelo que possa servir tanto para o texto quanto para a oração; ou seja, um modelo que comece pelos níveis linguísticos inferiores (fonológico, morfológico) e vá avançando ao nível sintagmático, isto é, ao oracional e, talvez, ao textual: Dito em outros termos, trata-se de comprovar se o método estrutural de composição de unidades maiores a partir de unidades menores permite chegar ao texto sem que se produza uma *catástrofe* (no sentido técnico do termo), uma mudança qualitativa radical. Mais concretamente, sem que se produza uma mudança radical na validade do método utilizado. (Bernárdez, 1995, p. 74). (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 21)
- 286- Bernárdez (1995) pretende comprovar até que ponto o modelo RTA pode ser utilizado para o texto, e comprovar se existe ou não uma diferença radical entre texto e oração. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 22)
- 287- Bernárdez (1995) comenta que, em princípio, qualquer sequência de orações é possível porque, mesmo que uma sucessão aleatória de orações não forme um texto (porque ele careceria de coerência), um ouvinte tentará sempre entender como “texto coerente” uma série de orações emitidas de forma unitária ainda que não exista, aparentemente, essa coerência; assim, pode-se dizer que toda sucessão de orações é suscetível de ser aceita como texto. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 22)
- 288- Bernárdez (1995) então procura verificar se o acréscimo de categorias novas, peculiares do nível textual, soluciona o problema desse salto qualitativo radical. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 23)
- 289- Ao falar sobre a RST, Bernárdez (1995) comenta os tipos de unidades em que o texto pode ser segmentado para a análise RST, dizendo que podem ser orações, cláusulas, proposições semânticas ou qualquer outro tipo de unidade; porém, assim como Mann e Thompson (1988), Bernárdez (1995) limita-se ao nível da oração. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 23)
- 290- Para mostrar como a análise RST pode solucionar o problema da falta de categorias para o estudo do texto, Bernárdez (1995) questiona se é possível prever, ainda que só probabilisticamente, que oração pode aparecer na continuação de uma primeira oração. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 24)
- 291- Assim, Bernárdez (1990) faz referência à RST, dizendo que há similaridades entre o conceito de *retórica* dessa teoria e o de *macroestruturação* do texto. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 24)
- 292- Bernárdez (1995) sugere que se deve estabelecer uma nova teoria da linguagem: propõe a noção de texto como sistema complexo, aberto e dinâmico, já que o texto é a linguagem em uso, e a linguagem não é um estado, e sim, um processo contínuo. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 25)
- 293- Bernárdez (1995) comenta que esse processo é uma atividade cooperativa, já que ambos, P e R tentarão utilizar todos os meios disponíveis para chegar a M (P para transmiti-la, R para compreendê-la). (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 26)
- 294- Bernárdez (1995) então procura explicar os processos linguísticos específicos resultantes da auto-regulação; ou seja, como se produz a auto-regulação, como se alcança o “texto ótimo”? (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 28)
- 295- Em *Language, Context, and Text: Aspects of Language in a Social-Semiotic Perspective*, Hasan (1989) mostra como a Configuração Contextual (CC) determina a Estrutura Potencial do Gênero (EPG). (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 31)
- 296- Assim, para explorar a relação entre o contexto e a estrutura do texto, Hasan (1989) procura mostrar como algumas características do contexto podem ser usadas para predizer alguns elementos da estrutura de textos possíveis e apropriados. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 36)

- 297- Além disso, conforme será visto mais adiante, van Dijk (2004) comenta que as relações RST seriam uma formalização da coerência funcional das proposições em um texto: essas relações mostram como uma proposição funciona em relação a outra (especificando-a, explicando-a, contradizendo-a, exemplificando-a etc.). (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 46)
- 298- Ao falar sobre a GF como um modelo de produção da linguagem, Mackenzie (2004) comenta que a tendência em direção a uma reinterpretação da GF como um modelo de produção é refletida transformação, proposta por Hengeveld (2004), da GF de um modelo *bottom-up* a um modelo *top-down*. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 53)
- 299- Antes de apresentar sua proposta de representação do discurso, Connolly (2004) mostra como o discurso é visto no quadro de Dik (1997), no quadro modular (que inclui a proposta de Hengeveld, 2004) e em outras áreas de estudo do discurso (análise crítica do discurso, polifonia e abordagem semiótica). (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 54)
- 300- Connolly (2004) procurou acomodar os principais fenômenos de interesse para analistas de discurso e, principalmente, tentou ser compatível com GFD. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 56)
- 301- Van Dijk (2006) comenta que, mesmo havendo essa confusão entre relações funcionais e referenciais, foi possível para sua teoria, a partir do estudo dessas relações, definir a noção de macroestrutura em termos das regras semânticas precisas para a derivação de macroproposições, a partir de sequências de microproposições. (JTF, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 59) (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 59)
- 302- Van Dijk (2006) comenta, porém, que a noção de “modelo do contexto” teve pouca influência na lingüística, mas que deveria ser considerada fundamental. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 62)
- 303- Nos trabalhos mais recentes sobre a teoria do contexto, van Dijk procura explicar como os usuários da língua lidam com a tarefa fundamental de adaptar seus discursos ao conhecimento pressuposto de seus receptores. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 62)
- 304- Para explicar o aspecto interdisciplinar da análise funcional do discurso, van Dijk (2004) considera que existem funções cognitivas que podem estar envolvidas no discurso: o processo de produção e compreensão do discurso ocorre por meio da referência a modelos mentais (tanto do discurso – modelo mental a curto prazo do que é transmitido no discurso, conforme Dijk (1997) – quanto do contexto – interface sociocognitiva que permite que os participantes filtrem os dados da situação de comunicação, conforme van Dijk, 2004). (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 66)
- 305- Van Dijk (2004) comenta que essas relações funcionais entre proposições e entre macroproposições podem ser analisadas de maneira pragmática, ou seja, essas relações podem ser consideradas ações (ou processos). (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 67)
- 306- Bernárdez (1990), ao procurar estudar não apenas as estruturas textuais, mas também os processos que subjazem a essas estruturas, explica o processo de produção textual dizendo que o produtor tem à sua disposição várias opções para macroestruturar seu texto e opta por cada uma delas estrategicamente, em função de seu objetivo e do contexto. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 67)
- 307- Bernárdez (1990) comenta que a noção de *retórica* da RST está intimamente ligada a essa noção de *macroestruturação textual*. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 67)
- 308- Van Dijk (1998), portanto, comenta que podem ser observadas relações funcionais entre atos de fala em sequência: um ato de fala pode ser, por exemplo, uma especificação de outro, assim como pode ser uma correção, uma certificação, uma explicação, uma condição, uma preparação, uma conclusão, um motivo etc. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 67)

- 309- Van Dijk (2006) mostra como se dá a relação entre as proposições e as macroproposições. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 73)
- 310- Pardo (2005) explica que para o desenvolvimento do DiZer, o conhecimento visado foi o conhecimento linguístico que possibilitasse a análise retórica automática. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 79)
- 311- Carlson e Marcu (2001) afirmam que, à parte a postura teórica de cada uma dessas hipóteses, todas estão em acordo na consideração de que unidades discursivas elementares são extensões de texto não sobrepostas. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 79)
- 312- Mesmo estabelecendo que relações não são sinônimos de intenções, Taboada e Mann (2006) argumentam que ainda precisamos questionar sobre a natureza das relações: elas estão realmente nas mentes de usuários da linguagem ou são o produto de análises textuais? (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 88)
- 313- Porém, Taboada e Mann (2006) ressaltam que, para muitos pesquisadores, essa exigência arbórea para a RST parece ser um “defeito”. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 89)
- 314- Na análise dos textos do *corpus*, Kittredge e colaboradores (1991), assim como aconteceu com Knott e colaboradores (2001), perceberam que, em alguns casos, um segmento, apesar de estabelecer relação com outro, aparece separado desse outro. (DM, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2008 - 91)
- 315- Aponta Neves (1997) que a adoção de um ponto de vista funcionalista no estudo de uma língua natural assume a verificação de como se obtém a comunicação com essa língua como principal questão de interesse. (DM, UFC, 2006 - 18)
- 316- Palmer (1986, p. 1-3), por exemplo, menciona que embora a modalidade seja uma categoria passível de organização assim como o são as categorias de aspecto, tempo, número e gênero, a caracterização da função semântica da modalidade é menos óbvia do que a caracterização semântica das citadas categorias. (DM, UFC, 2006 - 39)
- 317- Primeiramente, lembra-nos Palmer que o termo *modo* é tradicionalmente restrito a uma categoria expressa pela morfologia verbal. (DM, UFC, 2006 - 48)
- 318- Adverte-nos Lyons que, na análise da estrutura lexical de línguas particulares, distinções necessitarão ser traçadas entre os vários tipos de obrigação e que muitas de tais distinções serão culturalmente dependentes e terão de ser relacionadas às crenças institucionalizadas e a normas de conduta. (DM, UFC, 2006 - 55)
- 319- Palmer considera, ainda o que chama de outras modalidades (*Volitive* e *Evaluative*), sobre as quais declara que obviamente não são estritamente deonticas, pois o termo deontico, em sentido estrito, só se aplicaria ao conceito de diretivos. (DM, UFC, 2006 - 57)
- 320- Marcuschi (1986) defende que os marcadores discursivos (doravante MDs) formam uma classe de palavras ou expressões estereotipadas, de grande ocorrência e recorrência. (DM, UFC, 2006 - 163)
- 321- Nesse sentido, Castilho (1990, p. 13) postula que a escola deveria ocupar-se da língua falada, tornando-a, desde os primeiros momentos, como objeto de reflexão, uma vez que o aprendiz chega à escola falando sua língua. (DM, UFMG, 2003 - 11)
- 322- Crystal (1985), *apud* Gomes (1995, p. 22), nos diz que, dentre os autores que postulam noções distintas entre “*texto*” e “*discurso*”, há os que vêem o texto como forma, ou produto físico e o processo de expressão e interpretação desse produto como discurso, há os que relacionam texto com estrutura superficial e discurso com estrutura profunda e há, ainda, outros que entendem texto como uma noção abstrata e discurso como a sua realização. (DM, UFMG, 2003 - 15)

- 323- Bakhtin enfatiza que a variedade e riqueza dos gêneros textuais são infinitas, uma vez que eles são constituídos e reconstituídos historicamente pela práxis linguística de indivíduos sociais, para responder às necessidades humanas de interlocução. (DM, UFMG, 2003 - 26)
- 324- Nesse estudo, Bakhtin (1952-53/2000: 28) entende que é importante levar em conta a diferença entre os gêneros do “discurso primário” e os “gêneros secundários.” (DM, UFMG, 2003 - 26)
- 325- Também pesquisadores como Bronckart (1999), Schneuwly (1988, 1998 e 1999), Marcuschi (2000), entre outros, afirmam não ser possível postular para os gêneros textuais uma classificação estável, universal e definitiva, embora se reconheça que todo texto empírico é, necessariamente, construído com base no modelo de um gênero, pertence a um gênero. (DM, UFMG, 2003 - 27)
- 326- Bronckart (1999) esclarece, ainda, que uma possível classificação para os gêneros não poderia se basear em um critério facilmente objetável, como por exemplo as unidades linguísticas que neles são empiricamente observáveis, pois os textos, independente dos gêneros a que pertencem, são constituídos, segundo modalidades muito variáveis, por segmentos de estatutos diferentes que entram em sua composição (segmentos de exposição teórica, de relato, de diálogo, de descrição etc.). (DM, UFMG, 2003 - 27)
- 327- Bronckart (1999), retomando Bronckart *et al.* (1985), os classifica em mundos da “*ordem do narrar*” e mundos da “*ordem do expor*”, postulando que se constroem com base em dois conjuntos de operação: (i) um que define as coordenadas gerais quanto ao conteúdo temático, aí incluídas as diferentes “*instâncias de agentividade*” (personagens, instituições) e sua inscrição espaço temporal; (ii) e outro que especifica as relações entre eles os parâmetros físicos da ação linguageira em curso no mundo ordinário e o conteúdo mobilizado no mundo discursivo. (DM, UFMG, 2003 - 28)
- 328- Bronckart (2000, p. 252) pontua que as sequências narrativas aparecem nos relatos interativos e nas narrações; as sequências explicativas, argumentativas e injuntivas são observadas nos discursos teóricos e nos discursos interativos monologados; as sequências dialogais são percebidas nos discursos interativos dialogados; as sequências descritivas aparecem tanto em certos tipos da ordem do expor quanto em tipos da ordem do narrar (p. 252-253). (DM, UFMG, 2003 - 31)
- 329- Nessa mesma direção, Olson (1997, p. 139) esclarece que o aprendiz, antes mesmo de entrar para a escola já desenvolveu seu conhecimento linguístico discursivo dos gêneros orais de forma assistemática e intuitivamente. (DM, UFMG, 2003 - 36)
- 330- Também Fairbanks e Man, ambos citados por Chafe (1987) realizaram, nos anos 40, estudos comparativos sobre fala e escrita e concluíram que a escrita apresentava mais nominalizações, adjetivos, artigos e preposições; na fala, os pronomes, advérbios, verbos e interjeições foram os mais encontrados. (DM, UFMG, 2003 - 47)
- 331- Chafe acredita que existe uma estreita relação entre o modelo de organização da fala e a memória de curto termo. (DM, UFMG, 2003 - 48)
- 332- O próprio Chafe chama atenção para o caráter provisório de seu estudo e esclarece que os *corpora* utilizados em sua pesquisa representam os dois extremos de um *continuum* – conversa descontraída à mesa e jantar e artigo científico. (DM, UFMG, 2003 - 49)
- 333- Marcuschi (1990) ressalta ainda que esta visão dicotômica das relações entre fala e escrita deu origem ao prescritivismo “de uma norma linguística tida como padrão e que está representada na denominada norma padrão”. (DM, UFMG, 2003 - 49)
- 334- Os estudos realizados por Koch e Osterreicher (1990) também sugerem que os diversos tipos de práticas sociais de produção textual situam-se ao longo de um contínuo tipológico. (DM, UFMG, 2003 - 52)
- 335- Schneuwly (*apud* Bronckart, 1999, p. 186) salienta que tais diferenças linguísticas podem ser atestáveis, entretanto nunca diretamente relacionadas à variação de modalidade (oral e escrita),

- estando mais ligadas ao conjunto das propriedades da ação de linguagem e do gênero em uso. (DM, UFMG, 2003 - 55)
- 336- Gomes (1995, p. 44) pontua que as operações sugeridas por van Dijk se limitam ao aspecto informacional, não sendo contempladas as mudanças nos aspectos sintáticos e lexicais. (DM, UFMG, 2003 - 58)
- 337- Marcuschi (2000, p. 74) esclarece que o modelo explicita aspectos textuais discursivos envolvidos nas “*atividades de idealização*”, como regularização, eliminação, completude, e os aspectos envolvidos nas “*atividades de reformulação*”, como acréscimos, substituições e reordenação. (DM, UFMG, 2003 - 61)
- 338- Bronckart (1999, p. 92) postula que o agente, para produzir um texto, deve mobilizar suas representações sobre os mundos (físico, social e subjetivo) em direção aos parâmetros do contexto de produção e aos elementos do conteúdo temático mobilizado. (UFMG, 2003 - 76)
- 339- Nessa mesma direção, Bronckart (1999, p. 98) esclarece que quando uma ação de linguagem tem seu início e um texto é produzido, os conhecimentos que o agente possui sobre o assunto são necessariamente objeto de uma reestruturação e são (re)semiotizados no texto. (DM, UFMG, 2003 - 83)
- 340- Van Dijk (1990) sugere que a produção de textos jornalísticos, quando se toma como referência textos fonte que possuem uma estrutura diferente do esquema jornalístico, requer, frequentemente a ordenação das informações, determinadas por critérios de relevância. (DM, UFMG, 2003 - 103)
- 341- Bronckart (1999) considera que os tipos de discurso e os mundos associados a eles são inferíveis pela materialidade do texto, através das unidades linguísticas que semiotizam as operações criadoras desses mundos discursivos. (DM, UFMG, 2003 - 114)
- 342- Tannen (1989, p. 99) também considera que o limite entre o discurso direto e o indireto não é bem definido. (DM, UFMG, 2003 - 119)
- 343- Embora Van Dijk (2000, p. 145) afirme que muitos jornais não tem *lead* separado e que e que essa é uma categoria opcional, é importante considerar que, assim como o título pode motivar a leitura do texto noticioso, conhecer ou não o restante desse texto é uma decisão que pode ser tomada a partir das informações presentes no *lead*, já que esse componente contém informações que o título não comporta e permite que se tenha uma noção mais precisa do conteúdo do texto. (DM, UFMG, 2003 - 122)
- 344- Bronckart (1999, p. 233) salienta que os protótipos não advêm de uma “competência textual” biologicamente fundada, mas, ao contrário, procedem da experiência do intertexto, em suas dimensões práticas e históricas e, portanto, estão em modificação constante. (DM, UFMG, 2003 - 126)
- 345- Maingueneau (1993) entende que os discursos direto e indireto são as mais clássicas manifestações da heterogeneidade enunciativa. (DM, UFMG, 2003 - 128)
- 346- Tannen (1989, p. 99) também considera que o limite entre o discurso direto e indireto não é bem definido. (DM, UFMG, 2003 - 129)
- 347- Marcuschi (2000), por sua vez, afirma que a realização da operação de substituição é responsável pelo tratamento estilístico do texto final, realizado através da seleção de novas estruturas sintáticas e novas opções lexicais. (DM, UFMG, 2003 - 154)
- 348- Como afirma Garcia (1971), existe em casos como os exemplificados acima, “falsa coordenação”: “coordenação gramatical” e “subordinação psicológica”. (DM, PUC MINAS, 2003 - 13)
- 349- De acordo com esses pressupostos, Van Valin (1990 *apud* NEVES, 1994, p. 72) assume que, para a análise da estrutura linguística, considera-se a importância da semântica e da pragmática,

- admitindo-se, no entanto, ser central para o entendimento das línguas naturais a noção de estrutura. (DM, PUC MINAS, 1998 - 20)
- 350- Halliday afirma que existem diferentes relações lógico-semânticas entre um membro primário e secundário de uma cláusula complexa, mas ele as agrupa em alguns tipos gerais baseados nas relações fundamentais de expansão e projeção, as quais, além do sistema “tático” anteriormente explicitado, representam outro vetor que explica as relações em uma cláusula complexa. (DM, PUC MINAS, 1998 - 36)
- 351- Halliday afirma que existe uma função adicional (aqui já explicada) das cláusulas encaixadas relacionada à expansão, em que, embora não exista o grupo como intermediário, a própria cláusula encaixada funciona como “head”. (DM, PUC MINAS, 1998 - 44)
- 352- Afirmando que o conceito de cláusula subordinada está estreitamente relacionado ao contexto discursivo no qual ela se encontra, Matthiessen e Thompson (1988) propõem uma descrição discursiva da mesma. (DM, PUC MINAS, 1998 - 46)
- 353- Portanto, Matthiessen e Thompson assumem que “embedding” distingue-se de articulação de cláusulas. (DM, PUC MINAS, 1998 - 48)
- 354- Matthiessen e Thompson, analisando pequenos textos expositórios do inglês escrito, verificaram que um número de relações continuamente ocorre. (DM, PUC MINAS, 1998 - 53)
- 355- Matthiessen e Thompson afirmam que existe uma teoria da estrutura organizacional dos textos, chamada “Teoria da Estrutura Retórica”, em que um número de relações é utilizado para se descrever a estrutura relacional de qualquer texto coerente. (DM, PUC MINAS, 1998 - 57)
- 356- Matthiessen e Thompson acrescentam que, no caso da hipotaxe, conceitos como “subordinada”, “satélite” não expressam que a oração núcleo é mais ou menos importante do que o satélite: informação subordinada, “apêndice”, ou satélite pode também ser importante para o “sucesso” de um texto. (DM, PUC MINAS, 1998 - 68)
- 357- Câmara Jr. considera ainda que o modo subjuntivo é uma categoria vaga e difusa, que só ganha certa nitidez pelo seu contraste funcional com o modo funcional. (DM, UNESP, 2005 - 12)
- 358- Azevedo (1976), em seu estudo a respeito do modo subjuntivo em português, observa que mesmo satisfeitas as condições previstas para a seleção do modo subjuntivo, os falantes podiam substituí-lo pelo indicativo, por isso conclui que seria importante realizar um estudo linguístico que levasse em consideração aspectos sociais, a fim de que se pudesse explicar a variação no uso do modo subjuntivo. (DM, UNESP, 2005 - 13)
- 359- Embora Cunha e Cintra considerem que o subjuntivo possa ser usado em orações absolutas e principais, afirmam que o seu emprego está mais associado às orações subordinadas. (DM, UNESP, 2005 - 17)
- 360- Cunha e Cintra (1985) afirmam que o subjuntivo é o modo normal das orações subordinadas. (DM, UNESP, 2005 - 17)
- 361- Souza e Silva e Koch (2001) também consideram que o modo verbal da encaixada se alterará em virtude dos traços semânticos do verbo da oração matriz. (DM, UNESP, 2005 - 17)
- 362- Como vimos na Introdução deste trabalho, Câmara Jr. (1956) afirma que, apesar de o modo subjuntivo subsistir mórfica e conceptualmente, não se pode negar a tendência de torná-lo somente um recurso para expressar a subordinação sintática. (DM, 2005 - 17)
- 363- Lavandera (1978) é categórica ao afirmar que acredita ser inadequada estender para outros níveis de análise a noção de regra variável, originalmente desenvolvida para dados fonológicos. (DM, UNESP, 2005 - 18)
- 364- Lavandera (1978), na tentativa de solucionar o problema em questão, sugere abandonar a ideia de mesmo significado referencial em favor da “comparabilidade funcional” das variantes. (DM, UNESP, 2005 - 18)

- 365- Bentivoglio considera positivo estender o enfoque variacionista ao campo sintático. (DM, UNESP, 2005 - 19)
- 366- Bentivoglio assinala que há fatores que aparentemente dariam razão aos antivariacionistas, e garante que a questão do significado não é o único problema a ser resolvido. (DM, UNESP, 2005 - 19)
- 367- Diferentemente deles, Possenti (1986), embora não sendo um variacionista, procura argumentar que a variação não é possível, já que cada escolha envolve intenções comunicativas diferentes por parte do falante. (DM, UNESP, 2005 - 21)
- 368- Labov (1978), por outro lado, refuta as opiniões de Lavandera afirmando que as variáveis sociolinguísticas são instrumentos de pesquisa na busca do conhecimento das estruturas linguísticas, mas não podem abranger a teoria em si. (DM, UNESP, 2005 - 22)
- 369- Labov considera ainda que, inicialmente, a preocupação da sociolinguística era investigar a motivação social de algumas mudanças linguísticas e demonstrar sua distribuição na escala social. (DM, UNESP, 2005 - 23)
- 370- Paredes da Silva (2003) afirma que, embora, no caso da variação sintática, os fatores internos se mostrem bastante produtivos, as variáveis sociais não devem ser abandonadas. (DM, UNESP, 2005 - 23)
- 371- Ao tratar do lugar do “funcional” na análise sociolinguística variacionista, Berlinck (2002) considera que, como a abordagem variacionista procura investigar a língua em uso, parece natural colocá-la entre as tendências funcionalistas. (DM, UNESP, 2005 - 24)
- 372- Camacho (1994, p. 34-35), assim como Berlinck, considera que muitas vezes o enfoque do uso afetivo da linguagem é deixado de lado na análise linguística, por causa do ponto de vista prévio adotado pela teoria. (DM, UNESP, 2005 - 25)
- 373- Labov (1972) afirma que a orientação básica para a análise linguística de muitos linguistas surge do ponto de vista de Saussure e da distinção que este faz entre *língua* e *fala*. (DM, UNESP, 2005 - 27)
- 374- Dascal e Borges Neto (1993) apontam como uma das causas dessa preferência o fato de a língua e a competência serem mais facilmente formalizáveis, em razão de sua não variação. (DM, UNESP, 2005 - 27)
- 375- Labov afirma, no entanto, que, apesar de considerar a língua como sendo a parte social da linguagem, os linguistas que adotam a tradição saussuriana não consideram a esfera social da linguagem, preferindo trabalhar com um ou dois informantes ou ainda com seus próprios conhecimentos sobre a linguagem. (DM, UNESP, 2005 - 28)
- 376- Segundo o autor, Chomsky, ao definir o objeto de estudo da linguística como sendo a competência, considera que, o enfoque de dados reais não é importante, mas sim o da intuição dos falantes sobre a linguagem. (DM, UNESP, 2005 - 28)
- 377- Camacho (1994) afirma que a teoria estruturalista foi superada não pela insuficiência de seu paradigma, mas pelos progressos que atingiu e por ter aberto a possibilidade de outras ciências colaborarem como prática metodológica. (DM, UNESP, 2005 - 28)
- 378- Malmberg (1974) aponta que o objetivo do estruturalismo é fornecer a descrição científica do sistema linguístico. (DM, UNESP, 2005 - 29)
- 379- Possenti (1979) considera que apesar de o gerativismo ter sido a maior tentativa de superação em relação ao estruturalismo, abandonando a noção de língua pela de competência e ultrapassando a análise dos níveis fonológico e morfológico para o nível sintático, a gramática gerativa não conseguiu situar no interior da linguística o papel do falante. (DM, UNESP, 2005 - 29)
- 380- Labov afirma, no entanto, que se há dificuldades para estudar a língua em uso, há também dificuldades para estudar a linguagem por meio da intuição. (DM, UNESP, 2005 - 30)

- 381- Apesar dessa constatação, Labov considera que não é o número de casos duvidosos que deve ser levado em conta, mas outros pontos fundamentais na discussão da teoria gramatical. (DM, UNESP, 2005 - 30)
- 382- Contrariando a visão de Chomsky que afirma que uma teoria subdeterminada pelos dados levará a várias possibilidades de análise, Labov assegura tomar a direção oposta. (DM, UNESP, 2005 - 30)
- 383- No que se refere à heterogeneidade, Labov sustenta que ela não só é normal, como ainda determinada por fatores linguísticos e extralinguísticos. (DM, UNESP, 2005 - 31)
- 384- No que diz respeito à raridade de formas sintáticas, Labov afirma que não há uma resposta para o problema, mas já há uma direção para a solução. (DM, UNESP, 2005 - 31)
- 385- Labov não só acredita ser possível recolher os dados no contexto social, como ainda traça toda a metodologia que deve ser usada para que essa tarefa seja realizada com êxito. (DM, UNESP, 2005 - 31)
- 386- Conforme afirma Possenti (2002), pode haver diferenças entre as regras que ele aponta como as que *devem ser* seguidas e as que *são seguidas*. (DM, UNESP, 2005 - 36)
- 387- Possenti (2002) afirma que a noção de gramática é controversa porque nem todos os que se dedicam ao estudo desse aspecto das línguas a definem do mesmo modo. (DM, UNESP, 2005 - 37)
- 388- Tanto Possenti (2002) como Mendonça (2001) ressaltam que esse tipo de gramática é o mais conhecido entre os leigos, por ser muito definido na escola, veiculado, sobretudo, nos livros didáticos e gramáticas pedagógicas. (DM, UNESP, 2005 - 38)
- 389- Mendonça (2001) afirma que a gramática normativa tem um caráter prescritivo e discriminatório. (DM, UNESP, 2005 - 38)
- 390- Azevedo (1976), ao realizar um estudo formalista do modo subjuntivo em português, investigou as condições que permitem que o modo subjuntivo ocorra e, concluindo sua investigação, afirma que mesmo satisfeitas as condições previstas para a seleção do modo subjuntivo, os falantes podem substituí-lo pelo modo indicativo. (UNESP, DM, 2005 - 40)
- 391- Bechara (1999) afirma que o modo subjuntivo é usado, normalmente, nas orações *independentes optativas, nas imperativas negativas e afirmativas* – nestas últimas com exceção da 2ª pessoa do singular e do plural –, nas dubitativas com o advérbio *talvez* e nas *subordinadas substantivas* em que o fato é considerado como incerto, duvidoso ou impossível de se realizar. (DM, UNESP, 2005 - 43)
- 392- Almeida (1985) assinala que o subjuntivo é usado nas orações subordinadas a verbos que indicam desejo, vontade, sentimento, dúvida e também em subordinadas que expressam ação ou ações aleatórias, contingência ou eventualidade. (DM, UNESP, 2005 - 44)
- 393- Mateus *et al.* (1989) também procuram apontar quais são os contextos mais prováveis para o uso do modo subjuntivo. (DM, UNESP, 2005 - 46)
- 394- Pereira afirma que são as orações encaixadas que carregam a marca morfológica de modo, entretanto acredita que, em português, as significações expressas pelo indicativo e pelo subjuntivo não são estritamente relativas ao verbo. (DM, UNESP, 2005 - 50)
- 395- Desse modo, Pereira (*op. cit.*) acredita que o uso do indicativo em contextos preferencialmente do subjuntivo se justifica pelo fato de, muitas vezes, a subordinação ser suficiente para marcar a modalidade. (DM, UNESP, 2005 - 50)
- 396- Wherritt (1978 *apud* ROCHA, 1997), a partir de uma amostra do português brasileiro composta por gravações de conversação livre realizada com falantes da cidade de São Paulo e por dados de fontes escritas – testes de preenchimento de lacunas com informantes da cidade de São Paulo e do Rio de Janeiro – estudou o uso do modo subjuntivo em todos os tipos de orações subordinadas e constatou que quase a metade das ocorrências com subjuntivo se deram em

sentenças com tempo futuro e nas orações iniciadas por *se*, orações adverbiais condicionais. (DM, UNESP, 2005 - 51)

- 397- Rocha (1997), ao analisar a alternância indicativo/subjuntivo nas orações subordinadas substantivas em português, constatou que o verbo da oração matriz é uma variável muito importante na determinação da alternância entre os modos verbais citados, embora não seja a única. (DM, UNESP, 2005 - 51)
- 398- Pimpão (1999) observou que os dados de atemporalidade – incerteza, habitualidade, hipótese e condição –, destituídos de projeção futura, possibilitam que o falante empregue o indicativo. (DM, UNESP, 2005 - 53)
- 399- Givón (1995) acredita no caráter funcional da distribuição dos modos verbais, por isso procura estabelecer alguns princípios coerentes em que se pode predizer em quais meios gramaticais o modo subjuntivo se manifeste. (DM, UNESP, 2005 - 53)
- 400- Dick (1997) considera que a factualidade pode ser um dos fatores responsáveis pela seleção das formas de modo nas línguas. (DM, UNESP, 2005 - 53)
- 401- Já Wherritt (1978 *apud* ROCHA, 1997) considera que o significado do modo subjuntivo é apenas um reflexo morfológico da condição que é externa ao verbo flexionado e não inerente à flexão verbal. (DM, UNESP, 2005 - 54)
- 402- Dick (1997) considera que a factualidade pode ser um dos fatores responsáveis pela seleção das formas de modo nas línguas. (DM, UNESP, 2005 - 54)
- 403- Pereira (1974 *apud* ROCHA, 1997) parece considerar as duas possibilidades, pois afirma que o substantivo tem uma função semântico-gramatical e outra função predominantemente gramatical. (DM, UNESP, 2005 - 54)
- 404- Givón (1995) postula que o subjuntivo tende a surgir em orações adverbiais que apresentam contexto *irrealis* e em orações que completam predicados também com sentido *irrealis*. (DM, UNESP, 2005 - 61)
- 405- É importante ressaltarmos que Cervoni (1989) considera que alguns tempos do modo indicativo tem empregos modais, tais como o futuro do pretérito, o futuro do presente e o imperfeito. (DM, UNESP, 2005 - 65)
- 406- Pimpão (1999) afirma ainda que os resultados confirmaram sua expectativa de o modo subjuntivo estar sendo inibido pela primeira pessoa do discurso e retido pela terceira, o que evidencia a proximidade do falante com o conteúdo proposicional como contexto inibidor do emprego do modo subjuntivo. (DM, UNESP, 2005 - 69)
- 407- Rocha (1997) procurou investigar qual a influência de dois fatores, paradigma flexional e saliência fônica do verbo da oração encaixada, na variação de modo. (DM, UNESP, 2005 - 69)
- 408- Rocha (1997) considerou ainda fundamental investigar qual dos dois fatores apresentados acima prevalece na escolha do modo verbal, já que para a autora, no que se refere à aplicabilidade do Princípio da Saliência Fônica, a expectativa era de que as formas verbais subjuntivas que mais se distanciassem da forma do indicativo, ou seja, com oposição mais saliente, favoreceriam o emprego do subjuntivo, e as formas menos salientes em que há maior proximidade entre a forma do subjuntivo e a forma do indicativo, privilegiariam o uso do indicativo. (DM, UNESP, 2005 - 71)
- 409- Paiva (1996), citando estudos já realizados, demonstra que a variável gênero tem sido considerada relevante nos estudos de fenômenos linguísticos variáveis. (DM, RMAS, UNESP, 2005 - 72)
- 410- Dik e Hengeveld (1991) afirmam que, no espanhol, os complementos de predicados não factivos, tais como *crer* e *acreditar*, podem ocorrer tanto no modo indicativo quanto no modo subjuntivo. (DM, UNESP, 2005 - 81)

- 411- Retomando este conceito, Dik (1997) afirma que predicados não factivos indicam que o falante não está comprometido nem com a verdade e nem com a falsidade da proposição encaixada. (DM, UNESP, 2005 - 81)
- 412- No tocante às orações modalizadoras, Dik (1997) também afirma que a construção subordinada é sempre encaixada em um predicado que serve para modalizar a força asseverativa do seu conteúdo informacional. (DM, UNESP, 2005 - 82)
- 413- Givón afirma que, se uma língua possui um modo subjuntivo gramaticalizado, então é mais provável que ele apareça ao longo dessas duas subdimensões de *irrealis*. (DM, UNESP, 2005 - 82)
- 414- Pereira (*apud* ROCHA, 1997) também constatou que o emprego do subjuntivo em orações encaixadas ao predicado *achar* é favorecido com a negação do próprio verbo, locutor diferente do sujeito da oração e verbo no passado. (DM, UNESP, 2005 - 84)
- 415- Neves (1999), assim como Gryner e Omena, afirma que as orações condicionais reais sempre apresentam o verbo no indicativo, o que, segundo ela, confere facticidade às construções. (DM, UNESP, 2005 - 103)
- 416- Sobre as condicionais irrealis, Neves (1999) assevera que se a prótase estiver no mais-que-perfeito do subjuntivo, a contrafactualidade é assegurada independentemente do contexto ou de qualquer outra informação prévia, pois o mais-que-perfeito do subjuntivo – seja simples ou composto o futuro do pretérito da apódose – garante a irrealidade dos estados-de-coisa apresentados nas construções condicionais. (DM, UNESP, 2005 - 106)
- 417- Gryner e Omena (2003) afirmam que as condicionais com sujeito genérico, cuja referência se estende ao conjunto de indivíduos, tendem a ocorrer com o indicativo. (DM, UNESP, 2005 - 108)
- 418- Para explicarmos essa inversão no comportamento das *temporais* e *condicionais*, quanto à variação do modo verbal, principalmente no tipo de texto procedural nos valem mais uma vez da afirmação de Souza (2004), que, comparando o comportamento desses dois tipos de oração, afirma que o emprego do subjuntivo em uma oração introduzida por *quando* expressa intenção de conferir maior certeza de ocorrência de um EsCo do que seria o caso com o uso do subjuntivo em uma estrutura iniciada por *se*. (DM, UNESP, 2005 - 110)
- 419- Rocha (1997) aponta que a variável escolaridade foi considerada estatisticamente significativa para explicar a variação de modo nas orações encaixadas. (DM, UNESP, 2005 - 134)
- 420- Em um estudo sobre as condicionais no inglês, Ford (1997) afirma que o grau de hipoteticidade expresso por essas construções possibilita seu uso com diferentes funções. (DM, UNESP, 2004 - 12)
- 421- Baseada na proposta de Brown e Levinson (1987), que definem polidez como o ato de preservação da face, Ford (1997) acredita que entre esses possíveis usos está a expressão de polidez. (DM, UNESP, 2004 - 13)
- 422- Em sua Gramática, Dik propõe que a análise linguística deve relacionar dois sistemas de regras: (i) aquele que regula a constituição das estruturas linguísticas (regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas) e (ii) aquele que governa os padrões da interação verbal, nos quais as estruturas linguísticas são usadas (regras pragmáticas). (DM, UNESP, 2004 - 17)
- 423- Dik diz que é importante ressaltar que a relação entre a intenção do falante e a interpretação do ouvinte é mediada, e não estabelecida pela expressão linguística. (DM, UNESP, 2004 - 18)
- 424- Hengeveld (2000) afirma que há duas razões maiores pelas quais a teoria funcionalista deve procurar essa expansão. (DM, UNESP, 2004 - 27)
- 425- Considerando o aspecto funcional da linguagem, Dik (1997) propõe que as orações condicionais são *construções encaixadas* na posição de satélite, podendo atuar nas camadas da predicação, da proposição e dos atos de fala. (DM, UNESP, 2004 - 31)

- 426- Haiman (1978) afirma não haver uma definição satisfatória para as orações condicionais que, geralmente, são identificadas por meio da conjunção *se* e suas correlatas – no português, *caso*, *contanto que*, *desde que*, *salvo se*, *exceto se*, *a não ser que*, *a menos que*, etc. (DM, UNESP, 2004 - 33)
- 427- Comrie (1986) sugere que um maior grau de hipoteticidade caso das condicionais contrafactuais, tende a ser configurado por tempos com referência não futura. (DM, UNESP, 2004 - 37)
- 428- Comrie (1986) afirma que, ao contrário, trata-se de um contínuo no qual tem-se a contrafactualidade em um extremo e a factualidade em outro. (DM, UNESP, 2004 - 37)
- 429- Comrie (1986) sugere que a não factualidade motivaria a anteposição, o que Hirata (1999) verificou não ser o caso para o português escrito, uma vez que a maioria das condicionais não factuais ocorreu na posição final. (DM, UNESP, 2004 - 40)
- 430- Comrie (1986) diz ainda que a ordem linear da construção condicional segue a sequência de argumentação do discurso. (DM, UNESP, 2004 - 40)
- 431- Hirata (1999) verificou que as condicionais propostas e intercaladas podem desempenhar a função de adendo, ou *afterthought*, nos termos de Chafe (1984 *apud* HIRATA, 1999). (DM, UNESP, 2004 - 41)
- 432- Haiman (1978) afirma que, assim como o tópico, as condicionais veiculam a informação dada, sobre a qual se constitui o discurso seguinte. (DM, UNESP, 2004 - 41)
- 433- É o que o autor verificou para as condicionais do inglês: Fillenbaun (*op. cit.*) afirma que as condicionais podem atuar como um tipo de estratégia de impedimento, caso das condicionais de ameaça, ou de indução, caso das condicionais de promessa. (DM, UNESP, 2004 - 43)
- 434- Fillenbaun acrescenta que uma condicional de promessa não trata simplesmente de informar o ouvinte sobre as “boas” consequências de uma ação, mas, sobretudo, diz respeito a uma tentativa do falante de forçar o ouvinte a realizar tal ação. (DM, UNESP, 2004 - 43)
- 435- Nesse estudo, Ford afirma que as condicionais podem ser usadas para fazer sugestões, recusas, para evitar uma afirmação categórica, para introduzir um tópico “delicado” no discurso, entre outros que, configuram-se como o que Brown e Levinson chamam atos de ameaça à face. (DM, UNESP, 2004 - 44)
- 436- Diversos autores, como Lakoff (1977) e Brown e Levinson (1987) acreditam que a polidez envolve os graus de distância social e emocional entre os interactantes, assim como a relação de poder e imposição entre os indivíduos. (DM, UNESP, 2004 - 49)
- 437- Apesar de dedicar especial enfoque às quatro categorias mencionadas anteriormente, Grice afirma que há outras categorias de máximas e submáximas a serem consideradas em uma interação qualquer, como, por exemplo, o que ele chama de *máxima de polidez*. (DM, UNESP, 2004 - 50)
- 438- Leech diz ainda que o grau de polidez é determinado pela força ilocucionária da enunciação e, assim, sugere quatro funções ilocucionárias principais, conforme elas se relacionam com o objetivo social de estabelecer e manter o contato verbal. (DM, UNESP, 2004 - 52)
- 439- Fraser e Nolen afirmam que, para ser polido, o indivíduo deve respeitar o princípio do cooperativismo, que, por sua vez, implica em atender aos termos e condições impostos pelo contrato conversacional. (DM, UNESP, 2004 - 54)
- 440- Fraser e Nolen defendem ainda que a polidez não pode ser expressa por um desvio do uso da língua. (DM, UNESP, 2004 - 55)
- 441- Brown e Levinson sugerem que a noção geral de face tal como colocada anteriormente é universal. (DM, UNESP, 2004 - 57)

- 442- Ao contrário, nas condicionais analisadas, a relação de condição está associada à adequação comunicativa, como propõe Dik (1990), ao confirmar que a oração condicional pode oferecer a condição de adequação comunicativa para a realização do ato expreso pela apódose. (DM, UNESP, 2004 - 76)
- 443- Comrie (1986) sugere que, ao conceber um enunciado hipoteticamente, o falante já expressa sua incerteza quanto à probabilidade de ocorrência ou quanto à verdade desse enunciado. (DM, UNESP, 2004 - 94)
- 444- Givón (1994), em um estudo sobre o subjuntivo e a categoria *irrealis*, afirma que as condicionais são um dos mecanismos de expressão do submodo epistêmico da incerteza. (DM, UNESP, 2004 - 94)
- 445- Além disso, Hirata (1999) verificou que as condicionais pospostas e intercaladas atualizam a função de adendo restritivo, cuja função é apresentar alguma ressalva, avaliação em relação ao conteúdo da oração núcleo. (DM, UNESP, 2004 - 102)
- 446- Fraser (*op. cit.*) afirma que a atenuação está sempre associada à polidez, mas não o contrário. (DM, UNESP, 2004 - 117)
- 447- Rosa (1992) compartilha dessa mesma ideia ao dizer que vários tipos de estratégias de polidez não contêm procedimentos ou marcadores de atenuação. (DM, UNESP, 2004 - 117)